



Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020



Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências sociais aplicadas: avanços, recuos e contradições

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	<p>Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] : avanços, recuos e contradições / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-248-7 DOI 10.22533/at.ed.487201008</p> <p>1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta através do e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, recuos e contradições” pesquisas que contemplam debates bastante relevantes, considerando-se a importância da pesquisa para reconhecimento e registro dos impactos das consequências das contradições postas no atual contexto nacional.

O e-book é composto por vinte e dois artigos, com temáticas relacionadas principalmente a três eixos: Empreendedorismo e gestão empresarial; Cidadania e políticas públicas e Estratégias relacionadas a resolução de conflitos e processos judiciais.

No eixo que se refere ao empreendedorismo e gestão empresarial, os estudos são tratados a partir da análise do processo de planejamento, gestão de pessoas, estratégias competitivas, sustentabilidade e possíveis impactos diante da diminuição do apoio do poder público no que se refere a áreas de desenvolvimento.

As pesquisas que se relacionam com a temática cidadania e políticas públicas são contempladas a partir de um mapeamento de estudos que se referem aos processos de exclusão social nos programas de pós graduação, impactos nas políticas públicas diante das mudanças dos processos de gestão e formas de atuação estatal, a comunicação como estratégia para democratização e visibilidade dos direitos, questões de gênero, patrimônio histórico e habitação.

As mudanças que vem ocorrendo na forma de atuação do sistema judiciário ganham visibilidade nas pesquisas publicadas, ao apresentarem como objeto de análise a conciliação, a resolução de conflitos, a auto confrontação e a justiça restaurativa.

Esperamos que o e-book possa contribuir com o compartilhamento das pesquisas realizadas, fortalecimento da ciência como instrumento de democratização do conhecimento, bem como, que favoreça a realização de novos estudos para desvelamento dos avanços, recuos e contradições postos no cotidiano da vida em sociedade.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A BRASILEIRA EMPREENDEDORA DO SÉCULO XXI: O PERFIL, MOTIVAÇÕES E DESAFIOS	
Francisco Antônio Gonçalves de Carvalho Wesley Fernandes Araújo Neila Pio de Moraes Stênio Lima Rodrigues José Janielson da Silva Sousa Luzia Rodrigues de Macedo Neilany Araujo de Sousa Ana Maria Soares de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.4872010081	
CAPÍTULO 2	14
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DE MARKETING NO EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE DA INCUBADORA MACKENZIE	
Matheus de Souza Silva Roberto Gondo Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.4872010082	
CAPÍTULO 3	30
A INFLUÊNCIA DA LIQUIDEZ E DO ENDIVIDAMENTO NA MARGEM EBIT DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO	
Jose Matias Filho Caio Yudi Kunii	
DOI 10.22533/at.ed.4872010083	
CAPÍTULO 4	43
GESTÃO DE PESSOAS EM PROJETOS NO WALT DISNEY WORLD	
Beatriz Dantas Marques Virgínia do Socorro Motta Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.4872010084	
CAPÍTULO 5	55
MODELO SEE-NOW, BUY-NOW COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA DENTRO DA MODALIDADE FAST-FASHION NA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL	
Liliane Melo de Lima Ana Lúcia Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4872010085	
CAPÍTULO 6	65
EVENTOS E SUSTENTABILIDADE: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES	
Felipe de Oliveira Silva Maria Carolina Bucco Mirian Teresinha Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.4872010086	
CAPÍTULO 7	76
O IMPACTO DA REDUÇÃO DE APOIO DO GOVERNO NO PROCESSO DE APRENDIZADO E INOVAÇÃO NO APL DE ARTESANATO DE PALHA EM MASSAPÉ - CE	
Luis André Aragão Frota Anne Graça de Sousa Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.4872010087	

CAPÍTULO 8	95
A EXCLUSÃO SOCIAL E SUAS INTERFACES TEMÁTICAS: MAPEAMENTO DE TESES (2015 – 2017)	
Deborah Yoshie Arima Arlinda Cantero Dorsa	
DOI 10.22533/at.ed.4872010088	
CAPÍTULO 9	107
DO PROGRAMA DE BRAÇOS ABERTOS AO PROGRAMA REDENÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CRACOLÂNDIA NA CIDADE DE SÃO PAULO	
Alessandra Medeiros Viviane de Paula Geovane Borges da Silva Leonardo dos Santos Lindolfo	
DOI 10.22533/at.ed.4872010089	
CAPÍTULO 10	119
O PODER DO RÁDIO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE DIVULGAÇÃO DO DIREITO E ACOMPANHAMENTO DAS MUDANÇAS SOCIAIS	
Luiz Jeha Pecci de Oliveira José Manfroi	
DOI 10.22533/at.ed.48720100810	
CAPÍTULO 11	131
RELEVÂNCIA DAS VARIÁVEIS LATENTES EM CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA DISCUSSÃO NO ÂMBITO DA ANÁLISE FATORIAL E DA MODELAGEM DE EQUAÇÕES ESTRUTURAIS	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.48720100811	
CAPÍTULO 12	145
SOCIALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA	
Jennifer Juliana Barreto Bezerra Costa Adir Luiz Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.48720100812	
CAPÍTULO 13	157
HABITAÇÃO RIBEIRINHA EM MANACAPURU: ESTUDO DAS VEDAÇÕES DOS ENCAIXES POR PROTOTIPAGEM RÁPIDA	
Ana Carolina Sevzatian Terzian Célia Regina Moretti Meirelles	
DOI 10.22533/at.ed.48720100813	
CAPÍTULO 14	171
A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O CASO DO ESPAÇO HAROLDO DE CAMPOS DE POESIA E LITERATURA (SP)	
Letícia Cassiano dos Santos Juliana Maria Vaz Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.48720100814	
CAPÍTULO 15	184
ANDROID-GYNE: PERFORMANCE, GÊNERO E LIMINARIDADE	
Ana Beatriz Barreira Leite Romário Cosme da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.48720100815	

CAPÍTULO 16	192
BANCA PERMANENTE DE CONCILIAÇÃO: INSTRUMENTO PARA PREVENIR E COMPOR CONFLITOS JUDICIAIS E OS REFLEXOS PÓS-COVID-19	
Tatiane Oliveira Martins	
Jéssica Daiane Filgueiras Sampaio	
Joseline Mangabeira da Silva	
Alexandre Ernesto de Almeida Pereira	
Liliane Vieira Martins Leal	
DOI 10.22533/at.ed.48720100816	
CAPÍTULO 17	204
ESTUDO SOBRE ASPECTOS DA FORMAÇÃO E DO PAPEL DO INTERVENIENTE NA CLÍNICA DA ATIVIDADE: EM SITUAÇÃO DE AUTOCONFRONTAÇÃO	
Dalvane Althaus	
DOI 10.22533/at.ed.48720100817	
CAPÍTULO 18	222
JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO CAMPO DE PRATICAS SOCIOEDUCATIVAS	
Stella Maris Flores Cucatti	
DOI 10.22533/at.ed.48720100818	
CAPÍTULO 19	233
ENTRE “MORTADELAS” E “COXINHAS”: O DISCURSO POLÍTICO DOS YOUTUBERS BRASILEIROS	
Amanda Cristine Zanoto Fouani	
DOI 10.22533/at.ed.48720100819	
CAPÍTULO 20	243
MARIA JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO: UMA HISTÓRIA DE VIDA	
Stephanie Jully Santos de Oliveira	
Michelle Marques Manhães	
Rayssa da Cruz Ramos Silva	
Priscila da Silva Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.48720100820	
CAPÍTULO 21	253
AVALIAÇÃO DO GRAU DE EMPREENDEDORISMO DE EMPREENDEDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM	
Daiane Oliveira Medeiros	
Ana Flávia Monteiro Diógenes	
Paula Maria Pedrosa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.48720100821	
CAPÍTULO 22	263
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA CESTA BÁSICA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM	
Daiane Oliveira Medeiros	
Ana Flávia Monteiro Diógenes	
Renan Gonçalves Gabriel	
DOI 10.22533/at.ed.48720100822	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	273
ÍNDICE REMISSIVO	274

CAPÍTULO 1

A BRASILEIRA EMPREENDEDORA DO SÉCULO XXI: O PERFIL, MOTIVAÇÕES E DESAFIOS

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 02/06/2020

Ana Maria Soares de Sousa

Instituto Federal do Piauí

São João do Piauí-PI

<http://lattes.cnpq.br/1774019032937425>

Francisco Antônio Gonçalves de Carvalho

Universidade Federal do Piauí

Teresina-PI

<http://lattes.cnpq.br/8203626763018987>

Wesley Fernandes Araújo

Universidade Federal do Piauí

Teresina-PI

<http://lattes.cnpq.br/7915208078774478>

Neila Pio de Moraes

Universidade Estadual do Piauí

Picos-PI

<http://lattes.cnpq.br/1901329273269936>

Stênio Lima Rodrigues

Universidade Federal do Piauí

Teresina-PI

<http://lattes.cnpq.br/1564078950660179>

José Janielson da Silva Sousa

Universidade Federal do Piauí

Teresina-PI

<http://lattes.cnpq.br/5797321431995647>

Luzia Rodrigues de Macedo

Picos-PI

<http://lattes.cnpq.br/8603888301987520>

Neilany Araujo de Sousa

Universidade Estadual do Piauí

Picos-PI

<http://lattes.cnpq.br/9799124349236484>

RESUMO: Ao longo de sua história as mulheres tiveram (e ainda têm) que superar inúmeras dificuldades para terem direitos com igualdade com os homens. Apesar disso, notamos que com o passar dos tempos elas tiveram muitas conquistas e isso não é diferente no mundo dos negócios. Por este motivo este trabalho tem como objetivo conhecer o perfil das empreendedoras brasileiras no presente século e seus maiores desafios encontrados. Metodologicamente foram utilizadas duas bases de dados com informações acerca do empreendedorismo feminino no Brasil, a *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) e a Rede Mulher Empreendedora (RME). Em relação aos resultados das pesquisas GEM temos que nos últimos anos elas se apresentam mais instruídas do que os homens, mas, apesar disso, muitas ainda apresentam rendimentos menores do que eles. A pesquisa também apontou que na questão de começar um novo negócio as mulheres estavam em pé de igualdade com os homens, mas quando se trata

de empreendimentos já consolidados, os homens ainda as superam período analisado. Os resultados das pesquisas da RME também mostram que elas apresentam elevado grau de escolaridade e destaca que os principais motivos que as fazem começar um novo negócio estão muitas vezes relacionados a razões emocionais, como trabalhar em algo que gosta e até para ter tempo para família. Por outro lado, a informalidade ainda é bastante elevada e isso é, em geral, causado pela dificuldade que as mesmas possuem de acesso à capital por meio de instituições financeiras. Isto aliado a outros problemas como falta de planejamento e falta de tempo são algumas das principais barreiras para o empreendedorismo feminino no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo Feminino. Características socioeconômicas. Barreiras. Motivos para empreender.

THE BRAZILIAN ENTREPRENEUR OF THE 21ST CENTURY: THE PROFILE, MOTIVATIONS AND CHALLENGES

ABSTRACT: Throughout their history women have (and still have) overcome numerous difficulties to have rights with equality with men. Despite this, we have noticed that over time they have had many achievements, and this is no different in the business world. For this reason, this work aims to know the profile of Brazilian entrepreneurs in the present century and its greatest challenges. Methodologically, two databases with information on female entrepreneurship in Brazil, the Global Entrepreneurship Monitor (GEM) and the Entrepreneurial Women Network (EWN) were used. Regarding the results of GEM surveys, we have that in recent years they are more educated than men, but despite this many still have lower incomes than they. The survey also pointed out that in the issue of starting a new business, women were on equal footing with men, but when it comes to already consolidated enterprises, men still exceed them analyzed period. The results of EWN's research also show that they have a high level of education and stresses that the main reasons for starting a new business are often related to emotional reasons, such as working on something they like and even to have time for family. On the other hand, informality is still quite high and this is usually caused by the difficulty they have in accessing capital through financial institutions. This coupled with other problems such as lack of planning and lack of time are some of the main barriers to female entrepreneurship in Brazil.

KEYWORDS: Female Entrepreneurship. Socioeconomic characteristics. Barriers. Reasons to undertake.

1 | INTRODUÇÃO

As mulheres, com o passar do tempo e de muitos conflitos, têm conquistado papel de destaque na sociedade e isso é válido para o mundo corporativo, mas principalmente como donas de seus próprios negócios, deixando aquela ideia da expressão “sexo frágil”

para trás a um certo tempo. Entretanto, podemos dizer que ainda há muitas dificuldades que precisam ser superadas, sobretudo em relação a alguns estereótipos ainda existentes.

Ao longo de muitos séculos a mulher era vista apenas como a pessoa responsável por cuidar do lar, filhos e marido. Com o processo de implantação das primeiras indústrias no Brasil, expansão da economia, aumento da urbanização e um notável crescimento na economia houve um favorecimento para entrada de novos trabalhadores, inclusive mulheres (CABRAL, 1999).

Pode-se dizer que elas já conquistaram bastante, passando a ter grande representatividade no processo empreendedor brasileiro e muitos fatores contribuem para um número cada vez maior de empreendedoras no mercado e para o seu sucesso, no entanto, muito ainda precisa ser alcançado.

Esta pesquisa se justifica para que haja uma identificação de suas principais características, os desafios que são enfrentados, a maneira como costumam agir no mundo dos negócios para que políticas possam ser elaboradas e trabalhadas a fim de lhes garantir maiores igualdades para incentivar e apoiá-las a inseri-las mais ativamente e de maneira mais sustentável e competitiva no processo.

O empreendedorismo é um processo que contribui diretamente no desenvolvimento econômico de uma nação, pois ao gerar novos negócios cooperam essencialmente para a geração de emprego e renda. Além disso, é importante compreender a inserção da mulher nesse processo e isso pode ser feito respondendo alguns questionamentos: Quais são as suas principais motivações? Quais são as maiores dificuldades? O objetivo é conhecer o perfil das empreendedoras brasileiras no presente século e os maiores desafios encontrados. Especificamente, objetivou-se identificar informações socioeconômicas das empreendedoras brasileiras; identificar os fatores que lhes impulsionam; e por fim, verificar as barreiras para entrada no mercado e de crescimento para os negócios criados e geridos por mulheres.

2 | CONTEXTUALIZANDO O EMPREENDEDORISMO FEMININO

Durante muitos séculos, homens e mulheres exercem papéis distintos no meio social. Essa diferença, deve-se a uma construção cultural que designou tarefas ao homem e, outras, à mulher. As mulheres durante muito tempo na história foram consideradas submissas e eram propriedade do pai ou do marido (GRAUPE, 2007).

Em relação à sua inserção no mercado de trabalho trata-se de um processo que vem se desenvolvendo no mundo ao longo dos tempos, em alguns países mais e menos em outros. Alguns fatos históricos contribuíram para aumentar este movimento. A Revolução Francesa de 1789 pode ser considerada um marco no que se diz respeito à ampliação dos direitos das mulheres e redução de sua exploração. Contudo, foi com a Revolução

Industrial no século XVIII que esta realidade começou a mudar, infelizmente ainda com muitas injustiças entre os gêneros. Isso porque ao necessitar de aumento de produtividade, o trabalho feminino era trazido para as atividades fabris, mas, tanto a jornada de trabalho quanto os salários eram muito desiguais. (HOBSBAWN; 2004)

Mais adiante na linha do tempo, e após algumas reivindicações sobre direitos trabalhistas e igualdade de jornada de trabalho já começarem a surgir no século XIX, as duas grandes Guerras Mundiais foram consideradas um fator da entrada da mulher no mercado de trabalho e este fato deu-se em virtude da quantidade de homens que foi enviada aos campos de batalha, e mais precisamente por muitos deles não voltarem devido à óbito ou retornarem com grandes sequelas físicas e/ou psicológicas, o que tornou imprescindível a contratação de mulheres para funções que antes eram exclusivamente masculinas, pois tinham que sustentar a casa e os filhos. (BALTAR; LEONE, 2008; ROCHA, 2007).

No Brasil, foi na década de 1970 que a mulher ingressou de maneira mais ativa no mercado de trabalho, surgindo os movimentos sindicais e feministas no país (AMORIM, 2012). Nos anos 1980, mais precisamente em 1988, com a promulgação de nossa atual Constituição Federal, a mulher conquistou a igualdade jurídica, sendo considerada tão capacitada quanto o homem.

Apesar disso, é preciso ponderar sobre as desigualdades que predominam entre os gêneros. De acordo com Gonçalves (2016), existe ainda desigualdade de salários e persiste o preconceito contra a mulher no tocante ao trabalho e atuação nas mesmas funções profissionais que os homens exercem. Além disso, a mulher acrescenta ao seu dia a dia também a tarefa de dona de casa, pois, mesmo tendo conquistado a chance de trabalhar fora, o trabalho doméstico é culturalmente correlacionado como um compromisso seu e não do homem.

Por outro lado, diversas características femininas possibilitam a sua inserção no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, modificam a natureza organizacional nas empresas. Favilla e Tomaz (2003) destacam, por exemplo, o desenvolvimento da multifuncionalidade, em função dos múltiplos papéis desempenhados, o que lhes permite decidir sobre diferentes coisas ao mesmo tempo; a percepção aguçada para prestar atenção a um detalhe que pode ser o diferencial em um determinado processo; e, por fim, a capacidade de administrar e mediar conflitos.

Tais fatores tem lhes proporcionado experiências bem-sucedidas, e por esta razão, diversos estudos têm apontado características empreendedoras femininas como: encorajar a participação dos outros, partilhar o poder e a informação, assim como estimular, valorizar e motivar os outros para o trabalho (GOMES, 2004; OLIVEIRA; SOUZA NETO, 2010). Para Jonanthan (2005) as mulheres se destacam no empreendedorismo por serem dinâmicas, apaixonadas, sem medo e autoconfiantes do que querem e se identificam com seus empreendimentos.

Mesmo com todos estes atributos que podem fazer com que a mulher tenha papel

de destaque no mundo empresarial há ainda muitas adversidades que elas precisam enfrentar para começar ou expandir um negócio, seja por causa de “padrões culturais históricos” ou até mesmo por dificuldade de acesso ao crédito em instituições financeiras.

Para Abramo (2001) o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho não foi seguido pela diminuição das diferenças entre homens e mulheres. Lages (2008) corrobora e afirma que embora a mulher comprove possuir uma escolaridade mais avançada que a dos homens, elas ainda trabalham com remunerações inferiores e ainda são restritas a alguns departamentos do mercado.

Para Barnett (2004, p. 667-674.) “tanto a organização do trabalho quanto a da família repousam em mitos, ainda hoje existentes, relativos à diferença entre os gêneros”. Assim das justificativas dadas, infundadas, repousam na opinião de que as mulheres têm necessidades, dedicações e competências apenas para cuidar e se ocupar do lar, ao passo que os homens é quem possui as capacidades para atividades fora do lar e para prover o mesmo com recursos financeiros.

Além do que já foi falado até aqui, outro aspecto que limita empreendedorismo está relacionado ao aporte de capital inicial, que geralmente é bancado com economias pessoais ou empréstimos de algum amigo ou membro da família. Muitas instituições financeiras não se mostram interessadas nesses financiamentos, o que torna a etapa de aquisição de recursos para o crescimento da empresa uma tarefa difícil (BESSANT; TIDD, 2009).

3 | METODOLOGIA

A pesquisa trata-se uma análise em dados secundários a respeito dos temas abordados ao longo do trabalho. Para a sua realização buscou-se em duas bases de dados informações sobre empreendedorismo feminino no Brasil. A *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) e para este estudo são coletados dados de 2001 até 2017. A outra fonte de dados é a Rede Mulher Empreendedora (RME), do qual são analisadas duas publicações, sendo a primeira de 2016 e a outra de 2017.

O programa de pesquisa GEM, de abrangência mundial, é uma avaliação anual do nível nacional da atividade empreendedora. O Brasil participa do GEM desde o ano 2000 (GEM 2015), onde a pesquisa é conduzida pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade – IBQP, tendo o apoio técnico e financeiro do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (GEM, 2017).

A RME é uma plataforma de apoio ao empreendedorismo feminino do Brasil e que tem como propósito empoderar empreendedoras economicamente, e realizou dois estudos com levantamento e aprofundamento de dados sobre o empreendedorismo feminino no Brasil e ambos serão ser utilizados para análise de resultados mais adiante. O primeiro

trata-se de uma pesquisa sobre o Perfil da Empreendedora brasileira e a segunda buscou avaliar as barreiras de crescimento para os negócios criados e geridos por mulheres.

4 | RESULTADOS

4.1 Global Entrepreneurship Monitor (GEM)

Antes de dar prosseguimento a análise dos dados é preciso que tomemos conhecimento acerca de alguns conceitos das taxas gerais adotadas pelo GEM. (GEM, 2017). A Taxa de Empreendedorismo Inicial (TEA) é dividido em nascentes ou novos:

- Os empreendedores nascentes são aqueles indivíduos que estão envolvidos na estruturação e são proprietários de um novo negócio, contudo esse empreendimento ainda não pagou salários, pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de três meses;
- Os empreendedores novos administram e são donos de um novo empreendimento que já remunerou de alguma forma os seus proprietários por um período superior a três meses e inferior a 42 meses (3,5 anos);

Na Taxa de Empreendedorismo Estabelecido (TEE) estão contidos os empreendedores que administram e são proprietários de negócios tidos como consolidados pelo fato de haver pago aos seus proprietários alguma remuneração, sob a forma de salário, pró-labore ou outra, por um período superior a 42 meses.

Para dar início a análise de dados do GEM referentes aos objetivos traçados para este trabalho, a Tabela 1 traz informações socioeconômicas dos empreendedores de acordo com o gênero referente ao ano de 2015. Este ano foi escolhido por ser o mais recente com as informações mais detalhadas para todos os critérios adotados (idade, escolaridade e renda), e devido à dificuldade de encontrar tais resultados com a mesma riqueza de detalhes separado conforme o gênero.

Características do empreendedor	Masculino		Feminino	
	TEA	TEE	TEA	TEE
Faixa Etária				
18 a 24 anos	17,8	4,4	20,8	5,6
25 a 34 anos	35,7	13,5	29,8	21,4
35 a 44 anos	23,9	31,2	24,8	23,2
45 a 54 anos	15,3	30,8	15,2	30,8
64 a 64 anos	7,3	20,1	9,4	19,0
Nível de escolaridade				
Nenhuma educação formal e 1º grau incompleto	23,9	40,6	28,2	30,2
1º grau completo e 2º incompleto	16,1	19,7	20,9	21,3
2º grau completo e superior incompleto	53,7	35,7	46,3	42,0
Superior completo, especialização ou mestrado + Doutorado	6,3	4,1	7,1	6,5
Renda				

Até 3 salários mínimos	52,0	45,3	69,8	66,5
Mais de 3 até 6 salários mínimos	32,0	42,8	25,3	28,5
Mais de 6 até 9 salários mínimos	10,8	6,9	3,3	3,0
Mais de 9 salários mínimos	5,1	5,0	1,6	2,0

Tabela 1 - Características socioeconômicas por gênero – 2015 (em %)

Fonte: GEM (2016)

Considerando os valores disponibilizados na Tabela 1 percebe-se que os homens, em sua maioria, apresentaram seu começo na vida empreendedora (TEA) nas idades entre 25 e 34 anos (35,7%) seguido daqueles na faixa de 35 a 44 anos (23,9%). As mulheres possuíam respectivamente a mesma ordem na frequência de idades que a dos homens, sendo 29,8% na faixa dos 25 aos 34 anos e 24,8% para mulheres entre 35 e 44 anos. Dentre as pessoas com empreendimento já estabelecido (TEE), a maior parte dos homens (31,2%) possuíam entre 35 e 44 anos, com uma ligeira superioridade em relação aos que possuíam entre 45 e 54 anos (30,8%), enquanto as empreendedoras tinham maioria entre 45 e 54 anos (30,8%).

Considerando o nível educacional, as mulheres apresentavam maior instrução em basicamente todas os níveis escolares, exceto nos caso de TEA em que os homens tinham maior proporção para “Segundo grau completo e superior incompleto”, com 53,7%, o que corrobora com o que foi dito por Lages (2008). Entretanto, no quesito renda é visível que as mulheres ganham menos em quase faixas salariais, tanto para TEA como para TEE, excetuando para a faixa de renda menor, ou seja, de até 3 Salários Mínimo. Desta maneira notamos que as mulheres recebem menos monetariamente, o que demonstram a realidade da desigualdade que as mulheres estão tentando superar em várias áreas de negócios, como foi destacado por Abramo (2001) e Gonçalves (2016).

Agora que já foi tratado das questões socioeconômicas, é destacado agora verificação e análise de dados considerando séries históricas, ou seja, ver como evoluiu o empreendedorismo feminino desde 2001, a começar pelos fatores que cooperaram para que elas iniciassem um empreendimento. No quesito de motivação, o Gráfico 1 fornece uma evolução das causas (necessidade ou oportunidade) que contribuíram para que a mulher empreendesse entre os anos 2002 e 2017.

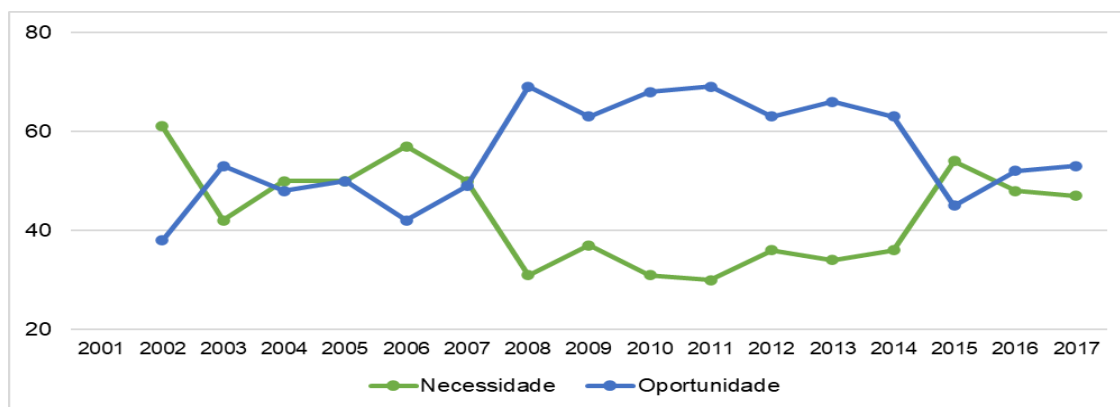


Gráfico 1 - Motivos para as mulheres empreender – 2002 a 2017 (em %)

Fonte: GEM Brasil (2017)

Entre 2002 e 2008, o percentual de mulheres que criou um negócio por oportunidade saltou de 38% para 69%, seguindo uma propensão mais elevada da economia, de melhora neste indicador (GEM, 2016). Contudo, nos anos posteriores esta proporção assumiu um caminho de estabilidade e, em seguida, queda, tendo especificamente em 2015 apresentado uma queda bastante acentuada (quando chegou a 45%).

A queda do empreendedorismo feminino “por oportunidade”, nos últimos anos, se deve à desaceleração da economia e a um ingresso mais forte de mulheres no mercado de trabalho, isto é, de mulheres que não estavam nesse mercado, mas que preferiram o ingresso no mesmo para complementar a renda familiar, naquele momento de crise (GEM, 2017).

Quando se trata da fase de empreendimento, conforme critérios do GEM, o Gráfico 2 a seguir aborda uma evolução entre 2001 e 2017 do percentual de empreendedores iniciais (TEA) conforme o gênero.

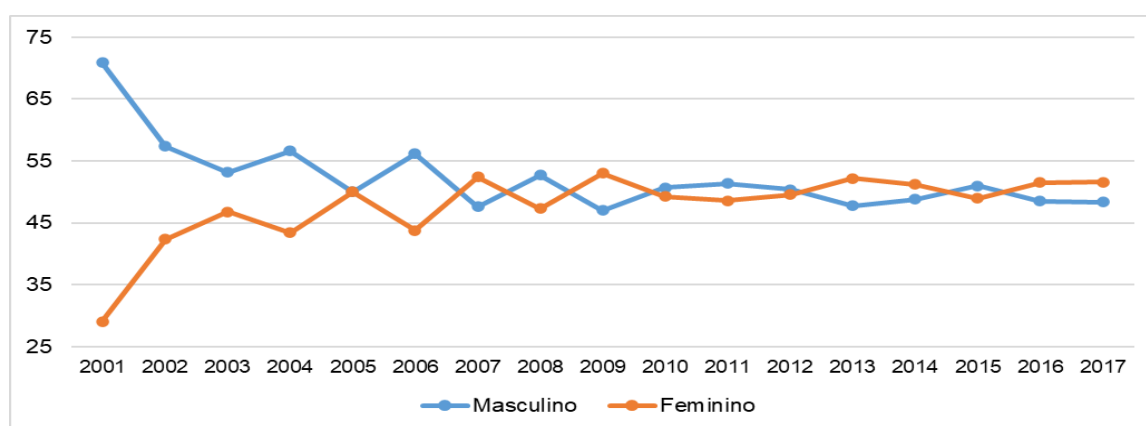


Gráfico 2 - Distribuição percentual dos empreendedores iniciais (TEA), segundo gênero – 2001 a 2017 (em %)

Fonte: GEM Brasil (2008, 2016 e 2017)

De acordo com a pesquisa GEM (2017) a mulher brasileira é uma das mais

empreendedoras do mundo, pois desde a primeira pesquisa realizada no país, no ano 2000, elas já se destacavam frente aos demais países participantes. E isto se confirma no Gráfico 2 ao longo de todo o período analisado em que se avalia a taxa de novos empreendedores, com os anos de 2007 (52,4%), 2009 (53%), 2013 (52,2%), 2014 (51,2%), 2016 (51,5%) e 2016 (51,6%) em que as mesmas acabaram se tornando maioria.

Por outro lado, ao considerarmos o percentual de empreendedores já estabelecidos (TEE) o Gráfico 3 nos proporciona uma série histórica entre 2002 e 2017 conforme o gênero. Nele se nota que igualdade entre homens e mulheres à frente de novos negócios não se mantém quando é analisada a participação por gênero nos empreendimentos estabelecidos.

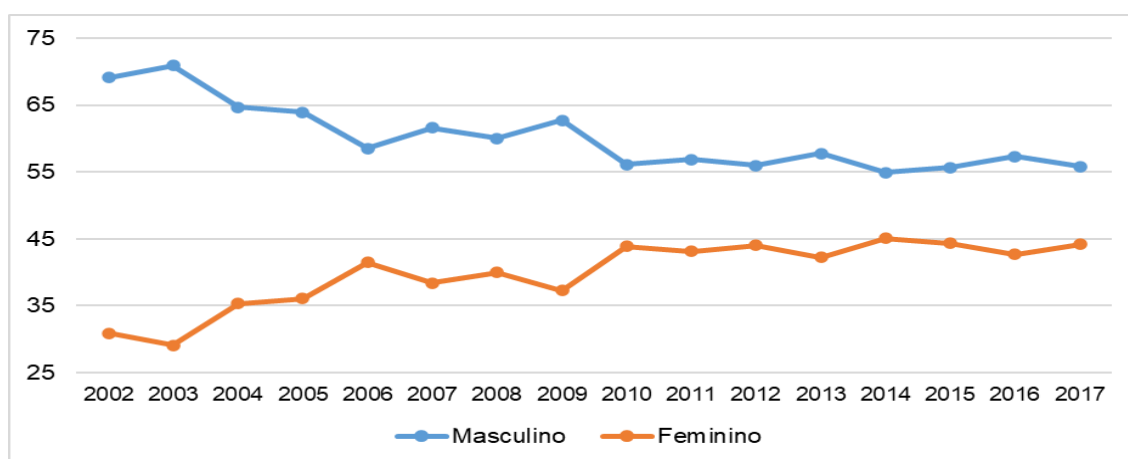


Gráfico 3 - Distribuição percentual dos empreendedores estabelecidos (TEE), segundo gênero – 2002 a 2017 (em %)

Fonte: GEM Brasil (2013, 2016 e 2017)

De acordo com a Pesquisa GEM (2016, p. 46) os resultados observados no Gráfico 3 podem estar relacionados às dificuldades expostas por empreendedoras como, por exemplo, “maiores entraves para conseguir financiamento, preconceito no ambiente de negócios e dificuldades em conciliar as demandas organizacionais e familiares.”.

4.2 Rede Mulher Empreendedora (RME)

Referente a pesquisa RME inicia-se pelo perfil das empreendedoras brasileiras, conforme dados da pesquisa “Quem são elas?” (RME, 2016).

Quanto a faixa etária das empreendedoras, elas têm: até 29 anos (17%), 30 a 39 anos (43%), 40 a 49 anos (24%) e 50 ou mais (16%). Em média sua idade fica em aproximadamente 39 anos. Ao se tratar do Estado civil elas: 61% são casadas ou moram juntos com seus parceiros, 28% são solteiras, 20% separadas / divorciadas e apenas 1% são viúvas.

Além disso, 79% tem Ensino Superior completo ou mais; 55% têm filhos, sendo que deste total, 75% decidem empreender após a maternidade; 55% buscam mais qualidade

de vida, porém uma taxa de 39% delas trabalham 9 horas ou mais por dia, o que faz com que nestes casos haja uma certa distância entre sonho e realidade; 44% são chefes de família; 53% pertencem a classe social “B”; 28% pertencem a “A”, e 14% a “C”.

Os dados acima demonstram como elas estão cada vez mais instruídas e mesmo com a maternidade resolvem tomar a decisão de empreender e muitas vezes para alcançar o seu sucesso profissional.

Quando se trata dos motivos que elas acreditam para empreender, tem-se que 29% das Microempresárias ou donas de Empresas de Pequeno Porte são motivadas pelo sucesso; 21% das empreendedoras informais empreendem para ter mais qualidade de vida; 14% de todas as empreendedoras procuram empreender como forma de conciliar o trabalho e a família.

Ainda nas razões para empreender, 66% diz trabalhar com o que gosta, enquanto ter flexibilidade de horário fica com 52% das respostas e 40% procura por uma renda melhor do que trabalhando para outros e 35% delas por ter enxergado uma boa oportunidade de negócio. Mais destes resultados podem ser observados no Gráfico 4.

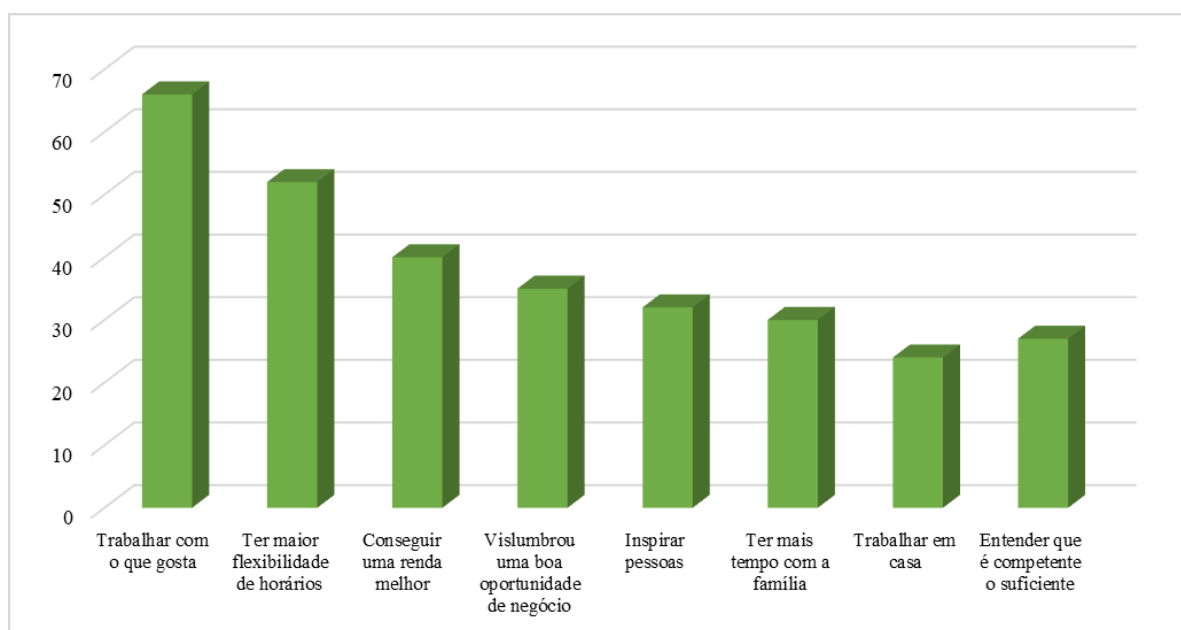


Gráfico 4 – Razões que levam as mulheres a empreender segundo a RME (em %)

Fonte: RME (2017)

Destaca-se ainda em relação aos seus gastos que 37% está voltado para a moradia, seguido de alimentação (24%) e de dívidas (15%). Mas, isso muda quando analisada a classe social, pois na classe “A” o maior gasto é com Educação, chegando ao comprometimento de 14% da sua renda. 41% iniciaram seu empreendimento sem capital, 41% usaram Poupança, investimento próprio e rescisão após ser demitida como principal fonte de capital que contaram para iniciar seu do negócio (RME, 2016).

Das que já empreendem, 75% se sente preparada para ter o seu próprio negócio.

Já entre as que planejam empreender, 50% se sentem preparadas; 70% delas buscam informações principalmente nas redes de empreendedorismo, 68% nas palestras gratuitas; 31% delas vão a eventos, palestras e encontro de empreendedoras, ou seja, fazem *Networking* (RME, 2016).

Desta forma pode-se notar que as mulheres que querem empreender, além de já terem em muitos casos o ensino superior completo, estão interessadas em se manter atualizadas sobre o mundo dos negócios. Em relação aos investimentos iniciais para começar um empreendimento muitas acabam não tendo acesso a capital por parte instituições financeiras, o que as obriga a começar com capital próprio (RME, 2016).

Em relação ao endividamento, 65% afirmaram que suas empresas não têm dívidas, contra 35% que as possuem; 58% das microempreendedoras individuais afirmam não terem dívidas (pessoa jurídica), contudo 42% das empreendedoras (pessoa física) afirmaram que precisam pagar dívidas pessoais (RME, 2017).

Uma informação um pouco mais preocupante diz que 33% das empreendedoras faz o controle financeiro de modo básico, criam planilha de Excel ou até anotam em um caderno. Outras 33% faz algum controle de modo mais elaborado, mas 14% que não faz nenhum controle (RME, 2017). Isso pode explicar, parcialmente, o fato de haver um percentual dos empreendedores estabelecidos maior por parte dos homens, conforme visto no Gráfico 3.

Outro fator de acordo com RME (2017) são a dificuldade de acesso a crédito, falta de planejamento e falta de tempo que são algumas das principais barreiras para o empreendedorismo feminino no Brasil. O fato das empresas (pessoa jurídica) estarem livres de dívidas, mas as empreendedoras (pessoa física) estarem muitas vezes endividadas, por exemplo, é devido à complexidade em obter crédito empresarial para financiar seus negócios.

5 | CONCLUSÕES

Em relação aos resultados das pesquisas GEM, nos últimos anos elas se apresentam mais instruídas do que os homens, mas apesar disso muitas ainda possuem rendimentos menores do que eles. A pesquisa também apontou que na questão de começar um novo negócio as mulheres, entre 2001 e 2017, estavam em pé de igualdade com os homens, mas quando se trata de empreendimentos já consolidados, os homens ainda as superam no mesmo período.

Quando se trata das motivações para empreender, os resultados históricos mostram que entre 2001 e 2007 elas empreendiam mais por ter enxergado alguma oportunidade, enquanto de 2008 a 2014 eram motivadas por razões de necessidade, o que pode ser explicado pela crise econômica que o Brasil passou no período, vindo se recuperar levemente depois de 2015, o que também mostra um leve elevação de mulheres que

empreenderam por oportunidade nos últimos 2 anos da pesquisa.

Os resultados das pesquisas da RME também mostram que elas apresentam elevado grau de escolaridade e destaca que os principais motivos que as fazem começar um novo negócio estão muitas vezes relacionado a razões emocionais, como trabalhar em algo que gosta, não aceitar as condições de trabalho dos empregos que ocupam e até para ter tempo para família, já que muitas delas trabalham em casa mesmo.

Há ainda a dificuldade que as mesmas possuem de acesso a capital por meio de instituições financeiras, o que faz que em muitos casos elas iniciem com reservas de capital próprio. Esta dificuldade de acesso ao crédito aliado a outros problemas como falta de planejamento e falta de tempo, por exemplo, são algumas das principais barreiras para o empreendedorismo feminino no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. **A situação da mulher latino-americana.** O mercado de trabalho no contexto da reestruturação. Mulher e Trabalho Experiências de ação afirmativa S.P, Boitempo Editorial, abril de 2001.
- AMORIM, R. O. A. L. E. B. **Empreendedorismo Feminino: Razão do Empreendimento.** Núcleo de Pesquisa da Finan, v. 3, n. 3, 2012.
- BALTAR, P.; LEONE, E. T. **A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro.** Revista brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 233-249, 2008.
- BARNETT, R. C. **Preface: Women and work: Where are we, where did we come from, and where are we going?** Journal of Social Issues, v. 60, n. 4, p. 667-674.
- BESSANT, J. R.; TIDD, J. **Inovação e empreendedorismo.** Porto Alegre: Bookman, 2009.
- CABRAL, M. R. **O mercado de trabalho na década de 90: um mundo em transformação,** 1999. Disponível em: <https://goo.gl/pnpSmQ>. Acesso em: 31 abr. 2020.
- FAVILLA, C; TOMAZ, E. **Competência e sensibilidade são sinônimos de sucesso.** Brasília: Revista Sebrae, n. 8, 2003.
- Global Entrepreneurship Monitor – GEM. **Empreendedorismo no Brasil – Relatório Executivo (2017),** Curitiba: IBQP, 2017.
- Global Entrepreneurship Monitor – GEM. **Empreendedorismo no Brasil.** (2015), Curitiba: IBQP, 2016.
- Global Entrepreneurship Monitor – GEM. **Empreendedorismo no Brasil.** (2012), Curitiba: IBQP, 2013.
- Global Entrepreneurship Monitor – GEM. **Empreendedorismo no Brasil.** (2007), Curitiba: IBQP, 2008.
- GOMES, A. F. **O perfil empreendedor de mulheres que conduzem seu próprio negócio: um estudo na cidade de vitória da Conquista, Bahia.** Revista Alcance, v. 11, n.2 p. 207-226, 2004.
- GONÇALVES, K. L. F. **Empreendedorismo Feminino: fatores de influência na gestão eficiente.** 98 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Paulista - UNIP, São Paulo, 2016.

GRAUPE, M. E. **Mulheres: tempos diferentes, discursos iguais**. Revista Espaço Acadêmico, v. 70, 2007.

HOBBSAWN, E. J. **A era das revoluções 1789-1848**. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

JONANTHAN, E. G. **Mulheres empreendedoras: Medos, conquistas e qualidade de vida**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 3, p. 373-382, 2005.

LAGES, S. R. C. **Desafios do empreendedorismo feminino: uma reflexão sobre as dificuldades das mulheres pobres na condução de projetos geradores de renda**. Revista Estação Científica, 2008.

OLIVEIRA, M. **Homem e Mulher a caminho do Século XXI**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

OLIVEIRA, P. G.; SOUZA NETO, B. **Empreendedorismo e Gestão Feminina: Uma análise do Estilo Gerencial de Mulheres Empreendedoras no Município de São João Del-Rei, Minas Gerais**. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Florianópolis-SC, 2010.

Rede Mulher Empreendedora - RME. **Empreendedoras e seus negócios** - Perfil do empreendedorismo feminino no Brasil. 2017

Rede Mulher Empreendedora – RME. **Quem são elas?** – Uma visão inédita do perfil da mulher empreendedora no Brasil. 2016.

ROCHA, I. N. M. **O poder de decisão das mulheres**. UNEB, 2007.

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DE MARKETING NO EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE DA INCUBADORA MACKENZIE

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 06/05/2020

Matheus de Souza Silva

Universidade Presbiteriana Mackenzie

São Paulo - São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/6980569446403053>

Roberto Gondo Macedo

Universidade Presbiteriana Mackenzie

São Paulo - São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/5481345089631117>

RESUMO: Este estudo foi feito com o objetivo de descobrir como o planejamento de marketing pode contribuir para o fortalecimento das startups, pesquisando o ponto de vista dos empresários da Incubadora Mackenzie, o estudo foi feito a partir de um modelo de pesquisa qualitativo com cunho exploratório, em que dois roteiros foram elaborados, um para o Diretor da Incubadora, e o outro para as empresas, sendo uma consolidada (Zheep), duas incubadas (Reconecte e OkayCar!) e três pré-incubadas (Canata-Engenharia, Atua, Agrega), obedecendo a seguintes etapas do processo: Desenvolvimento do Plano de Pesquisa; Coleta de informações; Análise das

informações; Apresentação de resultados; Tomada de decisão. O estudo foi um sucesso apresentando resultados sólidos e congruentes, mostrando que o planejamento de marketing é essencial para os projetos em qualquer fase da incubadora, mas esses empresários apresentam uma série de dificuldades para utilizar a ferramenta, por falta de conhecimento e experiência, levando em consideração que os principais tópicos que oferecem riscos as startups brasileiras hoje são, o relacionamento entre os sócios, presença de ambientes estimulantes (Incubadoras e Aceleradoras) e adaptação e preparo ao mercado, transformando assim essa falta de conhecimento em uma potencial ameaça, podendo contribuir para o fechamento e morte de muitas ideias que poderiam ser relevantes para a nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Marketing, Startup, Incubadora.

THE IMPORTANCE OF MARKETING PLANNING IN ENTREPRENEURSHIP: AN ANALYSIS OF THE MACKENZIE INCUBATOR

ABSTRACT: This study was made with the objective of discovering how marketing planning can contribute to the strengthening of startups, researching the point of view of Mackenzie

Incubator entrepreneurs. The study was based on a qualitative research model with exploratory nature, that two scripts were prepared one for the Director of the Incubator, and the other for the companies, one consolidated (Zheep), two incubated (Reconnect and OkayCar!) and three preincubated (Canata-Engenharia, Atua, Agregá), following the next process steps: Development of the Research Plan; Collection of information; Analysis of information; Results presentation; Decision making. The study was a success with a solid and congruent results showing that marketing planning is essential for the companies at any stage of the incubator, but these entrepreneurs have a lot of difficulties using the tool due to lack of knowledge and experience, taking into account that the main topics that pose risks to Brazilian startups today that are, the relationship between partners, presence of stimulating environments (Incubators and Accelerators) and adaptation and preparation to the market, thus transforming this lack of knowledge into a potential threat, which may contribute to the closing and dying of many ideas that could be relevant to our society.

KEYWORDS: Marketing, Startup, Incubator.

1 | INTRODUÇÃO

A questão do empreendedorismo é de extrema presença e importância para a nossa sociedade, e alguns, antes de entrar no ensino superior podem não ter ideia de como esta particularidade pode ser tão útil, profunda e importante para o nosso povo, pode ser difícil para alguém que tenha muito contato com essa área imaginar as pessoas que em seus ensinos não tenham disciplinas voltadas para esse conhecimento, e que destino e visão de mundo elas estão adquirindo, conseqüentemente qual rumo de vida estas podem tomar.

A oportunidade que existe em analisar um ambiente em que o empreendedorismo é tão presente e estimulado é única, em uma incubadora a facilidade do estudo com o isolamento de muitas variáveis externas é muito favorável, considerando a importância das primeiras etapas de desenvolvimento de uma empresa.

Os primeiros anos, em especial os três primeiros, são essenciais para um novo empreendimento, pois a falta de experiência e de conhecimento de administração podem trazer inúmeros problemas, sobretudo no que diz respeito à falta de gestão de capital de giro, à comercialização, entre outros aspectos (KUAZAQUI, 2015, p.15).

Segundo SEBRAE (2016), as principais causas da mortalidade das empresas são divididas em quatro áreas, sendo elas o planejamento de negócios, a capacitação em gestão empresarial, a gestão do negócio em si e a situação do empresário antes da abertura.

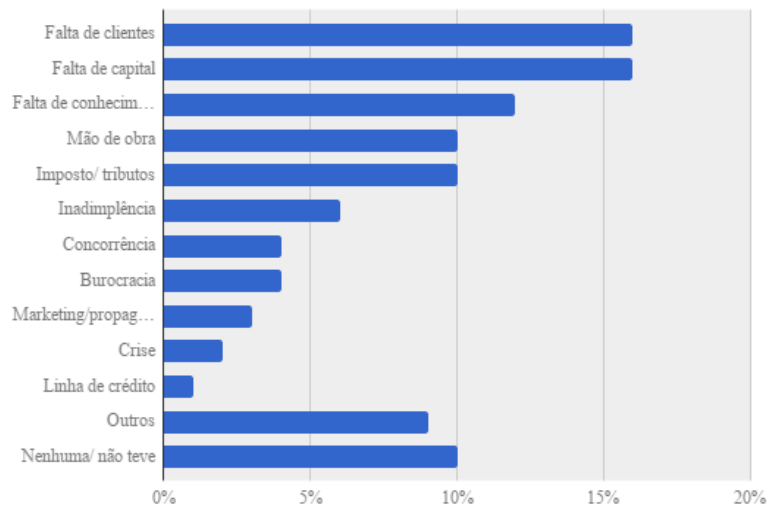


Figura 1 A principal dificuldade enfrentada no primeiro ano de atividade de empresa.

Fonte: <http://datasebrae.com.br/sobrevivencia-das-empresas/> (2019)

A falta de conhecimento é uma das três principais causas de dificuldades enfrentadas no primeiro ano de empresa, no gráfico apresentado no site pode-se observar também elementos como a “concorrência” e “Marketing/propaganda”, aspectos que os empreendedores poderiam não sofrer, se tivessem o conhecimento sobre assuntos relacionados ao planejamento de marketing.

Sendo assim este estudo tem como problema de pesquisa geral: “Como o planejamento de marketing pode contribuir para o fortalecimento do empreendedorismo dentro das empresas incubadas na Incubadora Mackenzie?”

O objetivo geral da pesquisa foi mostrar o quanto o planejamento de marketing é relevante em uma pequena empresa. Proporcionando esclarecimento e compreensão sobre a consequência da aplicação do planejamento para esses projetos, e o como isso pode impactar em suas ações, além de identificar mais aspectos do mercado em que estas estão inseridas.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O ambiente competitivo no qual vivemos hoje necessita de um preparo superior se comparado com o século passado, a sociedade em todos os âmbitos está relativamente mais exigente com um número de mudanças simultâneas nunca testemunhado antes pela humanidade, obviamente novos aspectos foram surgindo, possibilitando a abertura de portas que antes consideravam que jamais poderiam ser abertas, com todos esses tópicos acontecendo e considerando também o aumento da velocidade destes eventos, o empreendedorismo é um dos aspectos que vem ganhando mais força e presença em nosso coletivo.

Por isso, o momento atual pode ser chamado de a era do empreendedorismo, pois são os empreendedores que estão eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade (DORNELAS, 2014, p.9).

O volume junto com a velocidade dessas inovações é de extrema importância, pois se compararmos o modo de vida de nossos ancestrais, o avanço de várias áreas do conhecimento e como as utilizamos está causando um impacto totalmente novo, ocasionando e formando alterações em nossos sistemas que não ficarão estagnadas tão cedo.

As inovações são de demasiada magnitude não só para o futuro, mas também para o presente no qual estamos vivendo, se não fosse por ela todo o nosso modo de viver estaria alterado e disposto de outra forma na qual não conhecemos (KUAZAQUI, 2015).

Observando isso e dependendo de como agimos perante a essas inovações, podemos levar o empreendedor ao sucesso absoluto ou ao fracasso contundente, direcionando este reunido ao seu círculo social em direção a mesmice e a mediocridade.

Conforme novas tendências e necessidades surgem, a nossa sociedade precisa tomar ações que as satisfaçam, com a crescente demanda que nasce nesse meio, a abertura de espaço para que a oferta faça o mesmo é proporcional. Esse “espaço” que é aberto pode ser preenchido com o empreendedorismo.

Segundo DORNELAS (2014, p. 13) “O empreendedorismo é o combustível para o crescimento econômico criando empregos e prosperidade”. Sendo este aspecto de suma importância para o nosso corpo social, ele deve ser estudado e compreendido afim de que criemos um ambiente propício para estes indivíduos e conseqüentemente para nós mesmos em nosso convívio.

Já que o envolvimento dos indivíduos introduzidos dentro de nossa sociedade junto com os atritos do desenvolvimento, criam por consequência oportunidades com a transformação de ideias, e considerando também que estas sejam corretamente implementadas, poderemos testemunhar a possível criação de negócios de sucesso. Mas para que isto seja possível será necessário que estes empreendedores se utilizem de instrumentos da administração incluindo o planejamento de marketing, afim de que a organização e o planejamento se tornem presentes e suscetíveis em suas ações que venham a ser alinhadas para o sucesso.

Já que “De nada adianta ter boa vontade e ideias criativas, se não houver um espaço ou mesmo um modelo de negócios competente que possa absorvê-las com sucesso”, (KUAZAQUI, 2015, p.28). Podemos fornecer as melhores ferramentas para estes indivíduos, e estes terem as melhores intenções, mas estes aspectos de nada vão adiantar sem um planejamento conciso do como as tarefas devem ser executadas, um dos motivos da extrema importância do planejamento de marketing, caso contrário não haverá uma adaptação do empreendimento no mercado.

Conforme KOTLER (2013, p. 3) “Ao se preparar para trabalhar com marketing, você precisa entender o que é marketing como ele funciona, por quem é feito e a que se aplica”. Os empreendedores devem estar preparados para aprender sobre esta nova ferramenta que de fato é muito complexa e envolve aspectos muito amplos e profundos.

Analisando o período mais recente do século XXI diante do cenário econômico, pode-se observar que o planejamento de marketing vem desempenhando um papel intrínseco para a obtenção de lucro das empresas, e se essas empresas estão trabalhando nessa nova técnica, os empreendedores para que não fiquem obsoletos dentro do mercado também devem aplicar isso em seu plano de negócios.

3 | METODOLOGIA

O procedimento metodológico dessa pesquisa foi baseado em um modelo de pesquisa exploratório, no qual dois roteiros foram elaborados, um para os empreendedores e o outro para o Diretor da Incubadora Mackenzie. O objeto de análise foi a Incubadora Mackenzie localizado próximo ao campus da Universidade Presbiteriana Mackenzie, a incubadora fomenta o apoio e o desenvolvimento de novas empresas inovadoras – de prestação de serviços, de base tecnológica ou de manufaturas leves, fornecendo um espaço físico de onze módulos (mini escritórios), para os incubados, e a para todas as outras fases (pré-incubação e incubação) ela fornece serviços de consultoria (jurídica, processos, financeira, marketing e de modelo de negócios), salas de reunião e um laboratório com computadores.

Com o início do projeto, após a coleta de dados bibliográficos, os problemas e os objetivos de pesquisa foram elaborados para que as informações de dados primários pudessem ser coletadas com uma estrutura firme e coesa. Foram elaborados dois roteiros diferentes, ambos com cunho exploratório. O primeiro foi destinado aos empreendedores, e o segundo foi feito para o Diretor da Incubadora Mackenzie, para obter dois pontos de vista sobre o mesmo assunto, um dos empresários com mais detalhes específicos e outro da gestão de todos os projetos com um olhar mais diversificado.

O problema de pesquisa definido especificamente para o roteiro dos empreendedores que foram utilizados como objeto de análise foi: “Como o planejamento de marketing pode contribuir para o fortalecimento dos projetos da incubadora Mackenzie?”.

Este se dividia em duas partes, a primeira com perguntas com um cunho quantitativo, para coletar dados básicos de classificação dos projetos, e a segunda parte com perguntas qualitativas. Tendo como objetivo específico, descobrir do ponto de vista dos empresários das diferentes fases da incubadora quais são os maiores desafios que o mercado oferece aos seus projetos, e como o planejamento de marketing está relacionado com isso.

No roteiro elaborado para o Nelson Fragozo (Diretor da Incubadora Mackenzie), o problema de pesquisa definido foi: “Quais são as características que um empresário tem

que possuir hoje para obter sucesso com a sua Startup?”. Tendo como objetivo específico para este roteiro, descobrir do ponto de vista de um diretor de uma incubadora quais são as características e peculiaridades que um empresário incubado deve ter, para obter sucesso com o seu negócio.

4 | DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE PESQUISA

Após a coleta de dados bibliográficos e secundários, o plano de pesquisa se constituiu em focar na logística de dias e horários para a coleta das informações primárias, com os objetivos e problemas definidos, foram marcados diversos encontros individuais com cada um dos incubados (e um com o diretor da incubadora), para realizar a coleta das informações.

A coleta de informações primárias se baseou integralmente em entrevistas individuais, gravadas pessoalmente. Tendo como amostra um total de 6 empresários, que participam ou participaram da Incubadora Mackenzie (entrevistados entre abril e maio de 2019), sendo, 1 empresa consolidada, 2 incubadas, e 3 pré-incubadas e o Diretor da Incubadora Mackenzie (entrevistado no dia 22/02/2019), após a gravação das entrevistas foi realizada uma transcrição, em um documento a parte, para cada uma delas. Tendo a autorização do compartilhamento dos resultados por parte de todos os indivíduos entrevistados.

É interessante dizer que a única diferença prática entre uma empresa incubada e uma pré-incubada (na Incubadora Mackenzie) do ponto de vista do empresário, é que a primeira possui um espaço físico alugado nas dependências da incubadora, porém todo o acompanhamento de consultorias, estrutura com computadores, informações e salas de reunião ficam à disposição de todos, independentemente da fase em que se encontram.

Com todas as entrevistas gravadas e transcritas, foi realizada uma análise das informações em que todos os dados que pertenciam aos objetivos primários foram reunidos em um documento, após isso foi passado um “pente fino”, deixando apenas as informações que continham dados relevantes. Posteriormente foi feito o cruzamento dos dados e a coleta de conclusões. Quando as perguntas eram quantitativas foi calculada uma média ponderada para chegar em números mais sólidos e realistas, já quando as perguntas eram de cunho qualitativo foi feito um agrupamento dos fatores em comum, para entender onde ocorriam as diversificações e semelhanças entre as respostas.

5 | PERCEPÇÕES RELACIONADAS AO COMPUTO DA PESQUISA

Sabemos que o marketing é essencial para as empresas, caso esse não seja bem administrado a demanda por seus produtos ou serviços poderá sofrer dificuldades, podendo resultar em uma baixa receita que não supere os custos da organização,

causando dificuldades financeiras em empresas independente do segmento, porte e do tempo de mercado.

O que nos leva segundo KOTLER (2013), a alguns dos dez pecados capitais do marketing em que os planos e processos alinhados com uma boa organização para a execução de marketing devem ser necessários para que erros não sejam cometidos dentro das organizações, dessa forma o marketing das empresas se tornam eficientes.

Analisando o âmbito do marketing das empresas dentro da Incubadora Mackenzie, podemos ver que em média os entrevistados usam 54 horas por semana no total em seus projetos, e metade não dedica tempo nenhum ao planejamento de marketing. Dos que dedicam o seu tempo ao Marketing em média trabalham em suas próprias empresas 38 horas e dessas 38 usam 14,2 horas no planejamento de marketing, ou seja, 37%, como pode ser visto de maneira mais ilustrativa na imagem abaixo:

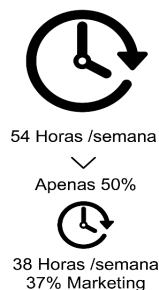


Figura 2: Tempo investido em marketing.

Fonte: flaticon.com (2019)

Dessa forma conseguimos ver que os entrevistados dedicam um tempo muito reduzido ao planejamento de marketing em seus projetos, partindo-se do princípio que muitos estão a pouco tempo no mercado (menos de 2 anos), logo o desenvolvimento e uso dessa área nas empresas é essencial, causando dessa forma deficiências na comunicação dessas empresas com os seus respectivos stakeholders.

Segundo KOTLER (2013), finanças, operações, contabilidade e outras funções organizacionais, não fazem sentido se não houver uma demanda do seu público pelos seus produtos.

Sabemos com os dados do SEBRAE, que a falta de clientes e a falta de conhecimento são dois dos três motivos para as mortes das empresas nos primeiros anos de vida, levando-nos a uma observação interessante, pois no que tange o conhecimento de nível superior, podemos analisar que 5 dos 6 entrevistados não tiveram disciplinas voltadas ao marketing na faculdade, quando isso ocorre existe um movimento natural de busca de conhecimentos em outras fontes, como na internet, livros, redes sociais, com professores e profissionais da área conhecidos, sendo que 2 desses usavam as consultorias da própria

incubadora. E apenas 1 deles (que teve uma disciplina voltada ao marketing na faculdade) contratou um funcionário para lhe ajudar, fato que ao ter consciência da importância e peso desse fator, este empreendedor acabou tomando o devido cuidado para não correr o risco de prejudicar o seu negócio com essa respectiva área da sua empresa, fortalecendo-a estrategicamente com uma complementariedade de conhecimentos provenientes da equipe. Tendo isso em mente conseguimos fazer uma ligação muito clara com a parte qualitativa dos resultados dos empreendedores, em que a média dos entrevistados (segundo eles mesmos) em conhecimento de planejamento de marketing era de 4,33 (escala de 0 a 10), quando foi questionado qual era o nível de aceitação do produto ou serviço no mercado desses, o número se manteve próximo, ficando em 4,66. Sendo assim podemos observar que o nível de aceitação de um produto ou serviço no mercado desses empreendedores, está relacionado de maneira diretamente proporcional com o nível do conhecimento do planejamento de marketing da equipe, e que a prática nessa área dos sócios influencia diretamente nos resultados que eles podem obter no mercado, por consequência determinando a sobrevivência de suas empresas.

Os profissionais de marketing devem decidir quais recursos projetar em um novo produto, estipular preços, onde vender bens ou oferecer serviços e quanto gastar com propaganda, vendas, internet e marketing digital. Essas decisões devem ser tomadas em um ambiente fomentado pela Internet, onde consumidores, concorrência, tecnologia e forças econômicas mudam rapidamente, e as consequências do que os profissionais de marketing dizem ou fazem podem se multiplicar instantaneamente (Kotler, 2013, pág. 02).

Levando assim a uma reflexão, se os empreendedores entrevistados possuem um baixo conhecimento de planejamento de marketing, não dedicam muitas horas do seu projeto a essa área, é possível (com os dados coletados) observar onde ocorrem as reformulações nos seus projetos a partir de um mapa (imagem abaixo) com base nas áreas do canvas, e de acordo com a quantidade e tamanho das figuras, podemos ver a intensidade destas:



Figura 3: Reformulações nas áreas do canvas.

Fonte: itmanagement.com.br (2019)

Analisando a imagem, podemos observar que as reformulações dos projetos se intensificam na Oferta de Valor, nos Canais e no Segmento de Clientes, ou seja, “o que”, “para quem” e “por onde” os empreendedores estão vendendo o valor de seus produtos e serviços, atividades altamente relacionadas ao marketing.

Como segundo KOTLER (2013, p. 4) “Marketing é um processo social pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam por meio da criação, da oferta e da livre troca de produtos de valor entre si.”

Sendo assim, independente da empresa que estiver no mercado, em algum momento ela necessitará realizar alguma ação de marketing, e quando analisado se os empreendedores já tiveram que usar o planejamento de marketing em alguma situação, todos usaram estratégias e táticas das mais variadas como: Precificação; Definição de público alvo; Organização e divulgação de eventos; Artes para stands de divulgação; Identidade visual; Reformulação de sites; Posicionamento e conteúdo em redes sociais; Divulgações por nicho; Feiras e palestras; Ações de Guerrilha (Simples).

De acordo com Kotler (2013, p. 14), “As empresas têm de avançar sempre com seus programas de marketing, inovando produtos, permanecendo em contato com as necessidades do cliente e buscando novas vantagens.”

Porém sabemos que esses empreendedores não tem uma boa afinidade com essa questão, necessitando analisar quais eram as maiores dificuldades para que o seus negócios fossem bem-sucedidos, aparecendo em toda amostra pontos como a falta de acesso a capital de risco, dificuldades burocráticas e críticas das atitudes desestimulantes tomadas pelo governo contra o empreendedorismo, mas isso não representa o escopo principal, visto que todas as startups brasileiras estão expostas a esse tipo de ameaça, e isso se trata de uma variável incontrolável, e nessa questão desejamos focar nos pontos fracos dos projetos, e não em suas ameaças. E é aqui que as coisas ficam interessantes, se observarmos até agora os entrevistados possuem um baixo nível de conhecimento de planejamento de marketing, mas mesmo assim realizam ações voltadas a isso. Quando observamos as maiores dificuldades para que os negócios deles se tornem ou se tornassem bem-sucedidos, podemos ver questões como: Achar clientes; Esperar que os clientes venham até eles; Definições de público-alvo; Agregar valor nos serviços; Posicionamento de comunicação; Comunicação do diferencial do produto; Achar parcerias complementares.

As micro e pequenas empresas, particularmente, nem sempre estão preparadas para os efeitos do aumento da competitividade, haja vista que possuem uma estrutura empresarial mais simples, se comparadas às médias e grandes empresas. Além disso, nem sempre são gerenciadas por pessoas com experiência e/ou formação para exercer essa função (RAUPP, 2006, p. 420).

Ou seja, os entrevistados reconhecem essa deficiência no conhecimento, mas não podem ficar estagnados com os seus projetos, porém quando tentam realizar as ações de

marketing acabam ficando em um beco sem saída, pois estas acabam não dando certo. Observando mais a fundo as dificuldades na implementação do produto ou serviço no mercado temos questões como: Convencer o público de que o seu produto ou serviço era importante, ou seja, mostrar o seu valor; Escolher uma forma de linguagem para se comunicar; Baixa superfície de contato com o consumidor; Falta de compreensão e coesão na comunicação; Fazer com que o cliente enxergue valor no serviço prestado; Mostrar a credibilidade e segurança no serviço ofertado.

De acordo com Ikeda (2007, p.125), empresas de porte pequeno não possuem o hábito de realizar um planejamento formal de marketing, mas isso não exclui o fato de que este é extremamente necessário para o negócio.

Isso mostra que as dificuldades para implementar o serviço no mercado são muito próximas para fazer com que o negócio seja bem sucedido, visto que são recém-ingressados no mercado em sua maioria, e no momento a maior dificuldade nessa fase inicial é justamente ofertar o seu produto e serviço no mercado pela primeira vez, com o intuito de validar a sua ideia o mais rápido possível, tendo um risco adicional fazendo com que essa situação os faça pensar que os seus produtos ou serviços não são bons, mas quando na verdade eles só não foram ofertados para o público correto da forma certa.

Em teoria, o processo de planejamento de marketing consiste em analisar oportunidades, selecionar mercados-alvo, conceber estratégias, desenvolver programas e gerenciar o esforço de marketing. Na prática, porém, nos mercados altamente competitivos que se tornaram a regra, o planejamento de marketing é mais fluido e continuamente atualizado (KOTLER, 2013, p.14).

Sendo assim foi analisado como eles estruturavam as suas ações de marketing e em quais pontos eles acabaram falhando, chegando ao ponto chave da pesquisa, apesar desses empreendedores não terem um conhecimento de planejamento de marketing elevado, absolutamente todos já realizaram alguma ação, desde as mais básicas e alguns (poucos) mais elaboradas, quando estes estavam por conta própria e sozinhos no projeto as ações eram básicas, e muitas vezes falhavam por não serem bem orquestradas e por não terem frequência, já os entrevistados com mais tempo de casa e que não estavam sozinhos no projeto realizavam ações mais complexas, como o exemplo da Zheep (projeto com um tempo de vida acima da média, e com mais de 2 integrantes) e do Agrega (projeto com mais de 2 integrantes). Quando as ações falhavam os entrevistados nem sempre identificavam isso, tornando o risco ainda maior, visto que se você não reconhece os seus próprios erros, não poderá consertá-los.

Segundo COELHO (2015, p. 244), as ações tomadas sobre as atividades de marketing nas pequenas empresas, ainda são feitas de maneira intuitiva, não havendo pesquisas ou estudos para implementar tais ações.

Podendo causar um risco muito grande para a nossa sociedade, visto que este comportamento se repete com vários outros empresários, que por falta de conhecimento

e experiência, acabam não aprendendo com os seus próprios erros, causando a morte de muitas empresas que gerariam empregos e várias outras relevâncias para o nosso corpo social.

6 | PERCEPÇÕES SOB A ÉGIDE DA INCUBADORA MACKENZIE

Sabemos até então que do ponto de vista dos empreendedores o conhecimento em planejamento de marketing acaba muitas vezes não atendendo com as exigências do mercado, alinhado com as estratégias e táticas aplicadas sem resultados, e com as dificuldades em fazer com que os negócios destes se saiam bem na prática. Podendo analisar dessa forma os fatores críticos que levam um negócio ao sucesso ou ao fracasso do ponto de vista da Incubadora Mackenzie, sendo possível colocá-los também de acordo com a perspectiva do canvas em que um bom relacionamento entre as áreas de Oferta de Valor, Segmento de Clientes e Atividades-Chave, influenciam diretamente no progresso que um projeto vai desempenhar.



Figura 4: Tríade do Sucesso no canvas.

Fonte: itmanagement.com.br (2019)

Esses três pontos foram considerados pelo entrevistado como a “Tríade do sucesso” para uma nova empresa, essas áreas possuem um maior peso em um modelo de negócio, uma questão muito interessante, pois, a forma como você vende o seu produto ou serviço (Atividades-Chave), através do seu posicionamento (Oferta de Valor) para o seu público alvo (Segmento de Clientes), é o que define as atividades de Marketing da sua empresa, mostrando que o sucesso de um modelo de negócio, é diretamente ligado ao planejamento de Marketing.

De acordo com KOTLER (2013, p. 2) “O bom marketing não é acidental e resulta de um cuidadoso processo de planejamento e execução que utiliza as mais avançadas ferramentas e técnicas disponíveis.”

Cruzando as informações podemos ver que duas dessas três áreas (Oferta de valor e Segmento de clientes), são as que mais sofrem reformulações nos projetos dos

empreendedores, ou seja, estes precisam realizar essas alterações para conseguirem sucesso no mercado. E seguindo no âmbito dessa questão com as exigências que o mercado cobra das empresas para a sobrevivência, é possível ver que segundo as informações fornecidas pela Incubadora Mackenzie, os projetos que estão na fase da incubadora têm uma taxa de fracasso de 10%, por causa da falta de capital de giro e por falta de adaptação do mercado, algumas vezes esses negócios acabam por causa do relacionamento entre os sócios, todas alinhadas com o cenário brasileiro macro exposto pelo SEBRAE. Já na pré-incubação o ambiente é mais ácido, já que existe uma taxa de desistência muito maior por conta da falta de conhecimento, ausência de pesquisas de mercado, e por causa do psicológico e maturidade do empreendedor por conta do recém ingresso no meio. De 60 projetos que entram na pré-incubadora por ano apenas 5 ficam, $\frac{1}{3}$ destes morre em apenas 6 meses.

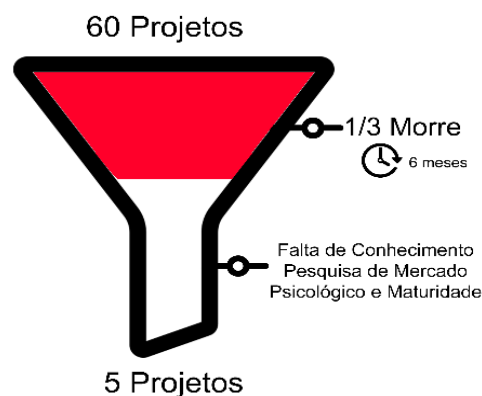


Figura 5: Filtro Incubadora.

Fonte: flaticon.com (2019)

Dessa forma podemos ver que os obstáculos desse filtro que estão relacionados ao planejamento de marketing são: a adaptação do mercado, a falta de conhecimento e a ausência de pesquisas de mercado, ou seja, os mesmos pontos que fazem com que as empresas brasileiras morram (segundo o gráfico já mostrado do Sebrae), se repetem dentro da Incubadora Mackenzie. Um dos pontos citados no gráfico é a falta de presença de ambientes estimulantes, estes que poderiam ser as incubadoras, a vantagem desses empreendedores estarem dentro de uma incubadora seria o networking, a oportunidade do empreendedor conviver com outros, o ambiente estimulante de troca de experiências, além de consultorias especializadas sobre diversos assuntos para o empreendedor. O empresário que tentar trabalhar com o seu projeto sem esse tipo de auxílio pode acabar não desenvolvendo a sua rede de contatos e a troca de experiências com outros semelhantes, tendo um alto risco visto que esses empreendedores precisam de conhecimentos em várias áreas.

É inegável a relevância das incubadoras de base tecnológica no Brasil e sua contribuição para a geração de emprego e renda. O ambiente competitivo e as rápidas mudanças estruturais e tecnológicas exigem adequação contínua do modo de produção e desafiam as empresas à inovação e à criatividade. (BAËTA, 2006, p.15)

Analisando do ponto de vista da incubadora, no que tange o fato do marketing poder aumentar a taxa de sucesso dos incubados no mercado, pode-se observar que existe uma relação extremamente positiva quanto a ligação do tópico com o sucesso. Segundo o diretor da incubadora, o marketing é essencial para o empreendedor principalmente se ele está no início do seu projeto, sendo um dos elementos chave, além disso, foi dito que o marketing está presente intensamente no Canvas em 3 áreas, que são os Canais, Relacionamento e Segmentos de clientes.

Abaixo podemos ver um Canvas contendo as áreas relacionadas ao Marketing, que são julgadas como essenciais, principalmente para um empreendedor recém ingressado no mercado. Sendo que uma delas (Segmento de Clientes), está presente na “Tríade do Sucesso”, e duas delas são duas das mais reformuladas pelos empreendedores (Canais e Segmento de Clientes):



Figura 6: Áreas do Marketing no Canvas.

Fonte: itmanagement.com.br (2019)

Segundo GALVAN (2014, p. 25), o empreendedor sofre muitas dificuldades com a gestão dos seus negócios, tendo como uma das quatro áreas mais críticas o marketing, ocorrendo muitas vezes pela dificuldade em adquirir conhecimentos de gestão.

A falta de conhecimento em planejamento de marketing dos empreendedores é de conhecimento da incubadora, segundo os dados levantados pelo diretor, 90% deles não tem conhecimento sobre os fundamentos do marketing, muitos cursos de graduação não oferecem essa disciplina, mas estes tem as aulas de empreendedorismo, sendo assim, os empreendedores lidam com o básico e tem as consultorias que a própria incubadora fornece. Foi ressaltado ainda que os empreendedores precisam conhecer o mínimo de marketing, da mesma forma que eles não precisam ser profissionais em administração, gestão e outras áreas, o ideal é que os conhecimentos entre os sócios variem entre

as disciplinas de exatas e humanas, dessa forma os conhecimentos sofrem uma complementariedade.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos o como o empreendedorismo é de extrema relevância para a nossa sociedade, visto que de acordo com o SEBRAE (2018), 98% das empresas que existem no Brasil são pequenos negócios (que futuramente podem ter o seu potencial de crescimento), correspondendo a 27% do nosso PIB, fornecendo 50% dos empregos no mercado, outro ponto positivo que temos é o fato da tendência da inovação estar crescendo e sendo fomentada no Brasil como nunca visto antes, basta olharmos a nossa volta e veremos, campanhas de grandes bancos fornecendo benefícios para empreendedores, e novos espaços de inovação dentro de empresas grandes e já consolidadas no mercado. Além é claro do impacto incalculável de benefícios que esse movimento traz para o nosso corpo social, sendo na mobilidade urbana (como por exemplo a Uber e a Yellow), em soluções financeiras (Pic-Pay), até soluções de impacto direto com o governo como as GovTechs (Colab) e em muitos outros segmentos, todas criadas com o objetivo de satisfazer alguma necessidade ou criar um novo mercado. Por isso a presença de ambientes como incubadoras dentro das universidades é tão importante, pois estas canalizam a inovação que os jovens estudantes têm, não permitindo que talentos e soluções criativas sejam desperdiçados, convertendo esses negócios em impactos positivos para a nossa sociedade e economia.

De acordo com o estudo pudemos observar que as três primeiras dificuldades (Segundo SEBRAE) que uma empresa sofre em seus primeiros anos de vida estão relacionadas a falta de clientes, capital e conhecimento, todas essas estão ligadas ao Marketing (tópico também presente), logo a importância deste para as empresas na incubadora e no Brasil é inegável, se o conhecimento de planejamento de marketing dessas empresas fosse maior muitas dificuldades poderiam ser evitadas, já que foi possível observar que o nível de conhecimento de planejamento de marketing é proporcional ao nível de aceitação do seu serviço no mercado, o tamanho tão próximo desses números está relacionado, pois, se observarmos as reformulações no Canvas dos empreendedores, podemos ver que as áreas mais alteradas se concentram na venda do diferencial deles por meio da “Oferta de Valor”, para um Público Alvo no “Segmento de Clientes”, pelo meio de comunicação nos “Canais”, atividades diretamente relacionadas ao Marketing.

Também foi possível analisar que os empreendedores entrevistados, não dedicavam muito tempo dos projetos ao planejamento de marketing, alinhado com um baixo conhecimento sobre o assunto, mas mesmo assim acabavam realizando as mais diversas ações e atividades relacionadas a este, porém ao implementarem estas no mercado,

acabavam sofrendo uma série de dificuldades com questões básicas, deixando-os em um beco sem saída visto que era necessário tomar atitudes de qualquer forma para não ficarem estagnados com os projetos, mas por consequência acabavam não tendo o resultado esperado.

De nada adianta os empresários desenvolverem todas as outras áreas da sua empresa se não existir uma demanda por seus produtos e serviços, necessitando assim de um planejamento de marketing forte, pois caso a situação se mantenha nesse estado, continuaremos testemunhando o grande filtro que a incubadora passa, em que 60 projetos entram por ano e apenas 5 destes (8%), conseguem sobreviver.

É um grande desperdício ver no início do percurso das incubadoras uma sala cheia de empreendedores motivados e com ideias que poderiam contribuir muito com a nossa sociedade, e infelizmente testemunhar uma sala muito mais vazia depois de alguns meses, por simples problemas que na maioria poderiam ser evitados com algumas instruções simples de marketing. Sendo que os dados da pesquisa indicaram que a maioria dos empreendedores da incubadora não possuem matérias e disciplinas na faculdade voltadas ao marketing, fazendo com que estes busquem conhecimento em outras fontes, como as consultorias da incubadora, conhecidos, nos livros e na internet. Mas como relatado e observado com os resultados, apenas essas fontes acabam não sendo o bastante.

Logo é necessário que estes empreendedores tenham um acompanhamento mais forte, para que erros possam ser evitados antes de serem cometidos, e caso aconteçam, que haja o devido cuidado para não os repetir, voltando assim para os problemas de pesquisa, com as suas respectivas respostas, sobre o como o planejamento de marketing pode contribuir para o fortalecimento dos projetos da incubadora Mackenzie.

Foi analisado que o planejamento de marketing pode contribuir para que os projetos da incubadora evitem erros no desenvolvimento da sua ideia, e no conjunto de ações com os seus produtos e serviços, permitindo que estes os testem com o público alvo correto e tirem conclusões certas a respeito, obtendo aprendizados reais, evitando dificuldades de implementação no mercado e por consequência facilitando com que os projetos destes sejam bem-sucedidos. Os empresários devem cumprir com o que propõem no seu modelo de negócio, tendo conhecimentos complementares em relação aos seus sócios e possuir um modelo de negócio que se encaixe bem com a oferta de valor, atividades chave e segmentos de cliente, sempre aprendendo com os seus erros, estando atentos com o que está acontecendo com o mercado, e principalmente tendo muito foco com as suas atividades.

Identificando dessa forma também quais são os maiores desafios que o mercado oferece aos projetos da incubadora Mackenzie, como o planejamento de marketing tem a sua relação, vendo quais são as características e peculiaridades que um empresário incubado deve ter, para obter sucesso com o seu negócio.

REFERÊNCIAS

- BAETA, Adelaide. et.al. **Empreendedorismo nas incubadoras: Reflexões sobre tendências atuais**. Comportamento Organizacional e Gestão, Lisboa, v. 12, n. 1, p.7-18, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0872-96622006000100002&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 06 dez. 2019.
- COELHO, Ricardo. et.al. **Gestão do marketing em micro e pequenas empresas**. Revista REGEPE, Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 4, n. 2, p.219-250, 2015. Disponível em: < <https://www.regepe.org.br/regepe/article/view/197/pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2019.
- DOLABELA, Dolabela Fernando. **O segredo de Luísa: Uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: Como nasce o empreendedor e se cria uma empresa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- DOMINGOS, Domingos Ricca. **Administração e marketing para pequenas e médias empresas de varejo**. São Paulo: CLA Cultural, 2005.
- DORNELAS, José Dornelas; José Carlos. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios**. 5. Ed. Rio de Janeiro: gen, 2014.
- GALVAN, Luciane. et.al. **O cenário do empreendedorismo no brasil e a atuação dos empreendedores como gestores**. Revista da Graduação Publicações de TCC, Porto Alegre, v. 8, n. 2, dez 2014. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/22129/13582>>. Acesso em: 06 dez. 2019.
- IKEDA, Ana. et.al. **Planejamento de Marketing: Um estudo no Contexto Brasileiro**. Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS, São Leopoldo, v. 4, n. 2, p.113-125, 2 ago. 2007. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337228632003>>. Acesso em: 06 dez. 2019.
- KOTLER, Philip Kotler; Kevin L. **Administração de marketing**. 14. Ed. São Paulo: PEARSON, 2013.
- KUAZAQUI, Edmir. et.al. **Administração empreendedora: Gestão e marketing criativos e inovadores**. São Paulo: Évora, 2015.
- RAUPP, Fabiano. et.al. **O suporte das incubadoras brasileiras para potencializar as características empreendedoras nas empresas incubadas**. Revista de Administração - RAUSP, São Paulo, v. 41, n. 4, p.419-430, 18 abr. 2006. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223417480006>>. Acesso em: 06 dez. 2019.
- SEBRAE. sebrae.com.br. **Panorama dos Pequenos negócios 2018, 2018**. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/Panorama_dos_Pequenos_Negocios_2018_AF.pdf Acesso em 04 ago. 2018. il. color.
- SEBRAE. datasebrae.com.br. **Sobrevivência das empresas**, 2016. Disponível em: <http://datasebrae.com.br/sobrevivencia-das-empresas/>. Acesso em: 29 mar. 2018. il. color.

A INFLUÊNCIA DA LIQUIDEZ E DO ENDIVIDAMENTO NA MARGEM EBIT DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 04/05/2020

Jose Matias Filho

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Campinas / SP

<http://lattes.cnpq.br/6881105441861735>

Caio Yudi Kunii

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Campinas / SP

<http://lattes.cnpq.br/8590146084866799>

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar se a rentabilidade, medida pela Margem EBIT, sofre influência significativa dos níveis de liquidez e de endividamento mantido pelas empresas ao longo do tempo. A margem EBIT foi escolhida por representar a rentabilidade no nível operacional da empresa. Trata-se de uma pesquisa quantitativa descritiva, com dados do período de 2015 a 2017 coletados na base de dados Economática®. A amostra foi composta por empresas brasileiras, em geral, de capital aberto listadas na B3, do período anteriormente citado. Os dados foram sujeitos à aplicação do método estatístico regressão linear múltipla. Pôde ser verificado que a variável endividamento

geral possui correlação negativa significativa, durante os 3 anos pesquisados, com a margem EBIT. Já em relação a variável liquidez, também foi constatado uma relação negativa (com a margem EBIT), no entanto, nos anos de 2016 e 2017 não houve significância estatística, considerando p-valor com alfa de 5%. Quanto ao poder de explicação das variáveis em prever a rentabilidade, não foram encontrados números expressivos nos anos pesquisados. Portanto, foi possível observar que apenas a variável endividamento geral possui relevância em explicar a rentabilidade das empresas da amostra no período estudado, não sendo observado o mesmo comportamento na variável liquidez corrente na amostra considerada.

PALAVRAS-CHAVE: Rentabilidade, Liquidez, Endividamento, EBIT.

THE INFLUENCE OF LIQUIDITY AND INDEBTEDNESS ON THE EBIT MARGIN OF BRAZILIAN PUBLIC CAPITAL COMPANIES

ABSTRACT: The aim of this study was to analyze whether profitability, as measured by EBIT margin, is significantly influenced by the liquidity and indebtedness levels maintained by companies over time. The EBIT margin was

chosen because it represents profitability at the operational level of the company. This is a descriptive quantitative survey, with data from 2015 to 2017 collected in the Economática® database. The sample consisted of Brazilian publicly traded companies listed on B3, from the period mentioned above. Data were subjected to the application of the multiple linear regression statistical method. It could be verified that the variable general indebtedness has significant negative correlation, during the 3 years, with the EBIT margin. Regarding the liquidity variable, a negative relation (with the EBIT margin) was also found, however, in 2016 and 2017 there was no statistical significance, considering p-value with alpha of 5%. About the explanatory power of variables in predicting profitability, no significant figures were presented in the years surveyed. Therefore, it was possible to observe that only the general indebtedness variable has relevance in explaining the profitability of the sample companies in the studied period, not being observed the same behavior in the current liquidity variable in the considered sample.

KEYWORDS: Profitability, Liquidity, Indebtedness, EBIT.

1 | INTRODUÇÃO

A elevada competitividade no meio empresarial, e a busca pela otimização do uso de recursos financeiros para gerar maior rentabilidade, criou um cenário em que as demonstrações financeiras se tornaram um instrumento de informações de grande importância. Por meio dessas demonstrações, é possível calcular vários indicadores financeiros, que servem para compreender melhor o que foi feito nos períodos anteriores e seus resultados, servindo como base para fazer ajustes quanto aos investimentos e auxiliar no planejamento financeiro da empresa.

Gitman (2010) afirma que a base da análise das demonstrações financeiras se faz através dos chamados índices financeiros. A utilização de índices financeiros, originados de dados publicados nos Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados das empresas, é muito utilizada nesse cenário. Entretanto, de acordo com Assaf Neto (2005), esses índices devem ser utilizados em conjunto com outros fatores, pois um simples índice, isolado de outros que o complementem, não fornece elementos satisfatórios para uma conclusão eficiente, sendo necessária uma comparação temporal e setorial, como forma de se avaliar de maneira dinâmica o desempenho da empresa, e suas tendências.

Compreendido a necessidade de observar a relação entre os dados dos índices como um todo, esse estudo buscou estabelecer a relação entre a evolução dos indicadores financeiros de liquidez e endividamento das empresas e sua rentabilidade, medida pela margem EBIT.

Assimilado a relevância do assunto, FOI iniciada uma investigação sobre a rentabilidade das empresas, medida por sua margem EBIT, e o grau de influência dos níveis de liquidez e endividamento mantidos pelas empresas ao longo do tempo, através

dos indicadores financeiros extraídos de suas demonstrações financeiras.

Buscou-se tornar mais claro o grau de influência da liquidez e endividamento quanto a margem EBIT, e tornar mais lúcido o modo como se comportam e interagem a partir da análise dos indicadores de diferentes empresas.

Tendo em vista que o entendimento de como os índices financeiros se relacionam entre si e auxiliam na condução das decisões das empresas em geral na busca da geração de valor, esse estudo procurou responder a seguinte questão: há influência significativa da evolução dos indicadores liquidez corrente e endividamento geral na rentabilidade das empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3?

Segundo Ehrhardt e Brigham (2008), a análise das demonstrações financeiras, não é reconhecida como deveria ser, pois afirmam que muitos veem como apenas dados contábeis. Sendo que, as demonstrações são fontes de informações em abundância para aqueles que a usam. Logo, a busca de uma melhor compreensão de como e em que intensidade os índices de liquidez e endividamento interagem com a margem EBIT, pode tornar mais explícito essa relação e facilitar a análise e tomada de decisão dos administradores, investidores, fornecedores, clientes e órgãos reguladores.

A escolha desses dois grupos de índices se deve ao fato que, de um lado, a liquidez é responsável por medir a capacidade da empresa em honrar suas obrigações de curto prazo à medida que sejam devidas, e de outro, os índices de endividamento indicam qual é o volume de dinheiro de terceiros utilizado pela empresa (GITMAN, 2010). Dessa forma, justifica-se a utilização desses dois grupos de índices por serem eles indicadores da movimentação financeira da empresa (entrada e saída de recursos tanto no caso do endividamento como da liquidez), os quais deveriam contribuir para a geração de resultados das empresas, se otimizados.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo foi investigar se a rentabilidade das empresas, medida pela margem EBIT, sofre influência significativa dos níveis de liquidez e de endividamento mantidos pelas empresas ao longo do tempo, através dos indicadores financeiros obtidos de suas demonstrações financeiras.

Afim de cumprir os objetivos citados acima, este capítulo está assim dividido: o item 2 apresenta o referencial teórico utilizado para embasar a pesquisa proposta, seguido do item 3 que trata da metodologia utilizada. No item 4 são apresentados os resultados da pesquisa e sua análise, seguido do item 5 com as considerações finais do estudo.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

A análise de índices se desenvolve através de cálculos e interpretações, a fim de monitorar o desempenho da empresa e são tidas como medidas relativas acerca da evolução da empresa (GITMAN, 2010). No momento de fazer uma análise de índices financeiros de uma empresa, deve-se levar em conta que não há um padrão específico

quanto aos dados de cada um, sendo necessário a criação de critérios próprios para cada empresa (BREALEY; MYERS; ALLEN, 2008).

Groppelli e Nikbakht (2010) afirmam que não convém apenas saber como está o desempenho de sua empresa, pois também é fundamental estar ciente do desempenho dos concorrentes, servindo como mais um parâmetro na hora de uma análise de desempenho. Há, ainda segundo esses autores, três abordagens principais na análise dos índices:

1) Análise do grupo representativo: compara-se os índices de uma mesma data/período com outras empresas ou índice do mesmo setor.

2) Análise de séries temporais: compara-se os índices de vários períodos para estudar sua evolução e desempenho.

3) Análise comparativa: compara-se os índices do setor com o de outras empresas.

De acordo com Assaf Neto (2005), há quatro tipos principais de índices econômico-financeiros de análise, sendo eles: liquidez e atividade; endividamento e estrutura; rentabilidade e análise de ações.

De acordo com Gitman (2010), a liquidez é medida pela capacidade da empresa em quitar suas obrigações de curto prazo, no período determinado. Assaf Neto (2005) afirma que a liquidez mede a capacidade de pagamento das obrigações assumidas pela empresa. Também coloca que há algumas limitações no seu uso, isso se deve ao fato dos períodos de entrada e saída de ativos serem voláteis.

Para Matarazzo (2008), a liquidez serve para mensurar a rigidez da base financeira da empresa. Ressalta também que apesar da organização possuir um bom índice de liquidez, pode ocorrer de não haver o pagamento dentro do prazo.

Há vários tipos de índices de liquidez, no entanto, neste estudo serão citados os de: liquidez corrente, liquidez geral e liquidez seca. No geral, pode se entender que quanto maior o índice de liquidez, melhor é a situação da empresa no que se refere à capacidade de honrar os compromissos financeiros assumidos.

Groppelli e Nikbakht (2010) afirmam que o índice de liquidez corrente demonstra a quantia de ativos que podem ser facilmente liquidados pela empresa, afim de saldar suas dívidas de curto prazo. Também afirmam os autores que esse índice não mede a verdadeira liquidez, pois há ativos que são mais líquidos e outros que são menos. É definido por meio do seguinte cálculo: $I.V.C. = A.C. / P.C.$, onde: I.V.C. = índice de valor corrente, A.C. = ativo circulante e P.C. = passivo circulante.

Igualmente, Gitman (2010) afirma que o índice de liquidez corrente mostra a capacidade da empresa de quitar suas dívidas de curto prazo. Conforme comentado por Assaf Neto (2005), quando o índice está acima de 1, há a circulação de capital de giro líquido positivo; quando se encontra em 1 não há circulação, e quando está apresenta resultado menor do que 1, há um capital de giro líquido negativo.

Com relação ao índice de liquidez seca, Matarazzo (2008) afirma que este serve como um teste para se ter noção de quão bem está a situação financeira da empresa.

Além disso, pode indicar dificuldades quanto a liquidez, mas normalmente, quando há uma boa liquidez corrente, isto não ocorre. Também serve como auxílio para reforçar o resultado indicado pelos índices de liquidez corrente.

Assaf Neto (2005), destaca a existência de fatores como uma menor liquidez quando se trata de estoques, por envolver, normalmente, um processo mais demorado, e também as despesas pagas antecipadamente, que quando recebidas não irão compor os valores a receber, o que acabaria por tornar necessária a retirada desses dois ativos para o cálculo de índice de liquidez seca.

Já para Brealey, Myers e Allen (2008), deve-se levar em conta o fato de haver ativos de maior e menor liquidez. Neste caso, eles veem a incerteza da venda do estoque como um empecilho, já que sem receber pelas vendas não é possível quitar suas dívidas. Levando em conta isto, eles indicam a seguinte fórmula para o cálculo de índice de liquidez seca: $I.L.S. = (A.C. - E.) / P.C.$, onde: I.L.S. = índice de liquidez seca, A.C. = ativos circulantes, E. = estoques e P.C. = passivos circulantes.

Segundo Groppelli e Nikbakht (2010), o índice de liquidez seca levaria em conta apenas ativos de maior liquidez, eliminando o estoque de suas contas. Desse modo, o índice constataria a capacidade de a empresa pagar suas dívidas em uma situação em que as vendas são muito baixas.

Já o índice de liquidez geral demonstra, de acordo com Assaf Neto (2005), a situação financeira da empresa a longo prazo. Sua análise pode ser imprecisa, caso haja muita divergência dos prazos de ativos e passivos. Seu uso deve ser associado a uma análise integral de diversos indicadores financeiros, para que se tenha resultados mais exatos. O índice é determinado pelo seguinte cálculo: $L.G. = (A.C. + R.L.P.) / (P.C. + E.L.P.)$, onde: L.G. = liquidez geral, A.C. = ativo circulante, R.L.P. = realizável a longo prazo, P.C. = passivo circulante e E.L.P. = exigível a longo prazo.

Quanto aos índices de endividamento, Gitman (2010) sustenta a ideia de que estes medem a proporção existente no passivo da empresa que se refere ao financiamento que foi aplicado no ativo total, representando dessa forma o passivo exigível total. De forma geral, quanto maior este índice, maior é o índice de endividamento, e se eleva mais o risco da empresa não ter condições de saldar suas obrigações. O índice pode ser calculado da seguinte maneira: $I.E.G. = P.E.T. / A.T.$, onde: I.E.G. = índice de endividamento geral, P.E.T. = passivo exigível total e A.T. = ativo total.

Para Groppelli e Nikbakht (2010) o índice de endividamento indica a parcela do ativo total que é composta pelo financiamento de terceiros. Seu índice é diretamente proporcional à alavancagem financeira.

Segundo Ross, Westerfield e Jaffe (2009), esse indicador mostra a participação do financiamento de terceiros no ativo total. São de grande interesse para os investidores, visto que, empresas com menores índices são mais propensas a receber investimento, frente à um menor risco de não terem o retorno do dinheiro investido (insolvência). Os autores ainda afirmam que um problema encontrado nesse índice é que não é possível

saber qual a taxa de juros sobre essas dívidas, o que poderia alterar uma decisão de investimento.

Dessa forma, tem-se demonstrado a importância de se acompanhar o desempenho da empresa em seus diversos níveis, onde a preservação de sua liquidez e seu nível de endividamento deve contribuir para a geração de resultado positivo, o qual foi investigado neste estudo.

Com relação ao indicador de rentabilidade lucro operacional, têm-se o LAJI – lucro antes dos juros e imposto de renda, ou EBIT - *earn before interests and taxes*. Este é citado por Assaf Neto (2005) como sendo o resultado operacional da empresa, representando o lucro efetivo gerado pelos ativos da empresa. No seu resultado não estão inclusos os juros e os impostos, possibilitando haver uma análise melhor do desempenho operacional. Inclusive, demonstra que o cálculo genuíno deve reverter a redução das despesas financeiras, consideradas pelos contadores aqui no Brasil como operacional (DAMODARAN, 2004).

Já para Ehrhardt e Brigham (2008), o EBIT representa o desempenho operacional de uma empresa antes do impacto das despesas com juros, que pode ser utilizado para identificar, muitas vezes, fontes de uma margem baixa de lucro líquido. Os autores definem o indicador margem de lucro operacional como sendo o resultado do EBIT dividido pelas vendas (receita líquida) da empresa, indicador este que foi utilizado na pesquisa levada a efeito nesse estudo.

A literatura científica traz inúmeros estudos sobre rentabilidade. Alguns desses estudos são reportados a seguir.

Hall, Kaveski e Hein (2014) analisaram o impacto do endividamento no custo de dívida e rentabilidade nas empresas do agronegócio brasileiro, em comparação a empresas de outros setores, no período de 2006 a 2011. A amostra foi composta por 35 empresas do ramo de agronegócios e 160 fora do ramo, totalizando 195 empresas. Os dados foram coletados por meio de demonstrações contábeis de empresas listadas na BM&FBovespa. O método de estudo utilizado foi o de regressão linear múltipla e a correlação canônica. Por meio destes, concluiu-se que há correlação entre as variáveis, de modo que se pode constatar um impacto maior na rentabilidade em empresas de agronegócio.

Marques e Milani (2017) verificaram se o retorno das empresas industriais é afetado pela variação da liquidez nas empresas do setor industrial, no período de 2005 a 2013. A amostra foi composta por 34 empresas listadas no Índice Setorial de Empresas Industriais (INDX). Por meio da análise das regressões lineares do ROE, ROI e ROA, separadamente com os índices de liquidez geral, corrente e seca, admitindo-se um erro máximo de 5%, chegou-se à conclusão de que o ROA e o ROE não podem ser explicados pela liquidez, mas o ROI pode, demonstrando que com o aumento da liquidez espera-se a redução do ROI.

No estudo de Pimentel, Braga e Casa Nova (2010) buscou-se esclarecer duas

questões: se os indicadores de liquidez e rentabilidade no curto prazo apresentavam relação negativa e se no médio e longo prazo demonstravam relação positiva. A amostra foi composta por 96 empresas brasileiras do setor de comércio varejista, no período de 2000 a 2003. Os indicadores usados foram, taxa de retorno sobre o patrimônio líquido e o índice de liquidez corrente. Os resultados obtidos confirmaram a primeira hipótese de correlação negativa entre as variáveis e não conseguiu confirmar uma correlação positiva no médio/longo prazo.

Em outro estudo, Pimentel e Lima (2011) abordaram a questão da relação entre os indicadores de liquidez e rentabilidade no longo prazo, usando agora um período maior. Os dados usados foram dos trimestres dos anos de 1995 a 2009 com 22 empresas do setor têxtil brasileiro listadas na Bovespa. O tipo de teste utilizado no estudo foi o de causalidade de Granger, com os indicadores de liquidez seca e retorno sobre investimento. Os autores puderam observar, empiricamente (pelas evidências), que há uma correlação positiva entre os indicadores, no entanto, os resultados do teste de causalidade de Granger demonstram que não é possível chegar a nenhuma conclusão concreta sobre o assunto.

Já o estudo de Dos Prazeres *et al* (2015), teve como propósito analisar os determinantes do endividamento, no curto e longo prazo, nas empresas do setor de telecomunicações brasileiro com o uso das Teorias do *static trade-off* (STT) e da *pecking order theory* (POT). Os dados usados foram de 7 empresas entre o período de 2002 e 2013 e foram analisados com a metodologia de regressão múltipla com dados em painéis. Foram cinco variáveis independentes, dentre elas a de rentabilidade. Os autores chegaram aos resultados de que no curto prazo há uma relação negativa entre os indicadores de endividamento e rentabilidade, apesar do nível de significância ter ultrapassado um pouco os 10% e no longo prazo não houve evidências estatísticas suficientes para se chegar a uma conclusão.

3 | METODOLOGIA

O presente estudo teve caráter quantitativo, pois teve como base a análise de dados obtidos nos índices financeiros calculados das demonstrações financeiras publicadas pelas empresas (LAKATOS; MARCONI, 2017). Tratou-se de uma pesquisa descritiva, sabendo-se que houve o uso da coleta de dados para que fosse efetuada a análise das relações entre as variáveis (GIL, 2008).

A amostra deste trabalho foi composta por empresas de capital aberto listadas na B3 nos anos de 2015 a 2017. Foram coletados os dados de suas demonstrações financeiras necessários à realização da pesquisa proposta.

Os dados da pesquisa foram coletados principalmente na base de dados Economática®, em periodicidade anual, referente aos anos de 2015, 2016 e 2017. Também foram consultados os sítios eletrônicos das entidades oficiais do mercado financeiro:

B3, CVM, e eventualmente das empresas participantes da pesquisa, na medida de sua necessidade.

Os dados coletados foram submetidos aos cálculos para a obtenção dos índices de liquidez corrente e endividamento geral (variáveis independentes) necessários à pesquisa, onde sua evolução ao longo dos anos foi comparada com a margem EBIT (variável dependente), através da aplicação do método estatístico regressão linear múltipla, descrito em Fávero *et al* (1019), que apresenta a seguinte equação geral: $Y_j = \alpha + \beta_1 X_{1j} + \beta_2 X_{2j} + \dots + \beta_k X_{kj}$, onde foi possível verificar a existência ou não de significância estatística entre essas variáveis, no intuito de responder o problema de pesquisa proposto.

Devido a observância de dados com grande dispersão de valores, na amostra considerada, foi implementado um trabalho de eliminação de *outliers*, que segundo Fávero *et al* (2009), são definidos como valores que estão fora do padrão, em um conjunto de dados, que são considerados discrepantes e que podem reduzir a qualidade dos resultados. De acordo com os autores, para verificar a possível presença de um *outlier*, é necessário observar se: $X^* < Q_1 - 1,5.(Q_3 - Q_1)$, ou $X^* > Q_3 + 1,5.(Q_3 - Q_1)$, onde: X^* representa o valor considerado como *outlier*; e Q_1 e Q_3 representam respectivamente o primeiro e o terceiro quartis da amostra.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra inicial coletada na base de dados Economática® compunha-se inicialmente de 610 empresas. Dessas, as seguintes quantidades de dados (empresas) foram excluídos, devido a não apresentarem informação suficiente para os cálculos necessários à consecução da pesquisa:

Tipo	2015	2016	2017
Em branco	103	83	67
"0"	74	75	70
Outliers	72	68	61
Total	249	226	198

Tabela 1: Dados excluídos da amostra.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A variável EBIT foi utilizada como base para a exclusão dos dados acima, pelo fato de ser esta a variável dependente, objeto da investigação deste estudo. Para determinação dos *outliers* foi utilizado o procedimento descrito no item 3.5, onde os valores extremos resultantes foram retirados da amostra. O resultado foi a participação de 361 empresas no ano-base 2015, 384 no ano-base 2016 e 412 no ano-base 2017.

A estatística descritiva dos dados utilizados é demonstrada na tabela 2, abaixo, onde percebe-se que a mediana se apresentou menor que a média em todas as variáveis estudadas, e também o desvio padrão, em torno da média, é maior que esta em todos os casos. Isto mostra uma grande dispersão dos dados da amostra, sugerindo comportamentos não homogêneos de liquidez, endividamento e EBIT nas empresas estudadas, ao longo do período.

Variável	Ano	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desv. Padr.	C. V.	Obs.
DIV	2015	62,669	36,872	0	4120,1	286,54	4,5724	361
	2016	61,039	32,566	0	3848,4	287,45	4,7093	384
	2017	5,012	1,255	0,0047	1006,1	49,84	9,9429	412
LIQ	2015	2,357	1,265	0,0084	56,7	5,49	2,3288	361
	2016	2,223	1,161	0,0051	83,8	5,52	2,4843	384
	2017	52,056	30,22	0	3777,3	220,76	4,2408	412
MEBIT	2015	5,234	3,899	-14,867	27,2	7,48	1,4293	361
	2015	5,107	3,9284	-14,531	25,3	6,96	1,3637	384
	2015	4,326	3,3356	-13,49	24	6,43	1,4855	412

Tabela 2: Estatística descritiva das variáveis.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.1 Análise das regressões multivariadas

A técnica de dependência adotada nesta pesquisa para a análise dos dados e seus resultados foi a da regressão linear multivariada. Os resultados obtidos, para cada ano, estão reportados a seguir.

A Tabela 3, abaixo, reporta os resultados da regressão linear múltipla efetuada entre as variáveis do estudo, para o ano de 2015:

Variáveis Independentes	Fator	Resultado
Liquidez	Coef. de regressão	-0,11013
	Desv. Padrão	0,0343929
	P-value	0,0015
Endividamento	Coef. de regressão	-0,0016
	Desv. Padrão	0,0002353
	P-value	<0,0001
Coef. De determinação		0,010611
Tamanho da amostra		361

Tabela 3: Resultados das regressões multivariadas no ano de 2015.

Fonte: Elaborada pelos autores.

No ano de 2015 os resultados mostram que tanto a liquidez quanto o endividamento foram significantes em influenciar a variável EBIT. O sinal dos coeficientes, ambos

negativos, sugerem que, quanto menor a liquidez e o endividamento, melhores são os resultados do EBIT. O R^2 pressupõe uma baixa influência das variáveis independentes na rentabilidade das empresas medida através da margem EBIT, de pouco mais de 1%.

Já para o ano de 2016, foram obtidos os seguintes resultados:

Variáveis Independentes	Fator	Resultado
Liquidez	Coef. de regressão	-0,07043
	Desv. Padrão	0,0747197
	P-value	0,3465
Endividamento	Coef. de regressão	-0,00131
	Desv. Padrão	0,0002261
	P-value	<0,0001
Coef. De determinação		0,006437
Tamanho da amostra		384

Tabela 4: Resultados das regressões multivariadas no ano de 2016.

Fonte: Elaborada pelos autores.

No ano de 2016, o resultado da liquidez resultou não significativo, considerando p-valor acima de 5%. Quanto à variável endividamento, a mesma resultou significativa em influenciar a variável EBIT, com o mesmo sinal do ano anterior, negativo, sugerindo também que quanto menor o endividamento, melhor o resultado do EBIT. O R^2 foi menor que 1%, pressupondo uma baixa influência desta variável na determinação do índice EBIT.

Já para o ano de 2017, os seguintes resultados foram obtidos:

Variáveis independentes	Fator	Resultado
Liquidez	Coef. de regressão	-0,00149
	Desv. Padrão	0,0014222
	P-value	0,2959
Endividamento	Coef. de regressão	-0,01873
	Desv. Padrão	0,0063
	P-value	0,0031
Coef. De determinação		0,023815
Tamanho da amostra		412

Tabela 5: Resultados das regressões multivariadas no ano de 2017.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com relação ao ano de 2017, novamente a variável liquidez resultou não significativa,

com p-valor maior que alfa. Já a variável endividamento obteve p-valor menor que 1%, mostrando-se, portanto, estatisticamente significativa como variável explicativa da rentabilidade das empresas da amostra, medida pelo índice EBIT. O sinal do seu coeficiente resultou negativo, corroborando com os resultados dos anos anteriores, sugerindo que quanto menor o endividamento das empresas (da amostra), maior a rentabilidade. O poder explicativo deste ano foi de 2,4%.

De maneira geral, a variável independente endividamento mostrou-se robusta em explicar a variável dependente EBIT, com resultados significantes e sinal consistente com a teoria estudada, em todo o período considerado.

Já a variável liquidez não demonstrou a mesma robustez, sendo significativa em explicar a variável dependente apenas no período inicial da série, e com sinal negativo, o que é contra intuitivo considerando-se a função financeira atribuída a esta rubrica do balanço patrimonial das empresas, qual seja, indicar a capacidade da empresa em fazer frente às suas necessidades de desembolso, no curto prazo, tornando a operação da empresa possível, ou seja, a produção, venda, entrega e recebimento do seu faturamento, que resultam na rentabilidade esperada do negócio, aqui medida pela rubrica EBIT, ser maximizada.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar se a rentabilidade, medida pela margem EBIT, sofre influência significativa dos níveis de liquidez e endividamento das empresas ao longo do tempo, considerando o período de 2015 a 2017.

Foi possível observar uma correlação negativa, significativa, quanto ao endividamento, durante os 3 anos estudados, corroborando com os estudos do Hall, Kavesky e Hein (2014) e Dos Prazeres (2015).

Já com relação à liquidez, embora não tenha apresentado significância estatística em 2 dos 3 anos analisados, apresentou uma correlação negativa significativa no ano de 2015, resultado também demonstrado no estudo de Pimentel, Braga e Casa Nova (2010) em que estudavam a relação das variáveis no curto e médio / longo prazo. Outro estudo que também reforça essa tendência é o de Marques e Milani (2017), no qual foi constatado a relação inversa entre a liquidez e o ROI.

Levando-se em conta que não houve significância estatística da variável independente liquidez nos anos de 2016 e 2017, não foi possível confirmar a existência de uma relação aceitável com esta variável ao longo do tempo. Já com relação a variável endividamento, está mostrou-se capaz de influenciar a rentabilidade das empresas, medida pelo EBIT, na amostra e períodos estudados, em que pese o baixo poder explicativo.

Conclui-se, portanto, que o presente trabalho atingiu os objetivos buscados, trazendo

novas evidências sobre o objeto de pesquisa. Considera-se, entretanto, as evidentes limitações do presente estudo, tanto com relação à amostra de empresas, quanto ao período de tempo, além das variáveis utilizadas e métodos estatísticos aplicados, os quais podem e devem ser revisitados e ampliados em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BREALEY, R. A.; MYERS, S. C.; ALLEN, F. **Princípios de finanças corporativas**. 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

DAMODARAN, A. **Finanças Corporativas: teoria e prática**. 2ª. Ed., Porto Alegre: Bookman, 2004.

DOS PRAZERES, R. V.; SAMPAIO, Y, S, B., LAGIOIA; U. C. T., SANTOS, J. F.; MIRANDA, L. C. Fatores Determinantes do Endividamento: um Estudo Empírico no Setor de Telecomunicações Brasileiro. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, [S.l.], v. 18, n. 2, aug. 2015.

EHRHARDT, M.C.; BRIGHAM, E. F. **Administração financeira: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

FÁVERO, L. P. L.; BELFIORE, P.P; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. da, & Chan, B. L.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT E. **Administração Financeira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

HALL, R. S.; KAVESKI, I. D. S.; HEIN, N. Análise do endividamento e o impacto no custo da dívida e rentabilidade das empresas do agronegócio brasileiro listadas na BM&FBovespa. **Custos e @gronegócio**, v. 10, n. 4. p. 39-59, out./dez. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, G. T.; MILANI, B. Influência da liquidez sobre a rentabilidade: análise das empresas listadas no INDX no período de 2005 a 2013. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 45, p. 143-159, jun. 2017.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PIMENTEL, R.; BRAGA, R.; CASA NOVA, S. Interação entre rentabilidade e liquidez: um estudo exploratório. **Revista de contabilidade do mestrado em ciências contábeis da UERJ**, América do Norte, 10 jan. 2010.

PIMENTEL, R.; LIMA, I. S. Relação trimestral de longo prazo entre os indicadores de liquidez e de rentabilidade: evidência de empresas do setor têxtil. **Revista de administração**, São Paulo, v.46, n.3, p.275-

289, jul aset. 2011.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. **Administração Financeira: Corporate Finance**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2009.

GESTÃO DE PESSOAS EM PROJETOS NO WALT DISNEY WORLD

Data de aceite: 30/07/2020

Beatriz Dantas Marques

Universidade Presbiteriana Mackenzie

São Paulo – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/7371092519818645f>

Virgínia do Socorro Motta Aguiar

Universidade Presbiteriana Mackenzie

São Paulo – São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/1988287416623207>

RESUMO: O presente trabalho desenvolveu pesquisa sobre o como e o porquê as estratégias de Gestão de Pessoas em Projetos dentro do complexo Disney têm se tornado um referencial para outras organizações. Almejou-se desenvolver um estudo cujo objetivo geral foi: identificar as políticas de Gestão de Pessoas em conjunto com as práticas de Gestão de Projetos dentro do complexo Disney, de maneira a compreender o que a diferencia das demais organizações. Os objetivos específicos do estudo foram: Identificar o estado da arte da literatura de Gestão de Pessoas e de Projetos com aplicações no complexo Disney e verificar as principais habilidades de um gerente de projetos, aplicando-as ao contexto de gestão da empresa Disney. Por meio de análise da

literatura já existente sobre a Gestão de Pessoas dentro do contexto de Gestão de Projetos com foco nas experiências retratadas pela literatura do Walt Disney World, contatou-se, dentre os principais resultados obtidos, que além das habilidades técnicas, o principal fator que influencia na excelência do Complexo Disney é a escolha de como tratar as pessoas como parceiros da organização. Essa opção, utilizada pela Disney desde o princípio da organização, transforma as pessoas em fornecedoras de conhecimentos, habilidades, competências, tornando-as parte essencial da organização, agregando valor e vantagem competitiva às empresas.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de Pessoas. Gestão de Projetos. Disney World.

PEOPLE MANAGEMENT IN PROJECTS ON WALT DISNEY WORLD

ABSTRACT: The present study pursued to understand how and why the strategies of People Management in Projects within the Disney Complex have become a reference for other organizations. It was hoped to develop a study whose general objective was: identify the policies of People Management in Project Management within the Walt Disney World, in order to understand what makes it different from

the other companies. The specific objectives were: identify the state of the art of literature about People and Project Management in the Disney Complex, and to verify the key skills of a project manager and apply them to the Disney management context. Through the analysis of existing literature about People Management in Project Management, focusing on Walt Disney World, the main result was that in addition to the technical skills, the main factor that influences the excellence of the Disney Complex is the choice to treat people as partners in the organization. This alternative, used by Disney from the beginning of the organization, transforms people into suppliers of knowledge, skills and competences.

KEYWORDS: People Management. Project Management. Disney.

1 | INTRODUÇÃO

Em um mundo globalizado, dinâmico e competitivo, observa-se que volátil, incerto, complexo e ambíguo são palavras usadas para descrever a realidade mundial no terceiro milênio, formando a sigla VUCA (Volatility, Uncertainty, Complexity e Ambiguity), um conceito criado para explicar o mundo Pós-Guerra Fria que se tornou essencial para entender a transformação disruptiva que acontece no contexto atual. A facilidade, a grande quantidade e o pequeno tempo em que se tem acesso às informações transformou as funções dos profissionais e as formas que estes se comportam em relação às suas obrigações (MACK; KHARE; KRÄMER; BURGARTZ, 2016).

Trazendo os conceitos empresariais clássicos para a atualidade, observa-se que uma boa gestão, principalmente quando se trata da gestão de pessoas, oferece oportunidades excelentes para a empresa e para qualquer negócio, projetando um ambiente de qualidade, saudável e prazeroso, criando possibilidades de aprendizagem e crescimento em diversas ações de reconhecimento, engajando e motivando os colaboradores com frequência, fazendo com que os funcionários se sintam envolvidos e comprometidos, produzindo mais e trazendo benefícios (WARR, 2007).

A empresa Walt Disney Company tem sido considerada como exemplo em aspectos relevantes da administração, na perspectiva da valorização dos profissionais, no bem-estar dos colaboradores e na administração do comportamento interno, o que torna relevante estudar e explorar as práticas e os diferenciais dentro do complexo Disney, de maneira que se possa entender como seus funcionários são tão eficazes em seu ambiente de trabalho, principalmente quando se trata de fazer ideias ganharem vida, o que acontece dentro da área de projetos, onde desenvolver o capital humano e intelectual faz diferença, aumentando a eficiência das empresas.

Frente à esta introdução, é relevante questionar: Como e por que as estratégias de Gestão de Pessoas em Projetos dentro do complexo Disney têm se tornado um referencial para outras organizações?

O estudo em questão teve como objetivo geral identificar as políticas de Gestão

de Pessoas em conjunto com as práticas de Gestão de Projetos dentro do complexo Disney. Os objetivos específicos do estudo são: Identificar o estado da arte da literatura de Gestão de Pessoas e de Projetos com aplicações no complexo Disney e verificar as principais habilidades de um gerente de projetos aplicando-as ao contexto de gestão da empresa Disney.

2 | DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

Com as mudanças que o mundo globalizado vem passando desde meados da década de 1980, com o crescente desenvolvimento tecnológico reverberando em todo o globo, nem todas as empresas conseguiram se ajustar aos desafios atuais. Por isso, faz-se necessário compreender que a Gestão de Pessoas e Gestão de Projetos deixaram de ser áreas que interessam apenas aos profissionais da área, e passaram a ser preocupação de todos os colaboradores, incluindo os que exercem cargos de liderança e gestão (LADEIA, 2011).

2.1 Conceitos gerais de gestão de pessoas

Para Gil (2017), Gestão de Pessoas é a função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos tanto organizacionais como individuais. Outra forma de conceituar o tema é entender a Gestão de Pessoas como a sistematização de uma rede de relações mantidas entre as pessoas e os grupos no ambiente de trabalho.

Lawler III (2003) afirma que tratar bem as pessoas e os colaboradores é fundamental para a consecução da efetividade e do sucesso organizacional. Tanto as pessoas quanto a organização precisam ser bem-sucedidas, e uma não pode alcançar o sucesso sem a outra. Para o autor citado “tratar bem as pessoas” abrange consequências tanto para a organização quanto para os colaboradores. Para as organizações, agrega-se a habilidade de atrair talentos, retê-los e motivá-los a atingir a excelência. Para as pessoas, os resultados vêm em forma de um trabalho mais interessante, maior controle de suas carreiras e maiores recompensas.

Apesar de ser um viés da gestão de pessoas que enxerga a vantagem competitiva partindo da habilidade organizacional de atrair, reter, motivar, organizar e gerenciar pessoas talentosas, dando imensa importância ao investimento no capital humano e intelectual, ainda seria necessário que esta fosse complementada com outras visões, abordando-se também as dinâmicas e as especificidades organizacionais para que fosse criada uma perspectiva completamente válida sobre a Gestão de Pessoas.

Com a evolução da gestão de pessoas, suas funções foram delineadas e separadas em categorias, que Toledo (1989) aponta: as atividades de atração, manutenção,

motivação, treinamento e desenvolvimento do pessoal de um grupo de trabalho. Funções muito semelhantes com o sistema da gestão que Gil (2017) apresentou anteriormente.

Toledo (1989) chama a atenção ao afirmar que motivar também é uma função da gestão de pessoas, fortalecendo o bem-estar dentro da organização. Motivação é o estado de ânimo expresso em comportamento por um indivíduo ou grupo, e quando os profissionais de gestão motivam seus colaboradores, estão elaborando uma série de ações que buscam criar e manter alto o estado de disposição das pessoas. O estado de motivação positivo gera boa criatividade e produtividade, mas, mais importante que o reflexo dos estados motivacionais na produção de mercadorias e serviços é o reflexo no próprio desenvolvimento do ser humano.

2.2 Conceitos gerais de gestão de projetos

O Project Management Body of Knowledge – PMBoK (2017) define Projeto como um esforço temporário, com início, meio e fim definidos para criar um produto ou serviço único e elaborado progressivamente. A expressão produto ou serviço único traz a ideia de que por mais similar que seja o resultado de um projeto, sempre existirão diferenças em alguma dimensão. Segundo Guido (2007), o cumprimento bem-sucedido do objetivo de um projeto é delimitado pelos seguintes fatores: escopo, custo, cronograma e satisfação do cliente.

Verma (1996) ressalta como as pessoas são a essência dos projetos, pois são elas que determinam se um projeto terá êxito ou não – definir os objetivos, organizar, planejar, direcionar, coordenar e monitorar as atividades dos projetos. Por tanto, os gerentes de projeto devem desenvolver algumas habilidades interpessoais, como comunicação efetiva, motivação, gestão de conflitos, gestão de estresse, negociação e liderança.

Segundo Carvalho (2009), no ambiente de projetos, quatro passos são necessários para melhor gerenciar as pessoas: Planejar os papéis de que o projeto necessitará; montar a equipe; desenvolver a equipe; e gerenciar o trabalho da equipe. Assim, com uma equipe bem gerenciada, os projetos se tornam mais acessíveis, e a equipa se mantém bem entrosada e converge para um único objetivo, o que, no contexto atual, é um grande diferencial.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Gil (2009), pesquisa “é o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”, e para Fontenelle (2017), se encaixa no perfil de uma pesquisa aplicada, isto é, aquela que visa responder uma questão já apresentada, e o pesquisador não busca apenas gerar um novo conhecimento, mas também aplicá-lo na prática, a fim de exemplificar as respostas encontradas.

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa aplicada onde foi realizada

uma pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações, artigos e monografias buscando-se interpretações de diversos autores sobre o tema estudado. Quanto ao objetivo, esta é uma pesquisa exploratória, que busca identificar e caracterizar um fato ou um fenômeno, tornando-o mais claro. Segundo Fontenelle (2017) é uma investigação quase pioneira, inovadora, criativa e cabível em relação a assuntos cujo conhecimento seja bem pouco desenvolvido.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, pois esta tem um caráter subjetivo, onde o pesquisador analisou e interpretou os dados, buscando os conceitos, princípios, relações e significados (FONTANELLE, 2017), sendo que o critério para os resultados não é numérico, nem exato, e sim valorativo.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se classifica como um Estudo de Caso, onde são evidenciadas as características específicas da organização, observando-se particularidades, práticas e políticas. Nesse contexto a pesquisa se classifica ainda como bibliográfica e documental, utilizando como fontes de pesquisa, livros, artigos e textos de caráter científico, coletados em plataformas de pesquisas digital e em bibliotecas.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Walt Disney World: História, contexto e administração

A Walt Disney Company (2013) é uma companhia multinacional estadunidense, subdividida em Parks and Resorts, Studios, Media Networks, Consumer Products e Interactive Media Group (Pederson, 2014). Existem 6 complexos localizados, por ordem de inauguração, na Califórnia, na Flórida, em Tóquio, em Paris, em Hong Kong e em Shangai. O presente estudo abrange apenas os parques que se localizam em Orlando, Florida, nomeado Walt Disney World, contando com quatro parques temáticos: Magic Kingdom, Epcot, Disney Hollywood Studios e Animal Kingdom, atribuindo-lhe o caráter de um projeto único. A partir dessas informações se tem uma ideia do Complexo Walt Disney World, e um aspecto se faz relevante: a satisfação dos clientes ao visitarem os parques, Connelan (2010), acredita que uma das razões disso é a qualidade do serviço daqueles que trabalham nesse local.

Segundo o Walt Disney World News (2018), cerca de 70 mil pessoas trabalhavam no Walt Disney World, e aproximadamente 1.2 bilhões de dólares são gastos anualmente em salários e 475 milhões de dólares em benefícios para os funcionários, no ano da pesquisa. Passa-se, portanto, a pensar no time que está por trás disso, na equipe de gestão do complexo, principalmente no staff de Gestão de Pessoas, que além de selecionar quem fará parte do grupo, dão treinamento e condições para que seus funcionários se desenvolvam, trabalhem bem, e ainda cuidem da avaliação de desempenho e de recompensas para todo o time, mantendo toda a equipe engajada e em perfeita harmonia.

4.2 Gestão de pessoas em projetos no Walt Disney World

No atual contexto em que as organizações estão inseridas, segundo Verma (1996), a Gestão de Pessoas deixou de ser uma preocupação apenas da área, e passou a ser uma responsabilidade de todos dentro da empresa, já que a Gestão de Pessoas sozinha não é capaz de atender e acompanhar todas as faces e complexidades dos compromissos modernos.

Nesse cenário, segundo Verma (1996), os gerentes de processos se tornam peças chave no contexto humano da organização, pois quando querem competir a nível mundial precisam ser capazes de aperfeiçoar continuamente os processos de negócio e desenvolver um ambiente que conduz a inovação, atingindo melhor os resultados quando leva em consideração o lado humano ligado com os processos de negócio.

Surge um novo perfil de gestor de projetos: que deve ser capaz de captar os anseios e interesses da sua equipe, transformando isso em força motriz para alcançar os resultados. Tanto para Verma (1996), quanto para Camarini & Sousa (2006), os gerentes de projeto devem desenvolver algumas habilidades interpessoais, como comunicação efetiva, motivação, gestão de conflitos, gestão de estresse, negociação e liderança.

Walt Disney, idealizador de todo o império Disney que existe hoje, foi um exemplo extraordinário de Gestor de Projetos com foco na Gestão da Pessoas. Seguindo o princípio: “Sonhe, acredite, ouse e faça”, Disney projetou parte dos parques antes de sua morte, e Capodagli e Jackson (2006) documentam algumas de suas ações que foram marcantes nesse contexto, enquanto Connelan (2010) apresenta as práticas usadas atualmente nos parques, onde gestores de projetos profissionais ainda persistem nas táticas inigualáveis de Disney.

Serão relacionadas e explicadas nas próximas subseções, divididas segundo as habilidades interpessoais que Verma (1996) citou: comunicação efetiva, motivação, gestão de conflitos, gestão de estresse, negociação e liderança.

4.2.1 Comunicação Efetiva

A Comunicação Efetiva inclui todas as atividades e comportamentos nos quais informações e ideias são transferidas entre o gerente de projeto e as pessoas que estão trabalhando no projeto. (VERMA, 1996).

Dentro do complexo Disney, a comunicação é parte essencial da cultura organizacional cultivada dentro da organização. Cockerell (2018), ex presidente do Magic Kingdom, elege a comunicação como um dos fatores mais importantes para o sucesso do Walt Disney World, tanto com os clientes, como com os funcionários, não podendo haver distinção entre a cordialidade e a efetividade da comunicação entre os gestores do mais alto escalão e com o operário que desenvolve o trabalho mais simples.

Uma amostra do princípio de comunicação efetiva, é que desde os dias de treinamento, a cultura organizacional da Disney e a maneira como as coisas acontecem são comunicadas para todos os futuros membros da equipe. Essa prática foi desenvolvida pelo Walt Disney, e quando alguns dos novos gestores tentaram mudar a maneira como o treinamento ocorria, a performance de todos os setores da organização caiu. A Comunicação Efetiva, seja dentro da área de projetos ou não, é primordial para alcançar a alta performance. Walt Disney, um excelente gestor de projetos, desenvolveu dentro da área de projetos da Disney, um Centro de Planejamento, com a finalidade de facilitar a comunicação e a criação de novas ideias, juntando vários elementos dentro de uma única sala, propiciando que as instruções dele enquanto gestor de projetos fossem cumpridas com mais eficiência. (CAPODAGLI; JACKSON, 2006).

4.2.2 Motivação

Existem várias teorias para a motivação, e uma das mais aplicadas é a de Maslow (2017). De acordo com esta teoria, o ser humano possui diversas necessidades que podem ser separadas em categorias hierarquizadas. As categorias são: Necessidades Fisiológicas, de Segurança, Sociais, de Status e Estima e de Auto Realização, em ordem da mais básica para a mais complexa.

Os níveis de Necessidades Fisiológicas e de Segurança muitas vezes estão relacionados com o salário que cada colaborador recebe, uma vez que ele é a maior fonte de suprimento de necessidades orgânicas e a segurança pessoal. De acordo com o site INDEED (2018) – onde se pode acompanhar informações reais de funcionários de determinadas empresas – 48% dos funcionários do Walt Disney World acreditam que são pagos de maneira justa. Esses dados foram coletados diretamente de 1258 empregados, de 2017 a 2018.

As necessidades sociais, de status e estima se referem a atividade social, amizade e a ser reconhecido como uma pessoa competente. Com base nas informações do INDEED (2018), o clima dentro da organização, que favorece o suprimento das necessidades sociais e de reconhecimento, depende muito do gestor que está liderando as equipes para que torne a experiência agradável e satisfatória.

O último nível, a Necessidade de Auto Realização, estaria ligado com todo o processo de motivação, com o sentir que ir trabalhar é algo prazeroso, que não é feito apenas para suprir suas necessidades básicas. O papel de tornar esse cenário possível, majoritariamente está nas mãos dos gestores, que estão em contato recorrente com os colaboradores.

4.2.3 Gestão de Conflitos e de Estresse

Segundo Dinsmore (2004), conflito é o afloramento da discordância entre indivíduos, e o estresse é o resultado gerado pelas mudanças e conflitos. Para chegar em um mesmo objetivo, os membros da equipe podem enxergar caminhos diferentes, eles também possuem expectativas, emoções e pensamentos discordantes, o que acaba gerando mais conflitos, por isso, o conflito se faz necessário pois gera incentivo para a inovação, criatividade e mudança, uma vez que o *status quo* foi alterado. Sendo assim, a função do Gerente de Projetos é coordenar e administrar os conflitos de maneira construtiva para aprimorar a performance da equipe e atingir os objetivos discutidos de maneira eficiente, amenizando as disputas e conflitos que desencadeiam no estresse. (VERMA, 1996)

No contexto do Walt Disney World, todos os colaboradores passam por um treinamento intenso a fim de interiorizar a cultura organizacional da Disney, que inclui a gestão de conflitos. Um exemplo que reflete a maneira como esse valor é levado a sério aconteceu em 1955, quando Walt Disney inaugurou a Disneylândia. Inicialmente, os seguranças do parque eram terceirizados, o que gerou uma discordância entre o ideal dele e a maneira com que os seguranças agiam, assim, Disney mudou a maneira que a segurança era feita dentro dos parques: dispensou a empresa terceirizada e passou a treinar todos, sem exceção, os funcionários que viriam a trabalhar ali. A maneira com que ele geriu o conflito foi tão eficaz que a solução dada foi espalhada por todo o complexo Disney (CAPODAGLI; JACKSON, 2006).

4.2.4 Negociação

A fim de conciliar o interesse de duas ou mais partes, buscando-se reduzir os conflitos e o estresse, a negociação se faz habilidade essencial para o gestor de projetos. Segundo Verma (1996), os gerentes de projetos devem ser capazes de negociar com os técnicos e gerentes envolvidos sobre os recursos, prioridades e responsabilidades. Negociam com os clientes com relação às mudanças de escopo, cronograma, orçamento e performance. Além de negociar com os membros da equipe acerca das questões que surgem durante o ciclo de vida do projeto.

Connellan (2010) afirma que os colaboradores da Disney eram exímios negociadores, defendendo seu ponto de vista e nunca abrindo mão dos seus ideais, isso faz com que a excelência dentro da Disney seja tão notória. Fazer com que toda sua equipe acredite em uma visão, e faze-los defende-la, requer grande habilidade como negociador, pois sempre haverá divergências e conflitos dentro de um grupo de pessoas. Mesmo que acredite no seu ideal, às vezes, o gestor terá que ser flexível para reduzir os conflitos e estresses.

4.2.5 Liderança

Saber como comunicar-se com os envolvidos, motivar os membros da equipe, gerenciando os conflitos e o estresse, sendo capaz ainda de negociar, requer uma aptidão sólida quanto a liderança. Liderança é o processo de criar uma visão para os outros, ter o poder de transformar essa visão em realidade e sustentá-la. (VERMA, 1996).

A partir do momento em que Walt Disney criou um senso de comprometimento entre os funcionários e o show, foi observado que ele era um líder nato. Questionar cada um dos trabalhadores da construção do Magic Kingdom – de eletricitas a executivos – o que eles achavam de determinada atração, até chegar onde nenhum defeito mais conseguia ser encontrado, mostra a preocupação dele com as ideias e o respeito para com a opinião de cada um, caracterizando um verdadeiro líder, pronto para guiar qualquer projeto para o sucesso. (CAPODAGLI; JACKSON, 2006).

Alguns passos foram descritos por Capodagli e Jackson (2006) para que a Metodologia Disney pudesse ser entendida e incorporada na maneira de agir dos gestores, eles são listados a seguir:

1. Dê uma chance de sonhar a todos os membros da sua organização, e incorpore esses sonhos com criatividade;
2. Fique firme nas suas crenças e princípios;
3. Trate os clientes como convidados;
4. Dê suporte, empodere e recompense seus funcionários;
5. Crie relações de longo tempo com seus fornecedores e parceiros;
6. Se atreva a correr riscos calculados em ordem de fazer aflorar ideias inovadoras;
7. Treine extensivamente e constantemente reforce a cultura da organização;
8. Alinhe a visão de longo prazo com a execução de curto prazo;
9. Use a técnica de *storyboarding* para resolver problemas de comunicação e planejamento;
10. Preste atenção aos detalhes.

Os princípios citados se fazem indispensáveis para os gestores de projetos, pois no contexto atual, ter domínio de habilidades técnicas não garante o sucesso do seu projeto nem da sua equipe, mas a inteligência interpessoal se torna um diferencial dentro a grande concorrência do mercado, e sua aplicação dentro do Walt Disney World é um grande exemplo desse conceito.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de compreender como a gestão de pessoas dentro do contexto de projetos se faz um diferencial dentro o Complexo Disney, o presente estudo atingiu seu

objetivo inicial, visto que a grandiosidade do Walt Disney World e a maneira afetuosa com que as pessoas se referem a essa cultura organizacional pode ser explicada por conta do enfoque nas habilidades interpessoais.

Organizações que não compreendem a importância de seus colaboradores sempre encontrarão maiores dificuldades em seu trajeto. E isso é um grande diferencial dentro da Disney, que tem como principal objetivo entreter, informar e inspirar as pessoas ao redor do mundo fazendo com que cada um de seus funcionários se transformem em membros da equipe de projetos, inclusive os chamando de Membros do Elenco, independentemente de seu trabalho, com todos seguindo em um só ideal.

E assim, é possível comparar a Metodologia Disney e as Habilidades Interpessoais indispensáveis para um gestor de projetos que Verma (1996) sintetizou, apresentados no quadro 3, confirmando-se como a gestão de pessoas em projetos está completamente associada com as estratégias do Walt Disney World. Atingindo, assim, o objetivo geral desta pesquisa, comparando as políticas de gestão de pessoas em projetos dentro do contexto da Disney.

Habilidades Interpessoais, segundo Verma (1996)	Metodologia Disney
Comunicação Efetiva	- Treine extensivamente e constantemente reforce a cultura da organização; - Use a técnica de <i>storyboarding</i> para resolver problemas de comunicação e planejamento.
Motivação	- De suporte, empodere e recompense seus funcionários.
Gestão de Conflitos e de Estresse	- Trate os clientes como convidados; - Preste atenção nos detalhes; - Alinhe a visão de longo prazo com a execução de curto prazo.
Negociação	- Fique firme nas suas crenças e princípios; - Crie relações de longo tempo com seus fornecedores e parceiros; - Se atreva a correr riscos calculados em ordem de fazer aflorar ideias inovadoras.
Liderança	- De uma chance de sonhar a todos os membros da sua organização, e incorpore esses sonhos com criatividade.

Quadro 3: Habilidades Interpessoais contra Metodologia Disney

Fonte: Autoria própria, 2019.

Portanto, com base no que foi discutido ao longo da pesquisa, propõe-se que, além das habilidades técnicas, o principal fator que influencia na excelência do Complexo Disney, é a escolha entre tratar as pessoas como simples recursos ou como parceiros da organização. Como recursos, eles são padronizados, uniformes, inertes e precisam ser administrados; nesse sentido, as pessoas constituem parte do patrimônio físico na contabilidade organizacional, o que significa “coisificar” as pessoas. A outra alternativa, que é usada pela Disney desde o princípio da organização, é visualizar as pessoas como

parceiros das organizações, se transformando em fornecedoras de conhecimentos, habilidades, competências e a mais importante contribuição para as organizações: a inteligência que proporciona decisões racionais e que imprime significado e rumo aos objetivos relacionados ao alcance das metas organizacionais.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA PEARSON. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2010.
- BURGARTZ, Thomas; KRAMER, Andreas; KHARE, Anshuman; MACK, Oliver. **Managing in a VUCA World**. Switzerland: Springer Chem, 2016.
- CAMARINI, Gládis; SOUSA, Valter João. **As habilidades do gerente de projetos: um fator de sucesso para as organizações**. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/read/article/view/40103/25562> >. Acesso em: 27/04/2019.
- CAPODAGLI, Bill; JACKSON Lynn. **The Disney Way**. McGraw-Hill Osborne Media, 2006.
- CARVALHO, Marly Monteiro; RABECHINI JR., Roque. **Gerenciamento de projetos na pratica 2: casos brasileiros**. São Paulo: Atlas, 2009.
- CONNELAN, Tom. **Nos Bastidores da Disney**. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DINSMORE, Paul Campbell. **Gerenciamento de Projetos: Como gerenciar seu projeto com qualidade, dentro do prazo e custos previstos**. 5ªed. São Paulo: Qualitymark, 2004.
- GIL, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas. Enfoque nos Papéis Profissionais**. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 2017.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo, Atlas, 2009.
- FONTENELLE, André. **Metodologia científica**. 2017. Disponível em: <www.andrefontenelle.com.br/tipos-de-pesquisa>. Acesso em: 26 mar. 2018.
- GUIDO, Jack; CLEMENTS, James. P. **Gestão de Projetos**. 3ª ed. São Paulo, Cengage Learning, 2007.
- INDEED.COM. **Walt Disney World Jobs**. 2018. Disponível em: < <https://www.indeed.com/q-Walt-Disney-World-jobs.html>>. Acesso em: 12 de dez. 2018.
- LADEIA, Renato. **Terceirização: Solução ou Precarização das relações de trabalho**. 2001. Disponível em: < <https://administradores.com.br/noticias/terceirizacao-solucao-ou-precarizacao-das-relacoes-do-trabalho> >. Acesso em: 12 de dez. 2018.
- LAWLER III, Edward. **Treat People Right!** San Francisco: Jossey-Bass, 2003.
- MASLOW, Abraham. **A Theory of Human Motivation**. New York: Barnes & Noble: 2017.
- PEDERSON, Jay. **International Directory of Company Histories**, Detroit, St. James Press, 2014.
- PMI. **A Guide to the Project Management Body of Knowledge (PMBOK® Guide)**, 6ª ed., Project Management Institute, 2017.

TOLEDO, Flavio De. **Administração de pessoal, desenvolvimento de recursos humanos**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1989.

WALT DISNEY WORLD NEWS. **Walt Disney World in Brief**, 2016. Disponível em: <<http://wdwnews.com/fact-sheets/2015/11/01/walt-disney-world-overview-world-in-brief/>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

VERMA, Vijay. **Human Resource Skills for the Project Manager**. Vol. 2. Project Management Institute USA, 1996.

WARR, Peter George. **Work, Happiness and Unhappiness**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2007.

MODELO SEE-NOW, BUY-NOW COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA DENTRO DA MODALIDADE FAST-FASHION NA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 02/05/2020

Liliane Melo de Lima

Universidade Presbiteriana Mackenzie

São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/0179884257595545>

Ana Lúcia Pinto da Silva

Universidade Presbiteriana Mackenzie

São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/0639943399125625>

RESUMO: O objetivo desse projeto é identificar e apresentar os principais desafios conjunturais e estruturais para a inserção da modalidade see-now, buy now na cadeia têxtil-confecção no Brasil como estratégia de elevação competitividade. Para responder à questão central de pesquisa desse projeto, adota-se como conceito de competitividade a visão dinâmica de que uma empresa competitiva é aquela com capacidade de “formular e implementar estratégias concorrenciais que lhe permitam conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado”. Isso implica, de acordo com Porter (2002), a renovação das vantagens competitivas por parte das empresas, seja pelo processo

produtivo (vantagens de custo), seja pelo relacionamento com o consumidor (qualidade do produto e outros atributos de diferenciação). (COUTINHO; FERRAZ, 1994, p. 18). Para responder a questão central de pesquisa desse trabalho, será realizada uma revisão da literatura sobre as principais conceitos de competitividade setorial. A pesquisa será de natureza exploratória valendo-se de dados oficiais e estatísticas descritivas, a partir da descrição e da elaboração de indicadores de estrutura, conduta e desempenho dos segmentos da cadeia têxtil-confecção. Buscar-se-á ainda identificar as principais percepções que agentes relacionados têm dos desafios do setor, dos aspectos de competitividade e da relação entre as suas atividades empresariais e a atuação governamental no segmento em que atuam.

PALAVRAS-CHAVE: See now buy now. Indústria têxtil. Estratégia competitiva.

SEE-NOW MODEL, BUY-NOW AS A
COMPETITIVE STRATEGY WITHIN THE
FAST-FASHION MODALITY IN THE TEXTILE
INDUSTRY IN BRAZIL

ABSTRACT: The objective of this project is to identify and present the main conjuncture

and structural challenges for the insertion of the see-now, buy now modality in the textile-confection chain in Brazil as a strategy to increase competitiveness. In order to answer the central research question of this project, the competitive view is that a competitive company is the one with the capacity to “formulate and implement competitive strategies that allow it to maintain, in a sustainable way, a sustainable position in the market “. This implies, according to Porter (2002), the renewal of competitive advantages by companies, either by the productive process (cost advantages) or by the relationship with the consumer (product quality and other attributes of differentiation). COUTINHO; FERRAZ, 1994, p. 18). To answer the central question of research of this work, a review of the literature on the main concepts of sectorial competitiveness will be carried out. The research will be of exploratory nature using official data and descriptive statistics, from the description and elaboration of indicators of structure, conduct and performance of the segments of the textile-confection chain. Also, identify the main perceptions that the actors related have of the sector’s challenges, aspects of competitiveness and the relationship between its business activities and the governmental action in the segment in which they operate.

KEYWORDS: See now buy now. Textile industry. Competitive strategy.

1 | INTRODUÇÃO

A modalidade de venda see-now, buy-now (veja agora, compre agora) é uma tendência internacional de consumo imediato nas grandes semanas da moda. Nessa nova modalidade é possível comprar uma peça de roupa recém saída das passarelas em menos de 24 horas. Trata-se de uma aderência da indústria têxtil do Brasil a uma estratégia competitiva que é tendência internacional do mundo da moda. O modelo de vendas praticamente instantâneo aos lançamentos traz algumas vantagens ao consumidor, tais como, evita cópias antes do lançamento e também fomenta ainda mais as vendas, pois atende o desejo de adquirir as peças imediatamente após o desfile.

Essa nova modalidade de vendas, no entanto, requer uma mudança enorme no sistema de produção, já que o que está sendo desfilado precisa estar pronto para a venda, e não ser ofertado após seis meses do desfile. A estrutura produtiva e as habilidades já constituídas, o amplo mercado consumidor com demanda reprimida e sensível à renda e às condições de financiamento, além das possibilidades de exploração de diferenciação de produtos com base em aspectos culturais e de comportamento, oferecem ao Brasil um potencial de crescimento nessa modalidade de produção e venda.

Adicionalmente, as transformações socioeconômicas internas, resultado das políticas econômicas, mudaram o perfil de consumo e influenciaram a oferta e a demanda de empregos industriais e de competências, assim como, nas capacidades das empresas (BRUNO, 2016, P. 18). Entretanto, a configuração atual do setor em nível internacional requer estratégia de inovação e de promoção de novos produtos, adoção de novos

insumos, novas estratégias de marketing e moda, massificação e ganhos de escala etc.

No entanto, aspectos institucionais e regulatórios brasileiros podem dificultar a inserção desse segmento nas cadeias globais de valor. Da mesma forma que os fatores sistêmicos podem interferir negativamente na sua capacidade de obter e renovar vantagens competitivas. Sendo assim, são objetivos específicos da pesquisa:

- Analisar os elementos constituintes do modelo Estrutura-Condução-Desempenho e da Nova Economia Institucional para discutir do ponto de vista teórico o conceito de competitividade setorial;

- Apresentar as características de estrutura, condução e desempenho da cadeia têxtil-confecção no Brasil por meio da análise de seus setores componentes;

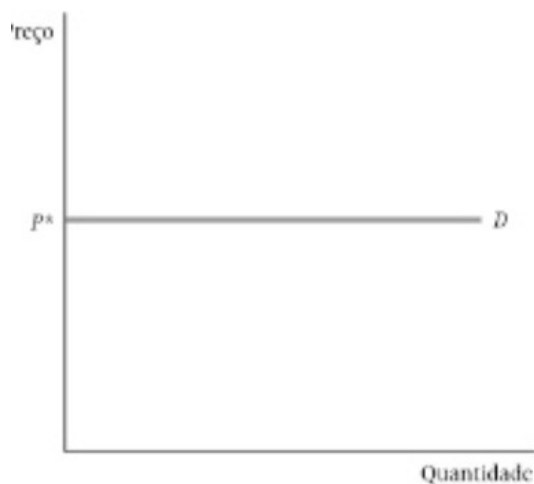
- Estudar a competitividade e as estratégias da indústria no contexto da fast-fashion;

2 | DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

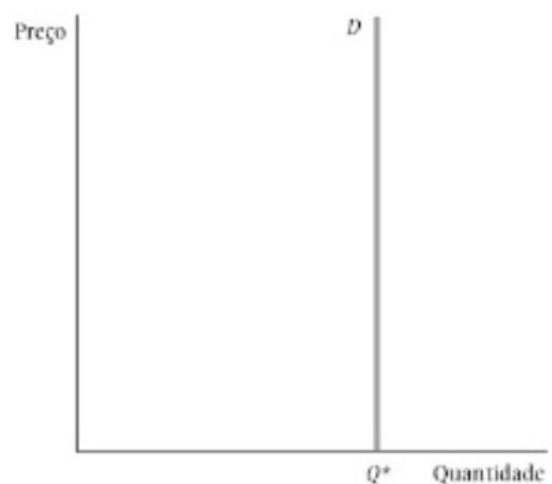
“Consumidores são pessoas que compram bens e serviços para si mesmas ou para outros, e não para revendê-los ou usá-los como insumos” (CHURCHILL, 2005, p. 146). A decisão de compra de um consumidor começa no reconhecimento de uma necessidade, que pode ser categorizada de diversas formas, como a urgência em adquirir um bem que é preciso para sobrevivência, ou até mesmo através da vaidade, como o desejo de compra de um item que impressione e demonstre um status.

Ao longo da história da moda, o poder de mercado das grifes dentro da indústria têxtil se mostrou diretamente relacionado a estratégias de marketing e a dimensão da fama das marcas em questão, e por não serem produtoras de bens de primeira necessidade, esses fatores acabam por exercer extrema relevância no crescimento de empresas desse segmento, pois tem a função de despertar o desejo de compra em seu público, que no caso das grifes, por exemplo, deve considerar que a utilidade e a satisfação em adquirir tal bem seja tão maior que a de seus substitutos, que o comprador se disponha a pagar preços exorbitantes.

O conceito de elasticidade explica de que formas uma variável pode ser afetada por outra. “Trata-se de um número que nos informa a variação percentual que ocorrerá em uma variável com reação a um aumento percentual em outra variável” (Pindyck, p.27). Dessa forma, através das leis de oferta e demanda é possível identificar uma resposta na procura por um bem após uma mudança no preço, sendo esse conceito amplamente utilizado para mensurar a reação dos consumidores em frente a mudanças em variáveis econômicas. Pindyck explica que quanto maior a variação da quantidade vendida em relação a mudanças no preço, mais elástica é a demanda desse bem, ao passo que bens que possuem uma reação pequena ou nula em resposta às variações do preço possuem uma demanda que tende a ser inelástica.



Demanda totalmente elástica



Demanda totalmente inelástica

Podemos relacionar o conceito de elasticidade com a estratégica competitiva em discussão, o *see now buy now*, devido a dois fatores que podem exercer influência na demanda, que além de preço, são o tempo e a renda do consumidor. Quanto mais tempo o cliente tiver durante o processo de tomada de decisão, maior será a procura por bens substitutos e a avaliação da real necessidade desse bem, além disso, quanto maior a renda do consumidor, menor é a utilidade marginal do valor monetário que esse indivíduo vai despendar ao comprar um bem de luxo, sendo assim, quando a renda da população aumenta o consumo desse tipo de produto cresce em maior proporção.

Com a revolução tecnológica as estratégias de divulgação das empresas tomam proporções exponencialmente maiores e as imagens de seus produtos passam a alcançar novos nichos de mercado, que na maioria dos casos possuem demanda menos inelásticas que a de seus primeiros consumidores devido às condições inferiores de renda do novo público e ao elevado preço dos produtos discutidos anteriormente. Portanto, para entender como esses fatores se relacionam com as estratégias competitivas das empresas, é preciso avaliar o “modelo de etapas” para a tomada de decisão de compra proposto por Engel, Blackwell e Kollat em 1968. Neste modelo, é pressuposto que um indivíduo passa por 5 estágios que envolvem decisão de adquirir um bem, sendo eles: reconhecimento do problema, busca de informações, avaliação de alternativas, decisão de compra e comportamento pós-compra.

1 –Reconhecimento do problema: Partindo da existência de uma defasagem entre a situação real do individuo e uma condição ideal, é reconhecida uma necessidade, que pode ser funcional ou social, e provocada por estímulos internos ou externos.

2- Busca de informações: Com o aumento do interesse pelo bem, o individuo inicia uma busca de informações pelo produto desejado, que pode ser uma procura maior ou menor dependendo da relevância do bem.

3- Avaliação de alternativas: A partir das informações recolhidas o consumidor

avalia como adequar suas necessidades, as características objetivas do objeto, ou seja, sua funcionalidade, e também as subjetivas, como o valor agregado a marca e sua reputação.

4- Decisão de compra: A decisão de adquirir ou não o bem é tomada, e em caso positivo, são resolvidas outras questões como onde efetuar a compra e o método de pagamento.

5- Comportamento pós compra: O consumidor avalia se o produto se adequou a suas necessidades e pondera sobre sua percepção de satisfação ou decepção em relação ao bem, compartilhando opiniões sobre a marca e se tornando ou não um cliente fiel. Sendo assim, nessa fase a internet pode exercer grande impacto para os produtores, pois facilita a disseminação de opiniões, influenciando as decisões de inúmeros consumidores.

Com o avanço das redes sociais e da divulgação em massa os desfiles de moda deixaram de ser um evento em que revendedores conheciam o que estava sendo produzido para a próxima temporada, e se tornaram uma forma de disseminar o desejo pelas peças mostradas pelo mundo inteiro, porém, ao passo em que cresce a facilidade em acompanhar as novidades do mundo da moda, aumenta a demanda por um acesso rápido aos itens mostrados nos desfiles, e assim, surge entre as grandes marcas o questionamento sobre a real vantagem do prazo de aproximadamente 6 meses entre os desfiles e a chegada das peças às lojas e como essa demora pode influenciar no processo de decisão de compra de consumidores cada vez mais imediatistas

Um período de tempo tão longo até que o consumidor alcance o produto que viu no desfile pode fazer com que o desejo do público em adquirir as peças apresentadas seja reduzido, o indivíduo passa mais tempo recolhendo informações e analisando alternativas, além disso o bem pode acabar perdendo sua exclusividade, devido a rapidez da divulgação de peças nas redes sociais se torna mais fácil a produção de falsificações este acaba por se tornar precocemente obsoleto. Sendo assim, surge como solução o *see now buy now*, modelo de estratégia competitiva no qual as peças desfiladas são disponibilizadas imediatamente ou até um mês depois do evento, reduzindo o tempo de espera e atendendo a demanda imediatista dos clientes, aproveitando uma situação de tomada de decisão mais rápida e menos racional, em que os consumidores são instigados a agir por impulso e adquirir as peças logo após sua exibição enquanto ainda possuem uma sensação maior de necessidade daquele bem.

Durante a semana de moda de Londres em 2016 a Burberry se tornou a primeira grife à aderir ao modelo, respondendo às intenções de seus clientes, estreitou laços com seus compradores ao permitir que tivessem acesso a coleção no mesmo dia e revolucionou todo o mercado da moda ao mostrar uma nova forma de relacionamento com o consumidor, inaugurando uma nova era em que a indústria da moda se adapta aos novos modelos de consumo. Para tal feito, precisou revolucionar também em seus processos produtivos e se adaptar ao novo calendário, começando pelo processo de design que foi adiantado em

cerca de 4 meses. Além disso, os exemplares que anteriormente eram exibidos apenas nos desfiles ficaram prontos meses antes para que pudessem ser fotografados para a campanha publicitária, a produção em massa foi antecipada para que os itens fossem enviados para o mundo todo em tempo de estarem disponíveis para compra imediatamente após o desfile de lançamento da coleção.

Abaixo, linha do tempo do novo modelo de produção da Burberry:



Burberry's Operational Timeline | Ilustração: Costanza Milano para BoF

Seguindo a estratégia iniciada pela Burberry, outras marcas como Moschino e Versace se envolveram com o see now buy now ao desenvolver a ideia de capsula, após os desfiles apenas algumas peças da coleção são disponibilizadas, enquanto o restante continua sendo confeccionado de acordo com o modelo padrão de produção. A possibilidade de compra imediata dos produtos faz com que o consumidor consiga realizar seus desejos antes que o objeto em questão fique saturado, o que é extremamente importante quando se fala em volume de vendas, pois, com esse modelo não haveria tempo para que o cliente decidido a comprar mudasse de ideia, segundo os números divulgados pela Tommy Hilfiger, os acessos no site da empresa aumentaram em 900% nas 48 horas após um de seus desfiles em que a empresa aderiu ao sistema.

Com o início da nova estratégia surge também a questão da adaptação dos veículos de imprensa, pois com todo o processo produtivo adiantado a coleção inteira passaria previamente por etapas que antes ocorriam apenas depois dos desfiles, dessa forma poderiam ocorrer vazamentos de informações. “A imprensa e o lojista vão ter acesso às coleções antes para fotografá-las e decidir as compras. E vai haver um contrato entre o jornalista e a marca, com embargo dessas imagens até o desfile”, explicou Paulo Borges em entrevista ao Estadão.

Em contrapartida, o que algumas marcas alegam não aderir o modelo pois para atender a demanda logo após os desfiles, a produção deve começar 6 meses antes do evento, o que dificulta o sigilo sobre as peças durante esse período e pode acabar com a surpresa do lançamento, mesmo assim, o modelo see now buy now seria eficaz no combate às cópias pois como a produção é adiantada não haveria tempo entre o lançamento e a venda, para que copistas produzissem falsificações e além disso, para que marcas de fast fashion se inspirassem e criassem coleções replicadas das grifes em tempo de competir em vendas. O see now buy now se mostra por esse ponto uma ferramenta que nesse sentido estimula a criatividade e beneficia tanto o consumidor como a própria indústria da moda.

Miuccia Prada em entrevista para o *Woman's Wear Daily* afirmou: *“Até o momento, não conseguimos ver um sentido para isso. Em seis meses, todo mundo fica sabendo de tudo. Certamente, a nossa forma de trabalhar, com tecidos feitos por nós, que levam dois meses para serem criados, dois meses para a produção... demoramos cerca de quatro meses para produzir tudo do desfile até a chegada na loja, para fazer isso de fato bem. Você pode fabricar tudo de qualquer maneira e segurar a divulgação até meses depois; fingir que acabou de ser feito; mas com uma coleção que você cria pelo coração - que tipo de entusiasmo que você pode ter de mostrá-la no desfile? Você vai congelá-la? É um pouco estranho. Você acaba comprando apenas itens seguros; é menos criativo e menos interessante. É verdade que a criatividade está em risco. Ou então você terá que bloquear a comunicação, o que seria contra a tendência. Todos devem ficar em silêncio durante quatro meses, desde os produtores de tecidos até os compradores e jornalistas? Ainda estou para entender como isso pode funcionar.”*

Pascal Morand, presidente executivo da *Fédération Française de la Couture*, listou as principais vantagens e desvantagens da estratégia see now buy now, entre as vantagens, podemos citar:

- Satisfação imediata do cliente: uma experiência de compra facilitada e imediata, ao invés de esperar por meses até que o produto seja disponibilizado.

- As peças são expostas e lançadas na mesma temporada, assim os clientes não precisam se planejar com antecedência como antes, quando peças e precisavam esperar até a estação para a qual a coleção foi criada.

- No período intermediário entre a estréia de uma passarela e sua data real de venda, muitas lojas fast-fashion trabalham para produzir versões mais baratas do look e satisfazer os desejos dos clientes. Algumas pessoas acreditam que, ao tirar essa janela de produção, haverá menos cópias no total, já que os produtos de moda rápida podem estar fora da tendência (ou fora da estação) no momento em que são produzidos.

Morand lista também alguns pontos negativos da estratégia, ao explicar que um resultado do modelo “see now buy now” é que os consumidores recebem imenso controle sobre o que é criado: as peças de que gostam instantaneamente serão produzidas em

massa e provavelmente recriadas ao longo do tempo, acabando com qualquer tendência que leve mais tempo para ser apreciada.

Como Morand enfatiza, “Interagir mais intimamente com os consumidores é claramente um imperativo para marcas de todos os tipos, mas em um certo ponto a ideia de ser ‘orientado pelo consumidor’ enfraquece o tipo de abordagem “creative push” que leva à inovação genuína. Isso ocorre porque os consumidores normalmente preferem mudanças suaves e incrementais”. Ele acredita que o período normal de espera ajuda a alimentar um desejo maior dos clientes por tendências mais incomuns ou inovadoras.

Além disso, o modelo traz consigo um grande risco financeiro, já que exigirá o pré-ordenamento sem saber até que ponto ele será vendido (no sistema atual, você pode ter uma noção clara da demanda por meio de pré-vendas). Embora algumas das marcas maiores e bem financiadas possam ter recursos para isso, será especialmente difícil para as marcas mais jovens que não têm a mesma capacidade, explica Morand.

Em 2018, o modelo estratégico foi retirado do São Paulo Fashion Week após a saída de algumas Grifes que não concordam com o see now buy now, o modelo acabou se tornando inviável até mesmo para marcas de grande escala, como no caso da Ellus, que teve baixas nas vendas e um alto número de peças que não vendidas em uma coleção de 2017, sendo assim o projeto de adequar o evento completamente ao see now buy now não será posto em prática, ficando a critério das marcas participantes da semana de moda.

Segundo Paulo Borges, “O see now, buy now’ virou um slogan que dá a falsa impressão que tudo que foi desfilado estará disponível instantaneamente no varejo. Mas a chegada de uma coleção é um processo, feito em etapas”. Um desfile nem sempre é uma amostra exata do que será comercializado, muitas vezes as peças desfiladas demonstram apenas um conceito que será aplicado na coleção em si, sendo, portanto, inviável a disponibilização simultânea dos produtos no varejo pois o que os clientes encontram nos eventos não é necessariamente o que será encontrado nas lojas.

Segundo dados do IBGE (2013), a cadeia produtiva têxtil brasileira se caracteriza por uma estrutura pulverizada, na qual existem muitas pequenas empresas prestando serviços a grandes marcas, sendo 60% das firmas deste segmento formadas por cinco ou menos trabalhadores. Dada esta estrutura, existe uma capacidade limitada de que as confecções se adaptem rapidamente às mudanças abruptas de preferências do consumidor e às novas tendências do mercado. A defasagem tecnológica e a falta de planejamento de produção são fatores contribuem para a dificuldade de adequação da produção.

Coleções completas enfrentam um gap de cerca de 4 meses para chegarem as lojas, indicando um fracasso no pressuposto imediatista da estratégia aplicada no Brasil, com isso, consumidores possuem mais tempo para avaliar e decidir a compra e durante esse processo a estratégia perde tanto nas compras por impulso que deixam de ser realizadas, quanto nas expectativas do público que vem se acostumando cada vez mais a

ter suas demandas atendidas rapidamente. Além disso, com a demora as marcas falham em combater falsificações, já que desde a divulgação até a chegada do produto nas lojas existe tempo suficiente para a fabricação de cópias.

É notável que a estrutura da indústria têxtil europeia possui diversas vantagens em relação à indústria brasileira, a qual ainda enfrenta grandes problemas de logística que encarecem todo o processo e aumentam os prazos, o que dificulta a execução de novas estratégias que exigem um certo imediatismo, esses problemas estruturais inviabilizam o see now buy now para as menores marcas e como exposto no caso da Ellus, pode atrapalhar até mesmo o processo de marcas já consolidadas e que possuem uma grande reputação no mercado, o investimento em produção não deve ser feito apenas pelas marcas interessadas, mas toda a cadeia produtiva da indústria têxtil brasileira precisa passar por mudanças para se adequar ao novo modelo de mercado, não só isso, mas toda a capacidade logística do país deve ser revista para que seja possível acompanhar o crescimento desse e de outros setores. A falha da implementação do see now buy now no Brasil, e seu sucesso em outros países evidencia a defasagem brasileira tanto em maquinário e capacidade de produção, como nos fatores que correspondem à deveres do Estado, aos problemas com os métodos de transporte e distribuição, que fazem com que o país que apesar de ter uma indústria têxtil forte e competitiva, fique atrás do resto do mundo devido a burocracia e a dificuldade de execução de novas estratégias.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a necessidade de que o mercado da moda acompanhe as tendências de estilo de vida e os novos desejos de seus consumidores, com um mercado cada vez mais imediatista se torna um desafio adequar o processo de produção para atender os novos modelos de demanda, nesse sentido, o see now buy now se mostra extremamente eficaz quando bem executado, capaz de fomentar as vendas e aumentar os lucros das empresas que aderiram à prática, sem deixar de aumentar a satisfação do consumidor. Conclui-se, portanto, que o modelo apenas se torna benéfico nos casos em que é aplicado por empresas que possuem a devida capacidade financeira e produtiva para adiantar os processos sem perder em qualidade e em criatividade, e que durante a execução do projeto de coleção o sigilo das partes envolvidas é essencial.

Apesar da dificuldade em coleta de dados e em observar os resultados dessa estratégia, devido à sua recente implementação e crescimento no mercado da moda, pode-se afirmar que seu fracasso em alguns casos se deve a incapacidade de algumas empresas de cumprir com os pressupostos do modelo, não necessariamente por incompetência no planejamento logístico, mas sim devido à falta de estrutura para realizar todas as etapas do processo produtivo em menor tempo e com maior eficiência, o que é evidenciado nos casos de marcas brasileiras que testaram o modelo e acabaram falhando na entrega dos

resultados esperados, produzindo coleções inferiores e tendo problemas na distribuição dos produtos pelo país, o que desaponta o consumidor e causa uma diminuição nas vendas, lucros, e na satisfação do cliente.

REFERÊNCIAS

HOANG, Limei. **How Burberry is operationalising see now buy now**. Disponível na Internet via: <https://www.businessoffashion.com/articles/intelligence/how-burberry-is-operationalising-see-now-buy-now>

IBGE. **Cadastro Central de Empresas**, 2013.

JÚNIOR, Wagner. **Conceito elasticidade e fatores da elasticidade**. Disponível na Internet via: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/conceito-elasticidade-e-fatores-da-elasticidade/36935/>

MICHELS, Thiara. **See now buy now, entenda o fenômeno e quem já aderiu**. Disponível na Internet via: <http://institutoburgobrasil.com.br/blog/22see-now2c-buy-now22---entenda-o-fenomeno-e-quem-ja-aderiu>

PINDYCK, Robert S. RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. Pearson Brasil, 2006.

PORTELA, Carmen. O Marketing e o Comportamento do Consumidor. Disponível na Internet via: http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3488.pdf

SCHIFFER, Jéssica. **Pros and cons of changing the fashion calendar**. Disponível na Internet via: <https://www.whowhatwear.com/pros-and-cons-of-changing-the-fashion-calendar/slide2>

SOTOCÓRNO, Vivian. **Por que o see now buy now não deu certo para todo mundo**. Disponível na Internet via: <https://vogue.globo.com/moda/noticia/2018/04/por-que-o-see-now-buy-now-nao-deu-certo-para-todo-mundo.html>

EVENTOS E SUSTENTABILIDADE: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 04/05/2020

Felipe de Oliveira Silva

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
Itajaí – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/7043306310614642>

Maria Carolina Bucco

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
Camboriú – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/7146677080149327>

Mirian Teresinha Pinheiro

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
Balneário Camboriú – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/4358697608267182>

RESUMO: A realização de eventos e sua importância se fez presente nas sociedades mais antigas, tanto quanto nas atuais. Adentrando em um contexto atual, o ramo da indústria de eventos enfrenta o problema ou necessidade de agregar ideais ligados a sustentabilidade, alicerçando o planejamento de qualquer evento, denotando ações positivas e/ou minimizando impactos negativos. Agregando-se a estes ideais, destaca-se que a sustentabilidade, ou a falta dela, pode estar presente nas diferentes tipologias e etapas de um evento. Assim, ao

propiciar distintos acontecimentos, o setor de eventos pode se relacionar com os efeitos da sustentabilidade, seja de forma positiva ou negativa. A partir da situação apresentada, levantou-se o questionamento-chave que permeou este estudo: quais os impactos relativos a sustentabilidade de um evento? A fim de respondê-lo, o objetivo geral consistiu em compreender a relação entre eventos e sustentabilidade. Como meio para atingi-lo, empregou-se a metodologia da pesquisa bibliográfica. Como resultado, considera-se que um evento dificilmente será sustentável por completo, ainda, apresenta-se reflexões acerca das maneiras de inserir sustentabilidade na realização de um evento, que ao promover práticas sustentáveis possibilita a propagação de tais aspectos, resultados de um evento mais sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Eventos. Sustentabilidade. Eventos Sustentáveis. Impactos Sustentáveis. Indústria de Eventos.

EVENTS AND SUSTAINABILITY: DIFFICULTIES AND POSSIBILITIES

ABSTRACT: The importance of public events has been recognized from the world's oldest cultures to today's societies. In a modern context,

the event industry faces the need to include the ideal of sustainability to the underpinnings of the planning of any event either by recognizing positive actions or minimizing the impact of negative actions. By focusing on these ideals, it becomes evident that sustainability, or the lack thereof, is crucial to every type and stage of event planning. Thus, by providing different doings, the events sector can relate to the effects of sustainability, either positively or negatively. From the presented situation the key question that permeated the study is raised: What are the impacts related to the sustainability of an event? To answer this question the primary objective was to understand the relationship between event planning and sustainability. To achieve this, the methodology of bibliographic research was used. The results demonstrate that it is unlikely for every aspect of an event to be completely sustainable, yet by integrating sustainability practices in the realization of an event, it allows for the propagation of such aspects resulting in a more sustainable event.

KEYWORDS: Events. Sustainability. Sustainable Events. Sustainable Impacts. Events Industry.

1 | INTRODUÇÃO

A realização de eventos se fez presente nas sociedades mais antigas, tanto quanto nas atuais. Tais acontecimentos surgiram com o intuito da união de conhecimentos e pessoas com os mesmos interesses, sendo público ou privado e distinto de algo rotineiro, relativo a confraternizações sociais, ou encontros estritamente profissionais.

Conseqüentemente, a consolidação de múltiplos tipos de eventos potencializa diferentes formas de impactos em distintas vertentes. E esta condição reflete diretamente na filosofia de toda a indústria responsável pela realização de eventos. Enfatizando a “necessidade de um redirecionamento do modelo de desenvolvimento vigente, em busca de uma sociedade que apenas não cresça, mas se desenvolva sustentavelmente” (SANTOS; CÂNDIDO, 2018, p. 38)

Por assim ser, os formatos dos eventos atravessam constantes modificações, acompanhando os desdobramentos da atualidade, bem como, em novos interesses e valores. Portanto, os eventos incorporam-se as novas tendências e desafios do mercado, em que se faz presente as dificuldades e possibilidades na relação entre sustentabilidade *versus* o mundo dos eventos.

Neste sentido, o presente estudo busca destacar a resignificação de aspectos ligados a sustentabilidade em um evento. Referente esta temática, Piccin e Dowell (2011, p. 204) indagam:

Um evento é, por definição, algo temporário, passageiro, com duração determinada. Algo sustentável pressupõe permanência, avaliação e melhorias contínuas, planejamento e ações com resultados de longo prazo. Então, como fazer um evento mais sustentável?

Verificando esta ótica, constata-se que os pilares da sustentabilidade (econômico,

ambiental e sociocultural) podem estar associados, conjuntamente ou não, ao planejamento, organização e realização de um evento. Assim, Rogers e Martin (2011, p. 142) reflexionam que:

A cada dia, os termos “responsabilidade socioambiental” e “sustentabilidade” também se tornam referência no mundo o qual os eventos se inserem. Duas ênfases se destacam: a primeira é que eles passam a ser tema dos mais variados eventos e de muitos segmentos econômicos, que buscam conhecer e dimensionar estas tendências em seus mercados.

Todavia, o conceito e características definidas na idealização de um evento podem não contemplar diretrizes sustentáveis. Ou ainda, a realização de um evento pode resultar em impactos insustentáveis. Sendo que a sustentabilidade é o reflexo da relação entre o homem e o meio ambiente, na qual há a existência de obstáculos que podem deteriorar o vínculo entre ecologia, desenvolvimento econômico e bem-estar social (FEIL; SCHREIBER, 2017).

A partir da situação apresentada, a problemática deste estudo procura compreender a relação entre eventos e sustentabilidade, a fim de verificar os impactos negativos de um evento, identificar as práticas sustentáveis em um evento e descrever os efeitos de um evento sustentável

Desta forma, surge a indagação que instiga o desenvolvimento deste trabalho: quais os impactos relativos a sustentabilidade de um evento? Para responder esta pergunta, definiu-se, como objetivo geral: compreender a relação entre eventos e sustentabilidade.

A partir do cenário evidenciado, as etapas do estudo foram elaboradas de forma a apresentar algumas reflexões acerca do percurso, dilemas e resultados em conciliar eventos e sustentabilidade.

2 | METODOLOGIA

Para atingir os objetivos traçados empregou-se a metodologia da pesquisa bibliográfica. A interpretação dos resultados se pautou na análise do discurso e credos dos autores consultados, tornando possível apresentar discussões acerca dos aspectos relativos a sustentabilidade de um evento.

A pesquisa bibliográfica se faz essencial para nortear a fundamentação do assunto abordado, fornecendo base para seu referencial teórico e resultados, que procedem de uma natureza investigativa/qualitativa.

3 | O CONTEXTO DOS EVENTOS

Ao contextualizar eventos, observa-se que se trata de um segmento com caráter abrangente, tal característica pode ser justificada por estender-se a acontecimentos não rotineiros e abordar cada realidade de maneira única.

Contudo, além de oportunizar uma gama de momentos, um evento também propicia diferentes impactos, sendo estes positivos ou negativos, que refletem divergentemente, seja na vida dos cidadãos, empresas ou meio ambiente.

O evento deve ser pensado como uma atividade econômica e social que gera uma série de benefícios para os empreendedores, para a cidade e para a comunidade. [...] A magnitude e a natureza do evento são fatores que lhe proporcionam valor socioeconômico (BRITTO; FONTES, 2002, p. 71).

Assim, assimila-se que a indústria de eventos porta grande responsabilidade perante seu público, comunidade local e ambiente natural do local se de sua realização. Desta forma, o processo de planejamento de um evento deve considerar outros aspectos que não somente suas características principais.

Uma vez que diversas formas de impactos podem se manifestar diante sua execução, estes devem ser estritamente calculados, pois, “para a concepção de um evento as variáveis que interferem são inúmeras, tendo todas elas relevância significativa, necessitando de elementos básicos de administração e planejamento” (GIÁCOMO, 1992, p. 56-57).

Ainda, pauta-se a vulnerabilidade agregada aos eventos, onde casualidades podem gerar mal-estar entre seus envolvidos. Por assim ser, os objetivos de um evento devem ser claramente definidos e gerenciados por responsáveis que compreendem a significância do ambiente natural, cultura local, como também os efeitos que a atividade pode causar economicamente (COELHO; *et al*, 2017). Visto que:

Os eventos também podem ter consequências não-intencionais que podem conduzi-los aos holofotes do público e à atenção da mídia pelos motivos incorretos. O custo do insucesso de um evento pode ser desastroso, transformando benefícios positivos em publicidade negativa, embaraço político e litígios exorbitantes. Daí a importância da tarefa, ao organizar eventos contemporâneos, de identificar, monitorar e gerenciar os impactos dos eventos (ALLEN, *et al*, 2003, p. 10).

Ao incorporar os eventos as necessidades atuais, evidencia-se a indispensabilidade de visualizar com cautela o ambiente ao seu redor, detectando possíveis ameaças ou oportunidades, mediante os impactos que podem ser sucedidos com sua realização.

4 | IMPACTOS SUSTENTÁVEIS E INSUSTENTÁVEIS EM UM EVENTO

Os impactos ocasionados pelos eventos podem se relacionar com os eixos da sustentabilidade, sendo ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável (NAKANE, 2010, p. 113), porém nem sempre se é favorável os resultados desta atividade.

Neste contexto constitui-se novos ideais, com enfoque em minimizar os impactos negativos dos eventos, embora, sabe-se que é praticamente impossível anular totalmente os impactos relacionados a qualquer tipo de evento.

Pois, os eventos necessitam de locomoção, tanto dos participantes e organizadores,

quanto de equipamentos e cenografia; interação entre participantes, equipe e comunidade local, bem como, envolve diferentes espécies de gastos. A respeito do eixo sociocultural da sustentabilidade, Allen, *et al* (2003, p. 20) aborda:

Os impactos sociais e culturais podem envolver uma vivência compartilhada e contribuir para o fortalecimento do orgulho local, da legitimação ou da ampliação dos horizontes culturais. Entretanto, os problemas sociais advindos dos eventos podem resultar em deslocamento social caso não sejam devidamente solucionados. Os eventos são excelentes oportunidades para se divulgar as características físicas do destino, mas os ambientes visitados podem ser muito frágeis, e é preciso muito cuidado para salvaguardá-los e protegê-los. Muitos eventos envolvem questões de longo prazo, tais como a construção e a melhoria de instalações.

Independentemente da situação gerada os organizadores e promotores de eventos devem acompanhar no pré, trans e pós eventos todos os cenários possíveis, devido à dificuldade de se obter um retorno positivo ao tentar contornar impactos negativos. Uma vez que:

Por esse prisma, a busca pela sustentabilidade cria uma nova forma de gestão de um evento, o qual, desde a sua concepção, deve trabalhar dentro dessa harmonia entre o ambiente, a economia e o social. A sustentabilidade é dinâmica e pressupõe melhoria contínua; é um caminho, algo em que nos apoiamos para decidir, escolher e prosseguir. Assim, entende-se que nada é sustentável, mas sim que busca contribuir para a sustentabilidade (PICCIN; DOWELL, 2011, p. 204-205).

Portanto, deve ser apurado e implantado práticas para que não haja efeitos nocivos. Sendo que, este fator pode vir a mudar o *know-how* de como administrar um evento. Utilização de materiais reutilizáveis e preferência por meios de transporte menos agressivos ao meio ambiente, são exemplos de atitudes a serem pautadas na concepção de um evento. Conhecidos como “eventos verdes”, os seguintes autores destacam a sua adesão no setor:

Há um forte vínculo entre os eventos verdes e sustentáveis e o rápido crescimento de interesse na responsabilidade social corporativa (RSC). Por muitos anos, tem havido pressão de grupos minoritários, que buscam chamar a atenção do mundo para as práticas éticas, comerciais e ambientais de grandes corporações, principalmente quando tais práticas acabam prejudicando outros países de forma visível (ROGERS; MARTIN, 2011, p. 139).

Salienta-se que o processo de implantação de determinadas medidas deve ser consciente e “fundamentadas em valores e crenças como preservação, inclusão social, compartilhamento, zelo, ética, solidariedade e desenvolvimento, sem agressão do futuro nem seu comprometimento (NAKANE, 2010, p. 113).

A partir disto, as empresas promotoras de eventos passam a agregar em seu catálogo opções que promovam tais práticas mais sustentáveis. Originando uma série de elementos que visam harmonia sustentável nos eventos, já que:

O segmento de eventos, todavia, já não quer ser cúmplice de uma atitude irresponsável e passa também a responder de forma proativa, buscando adotar medidas que minimizem e/ou, em alguns momentos, erradiquem esses impactos, com algumas ações até consideradas simples, como a priorização de materiais recicláveis e reutilizáveis

utilizados na produção e confecção de materiais impressos, de material cenográfico (NAKANE, 2010, p. 113).

Na organização de um evento sustentável, presume-se que cada detalhe pode influenciar no sucesso do evento com essa característica, visto que a sustentabilidade é capaz de se permear em diversas vertentes.

Um evento pode melhorar a qualidade de vida de uma vizinhança, ampliando sua percepção de lugar e bem-estar residencial. Grandes eventos agem como catalisadores para a renovação urbana e para a criação ou expansão da infraestrutura turística. A construção de hotéis e instalações, e a melhoria nas comunicações e no sistema de estradas e redes de transporte público são alguns dos benefícios legados por esses eventos (ALLEN; *et al*, 2003, p. 19).

Os eventos que se atentam aos impactos ambientais cada vez mais se tornam tendência nos calendários de eventos dos mais variados destinos. A tradicional festa do pescado no estado catarinense, a Marejada em Itajaí, adotou medidas apostando na sustentabilidade e na redução de consumo de plásticos.

A Marejada 2019 irá retirar as embalagens plásticas de água de sua operação de bebidas. O Serviço Municipal de Água fornecerá, através de bebedouros, água tratada gratuitamente para todo o público do evento. [...] A Marejada também estimula o uso de copos ecológicos. A medida previne o descarte de mais de 900 copos de plástico, reafirmando o compromisso de Itajaí com o meio ambiente e com o protocolo Mares Limpos da Organização das Nações Unidas (ITAJAÍ GOV, 2019).

O Rock in Rio Brasil também é outro exemplo de evento que incorpora medidas em prol ao meio ambiente, o festival se responsabilizou pelo plantio de 73 milhões de árvores na Floresta Amazônica (O GLOBO, 2017).

Amazônia Livre é um dos projetos sociais do Rock in Rio. Através dele, vamos plantar mais de três milhões de árvores na maior floresta tropical do mundo. Vamos unir milhares de pessoas que acreditam que podemos fazer um mundo melhor em uma plataforma colaborativa e rock 'n' roll (ROCK IN RIO, 2020).

Sobre o propósito da implantação desta ação em específico, Nakane (2010, p. 117) justifica que:

Uma forte tendência entre os eventos que buscam sustentabilidade é a neutralização das suas emissões de carbono, por meio do plantio de árvores. A ideia é utilizar a capacidade das árvores de captar CO₂ e armazená-lo em forma de biomassa (nos galhos, folhas, frutos etc.), para retirar da atmosfera uma quantidade equivalente à dos gases de efeito estufa emitidos pelo evento. Assim, após fazer o cálculo de quanto gás carbônico é liberado nas atividades de um evento, é possível calcular quantas árvores terão que ser plantadas para compensar as emissões totais de gases emitidos e o tempo que será necessário para tal acumulação. É uma ação paliativa e de longo prazo, já que as árvores levam décadas para absorver os gases que o evento libera em horas ou dias.

Em meio aos impactos ocasionados pela realização dos eventos, nota-se um de seus princípios fundamentais, a comunicação. Dado que, a partir do momento em que o participante presencia um evento, algumas características de seu formato podem ser absorvidas, tornando suscetível a captação de novos conhecimentos.

A mitigação de impactos ambientais passou a ser levada a sério por diversos setores da economia mundial. Essa prática já é vista como marketing positivo: as empresas procuram ter seus nomes associados a ações que buscam salvar o planeta. O setor de eventos, por prestar serviços a uma infinidade de segmentos, é mais um ator multiplicador dessas ações mitigatórias nas mais diversas esferas da sociedade. Todo participante de um evento que pratique ações ecologicamente corretas poderá levar essas ações para o seu dia a dia. Mesmo que tímidas, elas poderão fazer toda a diferença para o nosso meio ambiente (SANTOS, 2011, p. 188-189).

Como explanado pela autora acima, a propagação de aspectos sustentáveis em um evento se revela como um canal de transmissão das medidas adotadas pelo evento. A respeito disto, o secretário de Turismo e Evento de Itajaí, Evandro Neiva, articula: “Queremos aproveitar o público do evento, a mídia e todos os parceiros que a festa envolve para abordar a importância da sustentabilidade no dia a dia das pessoas” (ITAJAÍ GOV, 2019).

No entanto, zelar somente a respeito dos impactos ambientais não faz de um evento sustentável integralmente. A responsabilidade social também deve ser aplicada no desenvolvimento do evento. Visando integrar seus participantes e beneficiar a comunidade local, não desrespeitando limites e culturas existentes.

Nakane (2010, p. 115) ainda destaca que “questões como adoção de medidas de acessibilidade, produção de materiais em braile, sonorização especial etc., também são inseridas nesse contexto, pois permitem a inclusão social, sem marginalização ou preconceitos”.

Além destas providências, os eventos de caráter público têm muito a fazer em prol da sociedade, pois oportunizam momentos de lazer coletivo, prestação de serviços e entretenimento. Em sua maioria ligado a órgãos do poder público, empresas privadas também já exercem este tipo de evento, a fim de divulgar sua imagem ou obter apelo social perante seu público.

A estratégia utilizada consiste na criação de um evento-box, que geralmente é um show musical, um espetáculo de dança, teatro ou uma exposição de fotos, quadros e gravuras de interesse da comunidade, ou um torneio esportivo, reunindo equipes do local. Paralelamente à realização do evento, são prestados serviços gratuitos à população carente e distribuídos produtos para o público presente (NETO, 2003, p. 215).

Não se abstendo do pilar econômico, esta vertente deve se mostrar incorporada a planilha financeira do evento, de modo a assegurar estabilidade econômica, gestão de custos e fonte de receitas de seus envolvidos, direta ou indiretamente.

Os governos são atraídos pelos eventos por sua capacidade de gerar benefícios econômicos, empregos e turismo. Os eventos agem como catalisadores para atrair o turismo e estender a permanência dos visitantes. [...] Os eventos trazem benefícios econômicos para suas comunidades, mas os governos precisam comparar esses benefícios com os custos ao se decidirem quanto à maneira de alocar os recursos (ALLEN; *et al*, 2003, p. 20).

Com a junção de todas as facetas da sustentabilidade em um evento, este pode deixar legados positivos para o local sede (PICCIN; DOWELL, 2011, p. 205). Ou seja, a

partir do real engajamento de toda a equipe, organizadores e patrocinadores, um evento pode ser planejado com o intuito de atender os preceitos da sustentabilidade, refletindo impactos positivos e atribuindo-se de efeitos bem-sucedidos.

5 | EFEITOS DE UM EVENTO SUSTENTÁVEL

Independente do objetivo do evento todos eles geram impactos, portanto aconselha-se buscar por meios que probabilizam efeitos mais sustentáveis em sua produção.

Os aspectos culturais, políticos, sociais e ambientais fazem toda a diferença no planejamento e organização de um evento. O respeito e a consideração para com essas variáveis irão implicar não só a própria viabilidade do evento, como o resultado positivo de sua realização (BRITTO; JANAINA, 2002, p. 182).

E apesar de ser praticamente impossível anular por completo seus impactos negativos, os eventos trazem uma gama de benefícios, como o desenvolvimento econômico. Sendo assim, justifica-se a importância de trazê-los para a realidade, porém, não se deve neutralizar a responsabilidade em se manter em equilíbrio com a sustentabilidade.

A atividade evento representa um grande estímulo para a economia de uma localidade. Isto é, envolve um grande número de agentes econômicos, o que dinamiza e incrementa as atividades econômicas, ocasionando: aumento de receita; aumento do número de empregos (diretos e indiretos); criação de novas profissões; ampliação da arrecadação de impostos; melhora na capacitação de mão-de-obra empregada no setor; redistribuição da renda individual, local e regional; outros (MATIAS, 2004, p. 153).

Com isso, os eventos se tornam economicamente interessantes para as empresas locais, rede hoteleira, gastronômica e afins. “É claro que quanto maior o evento maior o seu impacto econômico, a nível local e regional, a magnitude e a natureza do evento são os fatores que lhe proporcionam valor econômico” (NETO, 2003, p. 32). Ainda:

Para a cidade, os eventos são uma forma poderosa de alavancar preciosos recursos para desenvolver e melhorar a qualidade de vida local. Toda a comunidade participa da economia gerada pelos eventos, que dá vida a mais de oitenta modalidades de serviços necessários ao desempenho dos eventos e de seus participantes (BRITTO; JANAINA, 2002, p. 349-350).

Assim, observa-se que na localidade receptora os benefícios, além de econômicos, podem também atingir esferas sociais, tendo em vista que uma economia crescente resulta em melhoria na qualidade de vida. Carvalho (2019) reitera que o desenvolvimento sustentável na visão social corresponda a sua homogeneidade, contemplando distribuição de renda de modo justa, geração de empregos e satisfação pessoal.

Além disso, ao implantar práticas mais sustentáveis, o setor de eventos se circunda de marketing positivo. Nakane (2010, p. 113), explica que com o mercado se conscientizando, os materiais sustentáveis vêm sendo consumidos em maior frequência e escala e, desta forma, aumentando gradativamente o número de fornecedores destes materiais, o que gera melhores condições na aquisição de tais produtos, aumentando a competitividade

do mercado, o que auxilia o setor de eventos.

Torna-se evidente que os eventos sustentáveis não podem ser considerados um luxo ou mais um diferencial. Eles geralmente apresentam um orçamento entre 40% e 45% superior a um evento convencional, conforme medições de propostas recebidas, porém essa atitude de ecoeficiência não pode ser mantida em relatórios financeiros como um custo adicional. É uma despesa que terá um retorno sobre investimento diretamente relacionado a sua aplicação e colaborará para que as humanidades atuais e futuras mantenham sua dignidade de sobrevivência no palco do planeta Terra (NAKANE, 2010, p 68).

Instiga-se também que o investimento aplicado neste nicho reitera o real significado de sustentabilidade, “bem como nas condições necessárias para a vida humana sem prejuízos a gerações futuras” (CARVALHO, 2019, p. 12). Ainda se reflexiona que:

Os eventos não acontecem no vazio - eles afetam praticamente todos os aspectos de nossas vidas [...]. Os benefícios advindos dessas combinações positivas são em grande parte responsáveis pela popularidade e apoio dos eventos. Esses benefícios estão cada vez mais bem documentados e pesquisados, e estratégias apropriadas têm sido desenvolvidas no sentido de multiplicar os resultados dos eventos e otimizar seus benefícios (ALLEN; *et al*, 2003, p. 10).

Portanto:

Aqui enfatiza-se mais uma vez: o participante de um evento sustentável, seja ele cliente, organizador, prestador de serviços, equipe operacional ou visitante, estando diretamente em contato com ações mitigatórias dos impactos ambientais, passará a refletir sobre suas ações no dia a dia, em sua casa, em sua empresa, em seu meio de transporte. Isso é conscientização e esta pode ser a mais importante ação mitigatória de um evento. Portanto, nós, profissionais de eventos, temos um papel muito importante quanto à conscientização dos nossos semelhantes. Afinal, onde há vida há trocas (SANTOS, 2011, p. 199).

Ao vivenciar uma experiência sustentável, tanto os participantes, como os responsáveis, se submetem espontaneamente ao conhecimento, reflexão e conscientização. Podendo levar a diante a propagação dos ideais e práticas transmitidas durante o evento.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constantemente em evolução, a indústria de eventos pauta-se na modernidade e nas necessidades do presente. Este setor se encarrega da execução de momentos que serão firmados na memória de seus organizadores e participantes.

Sendo que, a partir da validação de que toda atividade gera impactos torna-se imprescindível averiguar os resultados e efeitos dos eventos. Tais impactos podem se manifestar em diferentes perspectivas e escalas, bem como, influenciar na reputação do evento perante a sociedade, local sede, meio ambiente e até mesmo na receita gerada.

Apesar dos eventos com intervenções sustentáveis serem de grande valia para a humanidade, ainda pouco se discute sobre formas de sua implantação. No entanto, se diretrizes sustentáveis não forem contempladas durante o planejamento e organização,

este evento pode se tornar, de alguma forma, insustentável.

Entretanto, ações construtivas e, por vezes, de simples execução, geram resultados que podem minimizar os impactos nocivos de um evento, desde que empregadas de forma correta e consciente. Contudo, analisando todos os elementos que compõem um evento, entende-se que esta atividade dificilmente não propagará nenhuma desarmonia no universo ao qual se insere.

Desse modo, afirmar que um evento é completamente sustentável levanta algumas incertezas, ainda assim, a implantação de ações sustentáveis contribui na amenização de danos. Como o controle no descarte de produtos, utilização de materiais recicláveis, implantação de estrutura acessível, inclusão social, geração de empregos e renda, dentre outras possibilidades.

Além disso, o indivíduo que vivência aspectos envolvidos a sustentabilidade em um evento, tende a assimilar tais aspectos. Assim, estima-se que quando uma prática é absorvida, suscetivelmente, esta mesma prática inclina-se a ser transmitida.

Posto estas considerações e atentando-se ao caráter propositor da pesquisa, pode-se verificar que: este trabalho evidencia as possibilidades para a realização de um evento mais sustentável, bem como reforça a respeito das dificuldades procedentes de condutas insustentáveis. Pontua-se a improbabilidade de promover um evento sustentável integralmente, porém, destaca-se os meios e efeitos ao adotar medidas interventivas que resulte em um evento mais sustentável.

Sob estas apurações constata-se a vitalidade do estudo, contudo, retifica-se que houveram limitações que restringiram a abrangência do mesmo, como a escassez de material bibliográfico que correlacione eventos com as teorias e diretrizes sustentáveis. Assim, entende-se o caráter experimental do assunto estudado.

Ainda, por se tratar de um fenômeno mutável, perpetua-se a ânsia por visualizar as configurações e reconfigurações dos eventos no futuro das sociedades, bem como, do papel da sustentabilidade aplicada aos eventos.

Por fim, considera-se que a área de eventos fomenta demais setores, propiciando os mais diversos tipos de impactos, sejam estes positivos ou não. Ao passar a não compactuar com condutas nocivas, os eventos podem agregar diretrizes da sustentabilidade em sua execução e então, promovem a conscientização, de forma direta ou indireta, de princípios sustentáveis, bem como a propagação das práticas de um evento mais sustentável.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Johnny; *et al.* **Organização e gestão de eventos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BRITTO, Janaina; FONTES, Nena. **Estratégias para eventos**: uma ótica do marketing e do turismo. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2002.

CARVALHO, Gláucia Oliveira. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma visão**

contemporânea. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, v.8, n.1, p. 789-792. Florianópolis: jan./mar., 2019.

COELHO, C.; *et al.* **Sustentabilidade da atividade turística do Delta do Parnaíba:** estados do Piauí e Maranhão, Nordeste do Brasil. Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v.4, n.8, p. 263-288. João Pessoa: 2017.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável:** desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. Caderno EBAPE, v.14, n.3. Rio de Janeiro: jul./set., 2017.

GIÁCOMO, Cristina. **Tudo acaba em festa:** evento, líder de opinião, motivação e público. 2.ed. São Paulo: Scritta, 1992.

ITAJAI GOV. **Marejada 2019 aposta na sustentabilidade e reduz consumo de plásticos.** 2019. Disponível em: <https://itajai.sc.gov.br/noticia/23809/marejada-2019-aposta-na-sustentabilidade-e-reduz-consumo-de-plasticos#.Xqnys2hKhPZ>. Acesso em: 02 fev. 2020.

MATIAS, Marlene. **Organização de eventos:** procedimentos e técnicas. 3.ed. Barueri, SP: Manole, 2004.

NAKANE, Andrea Miranda. Eventos sustentáveis. *In:* FERREIRA, Ricardo Souto; WADA, Elizabeth Kyoko (Org.). **Eventos:** uma alavanca de negócios. São Paulo: Aleph, 2010.

NETO, Francisco Paulo de Melo. **Marketing de Eventos.** 4.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

OGLOBO. **Rock In Rio promete o plantio de 73 milhões de árvores na Amazônia.** 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/rock-in-rio-promete-plantio-de-73-milhoes-de-arvores-na-amazonia-21828884>. Acesso em: 2 fev. 2020.

PICCIN, Ana Carolina; DOWELL, Daniella Mac. Eventos mais sustentáveis. *In:* MATIAS, Marlene (Org.). **Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos.** Barueri: Manole, 2011.

ROCK IN RIO. **Por um mundo melhor.** 2020. Disponível em: <https://rockinrio.com/rio/pt-BR/por-um-mundo-melhor/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

ROGERS, Tony; MARTIN, Vanessa. **Eventos:** planejamento, organização e mercado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SANTOS, Meire Dias dos. Eventos verdes. *In:* MATIAS, Marlene (Org.). **Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos.** Barueri: Manole, 2011.

O IMPACTO DA REDUÇÃO DE APOIO DO GOVERNO NO PROCESSO DE APRENDIZADO E INOVAÇÃO NO APL DE ARTESANATO DE PALHA EM MASSAPÉ - CE

Data de aceite: 30/07/2020

Luis André Aragão Frota

Instituto Federal do Piauí (IFPI)- campus Cocal

<http://lattes.cnpq.br/5837443543136590>

Anne Graça de Sousa Andrade

Faculdade Luciano Feijão

<http://lattes.cnpq.br/4303739570884643>

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir o impacto da redução da participação do Governo no APL de palha de carnaúba em Massapê-CE. Traz uma reflexão de como a falta de estímulo às aglomerações pode influenciar negativamente o ciclo de inovação e aprendizado. Para tanto utilizou-se do estudo de caso, da triangulação de técnicas para coleta e da análise de conteúdo para tratamento dos dados. O principal achado deste artigo reside no forte impacto que a atuação do Governo pode exercer com a utilização de políticas públicas para subsidiar o desenvolvimento dos APL's, principalmente, aqueles necessitam de agentes com habilidades complementares.

PALAVRAS-CHAVE: Arranjo Produtivo Local. Redução de Apoio Governamental. Aprendizado. Inovação.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the impact of the reduction of the Government's participation in the APL of carnauba straw in Massapê-CE. It brings a reflection on how the lack of stimulus to agglomerations can negatively influence the cycle of innovation and learning. For that, we used the case study, the triangulation of techniques for collection and content analysis for data treatment. The main finding of this article resides in the strong impact that the performance of the Government can exert with the use of public policies to subsidize the development of the APL's, mainly, those that need agents with complementary skills.

KEYWORDS: Local Productive Arrangement. Reduction of Government Support. Learning. Innovation

1 | INTRODUÇÃO

Com a crescente competitividade e a expansão dos mercados no cenário econômico atual, fica cada vez mais vantajosa a aliança de empresas em arranjos produtivos locais (APLs) devido à troca de conhecimento, compartilhamento de informação, aprendizado mútuo, melhor adaptação às mudanças e, conseqüentemente, maiores possibilidades de inovação. A proximidade geográfica

é característica comum dos arranjos produtivos locais, que tendem a estimular o estabelecimento de laços sociais entre os agentes (BRITTO, ALBUQUERQUE, 2001). O apoio de órgãos governamentais a esse tipo de estrutura produtiva, sobretudo mediante desenvolvimento de infraestrutura e logística e em conjunto com outros atores tem se caracterizado como importante incentivador do desenvolvimento local (BARROSO, SOARES, 2009).

Tendo em vista a crescente importância deste assunto nas últimas décadas, estudos recentes exploram a influência de programas de apoio às políticas de aglomerações empresariais em países como, por exemplo, o Japão (NISHIMURA, OKAMURO, 2011), a França (CALAMEL et. al., 2012) e os Estados Unidos (MORGAN, 2010). O Brasil também apresenta significativas concentrações espaciais de Pequenas Micro Empresas - PME's, formando os APLs, tanto em regiões mais industrializadas quanto em regiões menos desenvolvidas, em setores tradicionais e em setores de alta tecnologia onde de pode encontrar também estudos que mostram a importância das políticas governamentais de promoção governamental para o fortalecimento e competitividade dos arranjos produtivos locais de MPES (e.g. TEIXEIRA et. al., 2006; BARROSO, SOARES, 2009; NORONHA, TURCHI, 2005; LEMOS, ALBAGLI, SZAPIRO, 2006). A particularidade deste trabalho acolhe-se nas consequências da baixa participação ou cooperação do governo no apoio a este tipo de aglomeração.

Em Ipaguaçu Mirim, distrito da cidade de Massapê – CE há uma concentração de produtores, em sua maioria informais, que mantêm a tradição de confecção de peças artesanais produzidas com a palha seca da carnaúba – APL de artesanato de palha. Uma atividade que chegou a ter seu auge naquela região quando havia a intervenção da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) por meio do Centro de Artesanato do Ceará (CeArt) incentivando a inovação, a produção e a comercialização das peças, e que, com sua saída algumas mudanças foram percebidas, entre estas a inércia no aprendizado e o desestímulo à inovação.

Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar as características do APL de artesanato de palha de Ipaguaçu Mirim, discutindo o impacto da baixa participação ou cooperação do Governo e, ainda, trazer a reflexão de como a falta de estímulo às aglomerações pode influenciar negativamente no processo de aprendizado e de inovações, tornando os empreendimentos menos competitivos no mercado.

Nas sessões que se seguem a esta introdução, será discutido a definição de Sistema Nacional de Inovação, Sistemas Inovativos e Arranjos Produtivos Locais, bem como a importância da parceria com órgãos governamentais, em seguida se fará também uma breve discussão do processo de aprendizado e da interação entre as empresas para a promoção da inovação no atual contexto técnico-econômico, trazendo conceitos importantes que embasarão este trabalho. Na sessão seguinte, faz-se uma caracterização

do APL de artesanato de palha de carnaúba de Ipaguaçu Mirim, distrito de Massapê – CE, seu histórico, sua formação, constituição e sua interação com o Centro de Artesanato do Ceará – CeArt, uma iniciativa do Governo do Estado para fomentar, desenvolver e organizar o artesanato cearense, para depois, apresentar os achados, discutir os resultados e tecer os comentários finais.

2 | OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E AS POLÍTICAS DE APOIO

Para compreensão do conceito de APL e o papel governamental para seu apoio e fortalecimento é importante ressaltar o conceito de Sistema Nacional de Inovação (SNI) e sua evolução teórica para o conceito de APL.

O SNI vem sendo trabalhado desde algum tempo por pesquisadores americanos e europeus (AMARAL FILHO, 2011). Este conceito pode ser entendido como uma construção institucional, seja produto de uma ação planejada e consciente, seja de um somatório de decisões não planejadas e desarticuladas, que impulsiona o progresso tecnológico em economias capitalistas complexas (FREEMAN, 1988; NELSON, 1993), tornando o fluxo de informações necessárias ao processo de inovação mais viável. São firmas, redes de interação entre empresas, agências governamentais, universidades, institutos de pesquisa, laboratórios de empresas e atividades de cientistas e engenheiros se articulando com o sistema educacional, com o setor industrial e empresarial e, também, com as instituições financeiras, criando um circuito nacional (FREEMAN, 1988) dos agentes que são responsáveis pela geração, implementação e difusão das inovações.

O que é evidenciado nesse conceito é a relevância da existência de fontes de informações e transmissão de conhecimentos de níveis nacionais, externas à empresa e associadas à interação entre os agentes da cadeia produtiva, e que as relações de cooperação dependem de políticas públicas direta ou indiretamente voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico.

A Rede de Pesquisa em Sistema e Arranjo Produtivo Locais (REDESIST) sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro é referência nacional nos estudos em Arranjo Produtivo Locais. Esta instituição destaca o papel central da inovação e do aprendizado interativo, como fatores de competitividade sustentada para as empresas que compõem o arranjo ou sistema (REDESIST, 2003). O conceito de APL adotado pela REDESIST tem origem no legado deixado por J. Schumpeter, R. Nelson, S. Winter, C. Freeman, B. A Lundvall. e focaliza nos conjuntos específicos de agentes e atividades econômicas, suas articulações e interações, os fluxos de conhecimento os processos de aprendizado para capacitação produtiva, organizacional e inovativa; bem como a importância da proximidade geográfica e identidade histórica, institucional, social e cultural como fontes de vantagens competitivas sustentadas (LASTRES, CASSIOLATO,

CAMPOS, 2006).

Desta forma, a evolução teórica do conceito de APL parte da ideia das aglomerações nacionais como sistemas principais para os subsistemas locais que formam o todo. Desenvolvendo uma abordagem “analítica que combina as contribuições sobre desenvolvimento da escola estruturalista latino americana com a visão neo-schumpeteriana de sistemas de inovação” (LASTRES, CASSIOLATO, CAMPOS, 2006, p.23). Com isto, os pesquisadores da REDESIST trouxeram sua contribuição para a exploração do conceito ao colocar um foco nas dimensões regionais e locais de sua estrutura, quando aborda diretamente a questão da sua localidade, desenvolvendo o conceito de APL como sendo:

conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam interação, cooperação e aprendizagem, os quais são fundamentais para a geração e mobilização de capacidades produtivas e inovativas. APLs geralmente incluem empresas – produtoras de bens e serviços finais; fornecedoras de bens (matérias-primas, equipamentos e outros insumos) e de serviços; distribuidoras e comercializadoras; consumidoras etc. – e demais organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento, além de cooperativas, associações e representações. Arranjos Produtivos Locais (APLs) designa aqueles casos fragmentados e que não apresentam significativa articulação entre os atores e que, assim, não podem se caracterizar como sistemas (REDESIST, 2003).

Na literatura podem-se encontrar vários enfoques e nomenclaturas para abordar as aglomerações de empresas. Alguns desses termos e definições evocam os modelos de distritos industriais; outros, os modelos de *cluster*; outros; sistemas industriais localizados; complexos industriais ou de industrialização descentralizada, de comunidades industriais (HASENCLEVER, ZISSIMOS, 2006). A abordagem dos Arranjos e Sistemas Produtivos Locais trazida pela REDESIST caracteriza-se, particularmente, por ressaltar a importância do aprendizado interativo, envolvendo – além de empresas - diferentes conjuntos de atores em âmbito local, como elemento central de dinamização do processo inovativo (REDESIST, 2003).

A existência de instituições que apoiem a difusão do aprendizado e da inovação cria uma “atmosfera” ideal para o desenvolvimento de um APL. Assim, pode-se concluir que a conexão com órgãos governamentais e a existência de políticas públicas que apoiem o desenvolvimento dos arranjos pode constituir uma resposta para diminuir as incertezas, aumentar a flexibilidade e a especialização das firmas, ampliar as dimensões do mercado e sua capacidade de inovar.

Entretanto, complementando a discussão, Amaral Filho (2011, p. 174) esclarece que

o elemento 'local', não deve ser incorporado de forma dogmática, a ponto de restringir a aplicação somente àquelas relações ocorridas dentro de uma fronteira delimitada político administrativamente, ou definido pela ocorrência de uma aglomeração de uma empresa ou produtores.

O que o autor reforça que o uso do termo “local” não se restringem apenas as

ligações locais, mas pode abranger também atores que estão fora das aglomerações, territorialmente definidas, desde que ocorra a inter-relação com o arranjo.

Assim, pode-se concluir que para o desenvolvimento dos arranjos de empresas é importante a presença de outros atores e a existência de políticas públicas que possam fortalecê-lo, o que pode constituir uma resposta para diminuir as incertezas, aumentar a flexibilidade e a especialização das firmas, ampliar as dimensões do mercado e sua capacidade de inovar. A empresa que esta inserida em um em APL encontra-se dentro de um ambiente mais propício para a inovação.

Partido desta constatação, o foco das novas políticas de desenvolvimento local é a promoção do processo de aquisição e geração e difusão de conhecimento, dentro de uma visão sistema, em que procura estimular as diversas fontes de conhecimento, as interações entres os agentes locais com o intuito de dinamizar os processos de aprendizado e inovação. Vários países, inclusive o Brasil, têm procurado fomentar as aglomerações produtivas por meio de políticas que possam promovê-las, por considerar que estas apresentam uma “atmosfera” ideal para o aprendizado e da inovação bem como para proporcionar o desenvolvimento locais.

O apoio do Governo brasileiro, segundo Lemos, Albagli e Szapiro (2006) teve início no final da década de 1990 com o apoio às pesquisas acadêmicas que já ocorriam no território nacional. Eram pesquisas empíricas e teóricas financiadas pelas agências financiadoras do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Em 1999 o MCT em parceria com os estados da federação, identificou os APLs que iriam ser apoiados pelo Governo Federal, sendo incluídas, pela primeira vez, ações em APL no Plano Plurianual de Governo – PPA 2000-2003.

No início do mandato do presidente Lula em 2003, várias ações isoladas passaram a adotar a terminologia de APLs o que exigiu do Governo Federal a criação em 2004 do Grupo de Trabalho Permanente para APLs – GTP-APL, coordenado pelo Ministério da Indústria e do Comércio – MDIC que visava a integração dessas ações, envolvendo diversos atores governamentais e não-governamentais. A criação desse grupo foi importante para evitar a duplicação de ações por parte dos organismos governamentais para a mobilização dos arranjos.

Ainda segundo Lemos, Albagli e Szapiro (2006, p. 252),

Integraram inicialmente o GTP, além do MDIC, o Ministério do Planejamento, o MCT e suas agências (Finep e CNPq), e o Ministério das Minas e Energia, que já atuavam com essa abordagem. Outros ministérios passaram a adotá-la no período e a compor ao grupo, tais como os Ministérios da Integração, do Turismo, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Agrário. Os bancos federais de desenvolvimento também foram envolvidos, além do Sebrae e da Agência de Promoção da Exportação (APEX). Até outubro de 2003, 21 organismos participavam do GTP, sendo que novos integrantes, públicos e privados, foram incorporados posteriormente.

Surge, portanto, um novo cenário das políticas governamentais, em que o desafio consiste em incorporar os atores locais na concepção e sustentação do processo de desenvolvimento.

Segundo Barroso e Soares (2009, p.1435), “uma das formas de o governo alavancar os APLs é com a criação de políticas que apoiem o desenvolvimento dessas aglomerações de empresas”. A interação com o Governo possibilita o surgimento de novas políticas públicas que visam estimular a criação e a transferência de conhecimentos proporcionando infraestrutura para a disseminação da inovação.

No Ceará, segundo o mapeamento realizado por Amaral Filho (2010) e sua equipe, as políticas de apoio foram implantadas a partir do ano 2000 com a criação do Centro de Estratégia de Desenvolvimento – CED (2000-2003) que, após sua extinção, os trabalhos foram assumidos pelo Instituto de Pesquisas e Estratégias Econômicas – IPECE, que tinham como objetivo a identificação de APLs com base nos conceitos da REDESIST.

Em 2005, houve um salto qualitativo nas políticas públicas para APL no estado, quando a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Local e Regional – SDLR, assume os trabalhos de identificação dos APLs “conservando a metodologia de trabalho desenvolvida pela CED e IPECE” (AMARAL FILHO et al., 2010, p. 221), fazendo parte da já existente Rede Institucional de Apoio aos APLs – REDE APL (2003-2006).

Nesse período de 2000 a 2007, “a SDLR identificou 22 novos casos, além dos 18 já identificados pelo CED e IPECE, por meio de pesquisa de campo, ampliando o mapa para 40 APLs”.

Ao lado das ações da SDLR, atuava com estrita ligação a Secretaria Estadual do Trabalho e Empreendedorismo – SETE reunindo instrumentos de apoio a APLs além de promover a organização dos mesmos e administrar o Fundo Especial de Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato – FUNDARTE, e o Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará – FCE.

Em 2007, com o novo Governo Federal, A SDLR foi transformada em Secretaria das Cidades que assumiu os trabalhos com APLs através da coordenadoria de Desenvolvimento e Integração Regional – CODIR. A REDE APL foi transformada em Núcleo Estadual de Apoio aos APL – NEAAPL-CE ficando sob a coordenação da CODIR e usando como critério de seleção de APLs a serem apoiados pelo Estado, a metodologia do Grupo de Trabalho Permanente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – GTP-APL/MDIC.

Ao seguir a orientação do MDIC, o NEAAPL reduziu de 40 para 11 APLs a serem priorizados, “medida que gera efeito de exclusão em relação aos arranjos produtivos de pequeno porte” (AMARAL FILHO et. al., 2010, p. 232), sendo beneficiados somente os mais robustos:

1. Calçados na região do Cariri;
2. Cerâmica vermelha no Baixo Jaguaribe;
3. Moveis de madeira no município de Marco;
4. Turismo na região do Cariri;
5. Turismo na Serra da

Ibiapaba; 6. Cajucultura no município de Aracati; 7. Redes de dormir em Jaguaruana; 8. Confeções de peças íntimas em Frecherinha; 9. Ovinocaprinocultura na região dos Inhamus; 10. Leite nas regiões do Sertão Central e no Baixo Jaguaribe; e 11. Tecnologia de informação na Região Metropolitana de Fortaleza” (AMARAL FILHO et. al., 2010, p. 218).

Outra Secretaria que também apoia os APLS é a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE) que também compõe o NEAAPL-CE e é responsável pela “elaboração de projetos, desenvolvimento e aperfeiçoamento de processos tecnológicos e consultoria técnica aos produtores locais” (AMARAL FILHO et. al., 2010, p.226).

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS atualmente é quem administra o FUNDARTE e faz a gestão da CeArt, tendo como objetivo “viabilizar a geração de emprego e renda para milhares de famílias e fortalecer o desenvolvimento sustentável em todo o Estado”.

3 | O PROCESSO DE APRENDIZADO E INOVAÇÃO EM APLS

A aceleração do movimento de globalização dos mercados e a necessidade de atualização cada vez mais rápida exigem dos empresários uma melhor capacidade de lidar com a informação para transformá-la em conhecimento, acarretando na rápida disseminação de novas tecnologias.

Nessa atual conjuntura, marcada pela crescente incorporação de conhecimentos nas atividades produtivas, a inovação passou a ter importância fundamental para a competitividade de organizações e países. Deste modo, o ritmo elevado das mudanças sociais, econômicas e técnicas levaram Johnson e Lundvall (2005) a propor o uso do conceito de “Economia do aprendizado”, pelo fato de que “o que importa realmente para o desempenho econômico é a habilidade de aprender” e que “a rápida mudança implica a necessidade do rápido aprendizado, e aqueles envolvidos com o aprendizado impõem mudanças no ambiente e em outras pessoas” (pág 87). A ênfase é dada ao fato de estar sempre buscando novos conhecimentos a partir do aprendizado constante, considerado não apenas como o acesso a novas informações, mas como diferencial para empresas onde a sua competitividade é fortemente relacionada com sua capacidade de aprender para inovar (LUNDVALL, 1992; BROWN, DUGUID, 1991).

A partir dos ganhos de aprendizagem, são criadas condições para a ocorrência de processos inovativos e geradas bases para o acúmulo de competências, consideradas condições relevantes para as empresas melhor se posicionarem no mercado.

As inovações podem ser aplicadas em qualquer produto presente no mercado, isso porque seu significado está ligado à implementação de um produto, serviço, ou processo, método de gestão organizacional e de marketing, que seja inédito, no mercado ou apenas na empresa, além disso, devem ser aceita pelo mercado e capaz de gerar lucro (OCDE, 2005). Podem ser incrementais, quando acontecem em um nível mais elementar

das mudanças, abrangendo “melhorias feitas no *design* ou na qualidade dos produtos, aperfeiçoamento em *layout* e processos, novos arranjos logísticos e organizacionais e novas práticas de suprimentos e vendas” e podem ser radicais quando “buscam romper as trajetórias existentes” ocasionando saltos nas rotas tecnológicas estabelecidas (TIGRE, 2006, p.74).

Segundo o Manual de Oslo, quando um fabricante decide modificar as características de um produto ele está produzindo uma inovação de produto; quando uma empresa opta em criar uma estratégia que reforce ou que melhore o posicionamento da marca ela está inovando em *marketing*; outra forma de inovação apontada pelo manual ocorre quando há melhoria no local de trabalho, no desenvolvimento profissional e pessoal de colaboradores e nas relações externas, essa denominada de inovação organizacional; quanto à inovação de processo, representa mudanças que aumentem a eficiência da produção e distribuição dando mais praticidade ao processo de fabricação, como mudanças em *layout* e automação de processos (OCDE, 2005).

Segundo Tidd, Bessant e Pavitt (2005) o atributo principal da inovação em redes é a interação entre os agentes pertencentes às mesmas, compartilhando resultados dinâmicos. Quando organizadas em rede, as organizações passam a compartilhar conhecimentos, diminuindo as incertezas e facilitando o processo inovativo.

Assim, o processo de inovação não deve ser limitado a uma única empresa mesmo que esta seja detentora de grandes recursos, ele envolve todo o contexto no qual as empresas estão inseridas e evolui a partir do nível de inter-relações existentes entre os agentes locais, ou seja, a cooperação entre as empresas e a troca de conhecimentos são elementos essenciais para a inovação. Dessa forma, a inovação passa a ser compreendida como um processo sistêmico, envolvendo interações de empresas, organismos governamentais, organizações de ensino e pesquisa e instituições locais, sendo o aprendizado um elemento fundamental para a eficiência desse processo (FREEMAN, 1988).

Tal como a inovação, o aprendizado é um processo essencialmente interativo. Lundvall (1992) ressalta que para analisá-lo também é necessário considerar a influência do contexto no qual está inserida a firma, conhecer o ambiente e os tipos de relações de aprendizado que existem entre os agentes do contexto. Esta análise é de fundamental importância para o desenvolvimento e a implementação de novas tecnologias.

O processo de aprendizagem pode ser visto como um fenômeno de construção social determinado pela interação entre pessoas que, através de suas experiências trocam conhecimento entre si, se configurando como, segundo Fleury e Fleury (1997, p.19) “um processo de mudança, resultante de prática ou experiência anterior, que pode vir, ou não, a manifestar-se em uma mudança perceptível de comportamento”.

Malerba (1992) identificou diferentes mecanismos de aprendizado (Quadro 01), o *learning by doing* (fazendo), *by using* (usando), *from advances in Science e technology* (com o avanço da ciência), *from inter-industry spillover* (com ‘spillovers’ interindustriais),

learning by interacting (interagindo) e *learning by sourcing* (procurando).

Segundo Malerba (1992) e Tigre (2006) o **aprender fazendo** ocorre internamente à empresa, são situações nas quais novas maneiras de produzir o bem ou prestar o serviço são descobertas como resultado das rotinas operacionais. Está profundamente relacionada ao conhecimento tácito dos funcionários.

O **aprender usando** ocorre pelo uso prolongado de determinado insumo pelos funcionários, permitindo a solução de problemas técnicos e aprimoramento dos produtos. Com uso constante do equipamento pode ser detectado falhas que poderão ser modificadas.

O **aprender com o avanço da ciência** ocorre a partir dos resultados de pesquisas realizadas em universidades e centros de pesquisas e desenvolvimento (P&D), característico de empreendimentos que tenham forte ligação com centros de geração de conhecimento.

Aprender **através de *spillovers* interindustriais** é uma forma de absorção de conhecimento que consiste na contratação de profissionais capacitados em determinado conhecimento sobre determinado processo produtivo.

Aprender **procurando** consiste na busca de informações nos mais diversos meios disponíveis tais como revistas, internet e outras mídias. E o **aprender interagindo** se dá a partir das relações com outras empresas onde a compreensão da dinâmica desta forma de aprendizado está relacionada às possibilidades de transferência de informações e conhecimentos a partir da inter-relação das organizações.

A transmissão de conhecimentos e o aprendizado interativo são importantes elementos difusores de inovação (FREEMAN, 1988) e são considerados elementos-chave para o desenvolvimento de APLs, no entanto, para ampliar o processo de aprendizado e inovação muitos casos dependem de políticas de apoio e incentivos governamentais.

4 | METODOLOGIA

Este trabalho é um estudo de caso (YIN, 2001) de natureza descritiva (GODOY, 2006) e foi desenvolvido a partir de procedimentos previamente definidos, constando das seguintes etapas: (1) Consulta a material bibliográfico especializado; (2) Levantamento de informações gerais sobre o APL, em órgãos como a CeArt, principal incentivador do grupo de produtores, no Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - SEBRAE, instituição que também deu suporte de cursos para o APL; (3) Observações não participante (ALENCAR, 2009) em outubro de 2017, por meio de visitas para conhecer melhor os principais aspectos ligados à produção, estágio tecnológico e estrutura de apoio; e finalmente, (4) Realização de entrevistas semiestruturadas, com os produtores, moradores, lideranças locais, com os técnicos da CeArt e pessoas envolvidas com a política estadual e local que também deram sua contribuição ao arranjo, permitindo a liberdade dos entrevistados para manifestarem suas opiniões, seus pontos de vistas e

argumentos com a intervenção do pesquisador no sentido de estimular o aprofundamento das respostas, no entanto sem induzi-las (ALENCAR, 2009). Em algumas partes do trabalho, para melhor enriquecer os resultados, foram usados discursos retirados das entrevistas.

O tratamento dos dados se deu por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2000), de natureza qualitativa (LAVILLE, DIONE, 1999) por se mostrar mais apropriada para esse tipo de investigação aqui proposta, onde, se recobre

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2000, p. 42).

A análise de conteúdo, segundo Laville e Dionne (1999) se sustenta na categorização de elementos, podendo ser trabalhada de forma quantitativa ou qualitativa. Na análise quantitativa de conteúdo, o pesquisador constrói categorias e distribui a frequência de ocorrência dos elementos presentes nos discursos. Na análise qualitativa de conteúdo, abordagem utilizada neste artigo, a preocupação não é a frequência com que esses elementos aparecem e sim as ideias que cada discurso apresenta, ressaltando a complexidade dos detalhes e a forma como esses elementos se relacionam levando em consideração o contexto e suas peculiaridades, ou seja, ocorre a interpretação dos significados por trás dos conteúdos coletados.

A escolha do campo empírico se deu quando, em uma busca por materiais de APLs no Ceará percebeu-se que o arranjo de Ipaguaçu Mirim não se encontrava na lista de APLs da Secretaria das Cidades, o que despertou o interesse de descobrir os motivos de sua ausência na lista (CONTEÚDO CEARÁ, 2012). Segundo o site Conteúdo Ceará, este mapeamento sobre os APLs apresenta os resultados das viagens e visitas de reconhecimento efetuadas pelas equipes do Centro de Estratégias de Desenvolvimento - CED do Ceará, Instituto de Pesquisas e Estratégias Econômicas - IPECE e da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Local e Regional - SDLR nas localidades que apresentam indicadores de aglomerações produtivas especializadas.

5 | CARACTERÍSTICAS DO APL DE ARTESANATO DE PALHA DE IPAGUAÇU MIRIM

A cidade de Massapê - CE dista 270 km de Fortaleza e conta com uma população estimada de 35.191 habitantes (IBGE, 2010). Está localizada em uma região semiárida na zona norte do Estado e possui uma vegetação bem característica da caatinga. Por todos os lados que se olhe sempre dá para se ver uma árvore de carnaúba, matéria prima de seu artesanato.

Na estrada que liga a sede do município ao distrito de Ipaguaçu Mirim esta realidade

não se modifica, são vários carnaubais acompanhando o trajeto de 10 km de estrada asfaltada. Para os olhares mais atentos, percebe-se que dessas árvores foram colhidas suas folhas que, secas, servirão para uma das atividades econômicas das famílias da região. O distrito de Ipaguaçu Mirim está localizado às margens do açude Acaraú-Mirim, mais precisamente no seu vertedouro, chamado por “ponte” pelos seus moradores. Este açude, segundo eles, foi construído no final do século 19 e suas águas foram barradas de um riacho, que vinha descendo da serra da Meruoca, chamado Acaraú-Mirim, o que deu origem a seu nome e inspirou os moradores das fazendas próximas a denominarem o local de Ipaguaçu Mirim. As primeiras famílias que ali viviam, cultivavam a terra ou pescavam para sobreviverem, aproveitavam os períodos de cultivo do milho, do feijão, da mandioca, no final do inverno e a do canaúbal no verão, onde se colhia as palhas da carnaúba, colocavam para secar e “bater o pó” para fazer a cera, tudo de forma muito artesanal, material de grande valor no exterior para a fabricação de vários produtos como cosméticos, vernizes e até partes eletrônicas.

Para complementar a renda, os moradores aproveitavam as palhas batidas e faziam chapéus com a palha onde vendiam para os mercados das cidades de Massapê e de Sobral que exportavam para outros países.

Foi observado que as produtoras que trabalham o artesanato em Ipaguaçu Mirim são formadas por uma população adulta, de faixa etária concentrada entre 25 e 45 anos de idade, predominando o gênero feminino. Quanto ao nível de escolaridade percebe-se pelo vocabulário usado e pela forma como estruturam as respostas que possuem pouca instrução formal, o que não chega a ser um grande limitador, pois para exercer seu ofício as técnicas utilizadas são bastante simples sendo necessária somente habilidade manual e criatividade no desenvolvimento das artes com as palhas. O baixo nível de instrução pode ser compreendido pelas condições de vida do local. Além da pouca oferta de instituições de ensino na região, as pessoas, na sua grande maioria de baixa renda têm poucas condições de ir até a cidade para estudarem. Isso pode justificar também a presença de crianças que detêm a habilidade com o trançado que segundo os moradores começam a desenvolvê-la a partir dos 10 anos de idade, aproximadamente, como brincadeira ou como forma de ocupar suas horas vagas.

O comércio do trançado da palha de carnaúba permitiu o surgimento de uma cooperativa de produção de chapéu e bolsas em Massapê da qual pertencia a maioria das produtoras da região. O principal comprador de seus produtos era o Centro de Artesanato do Ceará – CeArt, um espaço de comercialização de Fortaleza que vende os produtos para os moradores e os turistas que visitam a capital do Ceará, uma iniciativa do Governo do Estado para fomentar, desenvolver e organizar o artesanato cearense. Segundo a Coordenadora de Comercialização do órgão as peças até tinham boa saída. As produtoras eram estimuladas constantemente a inovar. Eram oferecidos cursos que exploravam as capacidades criativas das artesãs, como cursos de design que forneciam modelos novos

aprimorando o olhar delas, e de artesanato para aprimorar as técnicas de confecção das peças agregando um maior valor ao produto, comprados pela CeArt por valores que variavam de R\$ 5,00 a R\$ 15,00, dentre chapéus e bolsas.

5.1 Os Processos produtivos e inovativos no APL

Todo o processo produtivo das peças, desde a coleta das palhas, passando pela secagem, a retirada do pó e a confecção do trançado é dominado pelos artesãos. As bolsas e os chapéus são feitos em suas residências, nas calçadas, ou na sede da cooperativa e da associação.

A habilidade de fazer o trançado do chapéu de palha é tradicionalmente transmitida de mãe para filho por gerações e se mantém viva até os dias atuais. Os filhos que se interessam se encarregam de transmitir para a geração seguinte, como visto na fala desta associada: *“eles faze, os meus tudim faze, só quem não faz é essa daí que ainda é pequena, os meus faze é tudo, do começo ao fim”* (sic) (D. ACÁCIA). O aprendizado presente no arranjo se caracteriza fundamentalmente pela socialização do conhecimento entre as produtoras por meio do aprender fazendo e o aprender interagindo (MALERBA, 1992). O processo de aprendizado se dá, portanto com o envolvimento de dois ou mais indivíduos, o que indica que partem de uma interação com os produtores, onde compartilham conhecimento tácito por meio da cooperação. Fato observado na fala deste filho de uma artesã: *“desde criança a mãe já colocava a gente para ajeitar essas coisas (...) a gente que ia fazendo melhor, assim, ia instruindo os outros”* (sic). (CRAVEIRO).

As inovações e atualizações aconteciam por cursos oferecidos pelos parceiros e da participação das produtoras em feiras, eventos e por meio das viagens que faziam para comercializar o produto, o que caracteriza o *learning by sourcing* e o *learning by interacting* (MALERBA, 1992). Segundo D. Jasmim,

“aparecia o catálogo ai a presidente era a mais inteligente, né, ai ela fazia na máquina e trazia e ela mesmo criava, ai quando ela criava ela trazia pra gente e a gente ia tentar fazer. A gente criava os enfeitinho que a gente chamava mas do início mesmo era do modelo e eram vários modelos. O gerente viajava, né pra conseguir mercado e lá ela via outras qualidades e uns modelos diferentes e trazia para a presidente ensinar as sócias” (sic).

Atualmente a cooperativa e a associação não funcionam mais e este APL é formado somente por produtores individuais, dispersos e que produzem somente “camisas” de palha que revestem as garrafas de uma indústria de cachaça de Fortaleza deixando de lado todo o potencial inovativo possibilitado pelo trabalho com as bolsas, como visto na fala dessa artesã: *“no tempo da cooperativa a gente é que a gente fazia chapéu diferente, ai agora, depois da cooperativa é que vem esse funcionário da (...) de Fortaleza”* (D. ROSA).

Alguns fatores podem ter causado o fechamento da cooperativa e da associação, dentre eles podemos citar a redução das compras das peças pela CeArt que era praticamente

a maior compradora em grande volumes, deixando a cooperativa em dificuldades por esta não possuir outro canal de comercialização consolidado; outros mercados com Sobral e Massapé as vendas eram muito pulverizadas e incertas; alguns fatores logísticos como o transporte e armazenamento correto das peças pelos próprios moradores, que muitas vezes não permitia a proteção contra intempéries, fazendo com que a mercadoria se estragasse com as chuvas e insuficiência na gestão do negócio que não permitia lidar corretamente com os frequentes calotes dos mercados de Sobral e de Massapé, fato que estava sendo corrigido com as ações das instituições que apoiavam o APL.

Há alguns anos surgiu no APL um representante de uma indústria de cachaça que passou a encomendar às produtores um nova peça, cujo *design*, era fornecido por ele, para cobrir as garrafas de cachaças, sendo, portanto uma inovação para o APL, que passou a direcionar sua atividades produtivas para essa nova peça.

Segundo as produtoras, o que ainda mantém suas atividades é a produção da peça destinada à indústria de cachaça para revestir as garrafas. De acordo com elas o representante que chega de tempos em tempos no distrito e compra toda a produção, rejeitando as que estão fora do padrão de medição exigido por ele, como pode ser observado na fala dessa entrevistada: *“O carro da (...) vem e pega aqui, eles não dá o dinheiro, depois é que eles deposita o dinheiro”* (sic) (D. ROSA). A exigência de um padrão pré-definido de confecção não dá margens para as produtoras usarem a criatividade na confecção de novas peças.

Embora a indústria de cachaças tenha proporcionado o redirecionamento das atividades produtivas, a partir do momento que orientou a produção de nova peça e não só chapéus e de bolsas, a interferência desta empresa parece ser prejudicial ao desenvolvimento do APL tendo em vista a situação de exploração verificada atualmente. A falta de liberdade para criar e inovar que as artesãs dispunham há cinco anos não é mais a mola propulsora do trabalho desenvolvido por elas. Além dos prejuízos financeiros, há também os prejuízos sociais com a permanência da região em posição de inferioridade em relação às demais, além do prejuízo cultural por não haver mais o incentivo em perpetuar a confecção das peças tendo por pano de fundo a socialização do aprendizado, a criatividade e a inovação.

É um trabalho puramente mecânico de fornecimento de matéria prima para o beneficiamento de outra empresa onde qualquer alteração é indesejável. A indústria ainda não possui nenhuma política de responsabilidade social, de incentivo ao associativismo ou incentivo ao desenvolvimento regional para com aquela comunidade caracterizando uma relação com um viés unicamente exploratório de caráter financeiro, com o preço de cada peça perfazendo poucas dezenas de centavos. Os produtores então, também deixam de fazer seus produtos para atender a essa demanda.

5.2 A participação do Governo no APL

O arranjo inicial tinha como um de seus apoiadores a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social por meio do Centro de Artesanato do Ceará (CeArt), sendo um grande incentivador das produtoras, fornecendo cursos de capacitação, gestão e *design*, levando-as para participarem de feiras e eventos em outras regiões. Nessa parceria, o ganho era mútuo, pois a CeArt conseguia revender as peças com uma boa margem de lucro e também investia no aprendizado por meio do desenvolvimento de novas técnicas de fabricação, possibilitando e incentivando a inovação das peças. As facilitadoras dos cursos procuravam novos modelos em revistas e catálogos especializados e transmitia para as alunas que também eram estimuladas a criar novas peças ou fazer inovações incrementais a partir daquele modelo inicial. Algumas artesãs externalizavam seu conhecimento tácito, multiplicando o saber, uma vez que são cadastradas pelo Centro de Artesanato do Ceará como “Mestres artesãs” um título que permite a contratação delas pelo órgão para ensinar outras pessoas de outras comunidades, fazendo com que a socialização do conhecimento entre as comunidades seja outra forma de aprendizado por interação conforme a fala dessa artesã: “*a ... ia para a feirinha ai trouxe o modelo e um bucado de lá aprendeu já outro modelo que era o nosso e ela aprendeu outro modelo*” (sic) (D. HORTÊNCIA).

O contato com a CeArt se deu por intermédio do então Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia (SECITECE), que nasceu em Ipaguaçu Mirim e tem o sonho de desenvolver a região. Segundo ele, quando assumiu a secretaria, foram feitas várias parcerias com órgãos públicos para aproveitar as “faturas de terra e a água” que tem na região. Em suas palavras:

“Criamos em 2004 uma colônia de pescadores com parceria com o IDT (Instituto de Desenvolvimento do Trabalhador), com o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) e com o Ministério Público, ajudamos a construir essa colônia, nas palhas, quando assumi a secretaria capacitamos as mulheres em curso de corte e costura e curso de palha de carnaúba, tudo, inclusive como fazer o papel com o pó da palha da carnaúba, daria pra fazer mil coisas, separamos o prédio mais antigo de lá, reformamos para ser a sede da associação e fizemos uma parceria com a CeArt” (sic) (SR. GERÂNIO SILVESTRE).

Um outro fato ressaltado por um dos entrevistados foi que, muitas das mulheres artesãs recebem o benefício do Programa Bolsa Família o que as deixam desinteressadas pela produção artesanal.

O apoio do Governo também possibilitou a interação com outras instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), que também trouxe cursos para o local. Com o apoio da SECITECE foi reformado o prédio no distrito de Ipaguaçu Mirim, para servir de sede para a cooperativa e a associação, o qual foi equipado com máquinas de costura para dinamizar a produção, o que pode ser observado também na fala dessa artesã: “*A gente tinha um prédio, tinha um paiol de palha pras sócias, a*

gente comprava mais em conta, engomava tudo lá, tinha os ferro à energia, tá todas as máquina, tudo lá” (D. HORTÊNCIA).

As artesãs também contaram com o apoio da Secretaria Estadual do Trabalho e Empreendedorismo, através do programa “Ceará Empreendedor”, que atuou no APL em 2004, onde foram trazidos cursos de gestão de negócios e capacitações tecnológicas como o tingimento natural, conservação e texturização da palha de carnaúba, porém o trabalho não prosperou para além desses cursos.

5.3 O APL com a redução do apoio do Governo

Atualmente, o arranjo encontra-se sem o apoio direto do Governo e do SEBRAE. A CeArt parou de comprar os produtos e de enviar instrutores para capacitação das artesãs. Segundo a Coordenadora de Comercialização do referido órgão as compras foram interrompidas *“por que elas deixaram de produzir”* (D. BEGÔNIA). Uma explicação para o fato, segundo ela, é o período de sazonalidade das vendas. Como os produtos passam por essa demora na venda, as produtoras demoram a receber o dinheiro do que fabricaram, fato observado também na fala da artesã: *“As venda era pouca né, e as vezes demorava a vir dinheiro, o pessoal vinha fazer o pedido ai custava a vir pagar ai pronto, acabou”* (D. ACÁCIA).

Com a redução do apoio do Governo, o arranjo perdeu seu principal incentivador e comprador, causando a “desorganização” do APL. Observa-se que os laços de interação e articulação entre os produtores eram fracos e pode estar associado ao nível de escolaridade destes que é relativamente baixo, dificultando a organização do APL, bem com as capacitações produtivas e inovativas.

No APL, ao perder o apoio do governo, houve uma descoordenação das ações, ou seja, uma descontinuidade provocando a perda da dinamicidade especialmente quando deixou de comprar a produção. Quando o APL passou a produzir unicamente “camisas” que revestem garrafas de cachaça para uma indústria em Fortaleza que explora o trabalho das produtoras, sem políticas de responsabilidade social para o local, nem incentivo a novos aprendizados, o que dificulta mais ainda o processo de inovação e fortalecimento deste. Por outro lado, observou a fraca liderança local o fragiliza ainda mais o APL. Quanto a isto, Lastres, Cassiolato, Campos, (2006) apontam que a presença de agentes que atuem como lideranças locais, tanto pertencentes a empresas ou a organismos de promoção, é fundamental para a coesão, a integração e a coordenação das iniciativas existentes no APL

A perda do apoio da CeArt, a falta de convivência cooperativista e associativista causaram reflexos nas inovações e no aprendizado do arranjo. A falta de incentivos em cursos novos trazidos pelo Governo dificultou a disseminação do conhecimento entre os produtores e a troca de saberes com outras comunidades. As feiras, que permitiam o acesso a novos produtos também deixaram de convidá-los e as mestres-artesãs deixaram

de viajar para ensinar outras comunidades. Segundo a artesã “*tá com uns cinco anos que vem fracassando né, baixamo ai né, dois anos mesmo que a gente tá sem fazer né, venda mesmo num tá tendo não*” (sic) (D. Camélia). Analisando essas palavras, nota-se que para essa artesã o grupo terminou o que pode ser observado também na sua fala seguinte “*Eu sinto muita falta, eu gostava de fazer os trabalho, a gente fazia cada um nas suas casas*” (sic) (D. CAMÉLIA).

Neste contexto, Lemos, Albagli e Szapiro (2006) ressalta que a para a implementação de políticas de apoio a APLs é necessário considerar as sua especificidades, buscando conhecimentos mais aprofundados sobre eles, bem como sobre o ambiente onde estão inseridos, para identificar as melhores formas de atendê-los, como também de gerar resultados positivos para o conjunto social em que se inserem. Ressaltam ainda que deve-se evitar gerar esforços descoordenados, a inadequação e superposições de ações, os quais não trazem resultados efetivos na implementação de ações para o fortalecimento dos APLs.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode perceber nesse trabalho é que o apoio de órgãos governamentais à APLs é de fundamental importância para o seu desenvolvimento, principalmente em comunidades onde o APL se desenvolveu a partir de ações do Governo para potencializar as habilidades dos moradores locais e o incipiente comércio que lá existia.

Colocando também um olhar sobre a responsabilidade das artesãs quanto à dinamicidade do APL, outro fator importante a ser questionado é, também, se há a necessidade do grupo de produzir, pois se por um lado o Governo deixou de comercializar o produto das artesãs, por outro ele auxilia com o benefício do Bolsa Família, deixando-as, até certo ponto acomodadas, como visto na fala do então Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia, cabendo uma reflexão: Será que esses fatores contribuem para o enfraquecimento do arranjo?

Conforme verificado no relato de ambas as partes, o governo deixou de comprar porque as artesãs deixaram de produzir e as artesãs deixaram de produzir porque demoravam a receber o dinheiro dos produtos que eram vendidos. Esse problema poderia ser resolvido com a utilização de linhas de crédito para antecipação de recebíveis com bancos do governo como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), por exemplo, e do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), instituições com histórico de apoio a APLs no Ceará. Pode-se verificar que ao mesmo tempo em que o governo atua positivamente com determinada política, paralelamente, atua de forma negativa com políticas de transferência de renda que podem ser responsáveis pela diminuição das iniciativas individuais empreendedoras. Estudos futuros podem ser empreendidos com a finalidade de analisar o impacto das

políticas de transferência de renda no desenvolvimento dos APLs, confirmando ou não, os argumentos utilizados pelo representante do governo.

Quanto aos tipos de aprendizados verificou-se a existência do aprender fazendo, aprender usando e o aprender interagindo o que pode ser fortalecido com o apoio de organizações e políticas públicas de incentivo aos APLs.

Outro ponto importante detectado nesse trabalho é a presença da indústria de cachaça de Fortaleza na história do arranjo, que também trouxe um aprendizado para as artesãs: A confecção inicial das “camisas” das garrafas, porém não foi observado liberdade de inovação nessa demanda, desde a primeira produção, sendo atualmente a única compradora do, agora, único produto comercializado. É o que está garantindo a “subsistência” do grupo, porém, as “camisas” que são fabricadas e vendidas para embalar os frascos de aguardente, são confeccionadas e vendidas por um preço que não garante o sustento digno das artesãs, observado nesta fala: *“ajuda, mas se fosse depender só delas, não dava”* (D. CAMÉLIA).

O que se encontra facilmente no local são algumas pessoas sentadas nas calçadas fazendo poucos trançados de palha para a confecção das camisas, trazendo a impressão de ser o trabalho passatempo enquanto trocam conversas com os vizinhos.

Infere-se que as artesãs do APL aqui estudado precisam de pessoas e instituições com habilidades econômicas, gerenciais e financeiras para restabelecer suas atividades e sair da situação de “subsistência” que ora se encontram para uma de existência plena, com melhora no volume e na distribuição da renda, recuperação do compartilhamento do saber e do aprendizado, resgate da inovação dos produtos, e como reflexo final, mais desenvolvimento econômico para o município.

Para enriquecer mais as análises das experiências relativas a aprendizado e inovação, caberia aos interessados desenvolver pesquisas em outros APLs, fazendo novas descobertas, efetuando comparações, mensurando o efeito positivo e/ou negativo da atuação do governo, mostrando também a importância das interações com a esfera governamental além de estudos ressaltando a importância da interação com outros atores do processo como as Universidades, os Centros de Pesquisa e as incubadoras, o que constitui também um desafio para estudos futuros, uma vez que estas análises não se exaurem no presente estudo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Metodologia de Pesquisa**. Lavras: UFLA, 2009.

AMARAL FILHO, J. et al. Análise das políticas para APLs no Ceará, In: APOLINÁRIO, V. SILVA, M. L.(orgs). **Políticas para Arranjos produtivos locais: Análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal**. Natal: EDUFRN, 2010.

_____, J. Sistemas e Arranjos Produtivos Locais. **PPP Planejamento e políticas públicas**, IPEA. n,

36, p.171-212. jan./jun. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições70, 2000.

BARROSO, J. A; SOARES, A.A.C. O impacto das políticas públicas no desenvolvimento de arranjos produtivos locais: o caso do APL de ovinocaprinocultura em Quixadá, Ceará. **RAP Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. Ano 43, n. 6, p. 1435 – 1457. nov./dez. 2009.

BRITTO, J.; ALBUQUERQUE, E. M. Estrutura e dinamismo de clusters industriais na economia brasileira: uma análise exploratória a partir dos dados da RAIS, In: TIRONI, L. F. **Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais**. Brasília: IPEA, 2001.

BROWN, J. S.; DUGUID, P. Organizational learning and communities-of-practice: toward a unified view of work, learning and innovating. **Organization Science**, v.2, n.1, p. 40-57. 1991.

CALAMEL, L.; DEFELIX, C.; PICQ, T.; RETOUR, D. Inter-organizational projects in French innovation cluster: the construction of collaboration. **International Journal of Project Management**, n. 30, p. 48-59. 2012.

FLEURY, M. T.; FLEURY, A. **Aprendizagem e Inovação Organizacional**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FREEMAN, C. Japan a new system of innovation. In: DOSI, G.; FREEMAN, C; NELSON, R.(eds). **Technical change and economic theory**. London: Pinter, 1988.

GODOY, A. S. Estudo de Caso Qualitativo, In: GODOI, BANDEIRA-DE-MELO, SILVA, (org.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

HASENCLEVER, L.; ZISSIMOS, I. R. M. A Evolução das Configurações Produtivas Locais no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista de Estudos Econômicos**, v. 36, p. 407-433, 2006.

IBGE. (Governo Federal) 2010. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 04/01/2017.

JOHNSON, B.; LUNDEVALL, B. Promovendo sistemas de inovação como resposta à economia do aprendizado crescentemente globalizada. In: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E. ARROIO, A. (Orgs.). **Conhecimento, sistemas e inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Contraponto, 2005.

CONTEÚDO CEARA (Governo do Estado). 2012. Disponível em: <http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/SDLR/APLs/gerados/arranjos_produtivos.asp>. Acesso em 12/10/2017.

LASTRES, CASSIOLATO, CAMPOS. Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais: vantagens do enfoque. In: LASTRES, M.; CASSIOLATO, J.E. (Orgs). **Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Trad. por MONTEIRO, H.; SETTINERI, F. Porto Alegre: Editora UFMG: Artmed, 1999.

LE MOS, C.; ALBAGLI, S.; SZAPIRO, M. Políticas de promoção de arranjos produtivos locais no Brasil: evolução recente e desafios atuais. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E (org) **Estratégias para o Desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

LUNDEVALL, Bengt-åke. **National Systems of innovation: toward a theory of innovation and interactive learning**. London: Printer, 1992.

_____, Bengt-åke. Why the New Economy is a Learning Economy. **DRUID Working Papers**, No 04-01,

DRUID, Copenhagen Business School, Department of Industrial Economics and Strategy/Aalborg University, Department of Business Studies. 2004.

MALERBA, Franco. Learning by Firms and Incremental Technical Change. **The Economic Journal**, v. 102, n. 413, p. 845-859, Jul.1992.

MORGAN, J. Q. Governance, Policy Innovation, and Local Economic Development in North Carolina. **The Policy Studies Journal**, Vol. 38, n. 4, p. 679-702. 2010.

NELSON, R. **National innovation systems: a comparative analysis**. New York/Oxford: Oxford University, 1993.

NISHIMURA, J. OKAMURO, H. Subsidy and networking: The effects of direct and indirect support programs of the cluster policy, **Research Policy**, n. 40, p. 714-727, 2010.

NORONHA, E.G.; TURCHI, L. Política industrial e ambiente institucional na análise de arranjos produtivos locais. Texto para discussão n. 1076. Brasília, Ipea, 2005.

OCDE. Manual de Oslo: OECD **Proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica**. Brasília: FINEP, 2005.

REDESIST – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Coordenação geral: Helena M.M. Lastres José E. Cassiolato. 2003.

TEIXEIRA, K.H. et. al. Território, cooperação e inovação: um estudo sobre o Arranjo Produtivo Pingo D'água. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Vol.44. No.3. Brasília. July/Sept. 2006.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Managing Innovation: Integrating technological, market and organizational change**. John Wiley & Sons, 2005.

TIGRE, P. B. **Gestão da Inovação: a Economia da Tecnologia no Brasil**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

YIN, R. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

A EXCLUSÃO SOCIAL E SUAS INTERFACES TEMÁTICAS: MAPEAMENTO DE TESES (2015 – 2017)

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 04/05/2020

Deborah Yoshie Arima

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande – Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/8105571069896106>

Arlinda Cantero Dorsa

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande – Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/2445144539614697>

RESUMO: Esta pesquisa versa sobre a Exclusão Social e as suas interfaces temáticas. Objetiva-se o mapeamento dos trabalhos científicos de teses dos programas brasileiros de pós-graduação com a abordagem temática da “Exclusão Social”. Para a consecução do presente artigo foi realizada uma busca bibliográfica e exploratória de caráter inventariante a partir do Banco de Teses e Dissertações da Capes, com a utilização de alguns filtros como o período temporal e área de conhecimento. Justifica-se tal escolha em razão da importância de se tratar acerca da Exclusão Social como uma forma de proporcionar maior visibilidade e disseminação científica aos

resultados encontrados no âmbito acadêmico que se orientam às pesquisas e estudos como uma maneira de auxiliar a criação de políticas públicas de prevenção e combate as causas e consequências dos socialmente vulneráveis. A partir do resultado obtido da análise aprofundada sobre a “exclusão-social” e o mapeamento das produções científicas já publicadas, observou-se a interdisciplinaridade reflexa da Exclusão Social e uma ampla necessidade de ser mais debatida e conscientizada na sociedade e nos ambientes acadêmicos.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão Social; Mapeamento; Estado da Arte.

SOCIAL EXCLUSION AND ITS THEMATIC INTERFACES: THESIS MAPPING (2015 - 2017)

ABSTRACT: This research has as an objective to mapping scientific works of brazilian theses post-graduation programs, with a thematic approach to Social Exclusion and its thematic interfaces. The present article is related to the research project “The interfaces of diversity, of law and of globalization starting from post-graduation productions: dissections and teses” carried out by professors-researchers of graduate, of master’s-level school and of doctorate in local

Development, postgraduates, academics in scientific initiation, with an interdisciplinary vision. Such a protection is justified because it is important to deal with Social Exclusion and its numerous developments in thematic interfaces. For the realization of this work, a bibliographic research was carried out by The Digital Library of Theses and Dissertations of Capes, between the years of 2015 to 2017. In the area of colloidal formation, or Direito, which, for its own time, is inserted in a large area of condescimento das Applied Social Sciences. Starting from the in-depth analysis on the “social exclusion” of the mapping of scientific productions that have been published, we observed that it is a question of the need to be debated and made more aware in academic environments and, in this reality, in addition to its own work. dealing with their social problems.

KEYWORDS: Social Exclusion; Mapping; State of the Art.

1 | INTRODUÇÃO

A Exclusão Social é uma questão multidisciplinar e com grande influência na vida de todas as pessoas, no sentido dicionário volta-se a algumas expressões como efeito de segregação, sentido de afastamento; já no sentido jurídico denota uma ação de privação das funções de alguém. Contemporaneamente, este tema tem dado prioridade principalmente à exclusão socioeconômica, representada pelos grupos sociais que sofrem com as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, à cultura, à educação e muitos à falta de alimentação, demonstrando assim a grande desigualdade social existente.

A atual sociedade brasileira possui algumas características marcantes de um país em desenvolvimento, tais como o autoritarismo, a violência, a economia deficitária, as injustiças cotidianas, as inúmeras desigualdades, a escassez de recursos básicos com acesso universal, a repressão das diferentes formas de liberdade que, juntos, resultam em exclusões sociais, culturais e políticas.

Perante a realidade existente e a necessidade de mais estudos na área, este artigo traz um mapeamento de teses relacionadas a esta temática objetivando o acesso, à pesquisa e ao aprofundamento desta área do conhecimento para a comunidade acadêmica e outros.

Tem-se por questão norteadora se há por parte de pesquisas na pós-graduação e especificamente nas teses defendidas no período de 2015 a 2017, uma concentração de pesquisas voltadas a esta importante temática em nosso país.

O presente escrito tem por objetivo geral a análise do mapeamento das produções científicas de teses defendidas em nível nacional cujo tema relaciona-se com a Exclusão Social e suas interfaces temáticas e os objetivos específicos em: conceituar pesquisa, divulgação e visibilidade científica, o papel da pós-graduação no Brasil, os conceitos sobre a exclusão, assim como pesquisar os trabalhos científicos de teses sobre Exclusão Social e suas interfaces a partir do Banco de Teses e Dissertações da Capes.

A pesquisa tem uma abordagem quantitativa com análise temática e os procedimentos metodológicos adotados foram à pesquisa bibliográfica, a coleta de dados e a organização e elaboração do mapeamento proposto e apresentados nos resultados desta pesquisa.

2 | A PESQUISA CIENTÍFICA NA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 garante às universidades o gozo de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, pautadas nos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ou seja, o ensino e a pesquisa devem ser fomentados tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Em consonância com o pensamento de Cury (2004), a pós-graduação eleva o nível do ensino superior por meio da busca contínua de novas descobertas e consequente discussão de diferentes perspectivas sobre a mesma temática; por consequência, a pós-graduação tem como conceito regulador o princípio da inovação por meio da produção de conhecimentos expressa na pesquisa, cumprindo a função social da universidade.

Para Paiva (2001) a pesquisa é uma das atividades intrínsecas e essenciais à instituição universitária, ao lado do ensino e da extensão e, para sua concretização é preciso que a universidade, por intermédio de suas próprias funções, se constitua em um espaço de investigação científica e de produção de conhecimento buscando responder às necessidades e ter, como preocupação, constituir-se na expressão do real, expressão que deve ser compreendida como característica do procedimento científico.

Neste contexto, infere-se a relevância desta abordagem por se tratar de uma pesquisa que busca não só dar visibilidade às tese defendidas como também de possibilitar a novos leitores que tenham uma macrovisão dos assuntos apresentados e que trazem à comunidade científica novos conhecimentos.

3 | A EXCLUSÃO SOCIAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS NECESSÁRIOS

Em consonância com Escorel (2009) o termo exclusão social é atributo de uma obra publicada de René Lenoir intitulada “Les exclus: um français sur dix”, ou seja, Os exluídos: um francês em cada dez franceses. Este conceito, antes de ganhar destaque a partir da obra publicada, era aplicado aos trabalhos que envolviam a pobreza e as desigualdades sociais ainda que não suscitasse nenhum tipo de polêmica ou debates na sociedade.

Ainda segundo a autora, a partir de 1976, o aumento da desigualdade e a mudança do perfil de pobreza trouxe o estabelecimento da expressão exclusão social tanto nos debates públicos quanto acadêmicos e o tema passam a adquirir relevância e publicidade. (SCOREL, 2009)

O termo exclusão social, de acordo com Estivill (2003), define-se como: “As palavras que designam os fenômenos e a realidade que circunda o gênero humano, permitem a sua

compreensão e o seu diálogo, mas também estão repletas de armadilhas que mascaram e disfarçam o que se pretende dominar”. Quando, além disso, estes termos remetem para noções polissêmicas, a complexidade aumenta como é o caso da pobreza e da exclusão.

No processo de construção do conceito de exclusão social este tem sido contraposto e diferenciado de uma série relativamente abrangente de outros termos e categorias, que acabam por integrar o ‘vocabulário’ da exclusão: desvinculação, desfiliação, desqualificação, precariedade, vulnerabilidade, marginalização, discriminação e segregação social. Pelo lado positivo do fenômeno há também distinções a fazer entre inclusão social e justiça social, capital social, integração, emancipação, autonomia e empoderamento. (SCOREL, 2009 s/p)

Em outra perspectiva, Evaristo (2016) entende que a exclusão social se edifica em três etapas: econômica com a exclusão do mundo do emprego; cultural pela negação de seus direitos e social com a quebra de laços comunitários, além de que os excluídos estão em vias de serem excluídos também de direitos sociais, uma vez que, se houver a restrição da cidadania no espaço político, as vozes desses excluídos deixarão de ser ouvidas.

Por isso, é importante limitar o seu significado e alcance, começando pelo termo pobreza que historicamente precedeu o termo exclusão social. De acordo com tais conceitos e um breve apanhado histórico, é notável a necessidade de se realizar um estudo um pouco mais aprofundado sobre a temática exclusão social e as suas possíveis interfaces e derivações temáticas.

3.1 Contextualizando o estado da arte

Acerca da metodologia utilizada, sobre o mapeamento de teses (estado da arte) pode-se inferir de Ferreira (2002) para quem as pesquisas sobre o Estado da Arte têm sido comumente definidas como de caráter bibliográfico por apresentarem em geral, o desafio de mapear e discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, a partir de aspectos e dimensões que vêm sendo destacados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições essas produções têm sido realizadas.

Amplia esta discussão Romanowski e Ens (2006) como a possibilidade de significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procura identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

Os objetivos do Estado da Arte são portanto: compreender o processo de produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento em teses, dissertações, artigos de periódicos e publicações, análises que permitam examinar as ênfases, as temáticas abordadas nas pesquisas, os referenciais teóricos que subsidiaram as

investigações, a relação entre o pesquisador e a prática pedagógica, as sugestões e proposições apresentadas pelos pesquisadores, entre outros aspectos relevantes para o meio acadêmico. Romanowski (2006) elencou os seguintes tópicos a serem utilizados como base para o desenvolvimento de uma pesquisa do tipo estado da arte:

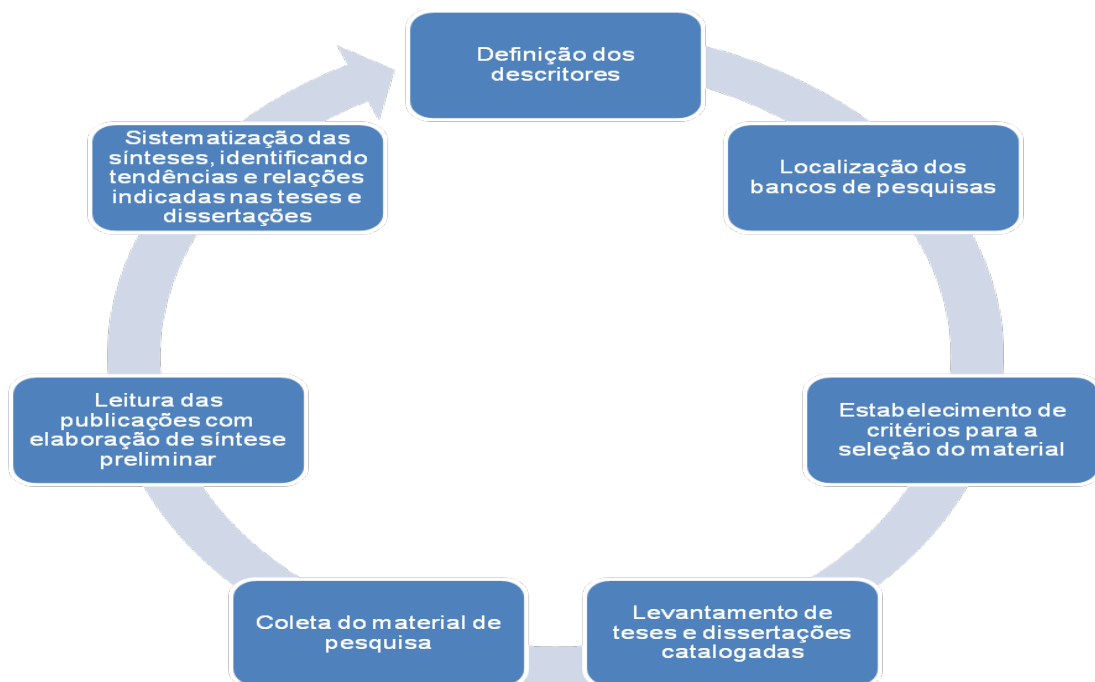


Gráfico 1: passos da metodologia Estado da Arte.

Fonte: elaboração própria.

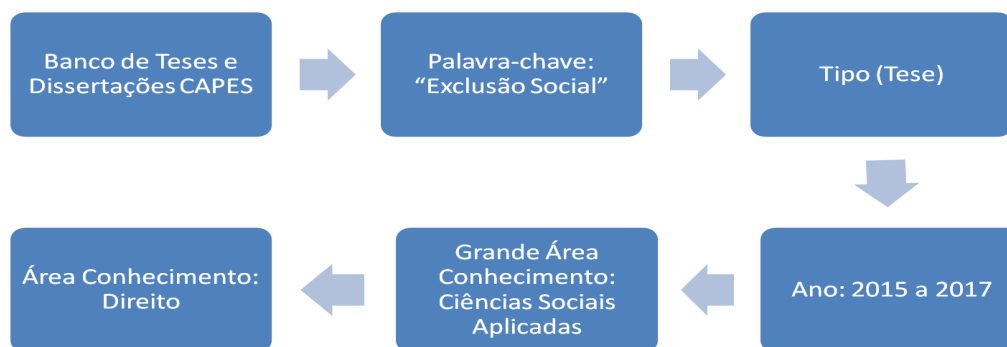
As autoras explicam que os dados apontados pelos estudos de “estado da arte” deixam alguns questionamentos os quais possibilitam outras pesquisas e encaminhamentos metodológicos, como:

- como a produção atual efetivamente contribui para o avanço do conhecimento da área?
- quais são as consequências políticas, sociais, metodológicas, resultantes desses estudos?
- quais as contribuições desses estudos para o cotidiano escolar dos professores?

Diante de tais levantamentos, conclui-se a essencialidade dos resultados obtidos por meio do Estado da Arte para o âmbito acadêmico.

3.2 Resultados obtidos

Com base nos descritivos da metodologia da arte, realizou-se o mapeamento para a análise da “Exclusão Social” e as suas interfaces temáticas.



Quadro 1 – Fluxograma do mapeamento de teses pelo Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Fonte: elaboração própria.

Conforme o mapeamento realizado, foram realizados os seguintes passos:

i) Seleção da palavra chave: “Exclusão Social”, obtendo-se inicialmente 3.238 resultados entre dissertações e teses.

ii) A partir de uma nova seleção, obteve-se no Tipo: Doutorado: 650 resultados

iii) O passo seguinte foi selecionar o Ano, obtendo-se: 45 resultados do ano de 2017, 38 resultados do ano de 2016 e 43 resultados do ano de 2015, totalizando 126 teses.

iv) o quarto passo realizado foi selecionar a Grande Área de Conhecimento: **Ciências Sociais Aplicadas**, obtendo-se 23 teses.

v) Com relação à Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas há como **área de Conhecimento**: (tabela 1)

Administração	Arquitetura e Urbanismo	Ciência da Informação	Direito	Planejamento Urbano e Regional	Serviço Social	Teoria do Direito
Três teses	Duas teses	Uma tese	Catorze teses	Uma tese	Uma tese	Uma tese

Tabela 1 – Área de conhecimento

Fonte: elaboração própria.

vi) Como sexto passo, selecionou-se da área de conhecimento do **Direito**, 14 teses porém, de acordo com os resultados acima, pode-se ver a **interdisciplinaridade da temática exclusão social, nestas teses selecionadas**.

vii) Com relação à Área de concentração, obteve-se cinco opções:

Direito e Justiça	Direitos Humanos	Direitos Sociais e Políticas Públicas	Pensamento Jurídico e Relações Sociais	Sistema Constitucional de Garantia de Direitos
Uma tese	Nove teses	Uma tese	Duas teses	Uma tese

Tabela 2 – Área de concentração.

Fonte: elaboração própria.

vii) Com relação às Universidades, conforme a Tabela 3, obteve-se:

Universidade Federal de Minas Gerais	Universidade de São Paulo	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Universidade de Santa Cruz do Sul	Centro Universitário de Bauru (ITE)
Uma tese	Nove teses	Duas teses	Uma tese	Uma tese

Tabela 3 – As universidades pesquisadas e suas respectivas teses.

Fonte: elaboração própria.

vii) Uma última filtragem foi realizada a partir da leitura **do título, resumo e palavras-chave das catorze teses resultantes** para poder se estabelecer uma relação analógica do tema e suas interfaces em relação ao tema “Exclusão Social”. Deixou-se de trabalhar com apenas uma tese, qual temática fugia completamente da temática analisada.

viii) A partir das **treze teses** selecionadas para uma análise mais profunda, realizou-se um breve resumo sobre cada uma.

A partir de um estudo dos temas abordados pelas teses, observaram-se algumas problemáticas de países subdesenvolvidos, como no trabalho “Ação coletiva e acesso à justiça: uma análise da reforma do judiciário à luz de estudos de caso”, em que a autora Helena Campos busca apresentar a hipótese da ineficácia da Reforma do Judiciário em ampliar significativamente o acesso à Justiça devido as suas deficiências e conclui que as ações coletivas não contribuíam de forma decisiva para a ampliação do acesso à Justiça.

Já o trabalho intitulado “Direitos humanos LGBTs e mundo do trabalho: tensões e convergências” de William Glauber evidencia como as negociações de acordos e convenções coletivas, enquanto contratos, reafirmam a forma jurídica e como a institucionalização das reivindicações jurídicas por promoção, efetivação e proteção de direitos humanos LGBTs, em secretarias e coletivos captura o movimento social na estrutura sindical de Estado, evidenciando a forma política estatal.

A autora Camila Biral de “Investimento internacional e a nova acepção de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável” defende que em matéria de investimentos internacionais, concretizou-se em uma análise a partir de fatores sociais, humanos e ambientais, e propõe alternativas para beneficiar o Brasil perante esta realidade.

O trabalho “Direito à habitação e sociometabolismo do capital: para a crítica aos mecanismos de atendimento habitacional à parcela pauperizada da classe trabalhadora”, de autoria de Rafael Lessa, realiza uma crítica ao direito à habitação no sentido de que este direito é especificamente capitalista, não havendo a possibilidade de prever algo em sentido contrário e propõe-se que o fornecimento de habitação sem contrapartida a pessoas em situação de rua seria um tipo de política pública apta a desestabilizar o sociometabolismo do capital.

Na mesma linha de pensamento, a autora Luiza Barros, em sua tese “Direito à

moradia: âmbito, limites e controle no ordenamento jurídico nacional” define e analisa a natureza jurídica do direito à moradia, os seus limites com referência à forma de inserção deste direito à luz das políticas públicas destinadas à sua efetivação e sistematização no âmbito do pacto federativo e a possibilidade do Poder Judiciário controlar este direito pela mediação ou pela jurisdição, buscando uma reflexão sobre as políticas públicas habitacionais do país e a maneira de solução dos conflitos.

No mesmo sentido, a autora Claudia Karina da tese “A concretização do direito à moradia pela densificação do princípio da dignidade humana: caminhos para a atuação judicial nas grandes desocupações urbanas” estuda as possibilidades de densificação do princípio da dignidade da pessoa humana, voltada a assegurar o direito à moradia pelo Poder Judiciário, não no aspecto prestacional, mas no aspecto defensivo, a fim de evitar violações de direitos nos processos que versam sobre grandes desocupações de áreas urbanas.

A tese “Nem clandestinos, nem ilegais: construindo contornos para uma definição da condição, migratória não documentada no Brasil”, de Tatiana Chang, busca entender como o direito não produz regras de convívio para os migrantes não documentados que ingressam e permanecem no país, mas sim padrões severos de exclusão e negativa de direitos fundamentais aos migrantes e conclui que o país necessita de uma mudança legislativa para uma política migratória baseada em direitos humanos. Trata-se de um tema de extrema importância para o país, especialmente nos últimos anos com a imigração dos venezuelanos.

No trabalho “Democracia sanitária e participação social na organização mundial da saúde: das organizações não governamentais aos atores não estatais” a autora Maria Gabriela Araujo traçou como objetivo a análise se, caso fosse aprovado o projeto de Marco para colaboração com os atores não estatais, no seio da reforma da Organização Mundial da Saúde, seriam criadas instituições e processos deliberativos que oportunizassem a participação democrática da sociedade civil internacional e concluiu que embora o documento não promovesse a democracia sanitária, criaria novas instâncias em que a sociedade civil internacional poderia exercer sua influência.

A pesquisa “A gestão pública das políticas educacionais para a efetivação democrática do direito à educação no Brasil: da democracia cognitiva à democracia participativa” de Fabiana Polican tem como objetivo a análise da gestão pública das políticas educacionais no Brasil para efetivação democrática do direito à educação e como resultado a concepção de que a gestão pública requer horizontalização das relações de poder pela participação dos atores em articulação da rede local e global por uma governança pública, ou seja, que em todos os níveis de ensino seja garantido o direito público à educação.

A tese “Usucapião da Propriedade Possível em Terras Públicas - O Direito de Superfície e à Moradia em Áreas de Exclusão Social”, de Pedro Pontes, apresenta a usucapião superficiária de bens públicos como um meio de garantir o direito à moradia

em áreas de exclusão social e conclui que esta modalidade pode ser um importante instrumento para a regularização fundiária nessas áreas.

O trabalho “A democratização da inovação tecnológica, para além de manifestação de poder: o amor como cuidado no núcleo de valores de políticas públicas para o desenvolvimento como liberdade” de Josiane Petry busca investigar a crise da atual sociedade, onde a colonização da inovação tecnológica impede o desenvolvimento como liberdade, uma vez que fortalece as relações de poder que potencializam o afastamento e a exclusão social dos cidadãos, tendo em vista o fato de a orientação residir essencialmente no desenvolvimento econômico.

O estudo “A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/10): uma análise dos mecanismos de proteção jurídica e promoção de cidadania dos catadores de materiais recicláveis” de Marconi O. Catão enfoca os mecanismos jurídicos garantidores da integração dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis na responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, que historicamente são explorados no âmbito laboral, e conclui o fato de tais políticas não se enquadrarem nas reais necessidades dessa classe, sendo o desafio a inovação na forma de se pensar as políticas públicas para o setor.

Por fim, a tese “O diálogo dos excluídos: a mediação social informativa como instrumento de ampliação do acesso à justiça pela via dos direitos no Brasil” de Nathane Fernandes propõe a metodologia de mediação voltada às necessidades da população brasileira dos setores sociais que sofrem com a falta de acesso à justiça e, conseqüentemente, tem reforçada sua condição de exclusão e de negação da cidadania.

Diante da análise aprofundada das teses, observa-se a reincidência de temáticas acerca da exclusão social e o aprimoramento na busca do poder legislativo e das políticas públicas com o objetivo de reduzir cada vez mais os aspectos sociais excludentes.

A análise anterior permitiu observar, além da interdisciplinaridade do tema, que as temáticas possuem alguns termos mais recorrentes em detrimento de outros. Nessa linha, a ferramenta *wordcloud* (nuvem de palavras) se faz relevante para aferir quais são as palavras mais utilizadas. A referida ferramenta é capaz de fazer uma projeção na forma de uma imagem das palavras constantes nos resumos com tamanhos variáveis de acordo com a quantidade de vezes em que aparecem. Portanto, quanto mais uma palavra se repetir, maior será o seu tamanho na imagem projetada. Em virtude da ocorrência de repetições de palavras nos resumos catalogados, obteve-se o seguinte resultado:



Figura 1 – nuvem de palavra

Fonte: elaboração própria.

A imagem formada indica que os trabalhos sobre exclusão social trazem à tona temáticas pertinentes aos diversos desdobramentos sociais. As palavras em destaque coincidem com experiências atuais como as questões migratórias, aos inúmeros direitos básicos violados, como o da moradia e o acesso à justiça e questões intimamente relacionadas à democracia. Quanto às palavras em menor tamanho, que menos apareceram nos resumos, são igualmente importantes a exclusão social, como: “função social”, “poder”, “dignidade da pessoa humana”, “tecnologia” e tantas outras que compõem a luta para uma sociedade com mais inclusão e igualdade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Exclusão Social tem uma importância tão grande para o desenvolvimento equilibrado da sociedade que jamais poderia ser negligenciado ou tratado com normalidade. As minorias sociais necessitam de um atendimento e uma atenção especial e direcionada para suas respectivas dificuldades para terem condições de se estabelecerem modo digno e competitivo na sociedade.

Nesse viés, a exclusão social não diz apenas sobre a esfera individual e cada indivíduo com uma dificuldade distinta; é ter também a capacidade coletiva, além da individual, de superar as relações de opressão, submissão, discriminação e dominação sociais em busca da liberdade de escolha, de expressão, de opinião, de gênero, enfim, de vida como se bem quer viver enquanto mulher no mundo.

Face à importância de se trabalhar com a exclusão social para a coletividade, o

resultado de apenas treze trabalhos na área do Direito demonstra o quanto ainda o tema merece atenção e visibilidade não só pela sociedade, mas também pela própria Ciência, nesta área específica, por se tratar de um número reduzido de produções científicas acerca de um assunto de extrema relevância social.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Pedro Pontes de. **Usucapião da propriedade possível em terras públicas**. 2015. Tese (Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BATISTA, Claudia Karina Ladeia. **A Concretização do direito à moradia pela densificação do princípio da dignidade humana: caminhos para a atuação judicial nas grandes desocupações urbanas**. 2015. Tese (Direito) - Centro Universitário de Bauru, Bauru.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição** da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL (MEC), **Banco de teses e dissertações – CAPES**. Área de educação. Disponível em: < <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em: 02 de outubro de 2017.

CASTANHO, William Glauber Teodoro. **Direitos Humanos LGBTs e mundo do trabalho: tensões e convergências**. 2017. Tese (Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

CATAO, Marconi do O. **A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/10): uma análise dos mecanismos de proteção jurídica e promoção de cidadania dos catadores de materiais recicláveis**. 2015. Tese (Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CIENA, Fabiana Polican. **A gestão pública das políticas educacionais para a efetivação democrática do direito à educação no Brasil: da democracia cognitiva à democracia participativa**. 2016. Tese (Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

CUNHA, C. B. V. D. **Investimento internacional e a nova acepção de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável**. 2016. Tese (Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

CURY, C. R. J.. **Graduação/ Pós-Graduação: a busca de uma relação virtuosa**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 777-793, Especial - Out. 2004

DINIZ, M. G. A.. **Democracia sanitária e participação social na organização mundial da saúde: das organizações não governamentais aos atores não estatais**. 2016. Tese (Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCOREL, Sarah. **Exclusão social**. In Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde, 2009.

ESTIVILL, Jordi. As estratégias que enfrentam a exclusão social. In: ESTIVILL, Jordi. **Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias**. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, Programas estratégias e técnicas contra a exclusão social e a pobreza, 2003. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_665985.pdf>. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.

EVARISTO, Antonio Alexandre Nobre. **Nova exclusão social**. 2016. Disponível em: < <<https://pt.scribd.com/document/136657458/A-NOVA-EXCLUSAO-SOCIAL>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

FARIA, J. P. **A democratização da inovação tecnológica, para além de manifestação de poder: o amor como cuidado no núcleo de valores de políticas públicas para o desenvolvimento como liberdade.** 2015. Tese (Direito) - Universidade De Santa Cruz Do Sul, Santa Cruz do Sul Biblioteca Depositária: UNISC.

FERREIRA, N. S. de A.. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação & Sociedade, Campinas, ano XXIII, n. 79, p. 257-272. Agosto, 2002.

MENEZES, R. L. V. D. S. **Direito à Habitação e Sociometabolismo do Capital: para a crítica aos mecanismos de atendimento habitacional à parcela pauperizada da classe trabalhadora.** 2016. Tese (Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

PAIVA, N. (2001). **Iniciação científica.** Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva Fávero, M.L.A. (1998). **A produção científica sobre educação superior: anotações para um debate.** In: M. Morosini & V. Sguissardi (Orgs.), A educação superior em periódicos nacionais (pp. 35-43). Vitória: Ed. UFES.

REFOSCO, H. C.. **Ação coletiva e acesso à Justiça: uma análise da Reforma do Judiciário à luz de estudos de caso.** 2017. Tese (Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “ESTADO DA ARTE” em educação.** 2006. Tese (Pedagogia) – Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, Paraná.

ROZAS, L. B. **Direito à moradia: âmbito, limites e controle no ordenamento jurídico nacional.** 2016. Tese (Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, N. F. D. **O diálogo dos excluídos: a mediação social informativa como instrumento de ampliação do acesso à justiça pela via dos direitos no Brasil.** 2017. Tese (Direito) - Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte.

WALDMAN, T. C. **Nem clandestinos, nem ilegais: construindo contornos para uma definição da condição, migratória não documentada no Brasil.** 2016. Tese (Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

DO PROGRAMA DE BRAÇOS ABERTOS AO PROGRAMA REDENÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CRACOLÂNDIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Data de aceite: 30/07/2020

Alessandra Medeiros

Centro Universitário Assunção
São Paulo – SP

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4412750124024718>

Viviane de Paula

Centro Universitário Assunção
São Paulo – SP

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6668667722732383>

Geovane Borges da Silva

Centro Universitário Assunção
São Paulo – SP

Leonardo dos Santos Lindolfo

Centro Universitário Assunção
São Paulo – SP

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a forma como o poder público vem respondendo as demandas encontradas na Cracolândia, na cidade de São Paulo; região popularmente assim denominada em função da concentração do grande número de pessoas em situação de rua, que apresentam dependência por álcool e outras drogas, em especial, o crack. A trajetória percorrida para tal intento foi de contextualizar historicamente a formação

deste território; realizar análise comparativa dos dois programas interventivos em períodos que compreendiam ações tanto no âmbito do município quanto do Estado nos últimos cinco anos; e por fim, apresentar algumas considerações diante da complexidade da situação vivenciada.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, dependência química, pessoas em situação de rua, Cracolândia.

ABSTRACT: The present paper aims to analyze how the Public Authority deals with the social demands found at Brazilian's Skid Row, located in São Paulo (known in Brazil as Cracolândia). The reason why this aforementioned area is designated as “Cracolândia” is due to the overwhelming number of homeless people with also have associated alcohol and other drug abuse, remarkably crack. The pursuit that was intended in this paper had the objective of structure and define, by historical means, the inception of the aforementioned territory. Undergo with a comparative assessment of the interventionist programs on Social Health Care that were active at the time frame analyzed by the present paper, by the means of understanding the role of both Municipal Government and the State, which underwent by five years, and in

conclusion show some evaluations, as facing the social circumstance's experienced.

KEYWORDS: Public Policies, Drug Abuse, Homeless People, *Cracolândia*.

INTRODUÇÃO

A proposição ora empreendida objetiva analisar comparativamente os Programas “De Braços Abertos” e “Redenção” como intervenções governamentais no âmbito da Política Pública no território da Cracolândia, região central da cidade de São Paulo. Esta localidade concentra expressivo número de pessoas em situação de rua e que apresentam dependência por álcool e outras drogas, em especial, pelo crack. O caminho escolhido para percorrer os meandros da questão social e a complexidade de suas expressões, inicia-se com a apresentação do panorama de segregação urbana nesta região; seguindo rumo a caracterização do território e das pessoas que fazem deste território um espaço de laço social e de sociabilidade, entremeados pela dependência química. Nesta trilha a análise das diferentes políticas públicas implementadas no local, ao longo dos últimos cinco anos, na especificidade dos dois programas acima mencionados, torna-se fundamental para, então, arriscarmos a tecermos algumas considerações em torno da efetividade das ações governamentais que foram realizadas até o momento.

I- SEGREGAÇÃO URBANA E A CRACOLÂNDIA: UM MUNDO PARARELO

Ao caminharmos na região da cracolândia pela primeira vez, tem-se a sensação de estar entrando em contato com outra realidade; impossível não flertarmos com o estranhamento, em comparação com tudo o que já vimos. Diversos sentimentos nos invadem, ao transitarmos pelas ruas: por vezes, temendo ser alvo de assalto, ou mesmo, da abordagem de alguma pessoa em situação de rua pedindo alimentos ou dinheiro. Em nosso imaginário perpassam inúmeras possibilidades explicativas para aquela situação. Entretanto, somente alguns, frente ao medo e a insegurança, conseguem ultrapassar a fronteira da crítica vulgar e estabelecer crítica radical acerca dos reais motivos que levam um número demasiado de pessoas a se aglutinarem numa sobrevida. Dentre as razões, certamente, a trajetória de violações de direitos, cotidiano de violência, e o descaso do poder público, raramente elencam o rol de explicações possíveis.

Tão próximos e tão visíveis - mas, ao mesmo tempo, tão distantes e tão invisíveis. É como se fizessem parte de uma outra nação, tivessem diferentes códigos, costumes, línguas. Amedrontam mais por serem tão diferentes e tão próximos, mesclando a visibilidade com a invisibilidade. A exclusão se presta como uma linha, em todo o “nosso” território, criando fronteiras imaginárias. (CHIAVERINI, 2007, p.09)

Para compreendermos inicialmente quem são essas pessoas que naquele território passam seus dias, faz-se necessário compreendermos os fenômenos que estão por trás

dessas vidas que, para muitos, e para a mídia, são “vidas perdidas”.

[...] perda de raízes e situa-se no universo semântico dos que foram desligados, desatados, desamarrados, transformados em sobrantes e desabilitados para os circuitos básicos da sociedade. Não se trata, convém lembrar, de um estado ou condição, mas de um processo que é preciso perseguir para delinear suas transformações pois a questão social só pode ser equacionada através da perspectiva histórica. (KOWARICK, 2009, p.86)

É comum identificar a situação vivida por estas pessoas como de extrema vulnerabilidade social, de exclusão social e pobreza. Não raro, de culpabilizá-las pelo próprio sofrimento, comumente, desconsidera-se a tríade Estado, mercado e sociedade como elementos fundamentais de viabilização da existência em espaços urbanos, cuja a tônica é a função social desempenhada pelo indivíduo, em especial no mercado de trabalho. Marcando os de “dentro” e os de “fora”, os primeiros são os que mesmo diante das condições mais difíceis conseguem se manter funcionais no sistema capitalista, por natureza excludente, e alçar patamares mínimos de cidadania. Os de “fora” tornam-se “sobrantes, desnecessários, constituem-se de amplos segmentos da população, cuja a força de trabalho não tem preço, porque não têm mais lugar no mercado de trabalho” (IAMAMOTO, 2008, p.33). A pobreza espraia-se pelas ruas das cidades, mescla-se com os monumentos históricos, torna-se cada vez mais urbana, se complexifica e faz, da ideia de cidadania, uma abstração.

[...] pobreza é urbana não apenas porque a maioria dos pobres vive nas cidades e zonas metropolitanas, ou porque a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é, na verdade, o que estrutura o conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado. Ela também é urbana porque desafia a governabilidade urbana, exige dos governos locais, soluções rápidas e efetivas, inscreve no território da cidade marcas indelévels das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento. Ela é urbana porque cada vez mais as formas de regulação de pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção da cidadania urbana. (LAVINAS, 2003, p.02)

A esse respeito, Marques acrescenta que “o conceito de pobreza só pode ser entendido como uma construção social, já que as sociedades sancionam coletivamente o conjunto de bens e serviços ao qual todos os seus cidadãos devem ter acesso” (2005, p. 40).

Analisar a pobreza urbana não é uma tarefa fácil, porque é um tema carregado de conteúdos ideológicos e é objeto de disputas acirradas entre atores políticos, pois seu reconhecimento social define a atribuição de benefícios e custos relativos ao desenvolvimento de políticas voltadas para combatê-la devendo considerar, sobretudo, as múltiplas dimensões da pobreza. (MARQUES, 2005, p.39)

A pobreza tem sua raiz na produção de desigualdade, própria da sociedade capitalista, trabalho coletivo, riqueza socialmente produzida e sua apropriação distribuída de forma desigual. Tal distribuição desigual gera a questão social e suas múltiplas expressões.

Importante destacar que estas expressões não se constituem apenas na dimensão material da vida mas, sobretudo, na dimensão espiritual da vida. Ou seja, de acordo com a compreensão marxiana, na produção e reprodução social da vida (MARX, 2013).

Percebemos, dessa forma, a heterogeneidade da pobreza. Wanderley (2009, p.76) explica que desigualdade é um processo complexo e contraditório e vincula-se “[...] à cidadania política, à renda, ao acesso à justiça, à saúde, à escola, à cultura, ao lazer, à segurança etc”. Sendo assim, cabe-nos indagar: de que forma a pobreza atinge a população da Cracolândia? A primeira inferência deste estudo se faz no sentido de compreender que as pessoas que vivem naquele território possuem especificidades que ultrapassam o conceito de pobreza material, e qualquer intervenção junto a elas, demanda atendimentos e encaminhamentos considerando as singularidades de suas necessidades e histórias de vida, tendo a dimensão territorial como um fator preponderante. Assim como, o laço social que constituem o grupo de pessoas que ali circulam, transitam e/ou vivem.

Esse elemento é importante porque, como as desigualdades sociais tendem a ser cumulativas, o território pode cumprir um papel importante em sua produção e reprodução, reforçando circuitos e cristalizando situações de pobreza e destituição, mesmo contra esforços em contrário desenvolvidos pelo Estado, por exemplo. (MARQUES, 2005, p.42)

Nesse sentido, a associação da desigualdade social a espaços territoriais remete-nos a desigualdades de acesso, ou seja, dentre as desigualdades sociais estão as desigualdades de acesso, que podem ser, por exemplo, o acesso ao mercado de trabalho e o acesso a políticas públicas.

Dois conjuntos principais de diferenciais de acesso estão aqui presentes – acesso ao mercado de trabalho (que gera oportunidades diferenciadas) e acesso às políticas públicas (que geram as amenidades e os serviços que caracterizam a vida urbana). Esses elementos influenciam fortemente as possibilidades de alcançar bem-estar individual e coletivo ou ingressar em situação de vulnerabilidade e pobreza, embora os dois tipos de acesso digam respeito a elementos diferentes. Nas palavras de Rúben Kaztman, o primeiro tipo de acesso se liga primeiramente “às estruturas de oportunidades”, enquanto o segundo se associa a parte do que Caroline Moser denomina “vulnerabilidade de ativos”. (MARQUES, 2005, p.42)

O território é um importante instrumento de análise e compreensão das desigualdades sociais intraurbanas, as condições de acesso a serviços, bens e recursos públicos são importantes indicadores para o entendimento de como as pessoas se organizam, sentem-se pertencentes e desenvolvem a sociabilidade. Alguns territórios possibilitam alçar patamares de cidadania mais efetivos, outros, ao contrário, segregam e marginalizam grupos (SANTOS, 2008).

Torna-se fundamental então a discussão, ainda que breve, da segregação social e seus impactos em determinada população. Neste sentido, a segregação territorial reduz o contato entre as pessoas, estreitando possibilidades e oportunidades, inclusive de construção de redes sociais capazes de potencializar a comunidade em suas relações internas e externas.

No que se refere a dimensão urbana da segregação, ela pode ser atribuída a algumas causas, segundo Marques (2005, p.45), dentre elas:

- A dinâmica econômica, o mercado de trabalho e a estrutura social, ou seja, tudo é pensado a partir dos interesses do sistema capitalista, agravando os padrões de segregação e as condições de vida das periferias;
- A dinâmica do mercado de terras, as ações dos produtores do espaço urbano e da produção de moradia: aqui apontam estudos dos incorporadores e suas lógicas e ainda a maneira como o mercado de terras distribui os grupos sociais e as atividades econômicas das cidades; O Estado e as políticas públicas: poder regulatório do Estado sobre o território das cidades, além da própria legislação de zoneamento, ou ainda o aumento do valor de determinadas regiões da cidade, pela construção de obras públicas, por exemplo, e a construção de conjuntos habitacionais socialmente homogêneos em áreas periféricas;
- A ordem jurídica brasileira e sua relação com nossa sociedade em suas dimensões de tradicionalismo, hierarquia social e preconceito: “[...] a segregação e a pobreza urbana são produzidas e reproduzidas pela lei e sua aplicação”.

Deste modo, a segregação urbana tem suas raízes naqueles elementos já mencionados e que são primordiais para a viabilização da existência humana numa sociedade capitalista, o mercado, a sociedade e o Estado. Sendo que as Políticas Públicas são fundamentais para garantir não só a melhoria das condições de vida em determinado território mas, sobretudo, a infraestrutura de transporte para o deslocamento populacional e a real apropriação dos espaços da cidade pelos seus cidadãos. De forma alguma, podemos deixar de considerar como apontado pelo autor a ordem jurídica como elemento regulador da produção e reprodução da vida social nas sociedades capitalistas, em especial, nos grandes centros urbanos. A questão fundamental que se coloca é a compreensão do território como um fator de risco ou de proteção em relação à população que ali constroem suas trajetórias de vidas.

II- PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CRACOLÂNDIA

A capacidade de acolhida de um território, em especial nos grandes centros urbanos, é em certa medida, mensurada pela capacidade de geração de trabalho e renda. Desde a Revolução Industrial, a vida na cidade ganhou novos contornos, aglutinando pessoas que necessitavam vender sua força de trabalho para sobreviver. É também deste período histórico o crescimento não planejado das cidades, ocasionando sérios problemas de saneamento básico, saúde, condições de vida precárias e falta de moradia. O que era e ainda é peculiar aos grandes centros urbanos é o recrudescimento da questão social e suas múltiplas expressões, o que pressionará o Estado a intervir junto às mazelas populacionais.

Dentre as expressões da questão social mencionadas acima, a situação de rua é na qual nos deteremos neste item. Segundo os dados do Censo da População de Rua

de 2019, descritos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, o número de pessoas em situação de rua é de 24.344 pessoas. Destas, 85 % são homens e 70% são negros. O número total é 60% superior se comparado ao mesmo Censo realizado no ano de 2015. A faixa etária prevalente é a de 31 a 49 anos. Dentre os motivos que levaram à situação de rua o conflito familiar encabeça a lista com 50%, e o uso de drogas corresponde a 33%, o desemprego 13% e a falta de moradia 13%.

A cidade de São Paulo pode ser considerada um território tanto de acolhida quanto de risco. As pessoas em situação de rua compõem um grupo extremamente vulnerabilizado, e em risco, no território. Estar em situação de rua significa, em muitos casos, ter estado em situação de violência e/ou violação de direitos.

No que se refere a violação de direitos, torna-se importante destacar que a Constituição Federal de 1988 garante, dentre os direitos sociais, o direito à moradia. A realidade social concreta vivenciada pela população em situação de rua mostra que este e tantos outros direitos são cotidianamente aviltados. O não acesso e/ou a ineficácia das políticas públicas atesta a incompetência do Estado em proteger socialmente seus cidadãos.

art. 6º: são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, na forma desta constituição, bem como a inclusão do direito à moradia e sua inclusão dos direitos sociais” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

O território da Cracolândia, em sua singularidade de abarcar pessoas em situação de rua, que em sua maioria são dependentes químicos, em especial do crack, é objeto de reportagens de cunho sensacionalista que transmitem informações que engendram uma representação social generalista e pejorativa do espaço e das pessoas que ali vivem. Comumente, a população em geral, atrela a Cracolândia ao uso de drogas, a marginalidade e ao tráfico de drogas. Não faltam elucubrações sobre qual seria a melhor estratégia para pôr fim a Cracolândia. Seja pela população ou pelos meios de comunicação, pouco se discute seriamente, sobre quais seriam as estratégias mais eficazes para possibilitar que as pessoas que estão na Cracolândia tenham melhores condições de vida. Tratando-se de uma questão complexa que clama por intervenção articulada entre as políticas públicas de habitação, assistência social, educação, segurança pública e saúde, no sentido de construção de estratégia conjunta e efetiva naquele espaço de sociabilidade.

No que se refere à aproximação conceitual por parte das políticas de saúde pública ao que, de fato se entende por “drogas”, para que seu uso seja adequado e não pejorativo, estigmatizando as pessoas que padecem deste sofrimento, faz-se necessárias algumas aproximações:

“Droga”, segundo a definição da organização mundial da saúde (OMS) é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas causando alterações em seu funcionamento. “Droga” não é por si só, boa ou má. (SENAD, 2015, p.115)

Sérgio Nicastri nos atenta para repelirmos toda e qualquer ação rotuladora, pejorativa e estigmatizante do termo: "Vale lembrar que todas as substâncias psicoativas têm o poder de provocar dependência. No entanto, há substâncias aparentemente inofensivas e presentes em muitos produtos de uso doméstico que possuem esse poder" (2011, p.19).

A representação social do uso de drogas precisa ser largamente debatido, ainda mais, no âmbito de uma sociedade capitalista, na qual determinados segmentos de mercado lucram demasiadamente com a venda de drogas como o tabaco, a cafeína, e na especificidade brasileira, é senso comum, compreender a movimentação comercial e publicitária da produção de cerveja.

Algumas substâncias são usadas para tratamento de doenças e são consideradas medicamentos; outras substâncias provocam malefícios à saúde: os venenos ou tóxicos. Há ainda a classificação quanto as substâncias que são lícitas, comercializadas de forma legal, podendo estar ou não submetidas a controle governamental. A título de exemplo, o álcool é uma droga lícita, enquanto o crack é uma droga ilícita (NICASTRI, 2011, p.20).

No caso do uso do crack, a mídia vem contribuindo para que sua representação social seja demonizada, o preconceito exacerbado, e o senso comum atrelam seu uso a um território periférico, por pessoas de classe econômica desfavorecida, como um mal social, que chegou à região central da cidade que concentra o maior percentual do PIB brasileiro, e além disto, cujo valor do metro quadrado é objeto de especulação imobiliária. Estes são alguns dos motivos pelos quais o senso comum entende que é preciso esvaziar a região denominada há quase 30 anos como Cracolândia.

Na experiência de trabalho social realizado na região, entendemos que a rua acolhe aquele que não é acolhido pela sociedade, pelo Estado, pela Política Pública. A Cracolândia tornou-se um espaço de "acolhimento" que atrai pessoas de vários estados brasileiros, várias etnias, gêneros, religiões, formações acadêmicas e profissionais. O fato dessas pessoas se deslocarem para esta região, indica que há ali algum elemento que estabelece o laço social e dando a sensação de pertencimento, o que talvez, não seja encontrado em outras regiões com características semelhantes.

A experiência profissional neste território demonstra que não é o crack o chamariz para as pessoas estarem ali. O crack não é o responsável pela aglutinação e vulnerabilização social dessas pessoas, como alardeiam os meios de comunicação. Os elementos que vulnerabilizam socialmente uma população e a expõe a riscos como o uso abusivo de drogas, se refere a um somatório de precariedades para além da situação socioeconômica. A pobreza potencializa e é potencializada pelas situações de vulnerabilidade social (YAZBEK, 2009). Assim sendo, atribuir a formação e a sustentação do território da Cracolândia ao crack é desconsiderar todo o processo histórico, social, econômico, político e psicológico dos que ali permanecem.

As especificidades do uso do crack são apontadas pela literatura, assim como, seu

rebatimento nos comportamentos dos que fazem uso desta substância,

A dependência se relaciona a problemas pessoais, familiares e sociais bastante graves, onde há uma proporção maior de uso intenso e de aumento da fissura entre aqueles que usam crack”. Fumar crack é a forma mais fácil de fazer com que a droga chegue ao cérebro, com isso a ação é a mais rápida dentre qualquer outra droga, levando de 10 a 15 segundos para ocorrer os primeiros efeitos (SENAD, 2015, p.187)

Para entender mais sobre a ação do crack, é necessário fazer uma apreensão de como a droga chega ao cérebro, qual sua ação em nível neurológico, e como são produzidas as sensações.

O uso do crack estimula uma área no cérebro, a mesma que é ativada quando existe na pessoa uma satisfação sexual ou de quando se bebe água quando tem sede. Esta é uma das principais regiões envolvidas com os quadros de dependência, com o uso do crack essa região é estimulada enormemente, Os efeitos da droga aparecem imediatamente após o primeiro uso, efeitos esses como: aceleração do coração, agitação psicomotora, dilatação das pupilas, sudorese e tremor muscular, perda da sensibilidade e esta aí o porquê de perder a libido, o cuidado com a saúde e corpo.(SENAD, 2015, p.191)

O uso do crack, sua atuação no organismo e a dependência que esta substância causa, nos atenta para entender a questão como um problema de saúde mental, ou seja, de saúde pública. Intervir no fenômeno da perspectiva da saúde pública, possibilita ofertar cuidados de saúde, retirar a carga ideológica do uso, da ilicitude, e, articular as demais políticas públicas para o enfrentamento de fato do problema. É um agravo pensar no uso do crack de forma polarizada, ora como problema social, ora como problema de segurança pública. Quando na verdade trata-se, de um complexo social, que demanda novas abordagens e estratégias de todas as políticas que pretendem atuar no fenômeno.

III – DO PROGRAMA “DE BRAÇOS ABERTOS” AO PROGRAMA REDENÇÃO

Experiências bem-sucedidas no exterior, mais especificamente em Portugal e Canadá, mostram que o enfrentamento à dependência química demanda ações do Estado em várias dimensões. A primazia deve ser em tratar a questão no âmbito da saúde pública, construir abordagens baseadas na perspectiva da redução de danos, tratar das comorbidades oriundas da precariedade da situação de rua, garantir centros de acolhidas, refeições, banhos quentes, no sentido de garantir níveis básicos de dignidade humana.

Neste sentido, o Programa “De Braços Abertos” implementado pela prefeitura de São Paulo na gestão de Fernando Haddad, voltado para intervenção intersetorial, na perspectiva da redução de danos, possibilitando acesso a oportunidades de trabalho, cuidados relativos à saúde, atendimentos pela política de assistência social, em especial com possibilidades de centros de acolhida e moradia em republicas e hotéis sociais, respeitando a organização de cada sujeito diante das possibilidades ofertadas. De inspiração na experiência de projeto semelhante implementado na cidade de Vancouver (Canadá) no qual era ofertado para as pessoas em situação de vulnerabilidade social

insumos que possibilitasse que não compartilhassem seringas e cachimbos diminuindo assim as doenças periféricas ao uso do crack.

No início da implementação do programa a carga ideológica mostrou sua força, grande parte da população se mostrou contrária a abordagem adotada pelo governo. Contudo, quando os primeiros resultados foram apresentados houve a possibilidade de diálogo com maior abertura e possibilidade de compreensão da questão. Os dados da Prefeitura de São Paulo mostraram que 87% dos usuários do programa reduziram o uso de substâncias psicoativas. Destes, 65% retomaram o vínculo familiar. A adesão a oportunidades de trabalho oferecidas pelo programa foi de 85% (RUI; FIORE; TÓFOLI, 2016).

Importante destacar que como mostra a experiência de Portugal, os profissionais de segurança pública passaram por um processo de reconstrução da própria atuação, tanto na abordagem com os usuários quanto na concentração efetiva nos grandes traficantes. A experiência no Programa “De Braços Abertos” contemplava não somente a participação da segurança pública, em especial da Guarda Civil Metropolitana, mas também, o treinamento dessas equipes para atuarem em outra perspectiva, a exemplo, a mediação de conflitos, assim, com mais efetividade suas ações abarcavam as múltiplas questões que o território da Cracolândia demandava, questões estas de altíssima complexidade.

Tal programa era uma política de governo, e não uma política de Estado, por isso, ao término da gestão de Haddad, e o empossamento do então prefeito eleito democraticamente João Dória Jr., a decisão por não manter o programa e a mudança de paradigma em torno da questão trouxe consequências desastrosas para a população e funcionários das diversas políticas públicas que ali atuavam.

Em maio de 2017, a perspectiva de intervenção do governo mostrou sua força numa operação realizada na região da Cracolândia que reuniu, aproximadamente 500 policiais militares contemplando a Guarda Civil Metropolitana, o Grupo de Operações Especiais – GOE, atiradores de elite, cães farejadores e tropa de choque. Um cenário de guerra com profissionais altamente qualificados da segurança pública para fazer o enfrentamento a dependentes químicos, em situação de rua e com agravamentos de saúde.

A abordagem no território foi o de apreender objetos de uso pessoal, entre eles, cobertores, roupas, lixo para venda em coletas de recicláveis, invasão de casas e pensões (sem mandado judicial) espalhando terror e angústia àqueles que já pouco acreditavam nas possibilidades de vida digna, e da acolhida do mundo.

O então Prefeito João Dória Jr., alinhado a políticas neoliberais e com projeto de transformar São Paulo numa “Cidade Linda”¹, não mediu esforços para revitalizar a área central da cidade, objetivando atender os interesses de grandes investidores do ramo imobiliário. Com o objetivo de valorizar a região para especulação imobiliária

1 Programa implementado pela Prefeitura de São Paulo, na gestão do Sr. João Dória Jr, o SP Cidade Linda promove em uma grande via o trabalho integrado das áreas de limpeza urbana, segurança pública, assistência social e de empresas que prestam serviços à gestão e de empresas parceiras (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2017).

e a revalorização do comércio do entorno, a prefeitura ignorou as políticas até então implementadas na região e sem processo de transição encerrou o Projeto “De Braços Abertos” e implementou o Projeto “Redenção”.

O Projeto Redenção adotou perspectiva do âmbito da segurança pública, no que se refere a saúde mental, a abordagem foi de desconsiderar a capacidade do sujeito em opinar e fazer escolhas a respeito de sua própria saúde. A defesa da internação compulsória, entendida no senso comum, como solução ao problema da dependência química, foi amplamente divulgada, ainda que, em São Paulo não houvesse leitos suficientes para a internação. Tal abordagem vai de encontro ao substancial movimento de profissionais da saúde mental que defendem o tratamento em sociedade e não de forma asilar. Isto é o que prevê a política de saúde mental, com a implementação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

A bandeira da internação compulsória continuou a ser hasteada quando o então vice-prefeito Bruno Covas assumiu a prefeitura, dado que João Dória Jr, abandonou o cargo para concorrer a eleição para o cargo de governador do Estado. Em relação a internação compulsória é importante destacar,

Art. 9. Internação compulsória é determinada pela justiça: de acordo com a legislação vigente, a internação compulsória é determinada pelo juiz competente, que levará em conta o laudo médico especializado, as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do usuário, dos demais internados e funcionários. (BRASIL, Lei n.10216, 2001)

Internações compulsórias ocorreram alinhadas ao projeto higienista do governo, ainda que várias entidades do âmbito da saúde mental se posicionassem contrariamente a arbitrariedade do governo, a exemplo o Conselho Federal de Psicologia,

Tratamento da dependência de drogas, direitos humanos e dignidade do paciente, explicita que o direito de autonomia e autodeterminação, o combate ao estigma, preconceito e à discriminação e ao respeito aos direitos humanos devem ser observados em qualquer estratégia de tratamento para a dependência de drogas. Este documento também recomenda que o tratamento não deve ser forçado aos pacientes. A internação compulsória é considerada uma medida extrema, a ser aplicada apenas a situações excepcionais de crise com alto risco para o paciente ou terceiros, e deve ser realizada em condições e com duração especificada em lei. Ela deve ter justificativa clara e emergencial além de caráter pontual e de curta duração. (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2013/2016, p.14)

A internação involuntária não é uma questão de segurança pública, e sim uma questão de saúde mental. Se necessária, e quando necessária, são os profissionais desta área que devem tomar decisões e providências a respeito. O que se vivenciou recentemente na região da Cracolândia foram atos de violência perpetrada pelo poder público, utilizando a força de coerção da polícia. Se a estratégia utilizada pelo poder público é a violência institucional, como estes sujeitos em situação precária de vida e de saúde podem experimentar uma autodefinição de sua existência? Como poderão desenvolver novas formas de sociabilidade? Mais dignas e humanas? Enfrentar a

dependência química na região da Cracolândia torna imperativo enfrentar a desigualdade social, efetivar instrumentos de proteção social à essa população e democraticamente oferecer possibilidades de vida para além do uso abusivo de álcool e outras drogas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois programas de governo analisados mostram dissonâncias no que se refere ao cuidado que o Estado deve aos seus cidadãos, sejam eles, saudáveis do ponto de vista da saúde mental, ou àqueles que padecem de sofrimento, em especial ao sofrimento pelo uso abusivo de álcool e outras drogas.

A região da Cracolândia resiste! Resiste a violência institucional perpetrada pelos governos municipais e estaduais. Resiste ao senso comum, à mídia, a população que entende que a dependência química é uma questão moral e não de saúde, especificamente de saúde pública. Resiste ao uso de formas violentas de higienizar o território, formas estas, física e simbólica. A população da Cracolândia resiste à extrema vulnerabilidade social, ao desemprego, ao preconceito, a segregação, e forja formas de sociabilidade em meio ao caos do viver numa sociedade capitalista sem ter sua força de trabalho para vender e, portanto, como sobrantes e desnecessários, tornam-se, descartáveis.

O Programa de Braços abertos demonstrou através de seus resultados que a política voltada para o cuidado com a saúde, trabalho e redução de danos pode propiciar efetivamente novas formas de desenvolvimento de sociabilidade. Na contramão, deste movimento, o Programa Redenção ignorou os resultados até então alcançados e apostou na violência institucional como abordagem.

Se por um lado é interessante para o governo sustentar uma narrativa na qual a Cracolândia é um lugar perigoso, de marginais, traficantes, para qual a solução é a limpeza do espaço às custas do uso da força coercitiva do Estado. A Cracolândia responde inventando formas de resistência, soluções por ela mesma, sustentando a ocupação do espaço e, portanto, disputando narrativas. A Cracolândia Resiste!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Lei n. 10.216 de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtorno mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm> Acesso em: 01 jul. 2019.

CHIAVERINI, Tomás. **Cama de cimento: uma reportagem sobre o povo das ruas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SP. **Relatório de inspeção de Comunidades Terapêuticas para**

usuárias(os) de drogas do Estado de São Paulo. Mapeamento das violações dos Direitos Humanos. 2013-2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** Fotografias de Antonio Saggese. São Paulo: Editora 34, 2009, 320 pp.

LANDIM, Leilah. **Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil.** Rio de Janeiro: ISER, 1993.

LAVINAS, Lena. **Luta Contra a Pobreza Urbana.** Rede Urbal: Documento Base URBAL 10. [Documento de Guia]. In: Rede Urbal. São Paulo: PSP/Sec. Rel. Internacionais, 2003. [mimeo].

MARQUES, Eduardo. **Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado.** In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Orgs.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro 1:o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels).

NICASTRI, Sérgio. **Drogas: classificação e efeitos no organismo.** In: BRASIL. Prevenção do uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. 5 ed. Brasília: SENAD, 2013.

SÃO PAULO. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria Especial de Comunicação. **Programa Cidade Linda chega ao Centro Histórico da capital.** Disponível em: < <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/programa-sp-cidade-linda-chega-ao-centro-historico-da-capital>> Acesso em: 17 jul. 2019.

_____. **Decreto n. 55.067, de 28 de Abril de 2014. Regulamenta o Programa De Braços Abertos e altera o Decreto n. 444.484, de 10 de Março de 2004, que regulamenta o Programa Operação Trabalho.** Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2014/5506/55067/decreto-n-55067-2014-regulamenta-o-programa-de-bracos-abertos-e-altera-o-decreto-n-44484-de-10-de-marco-de-2004-que-regulamenta-o-programa-operacao-trabalho>> Acesso em: 01 jul. 2019.

_____. **Decreto n. 58.760, de 20 de Maio de 2019. Regulamenta a Lei n. 17.089, de 20 de maio de 2019, que institui a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, na qual se insere o Programa Redenção, bem como organiza o Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica SIAT no Município de São Paulo.** Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2019/5876/58760/decreto-n-58760-2019-regulamenta-a-lei-n-17089-de-20-de-maio-de-2019-que-institui-a-politica-municipal-sobre-alcool-e-outras-drogas-na-qual-se-insere-o-programa-redencao-bem-como-organiza-o-servico-integrado-de-acolhida-terapeutica-siat-no-municipio-de-sao-paulo>> Acesso em: 01 jul. 2019.

RUI, T.; FIORES, M.; TÓFOLI, L.F.; “**Pesquisa preliminar de avaliação do Programa “De Braços Abertos”.** Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD). Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia.** Milton Santos em colaboração com Denise Elias. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVEIRA, Daniel. Vencendo a heroína. Cult, ano 15, n.165, p.19-21, Fevereiro. 2012

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **São Paulo, cidade global emergente?** In: WANDERLEY, Luiz Eduardo; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública. São Paulo: EDUC, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

O PODER DO RÁDIO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE DIVULGAÇÃO DO DIREITO E ACOMPANHAMENTO DAS MUDANÇAS SOCIAIS

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 27/04/2020

Luiz Jeha Pecci de Oliveira

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande, MS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0023832440291479>

José Manfroi

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande, MS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7229537178876462>

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de investigar o poder da utilização do rádio como instrumento pedagógico e meio de acompanhamento e divulgação de mudanças sociais, pela promoção de conhecimentos jurídicos. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, serão trazidas considerações sobre as mudanças sociais, decorrentes dos mais diversos fatores, e suas implicações na área do direito. Quanto à aplicação estritamente pedagógica do rádio, será dado um breve quadro dos problemas educacionais brasileiros, salientando como isso prejudica a aquisição de informações pelas pessoas, e apresentando algumas propostas para a correção de tais

questões, focando na ampliação dos usos de comunicação de massa para a divulgação de informações. Ainda, será falado sobre a história do desenvolvimento da tecnologia do rádio, e sua efetiva aplicação no campo do direito e da pedagogia, lembrando a atuação da Rádio FM UCDB, como sustentáculo à tese central. Na consecução dessa pesquisa, será utilizado o método dedutivo, com procedimento científico funcionalista, apoiado pelo uso de embasamento teórico interdisciplinar entre as áreas tratadas. Sobre os resultados, verificou-se que as comunicações radiofônicas são instrumentos úteis para ampla difusão de conhecimento, facilitando seu acesso à população comum, e divulgando as mudanças sociais, concluindo-se que são uma excelente maneira de concretizar a cidadania e o desenvolvimento humano.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Direito e rádio. 2. Pedagogia jurídica. 3. História do rádio. 4. Mudanças sociais.

THE RADIO'S POWER AS PEDAGOGICAL INSTRUMENT OF LAW DIFUSION AND SOCIAL CHANGES MONITORING

ABSTRACT: This paper has the objective of investigate the power of using the radio like a pedagogical instrument and way of monitoring

and dissemination of social changes, by promoting juridical knowledges. By means of a bibliographical research, there will be brought considerations about the social changes, arising from the more diverse factors, and their implications in the area of Law. About the strictly pedagogical application of the radio, a brief framework of the Brazilian educational problems will be given, stating how it harms the information acquisition by the people, and presenting some purposes to deal with such matters, focusing on the expansion of the mass communication uses to spread information. Still, the history of radio development will be talked, as well as its effective application in the fields of Law and Pedagogy, remembering the actions of Radio FM UCDB, as support for the central thesis. In the achievement of this research, it will be used the deductive method, with functionalist scientific procedure, supported by the use of interdisciplinary theoretical basis between the treated areas. About the results, it has been verified that the radio communications are useful instruments for large knowledge diffusion, facilitating its access to the common population, and spreading the social changes, concluding that they are an excellent manner of achieving the citizenship and human development.

KEYWORDS: 1. Law and Radio. 2. Juridical Pedagogy. 3. Radio history 4. Social changes.

1 | INTRODUÇÃO

A vivência em um mundo que vem passando por mudanças das mais diversas naturezas ocasiona interessantes reflexões sobre os problemas que gera. Um deles envolve a questão da transmissão de informações de qualidade a grupos cada vez mais amplos, o que se vincula à efetiva utilização dos meios de comunicação de massa para conseguir bom resultado nesse objetivo, de modo a aproveitar seu poder de informação.

Eis o propósito deste trabalho, sendo-o um estudo sobre como realizar uma efetiva transmissão de informações para as pessoas de modo a acompanhar a evolução da própria sociedade, e utilizando-se dos meios de comunicação de massa. Dentre eles, destaca-se o rádio, tendo-se em conta o potencial pedagógico desse meio, apto a ser expandido para outras áreas.

Assim, o objetivo específico do presente artigo consiste em compreender a importância da comunicação radiofônica como ferramenta útil para a divulgação de conhecimento jurídico de maneira mais acessível à população ouvinte, e sua defesa perante um contexto de constantes mudanças sociais ainda em vias de serem melhor absorvidas pela sociedade.

Valer-se-á, aqui, de pesquisa com método de abordagem dedutivo e procedimento funcionalista, pois se pretende explanar um contexto maior de mutabilidade jurídica, deficiência educacional no Brasil, e a amplitude da utilidade da comunicação radiofônica, chegando a uma conclusão que correlacione esse panorama com a atuação da rádio FM UCDB na passagem de informações atinentes ao mundo do direito.

Quanto à estruturação do artigo, em primeiro lugar será trabalhada a relação do direito com as mudanças sociais, explorando o contexto de uma modernidade constantemente fluida e sua ligação com a parte jurídica da sociedade, ressaltando o conflito dessa modernidade com a tendência estática do meio social.

Então, antes de se entrar no mérito das próprias comunicações radiofônicas e, ainda, de seu real poder pedagógico, será exposto um cenário referente à educação no Brasil, apontando-a como área originalmente problemática, o que dificulta o processo de compreensão de dados pelas pessoas, ainda mais quando se trabalha com na seara estritamente jurídica, pois ela traz conhecimento técnico inacessível a muitos. Além disso, serão trazidas críticas ao modelo educacional brasileiro, ao passo que também serão propostos caminhos para a possível correção de seus problemas.

Um desses caminhos, sobre o qual se discorrerá a seguir, é o emprego dos meios de mídia no processo de ensino e aprendizagem, de modo que sua análise venha centrada na figura do rádio. Será, então, apresentada breve história sobre o desenvolvimento do rádio e sua funcionalidade, em particular quando sua tecnologia chegou ao Brasil, com a menção a figuras determinantes para o desenvolvimento de tal tecnologia, tais como o alemão Heinrich Hertz, o italiano Guglielmo Marconi e o padre brasileiro Roberto Landell de Moura. Então, será trabalhada a aplicabilidade do rádio como ferramenta estritamente pedagógica, apta a levar conhecimento às massas de forma acessível. Dessa maneira, também se explora a possibilidade de lhes levar conteúdo jurídico, cientificando-as sobre os processos de mudança e evolução social, trabalhados no início dos presentes escritos.

2 | DIREITO E MUDANÇA SOCIAL

O mundo do século XXI experimenta grandes mudanças. Fatores de ordem econômica, política e cultural moldam as sociedades do presente de forma rápida, traduzindo a época em que se inserem como sendo um momento de inclusão social, desenvolvimento humano, e progresso material.

Essa velocidade de mudanças é uma expressão daquilo que foi tratado por Baumann, nos termos:

O que está acontecendo hoje é, por assim dizer, uma redistribuição e realocação dos “poderes de derretimento” da modernidade. Primeiro, eles afetaram as instituições existentes, as molduras que circunscreviam o domínio das ações-escolhas possíveis, como os estamentos hereditários com sua alocação por atribuição, sem chance de apelação. Configurações, constelações, padrões de dependência e interação, tudo isso foi posto a derreter no cadinho, para ser depois novamente moldado e refeito; essa foi a fase de “quebrar a forma” na história da modernidade inerentemente transgressiva, rompedora de fronteiras e capaz de tudo desmoronar. Quanto aos indivíduos, porém — eles podem ser desculpados por ter deixado de notá-lo; passaram a ser confrontados por padrões e figurações que, ainda que “novas e aperfeiçoadas”, eram tão duras e indomáveis como sempre (1999, p. 13).

Assim sendo, estas mudanças precisam ser absorvidas em sua plenitude pela

sociedade, o que se expressa pela recepção de tais mudanças dentro do corpo regulatório que o direito nacional constitui. Desta maneira, estabelece-se que se devem positivar progressivamente novas questões para abarcar tal volume de mudanças.

No entanto, é cabível lembrar que a segurança jurídica do país é colocada em risco por este processo. Assim se postula em virtude da natureza sólida que o ordenamento jurídico deve possuir em determinado tempo e espaço, como traz Dias:

No entanto, é importante destacar que, sendo o controle social jurídico o principal agente que assegura a estabilidade da ordem social, seus mecanismos funcionam com uma tendência conservadora, evitando mudanças radicais e buscando alterações parciais, emendando e retocando o existente. Desse modo, pode-se afirmar que, embora o Direito não seja um instrumento contrário a mudanças, devido às suas características e funções, atua de modo geral como se o fosse (2009, p. 196).

A superação desse tipo de barreira é dada por outro detalhe: ainda que o direito seja rígido por natureza, sua essência é dinâmica, justamente porque o mesmo é instrumento da sociedade. Admitir a petrificação de todo um sistema jurídico é negar à sociedade que ela própria possa ser objeto de alterações, sendo elas decorrentes dos fatores expostos no início deste capítulo. Eis o cerne racional da atuação da produção normativa, seja pela via legal ou pela via consuetudinária.

Tal razão vem corroborada nos dizeres de Gonçalves, na medida em que discorre sobre a complexidade das sociedades modernas, que carregam inexorável reprodução de diferenças entre seus membros, levando à potencial incerteza do sistema social. Isso deve se traduzir em boa capacidade de absorção de tais diferenças pelo direito, que ele explica da seguinte forma:

O direito é especializado em generalizar congruentemente expectativas normativas. Em outras palavras, isto significa que o sistema jurídico constrói mecanismos abstratos e indiferentes aos fatos: mesmo diante da frustração fática de uma expectativa, o direito é capaz de mantê-la inalterada no tempo. Ele cria uma forma de imunização em relação às diferenças do seu ambiente que, ainda que existam e se reproduzam, são ocultadas pela criação de expectativas normativas. Esta é a fórmula que o sistema jurídico utiliza para reduzir complexidade e diminuir contingência. Esta é a certeza que o direito oferece para as operações sociais. É justamente neste momento que se observa o renascimento da certeza do direito no direito positivo (2006, p. 215).

Finaliza-se essa ideia central postulando-se a base norteadora para este trabalho, de modo a sustentar que, em que pese o fato de o direito se apresentar como uma estrutura coesa e firme, a sociedade na qual ele se insere sujeita-se a mudanças diversas, que naturalmente obrigá-lo-ão a se adaptar a ela.

Tais mudanças podem ser veiculadas pela própria sociedade através dos meios de comunicação de massa. Porém, antes de se abordar essa questão, especificamente quanto às suas aplicações essencialmente pedagógicas, é necessário que se façam observações sobre o processo de transmissão de informações às pessoas, que esbarra em um dos grandes problemas do Brasil moderno, e que dificulta o processo de inteligibilidade das mudanças sociais: a qualidade do sistema educacional, que, com seus defeitos, prejudica a

compreensão das pessoas sobre sua própria realidade, seja adulterando-a, ou negando-a.

3 | O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO

Diante de um meio onde o direito é visto como instrumento de mudança social, a viabilização das mesmas induz ao problema do método utilizado para acompanhá-las. Em sociedades modernas, meios de comunicação de massa são úteis para isso, bem como para dar amplitude perante a sociedade das alterações verificadas conforme sua evolução. E o bom aproveitamento de tais meios à instrução sociojurídica requer, antes, uma análise sobre conceitos especificamente pedagógicos.

Sob a ótica jurídica, possibilitar que as pessoas tenham acesso a informações técnicas de qualidade com meios acessíveis nada mais é do que o estrito cumprimento do que preleciona o artigo 2º da Lei nº 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, ao estipular a seguinte redação:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

E, antes de se falar sobre qualquer outro assunto referente à Educação no Brasil, é necessário que, preliminarmente, faça-se uma breve pontuação sobre a característica da própria sociedade que a insere no âmbito do ensino, evocando os termos de Libâneo:

[...] a sociedade atual é eminentemente pedagógica, ao ponto de ser chamada de sociedade do conhecimento. Vejamos alguns exemplos. Está se acentuando o poder pedagógico dos meios de comunicação: TV, imprensa, escrita, rádio, revistas, quadrinhos. A mídia se especializa em fazer cabeças, não apenas no campo econômico, político; especialmente no campo moral, vemos diariamente a veiculação de mensagens educativas, a disseminação de saberes e modos de agir através de programas, vinhetas e chamadas sobre educação ambiental, AIDS, drogas, saúde. Há práticas pedagógicas nos jornais, nas rádios, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos, revistas; na criação e elaboração de jogos, brinquedos; nas empresas, há atividades de supervisão do trabalho, orientação de estagiários, formação profissional em serviço (2001, p. 4).

Em decorrência desse pensamento, é natural que se formulem hipóteses sobre a maneira correta de ensinar. O modelo educacional brasileiro tem amalhado resultados preocupantes nos testes e exames dessa área, justamente por seu alicerce ser defeituoso, em esferas que vão desde a alfabetização até a educação superior. O desprestígio do docente, a má condição material das escolas e universidades, a pouca relevância nacional e internacional das teses acadêmicas produzidas (que pode ser traduzida em futilidade), e a redução do padrão de ensino e admissão em instituições educacionais para abarcar políticas públicas de interesses escusos estão entre as muitas causas da decadência pedagógica experimentada pelos brasileiros.

Esses problemas vêm trabalhados por Santos, quando o mesmo estabelece um

modelo educacional ideal, criticando o atual:

Ressalto que está na consequência de uma boa escola ser formadora de uma elite. Ela, em sua composição primeira, ocupa-se em melhorar as suas criaturas, não só no sentido intelectual, mas na conduta moral. Por infelicidade de nossos dias, há algumas décadas, a escola brasileira, em sua quase totalidade, tornou-se um tipo oposto a tudo isso. Não é a proposta discutir aqui esse tipo de monstro que a escola virou, mas salientar que parte disso se deve ao símbolo e método que escolheram.

[...]

Meus últimos dizeres são os de que a condição necessária para uma boa pedagogia é o domínio intelectual da disciplina ensinada. Com isso, sempre haverá simplicidade intelectual, elegância expositiva, traços de um verdadeiro pedagogo, capaz de elevar os homens aos mais altos valores, libertando-os de suas situações de massa (2017, p. 40-42).

A base exposta gera efeitos nefastos, dificultando o processo de alfabetização, negligenciando a inovação técnica, e desvalorizando o potencial criador dos que estudam, em prol de noções coletivas abstratas. A longo prazo, esses resultados aprofundam um ambiente intelectual decadente, que vem criticado nas palavras do pensador Mário Ferreira dos Santos, na medida em que ele traz uma analogia com a pedagogia medieval, quando a opõe à “barbárie” moderna que critica:

Quão distantes estamos nós daquela Idade Média (que os tolos querem chamar de época de trevas), em que se exigia, para o estudante de filosofia, que comentasse as Sentenças de Pedro Lombardo com argumentos próprios, e só se dava valor ao trabalho que apresentava alguma originalidade, novos argumentos, e respondesse com mais firmeza aos argumentos falsos, trouxesse novas demonstrações; em suma, que fosse criador! Hoje, um aluno que tente fazer isso, peca contra a pureza do barbarismo, ofende essa nova e falsa sacralidade que se prega. O aluno é apenas um repetidor, e é objeto de mofa dos mestres quando tenta criar, e logo vem a apóstrofe: “Quem é você para pretender lançar novos pensamentos?”. Que inominável crime (2012, p. 112-113).

Lançado o problema, afigura-se a necessidade de buscar alternativas a tais metodologias, reformulando as bases do sistema educacional brasileiro. A retomada de um modelo de ensino que desenvolva a real intelectualidade, simbolizado pela educação clássica, pode auxiliar na resolução dos nossos problemas pedagógicos. Assim sustenta Fernandes a respeito deste tema:

Enfim, a educação clássica é a pedagogia do oprimido pela ignorância que busca a autonomia para que, por suas próprias pernas, possa buscar o que é bom, belo e verdadeiro; possa trabalhar, contemplar a realidade e ter cada vez mais certeza de que está no caminho certo, caminho sem fim, mas certo. E quando esse oprimido se sentir inseguro ao lutar bravamente contra a ignorância, pela sua libertação, terá a certeza de que não está sozinho; alguém antes dele deve ter deixado uma canção sobre como fazer fogo (2017, p. 64).

Assim, mostram-se possibilidades para iniciar a correção dos problemas educacionais do Brasil. O resgate educacional defendido passaria pela valorização da figura do professor enquanto detentor das informações e facilitador da passagem de conhecimento, o estímulo ao ensino de novos idiomas (especialmente os clássicos) e conhecimentos práticos do

cotidiano, a flexibilização curricular com vistas à consecução de sua independência de um modelo engessado de gestão central, e o aproveitamento pedagógico de novas tecnologias. A aplicação de tais ideias figura entre algumas das possíveis propostas basilares para o melhoramento do desempenho intelectual do brasileiro.

Especificamente quanto ao último ponto, podem ser trabalhadas ideias melhores e mais sólidas para expandir as fronteiras do conhecimento além das salas de aula, valendo-se de instrumentos com os quais o cidadão já esteja familiarizado. Retorna-se, aqui, à ideia da comunicação de massa, com a proeminência do uso do rádio.

4 | O PODER DO RÁDIO

O rádio como instrumento informativo tem múltiplas vantagens. É um item acessível, barato, e cujas transmissões se estendem a grandes áreas, em uma relação positiva de custo-benefício. Dessa maneira, o mesmo se mostra um interessante instrumento na difusão de informações e conhecimentos específicos, particularmente aqueles voltados ao mundo jurídico, para colocá-los ao alcance da população comum. E compreender esse uso envolve o conhecimento de sua história no Brasil e no mundo, bem como seu potencial aplicado especificamente à pedagogia.

4.1 Breve histórico

A comunicação radiofônica é relativamente nova no mundo. Avanços tecnológicos do fim do século XIX levaram ao desenvolvimento desta forma de comunicação, vislumbrando-se nela uma utilidade cada vez mais ampla.

Desde que o físico alemão Heinrich Hertz (1857-1894) provou a existência das ondas eletromagnéticas, na década de 1880, comprovando e aplicando a teoria do físico escocês James Clerk Maxwell (1831-1879), formulada em 1864 (HUURDEMAN, 2003), uma série de inventores experimentou a amplitude de suas possíveis implicações no desenvolvimento de diversos aparelhos.

Um deles foi o italiano Guglielmo Marconi (1874-1937), sobre quem Squirra tece o seguinte comentário:

“Todavia, é na Itália, com Guglielmo Marconi, que a comunicação pelo rádio vai ser efetivamente descoberta. Estimulado pelos escritos de Hertz e com equipamentos similares, dedicação absoluta e com o dinheiro da família, Marconi produziu o primeiro aparelho de rádio da história. Com apenas 22 anos, Marconi vai até Londres e, em 1896, registra sua patente. No ano seguinte, cria sua própria empresa, que passa a oferecer aparelhos de rádio e serviços de telegrafia sem fios para o público. Muitas empresas e governos se interessam. O sistema passa a equipar sobretudo navios e marinhas mercantes e de guerra dos países que adquiriam o sistema (1995, p. 14).”

No vigor intelectual do início do século XX, o Brasil também deu suas contribuições ao desenvolvimento mundial das comunicações radiofônicas. O padre gaúcho Roberto

Landell de Moura (1861-1928) desenvolveu aparelhos de transmissão de sons e sinais telegráficos sem fio, figurando como um dos criadores do rádio, ao lado de Marconi. Há controvérsias historiográficas que sustentam a alegação de ter o sacerdote brasileiro, na verdade, precedido o italiano, como trazem Trindade e Trindade, ao comentar sobre a história do padre:

No final do século XIX as telecomunicações, por meio de ondas eletromagnéticas, começavam a modificar as dimensões do mundo. Em setembro de 1895, Guglielmo Marconi efetuou sua primeira transmissão de rádio. Um pouco antes, em 1893, o Padre Landell de Moura concluiu o projeto do transmissor de ondas, fazendo a primeira transmissão pública de rádio do mundo. Sua voz emitida num aparelho na Avenida Paulista, em São Paulo, atravessou oito quilômetros e foi ouvida, com clareza, num receptor no alto de Santana. Marconi só faria o seu aparelho dois anos mais tarde.

Em 1901, recomendou a utilização de ondas curtas para aumentar o alcance das transmissões. Marconi considerou que isso era algo inútil, mas em 1924 admitiu que estava equivocado. Criou também as válvulas de três pólos (tríodo), patenteadas em 1906 por Lee de Forest e que seriam fundamentais para o desenvolvimento futuro do rádio e da televisão. O padre gaúcho retornou ao Rio de Janeiro e pediu ajuda ao presidente Rodrigues Alves para dar continuidade ao seu trabalho. Após a negativa do governo brasileiro, muito desiludido, destruiu seus aparelhos e voltou a se dedicar ao sacerdócio (2003, p. 5).

Muito do alcance do rádio como meio de comunicação pode ser compreendido a partir de sua história no Brasil: chegando aqui, o rádio iniciou e promoveu uma série de evoluções nas mais diversas áreas, como a econômica, a social e a política (MENEGUEL; OLIVEIRA, 2012). Ele surgiu como uma inovação na comunicação internacional, e as notícias poderiam ser acompanhadas de uma forma mais célere, sem as inconveniências da mídia impressa. As pessoas poderiam saber do cotidiano da comunidade, do país e do mundo de uma forma mais rápida que o jornal impresso lhes permitia saber.

A respeito do período de início da difusão do uso do rádio no Brasil, Ferraretto lembra sua multiplicidade de utilizações, causando deslumbramento inicial no público nacional:

Dentro dos valores burgueses, portanto em voga, as irradiações têm pretensão educativo-cultural, incluindo, além de música gravada e ao vivo, até mesmo palestras de cunho científico. Neste quadro, expressões musicais mais populares como samba vão encontrar, de início, resistência para serem veiculadas. Os clubes e sociedades de rádio são orientados, assim, por um associativismo idealista de elite misturado a certo entusiasmo tecnológico: voltada à ilustração dos ouvintes, impõe-se uma perspectiva cultural e científica. Neste sentido, destacam-se as iniciativas pioneiras do Rádio Clube de Pernambuco, fundado em 1919 na cidade de Recife, e da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, organizada no ano de 1923, na então capital federal, por Edgard Roquette-Pinto, espécie de ícone intelectual deste processo (2012, p. 9).

Assim, diante do sucesso introdutório dessa tecnologia em terras brasileiras, sua funcionalidade pode, progressivamente, ser explorada e expandida.

4.2 O rádio como ferramenta jurídico-pedagógica

Finda a apresentação do contexto histórico do desenvolvimento do rádio e sua inserção na sociedade brasileira, podem ser melhor desenhadas hipóteses para viabilizá-

lo como eficiente método veiculador das mudanças sociais, ao passo que também sirva como instrumento de ampliação do conhecimento jurídico.

Não é raro que as pessoas liguem os rádios pela manhã em suas casas ou veículos a caminho do trabalho para saber sobre o trânsito, o clima, as previsões do tempo e como as principais notícias dos jornais do dia. Esse interesse particular por parte dos ouvintes despertou profundas evoluções na grade de programação de várias emissoras de rádio.

A utilidade do rádio é trabalhada com precisão por Gomes, na medida em que explica algumas de suas vantagens:

Embora o rádio seja um meio de comunicação de alcance e repercussão nacional, o regionalismo está presente neste contexto. O baixo custo dos equipamentos e dos receptores permite que, mesmo nas regiões mais distantes, haja uma equipe de rádio, o que dá espaço para a regionalização das informações e das características peculiares do rádio, como a linguagem, as expressões utilizadas por locutor e também as músicas transmitidas.

Outra característica a ser ressaltada é a mobilidade, tanto no que se refere ao emissor quanto ao receptor. O primeiro tem a possibilidade de estar no momento do acontecimento do fato com maior rapidez, devido à facilidade de mobilização técnica. Com um gravador nas mãos, é possível fazer uma entrevista e transmitir a voz do entrevistado para a estação de rádio pelo telefone mais próximo. A mobilidade do rádio, com relação ao receptor, está relacionada à não ligação do mesmo com fios e tomadas. Para ouvir rádio, não é preciso estar em casa ou ao lado do aparelho emissor. Em algumas residências, observamos a presença do rádio em muitos ambientes: sala, cozinha, banheiro, etc. O rádio é ainda um companheiro nos momentos de locomoção, quando estamos dirigindo ou como passageiros (2009, p. 231).

Percebendo tais interesses, instituições que trabalham com a educação, variando do governo a empresas privadas, vêm progressivamente inserindo iniciativas educacionais nos meios de comunicação de massa, tal como comentado por Altoé e Silva:

No Brasil, o uso das tecnologias na educação esteve, primeiramente, voltado para o ensino a distância. O Instituto Rádio-Monitor, em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, em 1941, realizaram as primeiras experiências educativas com o rádio. Entre essas experiências destaca-se a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), que visava a alfabetizar e apoiar a educação de jovens e adultos por meio das “escolas radiofônicas”, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Outro projeto importante transmitido pelo rádio MEC foi o projeto Minerva. De 1967 a 1974 foi desenvolvido, em caráter experimental, o Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Projeto Saci) com a finalidade de usar o satélite doméstico, utilizando o rádio e a televisão como meios de transmissões com fins educacionais. Essas atividades eram subdivididas em dois projetos: um era direcionado para as três primeiras séries do ensino fundamental e outro para o treinamento de professores (2005, p. 7).

Levando o desenrolar da tese deste trabalho a nível local, na área de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, deve-se salientar o trabalho desenvolvido pela rádio FM UCDB, mantida pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na promoção de programas que têm o objetivo de levar ao cidadão comum o conhecimento sobre questões potencialmente relevantes para a vivência do dia-a-dia.

Exemplificando-se a aplicação acima narrada, uma das iniciativas da Rádio mencionada é a condução do Minuto Jurídico, momento curto de programação em que é

apresentado conteúdo que versa sobre situações simples, imergindo o cidadão no mundo do direito. Durante um minuto, um expositor escolhido pela UCDB apresenta um tema de forma rápida e com um linguajar acessível, contextualizando o cidadão em uma questão jurídica. A programação aborda temas que variam entre o conhecimento estritamente técnico de disciplinas materiais e processuais e pontuações sobre a ética na advocacia e funções públicas, dando aos ouvintes dicas sobre como lidar com essas situações da forma como potencialmente se apresentem no cotidiano.

Isso nada mais é do que a concretização da ideia de ampliar a acessibilidade do conhecimento, aproveitando-se duplamente da vasta rede de informações na qual a sociedade se encontra inserida, e do uso de expressões simplificadas para que sejam atingidas mais pessoas, com melhor aproveitamento.

Assim confirma Blois, quando aborda o impacto educativo do uso do rádio:

Na Educação, o Rádio, em oito décadas, contabiliza expressivas realizações, marca seu compromisso com a nossa cultura, mantém um certo padrão da língua portuguesa, passando informalmente aos ouvintes norma culta, sem negar ou desprezar a diversidade regional num país continente. Segue sua vocação de meio que tem na construção da cidadania o seu principal fim. Com propostas educativas, já provou que pode ser eficiente, eficaz e democrático (2003, p. 9).

Por fim, estabelece-se que, dessa forma, essa ampliação de disseminação de ideias ainda informa melhor as pessoas sobre as mudanças pelas quais passa a sociedade, de modo a situá-las em seu momento temporal e local, de modo que a comunicação radiofônica ocupa *status* de vanguarda, apoiada no aduzido processo de facilitação pedagógica. Em consequência disso, fixa-se um panorama de futuro interessante e promissor para os meios jurídico, social e pedagógico da realidade brasileira.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, o trabalho com a Educação é complexo. O processo humano de transmissão de conhecimento é longo, e nele se observam percalços de diversas origens. Um deles é a potencial dificuldade de se encontrar um meio de levar às pessoas novas ideias de maneira que lhes seja acessível a obtenção de informações e a compreensão do que é passado, considerando os respectivos contextos pessoais e sociais nos quais se inserem.

Diante de tal paradigma, surgiu a ideia de desenvolver este trabalho, com a finalidade principal de provar a eficácia que a transmissão de conteúdos pela via radiofônica pode ter para suprir essa lacuna e levar conhecimentos antes revestidos de um tecnicismo inalcançável para as pessoas comuns, de modo a fazê-las visualizar como eles podem ser úteis no cotidiano.

Entre esses conhecimentos, encontram-se os relativos à área jurídica. Por mais elementar que seja a consciência sobre os direitos e prerrogativas próprios dos seres

humanos, as dificuldades de levá-la a todos são um obstáculo no efetivo exercício da cidadania. Casos concretos comuns do cotidiano que eventualmente possuam repercussão cível, criminal, trabalhista, ou de qualquer outra natureza atinente ao campo do direito podem ser trabalhados com mais acesso e facilidade perante os profissionais da área quando o indivíduo que os protagoniza sabe, efetivamente, o que lhe compete.

Outro ponto abordado cujas implicações se relacionam diretamente aos tópicos é a predisposição a mudanças que a sociedade possui, devendo aquelas ser acompanhadas pelo direito, de modo a construir um meio que não sacrifique a própria segurança jurídica em nome dos fatores mutáveis. Assim, uma interessante forma de fazer a sociedade absorver essas mudanças é transmiti-las juntamente com os conhecimentos passados através do rádio, de modo a conscientizar o cidadão sobre o ambiente em que ele vive, em nome da coesão social.

Ainda, quando se fala em capacidade de instruir e ensinar, devem-se ter em mente os problemas existentes na própria educação brasileira, que desembocam na dificuldade de absorção de conhecimento pelas pessoas. Por isso, neste trabalho, a questão também foi tangenciada, dando-se propostas sólidas para poder auxiliar na solução dos problemas pedagógicos nacionais, que incluem a efetiva utilização de meios de comunicação de massa para ampliar e otimizar a transmissão de dados, informes e notícias para as pessoas, indo além das salas de aula, e empregando métodos acessíveis.

Sobre tais ferramentas, especificamente quanto ao uso do rádio, foi trabalhada a potencialidade deste para figurar na vanguarda dessa utilidade. Com uma rápida introdução histórica sobre a invenção e emprego do rádio, particularmente no Brasil, discorreu-se sobre sua efetiva capacidade de se converter em ferramenta jurídico-pedagógica, explorando os métodos acima descritos. Para ilustrá-los, foi lembrada a atuação, a nível local para a cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, da FM UCDB, que trabalha com programas específicos que levam às pessoas informações úteis, de maneira acessível, exemplificando-se pela citação do Minuto Jurídico, ideia que mesclou a otimização do tempo informativo com a qualidade do serviço prestado.

Conclui-se o trabalho com a seguinte mensagem: as fronteiras do conhecimento são sempre capazes de se expandir. A utilização de técnicas que aumentem esse grau de expansão, de forma direcionada às pessoas que, naturalmente, têm menos acesso a quaisquer tipos de dados, é sempre bem-vinda dentro de qualquer área do conhecimento, seja ela o direito ou a pedagogia. O uso do rádio é um meio interessante para isso, apto a ampliar tais fronteiras, e, por conseguinte, efetivar o claro exercício da cidadania pelos seus ouvintes, independentemente de quaisquer condições ou situações em que se apresentem.

REFERÊNCIAS

- ALTOÉ, Anair; SILVA, Heliana da. O desenvolvimento histórico das novas tecnologias e seu emprego na educação. In: ALTOÉ, Anair; COSTA, Maria Luiza Furlan; TERUYA, Teresa Kazuko. **Educação e Novas Tecnologias**. Maringá: Eduem, p. 13-25, 2005.
- BAUMANN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BLOIS, Marlene. Rádio Educativo no Brasil: uma história em construção. In: DA CUNHA, Magda Rodrigues; HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio brasileiro: episódios e personagens**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Direito: A abordagem do fenômeno jurídico como fato social**. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
- FERNANDES, Clístenes Hafner. A educação clássica é a opressão da ignorância. In: SANTOS, Thomas Giulliano Ferreira dos *et al.* **Desconstruindo Paulo Freire**. Porto Alegre: História Expressa, p. 52-64, 2017.
- FERRARETTO, Luiz Artur. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. **Revista Eptic**, v. 14, n. 2, 2012.
- FERREIRA DOS SANTOS, Mário. **Invasão vertical dos bárbaros**. São Paulo: É Realizações, 2012.
- GOMES, Luana Amorim. A rádio-escola no contexto dos adolescentes do semiárido cearense. In: KLÖCKNER, Luciano; PRATA, Nair. **História da mídia sonora: experiências, memórias e afetos de norte a sul do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 227-238, 2009.
- GONÇALVES, Guilherme Leite. Os paradoxos da certeza do direito. **Revista Direito GV**, v. 2, n. 1, p. 211-222, 2006.
- HUURDEMAN, Anton A. **The worldwide history of telecommunications**. London: J. Wiley, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em Revista**, n. 17, p. 153-176, 2001.
- MENEGUEL, Yvonete Pedra; OLIVEIRA, Oseias de. **O Rádio no Brasil: do surgimento à década de 1940 e a primeira emissora de rádio em Guarapuava**. 2012.
- SANTOS, Thomas Giulliano Ferreira dos. Paulo Freire: o patrono do pau oco. In: SANTOS, Thomas Giulliano Ferreira dos *et al.* **Desconstruindo Paulo Freire**. Porto Alegre: História Expressa, p. 10-52, 2017.
- SQUIRRA, Sebastião. **O século dourado: a comunicação eletrônica nos EUA**. São Paulo: Summus Editorial, 1995.
- TRINDADE, Diamantino Fernandes; TRINDADE, Laís dos Santos Pinto. Os Pioneiros da Ciência Brasileira: Bartholomeu de Gusmão, José Bonifácio, Landell de Moura e D. Pedro II. **Revista Sinergia**, v. 4, p. 163, 2003.

RELEVÂNCIA DAS VARIÁVEIS LATENTES EM CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA DISCUSSÃO NO ÂMBITO DA ANÁLISE FATORIAL E DA MODELAGEM DE EQUAÇÕES ESTRUTURAIS

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 12/05/2020

Paulo Roberto da Costa Vieira

Bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da
UNESA

Rio de Janeiro - RJ

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0164329912899593>

RESUMO: As Ciências Sociais Aplicadas têm analisado, de forma crescente, modelos hipotéticos com variáveis latentes, as quais são entendidas como aquelas que não são observadas ou diretamente mensuradas. Emprega-se a análise fatorial exploratória para identificar variáveis latentes subjacentes em determinado conjunto de dados. As variáveis latentes reveladas, preliminarmente, com auxílio da análise fatorial exploratória compõem, quando justificadas pela literatura científica, modelos, cuja avaliação pode ser realizada pela modelagem de equações estruturais. Se o modelo não for refutado, ele poderá, por meio do critério de falseabilidade, enriquecer o conhecimento teórico acerca do tema pesquisado. O presente artigo tem objetivo de tornar palatável o conceito de variável latente, discutindo os aspectos essenciais da

análise fatorial e da modelagem de equações estruturais.

PALAVRAS-CHAVE: Variável Latente; Análise Fatorial; Modelagem de Equações Estruturais.

THE RELEVANCE OF LATENT VARIABLES
IN SOCIAL SCIENCES: A DISCUSSION IN
THE CONTEXT OF FACTOR ANALYSIS AND
STRUCTURAL EQUATION MODELING

ABSTRACT: The Applied Social Sciences growingly analyzes hypothetical models with latent variables, which are understood as those that are not observed or directly measured. Exploratory factor analysis is used to identify underlying latent variables in a given data set. The latent variables revealed, preliminarily, with the aid of exploratory factor analysis, compose, when justified by the scientific literature, models, whose evaluation can be performed by structural equation modeling. If the model is not refuted, it can, through the falsifiability criterion, enrich the theoretical knowledge about the researched theme. This article aims to make the concept of latent variable palatable, discussing the essential aspects of factor analysis and modeling of structural equations.

KEYWORDS: Latent Variable; Factor Analysis; Structural Equation Modeling.

1 | INTRODUÇÃO

A ideia de que determinado fenômeno observado seja influenciado por causas subjacentes e não observadas é muito antiga, considerando que a própria religião acredita que forças invisíveis regulam eventos do mundo real (BOLLEN, 2002).

É muito frequente nas diversas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, incluindo nesse segmento a Administração, a concepção de que causas subjacentes e não observáveis influenciam eventos do mundo social.

Afirmar que a imagem corporativa do Banco Central do Brasil é sólida não especifica como ocorreu o processo de mensuração que fundamenta a declaração acerca de um conceito abstrato, a imagem corporativa do banco central. A declaração sobre a imagem corporativa do Banco Central do Brasil exemplifica a prática corriqueira de apresentar explicações e realizar previsões com fundamentação em atributo associado a conceito que não é observado.

O emprego científico de variáveis latentes ocupa posição de destaque nas ciências sociais, participando na concepção de pesquisas, cujas hipóteses são testadas em observância ao princípio de falseabilidade.

O objetivo do presente artigo é discutir, na próxima seção, o significado de variável latente. Na seção seguinte, mostra-se como variáveis latentes ou fatores são extraídos com o auxílio da análise fatorial exploratória.

Na medida em que a ciência está calcada em teste de hipótese e, conforme afirmamos acima, no critério da refutação de hipóteses, serão apresentados os fundamentos da modelagem de equações estruturais. A última seção está reservada para as considerações finais.

2 | VARIÁVEIS LATENTES E OBSERVADAS

Antes de discutirmos a relação entre construtos e medidas, devemos, inicialmente, definir esses termos. Definimos medida como um escore observado coletado por meio de questionário estruturado, observação ou outro meio alternativo. Observe que a medida se refere não a um instrumento empregado na coleta de dados ou o ato de coletar dados, mas ao escore gerado por esses procedimentos (EDWARDS; BAGOZZI, 2000).

Construto é um termo conceitual usado para descrever um fenômeno de interesse teórico. O construto se refere a um fenômeno real e que existe, independentemente do conhecimento e da interpretação do pesquisador ou das pessoas que estão sendo estudadas.

Os sociólogos formulam construtos como estratificação social, mobilidade social, e estrato social para representar fenômenos reais em grupos sociais (EDWARDS; BAGOZZI, 2000).

Embora construtos se refiram a fenômeno real, os construtos não são por si só reais no sentido objetivo. São, na realidade, elementos do discurso científico que servem como substitutos para o fenômeno de interesse. Quando falamos da relação entre a medida e o construto, estamos nos referindo à relação entre uma medida e o fenômeno que batizamos com o nome do construto.

O fenômeno que o construto descreve pode ser não observável, tal como atitude, ou observável, como desempenho de tarefa. Em qualquer caso, o construto é, em si mesmo, um termo abstrato que descreve o fenômeno.

Os construtos diferem em quão bem eles descrevem e atribuem significado ao fenômeno de interesse teórico. Alguns construtos podem demonstrar serventia, enquanto outros considerados, inicialmente, úteis podem ser modificados ou abandonados à medida que o conhecimento é acumulado. O construto Responsabilidade Social Corporativa foi modificado no curso do tempo (EDWARDS; BAGOZZI, 2000).

Em resumo, a nossa definição de construto representa uma perspectiva crítica realista, na qual nós entendemos construtos como a tentativa de descrever fenômenos reais, mas com o reconhecimento de que esses fenômenos não podem ser conhecidos diretamente ou com completa precisão, porque há erro de mensuração e as lentes epistemológicas que o construto fornece são imperfeitas.

A teoria pode ser dividida em duas partes: uma estabelece relações entre construtos teóricos e a outra descreve relações entre construtos e medidas (EDWARDS; BAGOZZI, 2000).

Se houver variável latente subjacente a determinado número de variáveis observadas, ou seja, se houver uma variável não observada que produza associação entre as variáveis observadas, então, quando a variável latente for mantida constante, as variáveis observadas serão independentes entre si. Essa conceituação de variável latente é derivada do princípio da independência local (BORSBOOM; MELLEBERGH; HEERDEN, 2003).

Para ilustrar o conceito de variável latente, entendida como aquela que não é observada ou diretamente mensurável, será apresentada uma situação imaginária, calcada em caso médico.

Imaginemos que, com a pandemia provocada pelo Covid-19, um indivíduo tenha ficado extremamente preocupado com sua saúde, em razão de seu peso corporal ter atingido 120kg, fato agravado por medir 1,62m. É notório que a obesidade é considerada fator de risco, notadamente se a pessoa for contaminada pelo Covid-19.

Como tinha adotado o distanciamento social, o indivíduo optou por médico que, não obstante fosse muito conceituado, fizesse avaliação do paciente, por intermédio de teleatendimento.

Com contato do especialista em mão, ele fez a ligação telefônica, tendo sido, prontamente, atendido por robô inteligente. Em seguida, o robô lhe advertiu que o médico

só realizava o teleatendimento, via ligação telefônica, e caso o paciente lhe enviasse os resultados de exames realizados no decorrer de três anos anteriores, cabendo mencionar que, entre os resultados julgados relevantes pelo médico, estavam o de hemoglobina glicada, creatinina, ácido úrico, triglicérides, e colesterol. Ademais, o médico exigia que o último exame tivesse sido realizado, no máximo, três meses antes da consulta. Os aludidos resultados deveriam ser digitalizados e enviados, para o endereço eletrônico da clínica médica, dois dias antes da consulta.

Após anuência do paciente quanto ao cumprimento de todas as exigências do médico, o robô marcou a consulta por teleatendimento.

Em data e hora marcadas, o paciente, após cumprimento das condições necessárias ao teleatendimento, ligou para o número informado pelo robô, sendo atendido de imediato pelo especialista que se identificou, e após os cumprimentos de praxe, afirmou que o paciente deveria ser viciado em comida gordurosa, além de ser dependente de doce. Deveria gostar muito de carnes gordas, como picanha com muita gordura, e deveria ser chocólatra. A gula era o pecado capital que o distanciava, crescentemente, do céu. Era preciso alterar drasticamente esse quadro, pois, caso contrário, teria morte sofrida em futuro muito próximo.

Impressionado com a fala do médico, o paciente formulou a seguinte pergunta: O senhor é médico ou adivinho?

O médico com serenidade, disse-lhe, então, que era um homem de ciência e, como tal, não acreditava em práticas de adivinhação. Como homem de ciência, ele tinha conhecimento da existência de nexos causais entre a variável latente e as variáveis observadas a ela vinculadas, sendo que a variável latente influenciava os resultados produzidos nas variáveis observadas. Mais especificamente no caso daquele paciente, os resultados muito ruins dos exames constituiriam as variáveis observadas e a dieta alimentar do indivíduo seria, em última instância, a variável latente. À medida que a dieta alimentar piorava, os resultados dos exames também eram agravados.

Para que os resultados de exames futuros melhorassem, refletindo melhora na saúde do indivíduo, seria imprescindível seguir uma dieta alimentar rica em legumes, vegetais, leite desnatado etc. A dieta saudável deveria ser constituída com o mínimo de gordura e sem açúcares e doces. Recomendou, por último, que desse continuidade ao isolamento social, utilizando, com frequência, álcool em gel, pois ele não poderia, em nenhuma circunstância, ser contaminado pelo novo coronavírus.

As variáveis latentes são, usualmente, entendidas como causa da variação de suas medidas, significando que a variação no construto conduz à variação de suas medidas, mais conhecidas como variáveis observadas, variáveis manifestas, ou indicadores. Essas medidas são denominadas refletivas (ou reflexivas), quando representam reflexos ou manifestações do construto ao qual estão associadas. A mensuração refletiva fundamenta a teoria clássica de teste, estimação de confiabilidade e análise fatorial, sendo a referida

medida considerada função de uma variável latente (ou construto), além do erro de mensuração.

Em resumo, a nossa definição de construto representa uma perspectiva crítica realista, na qual nós entendemos construtos como a tentativa de descrever fenômenos reais, mas com o reconhecimento de que esses fenômenos não podem ser conhecidos diretamente ou com completa precisão, porque há erro de mensuração e as lentes epistemológicas que o construto fornece são imperfeitas (EDWARDS; BAGOZZI, 2000).

Com objetivo de simplificar a discussão sobre variáveis latentes, consideraremos, a título de ilustração, somente o modelo refletivo direto (Figura 1), no qual AO representa a variável latente Atuação do Banco Central na condução da política monetária. AO1, AO2, AO3 são facetas de atuação operacional na política monetária, tal como a fixação de nível adequado para o depósito compulsório sobre depósitos à vista nos bancos comerciais, o estabelecimento de regras apropriadas para concessão do empréstimo de liquidez (redesconto), e a atuação competente do banco central no mercado aberto.

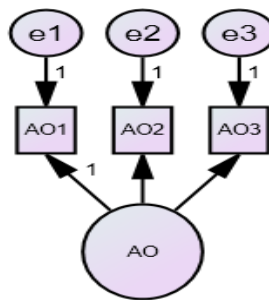


Figura 1: Mensuração refletiva

Fonte: Elaboração própria

O modelo refletivo (ou reflexivo) indica os efeitos diretos de determinada variável latente (AO) para suas variáveis observadas ou manifestas (AO1, AO2 e AO3). Esse modelo é ilustrado na Figura 1, na qual cada variável observada AO_i é influenciada pelo construto AO e o erro de medida randômico e_i . Portanto, a **variância** de cada variável manifesta é **explicada** pelo construto comum a todas as variáveis observadas e os erros únicos de cada variável observada, sendo que a covariância entre as variáveis observadas é atribuída à sua causa comum, AO (RIBAS; VIEIRA, 2011).

O modelo refletivo é expresso pela seguinte equação:

$$AO_i = \lambda_i AO + e_i \quad \dots (1)$$

Na equação 1, λ_i correspondem as cargas fatoriais que representam a magnitude do efeito de AO sobre AO_i , e e_i representa o erro de mensuração randômico (i varia de 1 a 3 para o modelo da Figura 1). A Equação 1 tem raízes na teoria clássica de teste e fundamenta a estimação de confiabilidade, a análise de fator comum e a análise fatorial confirmatória.

3 | ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA

É preciso aprofundar a discussão entre a variável latente e as variáveis observadas a ele associadas, pois eles mantêm um vínculo causal que, no caso de variáveis observadas refletivas, parte da variável latente (construto) para as variáveis observadas (manifestas ou indicadores).

A investigação acerca da relação causal entre as variáveis latentes e as observadas teve origem no trabalho de Spearman (1904), no qual foram desenvolvidos modelos analíticos fatoriais para identificar variáveis latentes subjacentes a testes de inteligência.

A análise fatorial é uma técnica estatística multivariada, cujo objetivo precípua é identificar um conjunto de variáveis latentes (fatores) subjacente a um conjunto muito maior de variáveis observadas. O conjunto menor de variáveis latentes (fatores) consegue explicar a maior parte da variância do conjunto inicial de variáveis observadas (STEWART, 1981).

Para tornar compreensível o significado da análise fatorial exploratória, será empregada uma situação envolvendo o regime de política monetária mais seguido pelos bancos centrais.

No início de 1999, com flutuação incontrolável do real, a âncora na qual as expectativas de inflação estavam assentadas foi destruída. Com a ameaça de retorno do processo inflacionário, o governo criou, por meio de decreto, o regime de metas inflacionárias (em inglês, “inflation targeting”), no qual caberia ao Banco Central do Brasil a preocupação precípua de buscar atingir a meta de inflação estabelecida para determinado período (VIEIRA; RIBAS, 2008).

No regime de metas de inflação, os bancos centrais assumem compromisso público de consistência e transparência na condução da política monetária. O cumprimento do anunciado, acompanhado de transparência nas decisões e ações, fortalece a imagem corporativa da autoridade monetária. A imagem corporativa sólida do banco central produz maior previsibilidade nos mercados, reduzindo o custo das decisões para sociedade (VIEIRA; FREITAS, 2007).

Para ilustrar a relevância da análise fatorial exploratória, realizou-se pesquisa de survey, cuja coleta de dados foi colocada em prática por meio de questionário estruturado, com cinco opções de resposta do tipo Likert. O questionário foi constituído de onze questões acerca dos principais atributos discutidos na literatura sobre atividade operacional relacionada à condução da política monetária pelo banco central, transparência do processo de tomada de decisão, e imagem corporativa do banco central.

Realizou-se, com auxílio do programa SPSS, análise fatorial exploratória com as variáveis observadas relacionadas aos itens do questionário, considerando o método de rotação Varimax. A Tabela 1 exhibe os fatores (variáveis latentes ou construtos) extraídos:

	Fator		
	1	2	3
TR2	0,939		
TR4	0,905		
TR1	0,891		
TR3	0,884		
IM3		0,891	
IM2		0,837	
IM1		0,810	
IM4		0,669	
AO1			0,959
AO3			0,819
AO2			0,775

Tabela 1: Matriz dos fatores rotativa^a

^a Método de Extração: Fatoração de Eixo Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

Rotação convergida em 5 iterações.

Fonte: Elaboração própria

Ao fator 1, atribuiremos o rótulo Transparência (TR). Esse fator é o mais importante, pois explica 41,87% do total de variância comum. Denominaremos o fator 2 de Imagem Corporativa (IM). IM explica 23,52% da variância comum. O fator 3 será rotulado de Atuação Operacional (AO), explicando 17,16% da variância comum. Os três fatores (variáveis latentes ou construtos) explicam 82,55% da variância comum, conforme mostra a Tabela 2.

Fator	Valores próprios iniciais			Somadas rotativas de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	4,606	41,872	41,872	3,383	30,757	30,757
2	2,587	23,515	65,387	2,752	25,017	55,775
3	1,887	17,158	82,545	2,267	20,609	76,384
4	,466	4,234	86,779			
5	,378	3,432	90,211			
6	,288	2,619	92,830			
7	,197	1,788	94,619			
8	,190	1,724	96,343			
9	,156	1,421	97,764			
10	,144	1,310	99,074			
11	,102	,926	100,000			

Tabela 2: Variância total explicada

Método de Extração: Fatoração de Eixo Principal.

Fonte: Elaboração própria

A análise fatorial exploratória não é orientada para testar hipóteses. É uma ferramenta estatística de natureza exploratória, podendo ser empregada para atingimento de objetivos diversos, tais como efetuar a redução de grande número de itens de um questionário estruturado para um número menor de variáveis latentes (fatores) e identificar os itens que exibem maior correlação (carga fatorial) com dada viável latente (fator) (DISTEFANO; ZHU; MINDRILA, 2009).

No exemplo acima, em lugar de considerar 11 variáveis observadas, vamos substituí-las por três fatores (AO, TR e IM

Se o fator (variável latente ou construto) TR for tomado como padrão, a variável observada mais importante é TR2, pois é aquela que apresenta maior carga fatorial (correlação entre a variável observada e o fator ao qual está vinculada).

4 | MODELAGEM DE EQUAÇÕES ESTRUTURAIS

Antes de a modelagem de equações ser discutida, convém que sejam esclarecidos alguns pontos fundamentais da filosofia da ciência.

Na filosofia da ciência, também conhecida como epistemologia, Karl Popper ocupa lugar de destaque, uma vez que apresentou questões fundamentais acerca da essência das teorias científicas.

O trabalho científico inicia com conjecturas, sendo, como toda obra humana, falível. O conhecimento avança à proporção que há mudança do conhecimento prévio. Não há critério que possibilite determinar a verdade, mas há critério que permite reconhecer erro e falsidade. A coerência não determina a verdade, mas a inconsistência determina a falsidade (MILLER, 2010).

Popper (2013) emprega o termo falseabilidade ou critério de refutação para destacar que hipóteses, enunciados e modelos, para serem considerados científicos, devem ser submetidos a testes, sendo que muitos enunciados conjecturais poderão ser falsos e refutados. Apenas hipóteses que possam ser reveladas falsas podem se distinguir daqueles enunciados dogmáticos da metafísica e da pseudociência, as quais não podem ser rejeitadas.

A Modelagem de Equações Estruturais (MEE) está entre as técnicas estatísticas mais avançadas, cuja aplicação em Ciências Sociais Aplicadas vem experimentando crescimento expressivo nas últimas décadas. A MEE é uma classe de técnicas multivariadas que combina aspectos da análise fatorial ou da análise de componentes principais com a regressão, capacitando o pesquisador a examinar, simultaneamente, relações entre variáveis observadas e variáveis latentes, assim como entre variáveis latentes (HAIR, JR; SARSTEDT, 2019).

Considerando a crescente relevância de se entender fenômenos latentes, associados

a percepções, atitudes ou intenções do cliente e às influências que exercem sobre medidas de desempenho corporativo, tal como o valor da marca corporativa, não é surpreendente que a MEE tenha se tornado uma das mais proeminentes técnicas atuais de análise estatística.

A MEE considera dois modelos fundamentais: o modelo de mensuração e o modelo estrutural. O modelo de mensuração leva em conta a relação entre variáveis observadas e a respectiva variável latente. Ele possibilita a mensuração da variável latente. O modelo estrutural contempla os nexos causais entre as variáveis latentes do modelo hipotético.

O método mais difundido para condução da MEE é fundamentado em matriz de covariância (MC). Entretanto, as exigências impostas para sua aplicação, tais como a existência de normalidade multivariada nos dados coletados, tamanho de amostra relativamente expressivo, entre outros condicionantes, estimulou o uso crescente da modelagem de equações estruturais (MEE) com mínimos quadrados parciais (MQP).

AMEE calcada em MQP tornou-se o método alternativo preferido àquele fundamentado em matriz de covariância. A MEE apoiada em MQP tem inúmeras vantagens em relação à fundamentada em MC, notadamente em situações que são comuns no âmbito das Ciências Sociais. Mais especificamente, quando o tamanho da amostra é pequeno; os dados não exibem distribuição normal; ou quando é muito grande a complexidade do modelo, constituído de muitas variáveis observadas e latentes, assim como diversos elos causais entre variáveis latentes, é comum o emprego de MEE com MQP.

Cabe notar, entretanto, que a MEE baseada em MC é, primariamente, empregada para aceitar (ou rejeitar) teorias. Ela realiza essa tarefa, determinando o quão bem o modelo teórico proposto pode estimar a matriz de covariância para o conjunto de dados da amostra, o que lhe permite gerar uma gama extensa de índices de excelência de ajustamento de distintas naturezas.

A MEE fundamentada em MQP é utilizada com objetivo precípuo de desenvolver teorias em pesquisa exploratória, uma vez que ela concentra seu foco no grau de explicação da variância das variáveis dependentes, tendo como principal parâmetro o coeficiente de determinação.

Nesse contexto, para ilustrar o emprego da MEE em Ciências Sociais Aplicadas, vamos utilizar o modelo hipotético de imagem corporativa do banco central, considerando, ademais, que o modelo de equações estruturais baseado em mínimos quadrados parciais apresenta maior simplicidade.

Em síntese, o tamanho da amostra relativamente pequeno, o desconhecimento quanto à normalidade da distribuição dos dados, e a maior simplicidade da MEE-MQP foram os principais motivos que nos levaram a utilizar essa categoria de MEE no presente artigo (HAIR, JR; SARSTEDT, 2019).

Com MEE calcada em MQP faz-se mister que o modelo refletivo de mensuração seja diferenciado do formativo.

Embora a discussão acerca de medidas refletivas e formativas empreguem frequentemente linguagem causal, elas raramente incluem princípios de filosofia da ciência. Esses princípios estão atualmente em debate, embora a literatura corrente sugira que há consenso acerca de quatro condições para estabelecimento de causalidade nas ciências social, comportamental e gerencial (EDWARDS; BAGOZZI, 2000).

Inicialmente, a causalidade requer que a causa e o efeito sejam entidades distintas. Quando duas variáveis não são distintas, a sua relação é tautológica e, portanto, não podem estar relacionadas em ligação causal. Na economia, Produto Interno Bruto (PIB) e Renda Interna Bruta (RIB) são magnitudes iguais no final do período. Como PIB \square RIB, não há vínculo de causalidade entre PIB e RIB. Segundo a abordagem keynesiana, são os gasto de consumo, gastos do governo, os investimentos públicos e privados e as exportações líquidas que determinam o PIB e, conseqüentemente, a RIB (VAGGI; GROENEWEGEN, 2014).

Em segundo lugar, a causalidade requer associação, significando que causa e efeito apresentam covariância entre si. Associação é usualmente entendida como probabilística, o que significa dizer que, quando a causa varia, aumenta a chance de o efeito também variar, embora não seja garantido que isso aconteça (EDWARDS; BAGOZZI, 2000).

Em economia, o consumo é função positiva da renda. Supõe-se, portanto, que se a renda aumentar, o consumo também aumentará. Assim, consumo e renda exibem covariância positiva. Todavia, pode acontecer de a renda aumentar e o consumo permanecer estável ou mesmo decrescer, uma vez que o consumo depende de outras variáveis, além da renda, tal como a confiança no futuro (EDWARDS; BAGOZZI, 2000).

Em terceiro lugar, a causalidade exige que haja precedência temporal, o que implica dizer que a causa precede o efeito. No caso da função consumo, admite-se que é necessário que a renda aumente (a causa), para que o consumo aumente (o efeito) (VAGGI; GROENEWEGEN, 2014)

Finalmente, a causalidade exige que exista eliminação de explicações concorrentes para a relação presumida entre causa e efeito. Das quatro condições de causalidade, essa última condição é frequentemente a mais difícil de ser satisfeita. Em economia, há uma explicação concorrente para o consumo. Segundo os economistas neoclássicos, o consumo variava negativamente com a taxa de juros. Nesse contexto, se a taxa de juros aumentasse, a poupança se elevaria e o consumo diminuiria. Para Keynes, o consumo seria explicado pela renda. Se houvesse elevação de renda, o consumo também aumentaria.

Discussões da relação entre variáveis latentes e variáveis observadas caracterizam frequentemente essa relação como causal. A linguagem causal impregna a discussão de medidas refletivas. A flecha que vai do construto às suas medidas representa o “efeito causal” da variável latente sobre a variável. A variável latente (construto) é a causa do escore do indicador (variável observada ou manifesta) (EDWARDS; BAGOZZI, 2000).

O diagrama de caminho abaixo ilustra modelo hipotético para examinar o impacto

exercido pela atuação operacional e a transparência de decisões e ações sobre a imagem corporativa do Banco Central do Brasil, segundo a opinião de participantes do mercado financeiro. Os dados foram tratados por intermédio de modelagem de equações estruturais, fundamentada em mínimos quadrados parciais.

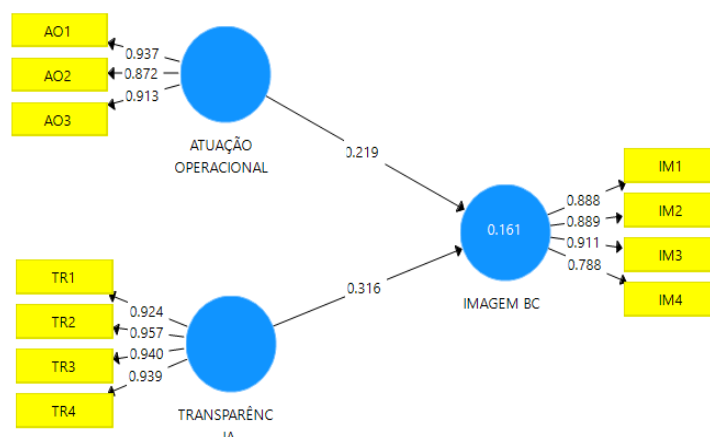


Figura 2.: Modelo **Refletivo** de Mensuração: Imagem Corporativa do Banco Central do Brasil

Fonte: Elaboração própria

Os resultados mostram que, supondo modelo refletivo de mensuração, a atuação operacional e a transparência exercem impacto, com significância estatística, sobre a imagem corporativa do Banco Central do Brasil. A variável latente (construto) Transparência é aquela cujo impacto é o mais importante (o coeficiente de caminho é 0,316).

É possível verificar que a variável observada mais importante do construto Transparência é TR2, cuja carga é 0,957. Ela é seguida por TR3 e TR4, respectivamente.

Raciocínio análogo pode ser aplicado aos resultados das variáveis observadas de Atuação Operacional (AO) e Imagem Corporativa do Banco Central do Brasil (IM).

Em algumas situações, as medidas são denominadas formativas, o que significa dizer que o construto é formado ou induzido por suas medidas. Medidas formativas são usualmente empregadas em construtos concebidos como compostos de variáveis observadas específicas, tal como o caso de estrato socioeconômico, o qual é definido, no âmbito da Sociologia, em termos de ocupação, educação e renda (EDWARDS; BAGOZZI, 2000).

A covariância entre medidas pode auxiliar a diferenciar entre variáveis observadas refletivas e formativas, uma vez que essas covariâncias precisam estar presentes no caso de modelo refletivo de mensuração, mas podem estar ausentes em modelo formativo de mensuração (EDWARDS; BAGOZZI, 2000).

A seguir, o modelo hipotético de imagem corporativa do Banco Central do Brasil será

avaliado, considerando o modelo formativo de mensuração (Figura 2).

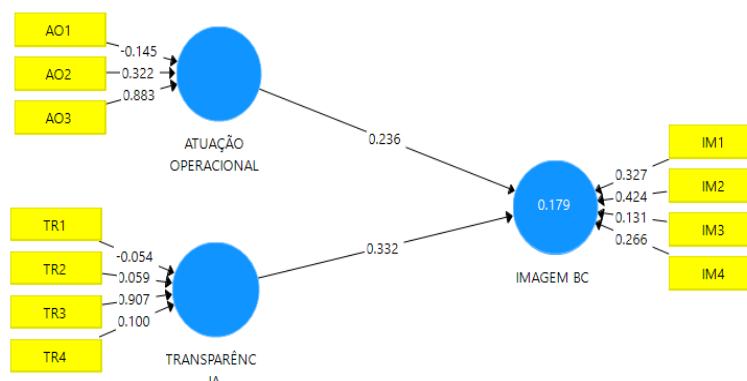


Figura 3.: Modelo **Formativo** de Mensuração: Imagem Corporativa do Banco Central do Brasil

Fonte: Elaboração Própria

Tal como no caso do modelo refletivo de mensuração, o construto Transparência (o coeficiente de caminho é 0,332) foi considerado o mais importante, quando admitimos modelo formativo de mensuração no modelo hipotético de Imagem Corporativa do Banco Central do Brasil (IM). A Transparência é o construto que exerce impacto mais forte sobre a Imagem Corporativa do Banco Central do Brasil, com significância estatística.

Quando a variável latente Transparência é analisada, percebe-se a existência de inconsistência, uma vez que a variável observada TR1 exibe carga negativa, o que contraria os postulados teóricos do modelo. O mesmo acontece com a variável observada AO1 do construto Atuação Operacional (AO).

Isso acontece porque, no caso do modelo hipotético de imagem corporativa do Banco Central do Brasil, o modelo formativo de mensuração não é apropriado.

De fato, na maior parte das situações relacionadas às Ciências Sociais Aplicadas, o modelo refletivo de mensuração é o mais indicado.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Ciências Sociais Aplicadas utilizam, com grande frequência, variáveis latentes, sendo essencial que o pesquisador dessa área do saber conheça as ferramentas estatísticas que possibilitam o tratamento adequado dos dados, em consonância com os objetivos da pesquisa.

O presente artigo discutiu, preliminarmente, o conceito de variável latente, visando esclarecer o seu significado ao pesquisador não habituado com emprego de abordagem quantitativa em modelos conceituais.

Após esclarecer o aludido pesquisador acerca do conceito de variável latente e de seu nexos com as variáveis observadas que são por ela influenciadas, passou-se à discussão da análise fatorial exploratória.

Com efeito, caso o pesquisador tenha como finalidade analisar a estrutura de inter-relações de determinado conjunto de variáveis observadas, identificando as variáveis latentes (fatores ou construtos) subjacentes à matriz de dados, foi recomendado o emprego da análise fatorial exploratória. Considerando o regime de metas inflacionárias adotado no Brasil, ilustrou-se como a análise fatorial funciona e quais são as informações que ela pode prestar ao pesquisador.

O estudo não teve intenção de esgotar o tema, pois não haveria espaço para discussão exaustiva sobre o assunto. Todavia, ficou clara a utilidade dessa ferramenta estatística.

Conhecidos os fundamentos da análise fatorial exploratória, passou-se à apresentação da modelagem de equações estruturais, fundamentada em mínimos quadrados parciais. Nesse caso, o pesquisador teve conhecimento acerca de ferramenta estatística que contempla nexos causais não apenas entre a variável latente e as respectivas variáveis observadas a ela vinculadas, mas também entre variáveis latentes. Para facilitar a ilustração quanto ao uso da ferramenta, foi empregado o modelo hipotético de imagem corporativa do Banco Central do Brasil, com as mesmas variáveis latentes e observadas empregadas na análise fatorial.

Como no caso da análise fatorial exploratória, a modelagem de equações estruturais não foi discutida detalhadamente, mas ela foi tão somente apresentada, com ilustração didática de seus resultados.

Não obstante as suas limitações, o presente estudo lançou sementes que se espera contribuam para produzir bons frutos de pesquisa futura.

REFERÊNCIAS

BOLLEN, K.A. LATENT VARIABLES IN PSYCHOLOGY AND THE SOCIAL SCIENCES. **Annu. Rev. Psychol.**, v.53, p. 605-634, 2002.

BORSBOOM, D.; MELLEBERGH, G.J.; HEERDEN, J.V. The Theoretical Status of Latent Variables. **Psychological Review**, v.110, n.2, p.203-219, 2003.

DISTEFANO, C.; ZHU, M.; MINDRILA, D. Understanding and Using Factor Scores: Considerations for the Applied Researcher. **Practical Assessment, Research & Evaluation**, v.14, n.20, p.1-11, 2009.

EDWARDS, J.R.; BAGOZZI, R.P. On the Nature and Direction of Relationships Between Constructs and Measures. **Psychological Methods**, v.5, n.2, p.155-174, 2000.

HAIR JR, J.F; SARSTEDT, M. Factors versus Composites: Guidelines for Choosing the Right Structural Equation Modeling Method. **Project Management Journal**, v.50, n.6, p.619-624, 2019.

MILLER, D. **Textos escolhidos de Karl Popper**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010.

POPPER, K. **A LÓGICA DA PESQUISA CIENTÍFICA**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

RIBAS, J.R.; VIEIRA, P.R.C. **ANÁLISE MULTIVARIADA COM O USO DO SPSS**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

SPEARMAN, C. General intelligence, objectively determined and measured. **American Journal of Psychology**, v.15, p. 201-293, 2004.

STEWART, D.W. The Application and Misapplication of Factor Analysis in Marketing Research. **Journal of Marketing Research**, v. XVIII, p.51-62, 1981.

VAGGI, G.; GROENEWEGEN, P. **A Concise History of Economic Thought: From Mercantilism to Monetarism**. NY: Palgrave Macmillan, 2014.

VIEIRA, P.R.C.; FREITAS, J. A. S. B. Transparência e Imagem Institucional: O Caso do Banco Central do Brasil. **Revista Eletrônica Gestão e Sociedade**, v. 1, 2007.

VIEIRA, P.R.C.; RIBAS, J. R. TRANSPARÊNCIA E IMAGEM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE TÉCNICAS DE ANÁLISE. **Análise**, v.19, n.2, p. 93-106, 2008.

SOCIALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 04/06/2020

Jennifer Juliana Barreto Bezerra Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(UFRN), Centro de Educação (CE)
Natal - RN

<http://lattes.cnpq.br/0325994573760828>

Adir Luiz Ferreira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(UFRN), Centro de Educação (CE)
Natal - RN

<http://lattes.cnpq.br/0341824719316863>

RESUMO: A partir de uma revisão acerca da socialização acadêmica, o presente artigo tem como objetivo discutir a importância da socialização no Ensino Superior, e como a mesma é vista como uma questão de sobrevivência para a permanência. A fim de atingir esse objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca da temática estudada. A partir dessa revisão, utilizando autores que são fundamentais para a discussão, como Coulon (2008) e Ferreira (2014), foi possível refletir sobre as rupturas geradas pela mudança do Ensino Médio para o Ensino Superior, importância que socialização no ambiente

universitário tem para a permanência e como o primeiro ano na Universidade é crucial para a construção de vínculos afetivos. Dessa forma, o presente estudo colabora para pesquisas sobre as vivências significativas, isto é, com meios e propósitos conhecidos (permanência e conclusão do ensino superior), que podemos conhecer os sentidos objetivos e subjetivos dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Socialização. Ensino Superior. Sobrevivência.

SOCIALIZATION AT HIGHER EDUCATION: A MATTER OF SURVIVAL

ABSTRACT: Based on a review over academic socialization, this articles aims to discuss the importance of socialization at higher education and how it is seen as matter of survival to conclude the course. In order to achive the objective of this article, a biographycal review was realized over the topic investigaded. Through this review, making use of crucial authors, such as Coulon (2008) and Ferreira (2014), it was possible to reflect upon the ruptures caused by the transition from High School to College, the importance of socialization at the university environment to the continuity and conclusion of the course, and how the first year at college can be essential to the

construction of emotional bonds. Bering this in mind, this study collaborate to researchs about substantial experiences, with known tatics and goals (stay and conclusion at the university), which can help us to know about the students' objective and subjective senses.

KEYWORDS: Socialization. Higher Education. Survival.

1 | INTRODUÇÃO

A socialização, de uma forma geral, é um fator decisivo e inevitável na vida social e psíquica do sujeito, e na experiência coletiva e pessoal do Ensino Superior não seria diferente. Compreende-se a socialização no mundo universitário como o conjunto de conhecimentos culturais e práticas de convívio na instituição entre os seus membros, que são definidas e desempenhadas principalmente por professores e estudantes, considerados como grupos sociais que tanto interagem entre si quanto têm formas próprias de interação no interior do seu grupo. Assim, além da relação com outros membros da instituição, como professores e funcionários, é a partir da socialização entre seus pares que os estudantes se tornam membros funcionais da comunidade acadêmica, isto é, reconhecem e desempenham os seus papéis sociais como estudantes universitários. É nessa interação que o sujeito internaliza o coletivo, como ideias, valores, costumes e crenças que são estabelecidas pela sociedade e internalizadas pelo indivíduo, adaptando-se à experiência social em que está inserido.

No Ensino Superior, a socialização vem como um dispositivo de alívio afetivo, visto que a grande parte dos estudantes que consegue criar laços entre si veem o contato e a relação com seus colegas de curso como uma forma de apoio, que é tanto emocional quanto acadêmico. E é logo no primeiro ano de convivência no curso que os estudantes, em sua grande maioria, conscientes do longo período de convívio que é o período universitário, iniciam esses laços que tendem a ser duradouros. Dessa forma, o primeiro ano de curso acaba sendo mesmo crucial para a construção desses vínculos afetivos, que também se tornam fontes de sustentação acadêmica para a permanência produtiva no curso.

Diante disso, esta pesquisa que está centrada na socialização estudantil no Ensino Superior se faz relevante visto que pesquisas de cunho sociológico são realizadas, porém tem sido pouco valorizada a dimensão da perspectiva do sujeito, ou seja, considerar na análise a percepção e compreensão do estudante como pessoa, e sua atuação como membro de um grupo social próprio. Essa necessidade em se estudar o espaço íntimo do indivíduo, na forma como ele se desenvolve em ambientes mais coletivos, como é a Universidade, pode ser vista como uma oportunidade em se conhecer o público para quem essas instituições foram destinadas, o estudante.

Como estrutura educacional, é evidente que estudar Ensino Superior (ES) se faz pertinente quanto à atual realidade da educação brasileira e a expansão do acesso ao ES, como variável educacional indispensável dos países para se integrarem na economia

global, na perspectiva de um almejado desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico. Na última década, de acordo com o censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de matrículas realizadas no Ensino Superior (ES) saltou de 4,2 milhões em 2004, para 8,1 milhões em 2014 (BRASIL, 2015).

Outro fator pertinente às necessidades emergentes da sociedade atual, que oscila entre as crises provocadas pelos acelerados avanços tecnológicos e pela acentuação das desigualdades sociais, ao lado da emergência pública das diversidades e das liberdades individuais. Todavia, esse individualismo é simultaneamente a forma cultural de satisfação consumista e meio de participação crítica da cidadania na racionalidade do capitalismo global contemporâneo (LIPOVETSKY; SERROY, 2011; BAUMAN, 2008). Nesse contexto histórico da cultura do individualismo consumista, mas também de uma base educacional ampliada da cidadania, se justifica a necessidade de se entender os efeitos dos espaços de convivência sobre os indivíduos, ainda mais quando esses ambientes coletivos são estruturas educacionais de formação cultural e profissional com profundas consequências sobre a vida social dos seus integrantes, no presente e no futuro, como é a experiência da Universidade. Isso significa dizer que dentro das reflexões acerca dos espaços coletivos, os aspectos subjetivos na formação dos indivíduos que deles participam têm se tornado uma dimensão mais evidente e desafiadora para as análises sociológicas, mas com abordagens interdisciplinares, especialmente psicológicas e políticas.

Partindo disso, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão problematizadora acerca da socialização no Ensino Superior e a importância que ela tem para a permanência dos estudantes na universidade. Além disso, o artigo contará com autores que são fundamentais na discussão acerca da socialização acadêmica, como Coulon (2008) e Ferreira (2014).

2 | SOCIALIZAÇÃO ACADÊMICA E O PRIMEIRO ANO NA UNIVERSIDADE

O ingresso no Ensino Superior é marcado por diversas rupturas em relação ao seu passado escolar pois, os estudantes se veem em um espaço nada parecido com o que está acostumado, pois, estes vieram socializados de acordo com a educação escolar anterior (FERREIRA, 2014). Para Teixeira et al. (2008, p.186):

O mundo universitário, por outro lado, é bem menos estruturado que o mundo escolar. Os colegas não são mais os mesmos, havendo a necessidade de se estabelecerem novos vínculos de amizade.

Dessa forma, “[...] a socialização é um processo permanente e nunca concluído, implicando esforços contínuos de atualização” (ABRANTES, 2001, p.125). Enquanto não estabelece vínculos com seus colegas, o estudante conta apenas com seus próprios artifícios psicológicos e o apoio das redes formadas anteriormente para enfrentar as

possíveis dificuldades que possam surgir (TEIXEIRA et al, 2008). Diante disso, com a necessidade de se adaptar nesse novo ambiente, o estudante se vê em uma situação em que socializar-se com os seus colegas de curso é uma forma de se manter na instituição. Nesse sentido, para Medeiros (2018, p. 73) no que diz respeito à relação da socialização com a permanência:

O que se têm percebido é que um importante facilitador tanto da adaptação quanto da permanência subsequente a ela de estudantes está centrado na socialização entre pares.

A entrada na vida universitária faz com que o estudante tenha que se adaptar a esse novo mundo. De acordo com Coulon (2008), o estudante no ambiente universitário passa por três grandes fases de adaptação ao longo dos primeiros meses na instituição: *tempo de estranhamento*, *tempo de aprendizagem* e *tempo de afiliação*. Na primeira fase, o estudante passa por uma separação com o passado escolar ao qual está familiarizado, fazendo com que ele perceba rapidamente, pelas exigências de demonstrar simultaneamente autonomia intelectual e bom desempenho acadêmico, que estar na Universidade não é como estar no Ensino Médio, quando se podia eventualmente contar com formas de tutela curricular e recorrer ao paternalismo pedagógico dos professores.

Já na segunda fase, a de *tempo de aprendizagem*, o estudante, segundo o autor, passa por um período doloroso, cheio de inseguranças, dúvidas e incertezas, pois a “[...] necessária desestruturação que acompanha o esquecimento de seu passado, não sucede, imediatamente, a reestruturação que o fará passar, definitivamente, para a terceira fase” (COULON, 2008, p. 40). Após a passagem por essas duas fases, “[...] uma aprendizagem complexa se opera e há de ser feita o quanto antes, já que é indispensável para prosseguir na passagem para a vida universitária” (COULON, 2008, p.40), preparando o aluno para a terceira fase, aquela do *tempo de afiliação*.

Nessa terceira fase, o estudante se sente seguro para assumir o seu novo estado de veterano, como estudante experimentado e confiante nas suas capacidades de superar obstáculos acadêmicos. É o período também em que as chances de abandono do curso são menores do que na primeira fase. Para Ferreira (2014, p.119):

Adaptar-se simultaneamente às exigências cognitivas e relações sociais do ensino superior, contando com amigos, colegas e professores para suprir as deficiências organizacionais, não é uma “escolha” dos estudantes: a maioria descobre rapidamente que é a única chance de sucesso real nos seus projetos de estudo e de formação profissional.

Diante das fases estabelecidas por Coulon (2008), essa adaptação ao Ensino superior não ocorre de uma forma linear, sendo tal processo adaptativo marcado por diversas dificuldades, com suas inevitáveis frustrações de projetos e decepções no convívio social, ao lado dos episódios de acertos, apoio de colegas e satisfação na vida universitária cotidiana. Em diversos momentos críticos do seu percurso acadêmico, a auto avaliação cognitiva e social, sobre as chances de sucesso ou de fracasso nas estratégias

adotadas, pode levar o estudante à decisão de abandonar o curso. Ao contrário, é a partir das relações formadas desde o primeiro ano de curso, quando o estudante se investe nos processos cotidianos de pertencimento comunitário, como se sentir efetivamente parte de um grupo e se sentir identificado e satisfeito no ambiente universitário, e serão esses sentimentos que irão motivar o estudante a permanecer no curso. Com essa breve explanação, discutiremos sobre a importância da socialização para a permanência no Ensino Superior, bem como a forma como essa socialização ocorre.

3 | UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

Antes de iniciar a discussão sobre socialização, é importante diferenciar a *socialização* da *sociabilidade*. A socialização é um processo coletivo e biográfico, vinculado às formas de aprendizagem e de aceitação das diretrizes culturais abstratas e de normas cotidianas que orientam a vida comum em uma comunidade. Já a sociabilidade, seria o conjunto de capacidades inatas dos humanos a estabelecerem laços pessoais e relacionamentos duradouros, mesmo que convivendo com tendências ao individualismo egoísta e à resistência diante de normas sociais prescritivas.

Ainda assim, muitas das capacidades emocionais necessárias para a interação cotidiana uns com os outros, para a manutenção do convívio e para a linguagem, que permitem expressar sentimentos como solidariedade, empatia e orgulho, assim como medo, culpa e vergonha, sejam igualmente resultados da evolução e de construções sociais (TURNER, 2000). Em outras palavras, a tendência histórica dos seres humanos para se manterem em sociedade, mesmo que essa orientação seja também fruto da evolução da espécie humana, exigiu que meios neurológicos e formas sociais para a vida comum, especialmente através do reforço da afetividade emocional e da linguagem cultural, fossem desenvolvidas pela socialização normativa, mas que buscassem igualmente a realização da condição humana pela sociabilidade afetiva.

Diante dessa diferenciação, de acordo com Ferreira (2014), a sociabilidade dos estudantes universitários pode ser dividida em três modos: o *modo solitário*, evitando a vida social e preferindo o isolamento; o *modo gregário*, no qual alterna-se entre a vida social e o recolhimento pessoal; e o *modo societário*, engajando-se intensamente nos contatos sociais e nas formas da vida coletiva.

Os estudantes que estão tanto no *modo gregário*, quanto no *modo societário*, tem maiores chances de desenvolverem laços no curso e, conseqüentemente, a permanecerem e a realizarem o percurso da graduação de uma forma mais completa e mais leve, visto que a relação entre pares é um dos principais pontos para a permanência dos estudantes no Ensino Superior.

A socialização, sendo ela, inicialmente, a capacidade do indivíduo em se integrar ao grupo em que nasceu, absorvendo o conjunto de hábitos e práxis característicos daquele

grupo, de acordo com a clássica proposição de Berger e Luckmann (1985), existem dois tipos de socialização: a primária e a secundária. A primária é considerada a primeira socialização que o indivíduo conhece na infância, tornando-se membro da sociedade. Já a socialização secundária é qualquer processo que ocorre depois que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. No momento de vida em que se é estudante na Universidade, a socialização secundária já está ocorrendo, e é nessa socialização que o estudante terá aprendizagens das expectativas que o grupo (dos outros estudantes e da própria instituição) deposita no indivíduo.

Corroborando com o que foi dito anteriormente, para Coll (2004), a socialização ocorre através de três processos: mentais de socialização, que correspondem ao conhecimento de valores, costumes, aquisição da linguagem; afetivos, que se manifesta por meio da empatia, apego e amizade; e os processos atitudinais de socialização, que são aqueles que envolvem a incorporação de condutas consideradas socialmente aceitáveis.

No ambiente universitário, a socialização pode ocorrer através desses três processos, desde a aquisição dos novos valores desse ambiente até a aquisição das condutas que são socialmente aceitas no ES. Completando o pensamento de Coll (2004), Ferreira (2004, p. 14) discute que, um dos aspectos da socialização ligados à escolaridade é: “a possibilidade de obtermos reconhecimento público a partir de nossa educação pessoal, isto é, o conjunto de saberes e conhecimentos que aprendemos e que nos foram ensinados”. Diante disso, em relação à perspectiva da vida acadêmica no Ensino Superior, Paivandi (2014, p.50) argumenta que a socialização é:

[...] um processo que permite ao estudante se apropriar do papel dos outros e de construir assim seu “Eu” enquanto estudante. Levar em consideração o papel do outro remete ao processo de adaptação mútua, de apropriação recíproca dos papéis que se realizam nas interações visíveis e invisíveis do ambiente universitário. Esse processo de adaptação permite a interiorização de atitudes, de dispositivos, de valores, de crenças e de expectativas.

Diante disto, no que se diz respeito à socialização no ambiente universitário, ela pode ser classificada de duas formas, como socialização convival-curricular (SCC) e a socialização interpessoal-amigável (SIA). Para Medeiros, Costa e Ferreira (2016), a SCC tem seu peso maior na vivência acadêmica, nas atividades curriculares. Já a SIA é a relação estudante-estudante, que leva em consideração as experiências pessoal-grupal entre os amigos e colegas do curso, além da vivência social cotidiana extraclasse.

Corroborando com Medeiros, Costa e Ferreira (2016), Medeiros (2018) traz a discussão sobre a socialização para além da sala de aula, que elas podem ser classificadas como socialização extraclasse e extrauniversidade. Segundo a mesma autora, a socialização extraclasse é caracterizada pelas relações informais que ocorrem em espaços da Universidade, como corredores, cantinas. Já a socialização extrauniversidade compreende em ambientes externos à Universidade, como bares, shoppings.

Diante do que foi exposto anteriormente, esses conceitos colaboram para uma

reflexão sobre as formas de socialização no ambiente universitário e também para além dos muros da instituição e a sua contribuição para o desenvolvimento de relações entre pares, sejam elas mais restritas aos momentos comuns na instituição, ou até mesmo quando esses momentos comuns afloram o desejo de se ter relações mais significativas fora do ambiente universitário.

Para complementar sobre a temática da socialização no Ensino superior, trarei alguns pontos que são de fundamental importância para termos uma melhor visão acerca da temática. Dessa forma, discutiremos a seguir sobre a transição do Ensino Médio para o Ensino Superior, a importância de filiar-se à instituição de ensino e a relação da socialização com a permanência.

Diante disso, a transição do Ensino Médio para o Ensino Superior traz consigo diversas rupturas na vida do estudante, sendo elas nas condições de existências, que pode gerar ansiedade e comportamentos que podem favorecer o fracasso; uma ruptura psicopedagógica, na qual a relação com o professor no Ensino Superior é reduzida, levando em consideração a intensidade do acompanhamento dos professores no Ensino Médio (COULON, 2008). Para Silva (2017, p. 81):

O período inicial da vida do estudante na universidade é marcado por *rupturas* que se dão no processo de transição de *status* de aluno para a posição de estudante. Nesse contexto, *filiar-se* é fundamental para a continuidade nos estudos, onde se aprende o ofício de estudante para que, só assim, se torne um membro do contexto social universitário (itálicos do autor).

Para além disso, adentrar ao ambiente universitário implica na ruptura de “vícios” da dinâmica estudantil conhecida até o momento, em especial, na forma como a aprendizagem é elaborada. Na Universidade, diferentemente da escola, não há “autoridades” que vigiem os estudantes (MEDEIROS, 2018). Assim, no ambiente universitário, o estudante tem que lidar, na maior parte do tempo, sozinho com as rupturas, sem o apoio da instituição. Nesse momento de rupturas e quebra de vícios, o estudante, como uma forma de não ser eliminado ou auto eliminar-se, tem a necessidade de aprender a se tornar um membro nativo nesse novo ambiente. De acordo com Coulon (2008, p.43):

Os estudantes devem tornar-se nativos desta nova cultura universitária, tornarem-se membros dela, pois, para eles, isso é uma questão de sobrevivência. A noção de membro [...] permite compreender a necessidade e as condições dessa passagem para o status de nativo. Tornar-se membro, não é apenas tornar-se nativo da organização universitária, é também ser capaz de mostrar aos outros que agora possuímos as competências, que possuímos os etnométodos de uma cultura.

Sobre filiar-se e se tornar um membro, para Dionísio (2004), a filiação é um processo de socialização ao mundo universitário, sendo ela capaz de naturalizar a incorporação das práticas, o funcionamento e as regras institucionais e intelectuais. Dessa forma, a filiação apenas torna-se legítima quando o estudante se torna um membro competente da Universidade.

Com as rupturas geradas pela transição do Ensino Médio para o Ensino Superior,

o estudante sente a necessidade de criar laços nesse novo ambiente como uma forma de se manter no curso. Geralmente, as experiências durante o primeiro ano no ambiente universitário têm uma importância para a permanência no Ensino Superior e para o sucesso acadêmico do estudante. Além disso, os estudantes que se integram academicamente e socialmente desde o início do curso têm mais chances do crescimento intelectual e pessoal do que aquelas que passam por dificuldades nessa transição (TEIXEIRA et al., 2008).

Em relação à permanência associada à socialização, a evasão no Ensino Superior é mais provável para os estudantes que estão insuficientemente integrados academicamente e socialmente à Universidade (POLYDORO et al., 2001). De acordo com o Modelo de Integração do Estudante proposto por Tinto (1975), a integração acadêmica e social está relacionada com as decisões de permanecer ou abandonar um curso. A integração acadêmica diz respeito ao sentimento de estar integrado ao ambiente universitário. Já a integração social diz respeito à satisfação pessoal vinculada ao convívio com outras pessoas, sejam elas colegas de curso, professores, funcionários, no ambiente universitário e ao desenvolvimento pessoal ligado a esse convívio. Essa integração acadêmica abrange questões como sobre o estudante, como: sentir-se parte do grupo e sentir-se bem no ambiente universitário.

Essa é a configuração social e biográfica na qual o estudante se depara, desde os primeiros momentos na sala de aula ou nos corredores, com a sinalização clara e cotidiana do seu grupo de convívio, mesmo quando os laços sociais ainda são fracos, expressando a mensagem implícita: agora você é um de nós, mais um colega na turma. Isso é o que uma sociologia fenomenológica chamaria de ingresso no mundo social dos consociados, onde a relação com o coletivo vincula o eu pessoal à experiência simultânea do grupo: “Afirmo, acerca de um tu, que este faz parte do meu mundo social de consociados quando coexiste comigo temporalmente e em comunidade de espaço” (SCHÜTZ, 2018, p. 250).

Conforme Baker e Siryk (1989), haveriam quatro dimensões relacionadas à integração acadêmica: ajustamento acadêmico, que tem relação ao atendimento das demandas educacionais que a instituição oferece ao estudante; o ajustamento relacional-social, que se refere às demandas interpessoais e sociais da vida universitária; o ajustamento pessoal-emocional, que faz referência ao estado psicológico e emocional do estudante; e por último, o comprometimento com a instituição/aderência, que faz referência com a qualidade da ligação entre o estudante e o curso e o estudante e a instituição.

Contudo, essa abordagem sobre a integração acadêmica é excessivamente funcionalista e normativa, se orientando pela lógica dualista de ajuste e desajuste. De fato, a cultura do mundo social dos estudantes, que poderia ser vista como uma subcultura no interior do mundo universitário global, é mais crítica e reconstrutiva, estando baseada em sucessivas crises e adaptações, que são tanto formas personalizadas como construções coletivas compartilhadas. Diante das rupturas geradas pela transição e sendo a integração

como um grande peso na vida acadêmica do estudante universitário, alguns desses discentes, mesmo passando por essas rupturas e tendo dificuldade em adaptar-se e integrar-se, não chegam a abandonar o curso. Assim, permanecer ou abandonar o curso não pode ser compreendido como consequências da integração acadêmica ou de sua falta.

Além disso, a integração ao mundo social da universidade pode ter diferentes interpretações, conforme seja o tempo de experiência, o significado e o sentido da socialização acadêmica. Para os estudantes cujas socializações não foram realizadas no período inicial curso, essas primeiras experiências no ambiente universitário podem não ter tido um peso tão significativo quanto para os alunos que utilizam da socialização como uma maneira de alívio afetivo e de motivação. Para Ferreira (2014, p. 131):

[...] a socialização universitária serve, simultaneamente, como meio de alívio afetivo, pela satisfação emocional e social (amizades, encontros, festas, passeios, sexo, relações amorosas), e como recurso comum e autogerido para a realização bem-sucedida das tarefas acadêmicas e a compreensão dos conteúdos (apresentações em sala de aula, participação em eventos e boas notas).

Nessa visão da socialização como alívio afetivo, os estudantes com trajetórias de socialização que ocorreram de uma maneira mais lenta, desenvolvem estratégias para substituir o alívio afetivo proporcionado por essa socialização entre pares, como a socialização individualizada, isto é, menos grupal, porém intenso e extremamente significativo, através da figura de uma pessoa que se configurou como um “outro significativo” crucial para a evolução pessoal e acadêmica.

A partir do que foi discutido acerca da socialização no Ensino Superior, bem como os estágios de adaptação, podemos inferir que criar e manter laços de amizade durante o curso é de fundamental importância para a permanência, sendo, dessa forma, a socialização uma questão de sobrevivência no Ensino Superior. Ferreira (2014, p. 118) traz a discussão sobre a sobrevivência acadêmica:

A sobrevivência acadêmica dos estudantes, de fato, depende do seu engajamento cognitivo e social no meio ambiente universitário, com a construção de estratégias de aprendizagem e com investimento em processos de socialização, efetivamente orientados mais por relações sociais, pessoais e coletivas, do que institucionais. Adaptar-se simultaneamente às exigências cognitivas e relações sociais de ensino superior, contando com os amigos, colegas, colegas e professores, para suprir as deficiências organizacionais, não é uma “escolha” dos estudantes: a maioria descobre rapidamente que é a única chance de sucesso real nos seus projetos de estudo e de formação profissional.

Corroborando com Ferreira (2014), Medeiros (2018, p. 108) traz a discussão acerca da socialização como forma de sobrevivência acadêmica, sendo ela uma contribuição para o sucesso acadêmico dos estudantes, pois, “no cerne das relações que estabelecemos com nossos pares, encontramos ferramentas indispensáveis para sobreviver à universidade”. Dessa forma, ainda de acordo com Medeiros (2018), é por meio dessas relações que há um fortalecimento na adaptação a esse novo ambiente, além de que a socialização promove

a afetividade, o apoio, o conforto e também o alívio emocional, que são fundamentais para amenizar a trajetória árdua que é ser estudante.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido acerca da socialização no Ensino Superior, é possível levantarmos alguns pontos que foram fundamentais nessa discussão. O primeiro ponto a ser levantado é acerca da importância de se compreender os efeitos desestabilizadores da experiência de transição do Ensino Médio para o Ensino Superior. Paralelamente ao desequilíbrio acadêmico e social vivido intensamente nesse período de passagem, como tempo de adaptação ao novo meio e reconstrução pessoal, que é cognitiva e emocional, o primeiro ano do estudante na instituição universitária é crucial para a sua permanência produtiva e para a perspectiva de conclusão do curso.

Assim, essa transição entre essas duas etapas de ensino, ensino médio e ensino superior, é marcada por diversas rupturas e crises que podem levar ao abandono precoce do curso. Mas, também há processos nessa reconstrução e adaptação social ao meio ambiente universitário, mediado e reforçado pelo grupo de colegas que orientam uma autêntica ressocialização acadêmica, como guias práticos e informais sobre a vida cotidiana na universidade, favorecendo, através desse convívio com pares, a confiança e a capacidade de permanência nos estudos. Para que isso ocorra, o estudante também se utiliza dos seus artifícios personalizados, como a criação de modos próprios ou a reinterpretação de estratégias de colegas, meios com os quais se adaptam à nova realidade acadêmica.

Mas essas experiências pessoais também servem como fonte de relatos e interações com outros estudantes, compartilhando e ampliando o que se poderia chamar de capital social do estudante, configurando uma rede de grupos e contatos que legitimam o seu pertencimento à comunidade. Uma das estratégias é a busca de laços duradouros com os seus colegas de curso, com os quais estabelece relações de confiança, de lealdade e de trocas entre camaradas, nas tarefas estudantis e nas demonstrações de afeto desinteressado, podendo chegar à identificação com ideologias políticas e com a cultura profissional do mundo do trabalho. Na dimensão emocional, como contraponto afetivo aos momentos de frustração e tristeza, essas amizades são capazes de gerar e reforçar sentimentos profundos de alívio, de segurança e de orgulho nos estudantes.

A criação desses laços de solidariedade, que constituem o cerne da afetividade da socialização acadêmica, que pode ser vivida com baixa intensidade emocional, buscando antes o pragmatismo do bom desempenho das tarefas estudantis, pode ser igualmente vivido como um aprendizado moral prático. Entre colegas de curso, a convivência com outros estudantes geralmente leva a novas amizades, novos momentos de aprendizagem

social, de reconhecimento do valor da colaboração e da alteridade, de se sentir parte de uma rede de apoio, com sentidos e significados muito além dos objetivos acadêmicos.

Mesmo no seu sentido funcional, é a partir da socialização que os estudantes encontram uma forma eficaz de sobreviverem às provas, ao excesso de conteúdo e até mesmo para sobreviver aos seus problemas pessoais, superando as frustrações, as culpas e a vergonha de fracassos. Mas também, como efeito da experiência de uma socialização bem-sucedida com seus pares que os estudantes encontram seu espaço próprio para os momentos de justo orgulho, de júbilo e de reconhecimento de suas realizações.

Concluindo, é de extrema importância que se façam investigações sociológicas que compreendam os sentidos e as práticas da vida estudantil cotidiana, visto que a partir delas, é possível conhecer como os estudantes constroem as formas de adaptação e de sobrevivência no meio ambiente da universidade. É a partir dessas pesquisas sobre as vivências significativas, isto é, com meios e propósitos conhecidos (permanência e conclusão do ensino superior), que podemos conhecer os sentidos objetivos e subjetivos dos estudantes. É também com pesquisas baseadas nas interpretações e na autenticidade compreensiva das experiências sociais dos estudantes, que se possa pensar em formas institucionais de apoio para melhorar as suas trajetórias produtivas na Universidade.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Pedro. Para uma teoria da socialização. Sociologia, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXI, 2011, p. 121-139.

BAKER, Robert; SIRYK, Bohdan. **SACQ Student adaptation to college questionnaire: Manual**. Los Angeles (CA): Western Psychological Services, WPS, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. A sociedade como realidade. In: **A construção social da realidade tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, Editora Vozes, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação/**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Dados do Censo da Educação Superior 2015**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018

COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Alvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: EDUFBA, 2008. 278 p.

DIONÍSIO, Bruno Miguel. Sentidos estudantis da formação acadêmica. **Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia**. Braga, 2004.

FERREIRA, Adir L. Socialização na universidade: quando apenas estudar não é o suficiente. **Educação em Questão**, Natal, v. 48, n. 34, jan. /abr., 2014.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean . **A cultura-mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MEDEIROS, Marília do Vale Góis Pacheco; COSTA, Jennifer Juliana Barreto Bezerra; FERREIRA, Adir Luiz. **A socialização universitária e suas faces: um olhar mais próximo de uma estudante e suas (dês) motivações**. XXVII Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica – CIC UFRN. Natal, 2016. Disponível em: <<http://cic.propesq.ufrn.br/trabalhos.php###resultado>> Acesso 09/05/2020

MEDEIROS, Natalia Cristina de. **A socialização extraclasse e extrauniversidade como estratégia de sobrevivência acadêmica de estudantes do ensino superior na UFRN**. 2018. 118 f. Dissertação (mestrado em educação) - Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge et al. **Desenvolvimento de uma escala de integração ao ensino superior**. Psico-USF, 6, 11-17, 2001.

SCHÜTZ, Alfred. **A construção significativa do mundo social**. Uma introdução à sociologia compreensiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

SILVA, Edilene Dayse Araújo da. **Quando desistir não é uma opção: socialização e estratégias de permanência de estudantes populares da UFRN**. 2017. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

TEIXEIRA, Marcos Antônio Pereira et al. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE)**, Uberlândia, v. 12, n. 1, Jan./Jun., 2008

TINTO, Vicent. **Drop-out from higher education**: Theoretical synthesis of recent research. Review of Educational Research, 45, 89-125, 1975.

TURNER, Jonathan H. **On the origins of human emotions**. Redwood City (CA): Stanford University Press, 2000.

HABITAÇÃO RIBEIRINHA EM MANACAPURU: ESTUDO DAS VEDAÇÕES DOS ENCAIXES POR PROTOTIPAGEM RÁPIDA

Data de aceite: 30/07/2020

Ana Carolina Sevzatian Terzian

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Presbiteriana Mackenzie
São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/3749438034102323>

Célia Regina Moretti Meirelles

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Presbiteriana Mackenzie
São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/3880984768964028>

Este trabalho fez parte do Programa Institucional de Voluntariado em Iniciação Científica (PIVIC) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). As autoras agradecem ao Mackpesquisa.

RESUMO: Devido a maior disponibilidade de novas tecnologias, sobretudo das máquinas de corte *CNC* (*Computer Numerical Control*), e a partir da análise das técnicas construtivas já existentes, essa pesquisa busca promover uma investigação sobre novas possibilidades técnico-construtivas para o sistema de vedação e de sua subestrutura nas habitações ribeirinhas da Amazônia. Há também a intenção fortalecer o debate desse assunto na área acadêmica, visando uma maior inclusão da arquitetura

ribeirinha como área de estudo de aplicação das tecnologias digitais. A partir de uma investigação teórica e da experimentação prática realizada por meio da confecção de modelos em papel-cartão cortados por uma máquina de corte à laser, nesta pesquisa buscou-se desenvolver um sistema de vedação e sua subestrutura que garantisse estabilidade, durabilidade e conforto em nas habitações, respeitando o ciclo dos materiais empregados.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Ribeirinha, Prototipagem Rápida, Fabricação Digital.

RIVERSIDE HOUSING IN MANACAPURU: STUDY OF SEALINGS FOR RAPID PROTOTYPING

ABSTRACT: Due to the greater availability of new technologies, especially *CNC* (Computer Numerical Control) machines, and from the analysis of existing construction techniques this research seeks to promote an investigation about the new technical-constructive possibilities that these technologies can exert for the sealing and sealing sub-structure of the riverside housing of the Amazon. This research attempts to enhance the debate of this subject in the academic area, aiming at a greater inclusion of the riverside architecture as an application area for digital

technologies. From a theoretical investigation and the practical experimentation carried out through the manufacture of lasercut paperboard models, this research aimed to develop a system of sealing and its sub-structure that guarantees stability, durability and comfort, thus leading to a better quality of life, as well as a technical-constructive approach that respects the cycle of the materials used.

KEYWORDS: Riverside Architecture, Rapid Prototyping, Digital Manufacturing.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com o censo realizado pela Fundação João Pinheiro (2017), existia em 2015 um déficit habitacional de “6 milhões e 186 mil” (“9,3%”) residências, incluindo habitações precárias, coabitação familiar e famílias cuja renda é comprometida em mais de “30%” com aluguéis, bem como adensamento excessivo em imóveis alugados. A região norte apresentou o maior percentual do déficit habitacional do país, “12,8%”, sendo as maiores defasagens no Pará, de “306 mil”, e no Amazonas de “147 mil” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017).

A Amazônia, entendida como um bioma, é um conjunto de ecossistemas que se estende pelos países Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, sendo sua área no Brasil equivalente a 4,1 milhões de km². Em todo o seu território, o nível da água chega a variações anuais de mais de doze metros, assim, há forte influência dos rios na vida ribeirinha (BRUGNERA, 2015).

A constante presença da água nas habitações, faz com que as condições de salubridade, conforto e ciclo de vida dos materiais utilizados nas habitações estejam sob ameaça. Essa falta de durabilidade das residências é agravada pela falta de qualidade construtiva das vedações e nos modos de produção.

Além disso, é comum que habitações ribeirinhas não tenham um conforto ambiental adequado, considerando que não apenas as estruturas são feitas em madeira, como também as vedações, sendo essas bastante esbeltas e não apresentando massa suficiente para que ocorra inércia térmica. Devido as dificuldades de acesso a ferramentas adequadas, dificilmente os ribeirinhos se preocupam com painéis de vedação duplos e muitas vezes aplicam telhas de zinco ou alumínio, fazendo com que as temperaturas do interior das residências sejam bastante elevadas. Além disso, nota-se que a população ribeirinha evita a confecção de peças que utilizam encaixes ou sambladuras, havendo a preferência por peças pregadas (MEIRELLES et al, 2015).

As técnicas construtivas adotadas pela população ribeirinha da Amazônia muitas vezes precisam de manutenção constante ou então levam as edificações ao abandono ou substituição devido às enchentes e assoreamento das edificações (MEIRELLES et al, 2015).

Os principais pontos observados por Meirelles et al (2015) na visita *in loco*

relacionados a falta da durabilidade incluem palafitas com suas fundações em madeira enterradas no chão, assoreamento da edificação, a falta de contraventamento levando à perda da estabilidade global, vedações pregadas na vertical, beirais curtos, bem como um pequeno tempo de secagem das madeiras.

Considerando que a falta de durabilidade das habitações está intimamente relacionada à baixa qualidade construtiva das vedações e com o constante contato direto com a água, é válido discutir a aplicação a pré-fabricação digital de peças de vedação e de suas subestruturas como forma de garantir maior precisão e qualidade. A possibilidade da aplicação das tecnologias digitais no panorama das habitações ribeirinhas da Amazônia é fortalecida devido ao fato das construções em madeira terem um potencial natural para a pré-fabricação. Para tal, pode ser defendido a implantação de um laboratório localizado em um ponto estratégico ao longo dos rios, onde pode-se ter uma unidade operacional composta por maquinário de marcenaria, incluindo máquinas *CNC* (Computer Numerical Control), sendo controlada por um computador.

Esses laboratórios poderiam seguir o exemplo operacional do FabLab, um padrão de oficinas que abrigam maquinário para fabricação de projetos pessoais. A iniciativa surgiu em 2002, quando o professor e diretor do *grupo Center for Bits and Atoms* do MIT (Massachusetts Institute of Technology), Neil Gerhenfeld, inaugurou o primeiro FabLab em Boston. A proposta do FabLab era servir como um laboratório de produção pessoal de uso público, com o objetivo de oferecer as ferramentas para se fabricar diversos objetos. Após o sucesso dessa primeira unidade, houve uma proliferação de FabLabs em várias cidades ao redor do mundo, inclusive no Brasil (NUNEZ, 2010).

Comunidades como Manacapuru, que têm uma notável proximidade com núcleo urbanizado e possuem mais de 60.000 habitantes, poderiam utilizar dessa abordagem para melhoria das habitações ribeirinhas já que esses locais poderiam abrigar uma unidade operacional de uma máquina de corte *CNC* subsidiada pelo Estado, na qual haveria o uso livre da máquina pela população, podendo utilizar-se projetos deles próprios ou de outra localidade. Dessa forma, seria possível a utilização de modelos projetados no local ou em qualquer outro lugar do mundo.

Na ausência da implantação desse sistema, o estudo da prototipagem rápida é relevante como método investigativo na produção dos encaixes de vedação, pois estes podem ser reproduzidos com os equipamentos locais já disponíveis para a população ribeirinha da Amazônia, como as serras tico-tico e circular. Dessa forma, esta pesquisa pretende contribuir no desenvolvimento da técnica de construção e montagem da vedação, visando melhor qualitativamente o aproveitamento do ciclo do material de acordo com o aumento da durabilidade das peças e da qualidade destas decorrente de maior precisão em sua fabricação. Assim, apesar de o foco da pesquisa ser a fabricação digital, volta-se o olhar para a tectônica, causando um rebatimento na construção ribeirinha da Amazônia.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Entre as obras acadêmicas que discutem o uso da tecnologia de prototipagem rápida para suprir o déficit habitacional, destaca-se o pesquisador do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Lawrence Sass. Em seus artigos publicados, mostra como concebeu um sistema construtivo pré-fabricado que utiliza a máquina *CNC* como principal tecnologia.

No artigo “The Instant House: A Model of Design Production with Digital Fabrication”, Sass (2006) expôs, juntamente ao pesquisador Marcel Botha, um modelo de produção de residências estruturadas em wood frame com o tempo de construção reduzido. O objetivo da pesquisa era possibilitar que fossem geradas casas customizadas para cidades rurais em um curto período. Em longo prazo, o método deveria ajudar o usuário final a construir uma variedade de peças com diferentes formas por meio de um sistema de produção digital organizado. Dessa forma, as residências construídas manteriam os estilos e técnicas culturalmente arraigadas pela população do lugar. Os resultados encontrados seriam utilizados para suprir o déficit habitacional gerado por desastres naturais em pequenas comunidades, cuja população poderia fazer uso de máquinas de corte *CNC* portáteis para fabricação das peças e construção da residência in loco.

Em um panorama nacional, destaca-se a obra de Wilson Florio, que publicou diversos artigos voltados para tecnologia e arquitetura. No artigo “A contribuição dos protótipos rápidos no processo de projeto em arquitetura” (2007), publicado em conjunto com Mario Lasar Segall e Nieri Soares Araújo. Neste, é ressaltado que a representação física de um modelo digital é fundamental para a avaliação do projeto, tratando-se da materialização do mesmo a partir da tradução de arquivos CAD (*Computer Aided Design*).

Devido ao fato de a pesquisa se referir à arquitetura ribeirinha, é relevante a dissertação de mestrado de Jair Oliveira, “Arquitetura Ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos”, publicada junto à Universidade de São Paulo em 2009. Nela, são abordados os aspectos a partir dos quais se formam as habitações ribeirinhas da região amazônica, além de analisar sua arquitetura e sistemas construtivos. Segundo Oliveira, as residências são construídas sobretudo a partir de duas técnicas construtivas diferentes: as palafitas e os flutuantes (OLIVEIRA, 2009).

As casas sobre palafitas são implantadas nas encostas dos rios ou em terrenos altos em suas margens, enquanto as casas flutuantes são livres da conexão com a terra, permitindo grande flexibilidade do morador ribeirinho sobre o local de implantação, permitindo acesso a outras regiões ou adaptação à flutuação do nível de água nas épocas de cheia e vazante. Essas duas técnicas construtivas refletem as dificuldades de se construir em um local sujeito ao alagamento decorrente das cheias, obedecendo à um ciclo hidrológico (OLIVEIRA, 2009).

Quanto à abordagem do tema das vedações na habitação ribeirinha, destaca-se o relatório técnico-científico “Tecnologia das construções em madeira: Adequação dos

sistemas de fechamento e vedação”, do grupo de pesquisa Sistemas Construtivos na Arquitetura Contemporânea, da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). A segunda pesquisa buscou avaliar o desempenho do sistema estrutural e o desempenho térmico dos painéis de vedação, considerando diferentes materiais de preenchimento entre as placas de OSB, como lã de rocha, lã de vidro, isopor, fibra de coco, argila, bagaço de cana, e suas respectivas adequações com a norma de desempenho NBR 15575: Desempenho de edifícios habitacionais de até cinco pavimentos: Sistemas de vedações verticais externas e internas (2013).

De acordo com o guia francês “Construction de Maisons à Ossature Bois”, existem várias técnicas de produção das vedações, pregadas ou encaixes. Uma solução que pode ser adotada é a sobreposição de tábuas na vertical, conforme mostrado Fig. 1, a esquerda, que diminui a necessidade do uso de montantes para estruturar os painéis de vedação (BENOIT; PARADIS, 2009). Uma técnica semelhante a essa é usada pela população ribeirinha da Amazônia, porém ao invés de as peças de madeira serem conectadas por meio de encaixes, as peças são pregadas entre si.

Ainda de acordo com o guia, outra técnica recomendável é o posicionamento das tábuas de vedação horizontalmente e levemente inclinadas, começando a pregação de baixo para cima e sobrepondo-as em alguns centímetros ou fazendo um encaixe periférico. O posicionamento das tábuas nessa maneira é denominado de “siding” (Fig. 1, a direita) e tem como objetivo de impedir o escoamento de água para dentro da residência, sendo útil também para prolongar a durabilidade do material, pois quando o painel é danificado pelo contato direto com a água, é possível substituir apenas as peças inferiores, evitando a substituição de todas (BENOIT; PARADIS, 2009).

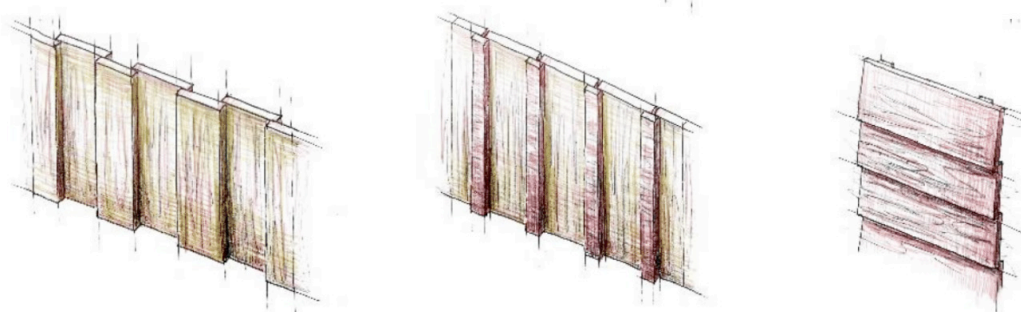


Fig. 1 – Painéis de vedação com tábuas posicionadas na vertical e na horizontal (“Siding”)

Fonte: das autoras, adaptado de BENOIT; PARADIS, 1992.

As vedações necessitam de uma outra estrutura para que consigam permanecer na vertical, tendo em vista o fato de não serem autoportantes. Em geral, são utilizados montantes apoiados sobre o piso ou fixados no teto, funcionando como uma estrutura secundária de vedação. Alternativamente, poderia ser utilizado o sistema americano *wood frame*, que prevê apenas a utilização desses montantes sem que seja necessária uma

estrutura principal. Considerando-se montantes de aproximadamente 6 x 8 cm ou 8 x 8 cm, seria necessário que fossem espaçados entre 40 e 60 centímetros (CHING, 2017).

Em um sistema estrutural que prevê uma estrutura secundária composta por montantes, em intervalos regulares devem ser utilizados contraventamentos para estabilizar o sistema contra a ação constante do vento. No caso de construções em madeira, esses contraventamentos se interligam com as estruturas primárias e secundárias por meio de sambladuras, isto é, ligações inclinadas entre duas ou mais peças de madeira sem que seja necessário a utilização de pregos, parafusos ou quaisquer outras peças de metal (MOLITERNO, 2010).

A execução dessas sambladuras, por vezes, pode se tornar complexa considerando que as peças que a formam necessitam de cortes na diagonal, difíceis de serem executados a partir de ferramentas de corte manuais. O processo de construção de painéis de vedação como os citados acima, bem como o de suas subestruturas, poderia ser consideravelmente agilizado se fossem utilizadas peças pré-fabricadas, sobretudo considerando o auxílio de máquinas de prototipagem rápida.

Existem dois tipos de casas pré-fabricadas disponíveis para os consumidores: casas móveis que saem da fábrica completas e são entregues em terrenos preparados e casas que são fabricadas a partir de componentes fisicamente grandes que são entregues no terreno e montados in loco (DAVIES 2005, *apud* SASS; BOTHA, 2006).

A partir disso, entende-se que uma residência não precisa ser inteiramente pré-fabricada, mas que poderia ter partes mais trabalhosas executadas em outro local e posteriormente transportadas. No contexto das habitações ribeirinhas, essas peças mais trabalhosas seriam as vedações compostas horizontalmente e suas subestruturas com ligações em sambladuras, podendo ter suas placas cortadas por máquinas CNC (Computer Numerical Control).

As máquinas CNC são categorizadas como aquelas que criam objetos a partir da remoção de material de um bloco, chapa ou folha. Seu sistema de funcionamento requer que um usuário prepare um arquivo no programa, coloque o material e envie o arquivo à máquina. Após essa preparação, a máquina corta ou fresa automaticamente o material de acordo com o arquivo (SEELY, 2004).

Dentre as máquinas CNC existem máquinas de diferentes modos de funcionamento, como exemplo, as fresadoras (“*routers*”) e de corte à laser. As máquinas fresadoras retiram material, enquanto as máquinas de corte à laser o fazem a partir do contato da peça com o raio do laser, disparado pela máquina à uma pequena distância. Devido a esses modos de funcionamento, as máquinas de corte a laser são apropriadas para cortar folhas ou placas finas de materiais como madeira, papelão, isopor, plásticos, entre outros e as máquinas fresadoras são adequadas para cortar placas de materiais maiores e mais espessos, como as peças aplicada nos elementos. Assim, para cortar peças de madeira com maior espessura, é favorável que se utilize máquinas fresadoras (SEELY, 2004).

A leitura dessas obras foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa por permitirem a compreensão do panorama geral e detalhamento do tema abordado.

3 | METODOLOGIA

Etapa 1: Levantamento de dados e referências bibliográficas: Leitura de referências de vedações e estrutura de suporte em habitações ribeirinhas internacionais e brasileiras, bem como de habitações sociais feitas com uso de tecnologias digitais, analisando sempre os aspectos econômicos, de conforto, de estabilidade, de durabilidade e de disponibilidade de materiais e ferramentas.

Etapa 2: Estudo para transpor essas técnicas construtivas para a população ribeirinha da Amazônia, de acordo com o material e instrumentos disponíveis.

Etapa 3: Projeto e modelagem de modelos de um encaixe de vedação e subestrutura da vedação que sirvam às condições de estabilidade e durabilidade de melhor maneira, utilizando o software digital de desenho técnico AutoCAD.

Etapa 4: Execução de modelos em papel-cartão na escala 1:10 baseados na modelagem, usando a máquina de corte à laser Glorylaser GLC 1080 (Fig. 2), disponibilizadas pelo Laboratório de Prototipagem Rápida da UPM.

Etapa 5: Análise dos resultados e síntese dos resultados.

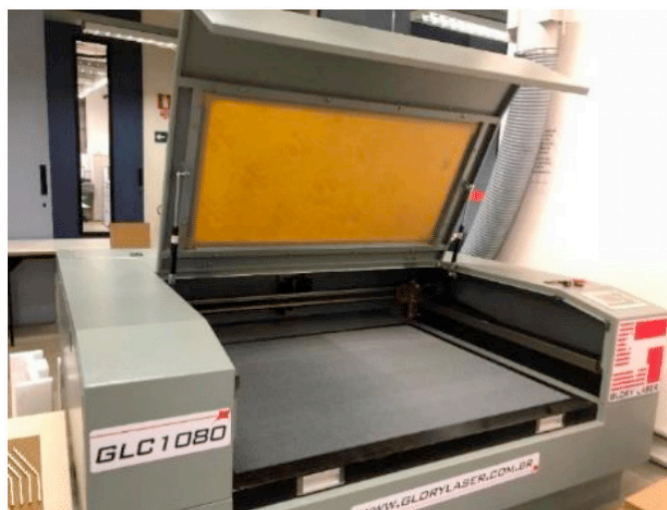


Fig. 2 – Máquina de corte à laser Glorylaser GLC 1080. Fonte: Autora.

4 | RESULTADO E DISCUSSÃO

Para fins do desenvolvimento desta investigação, foram analisadas as possibilidades de levar os métodos construtivos normalmente utilizados na prototipagem rápida para a população ribeirinha na Amazônia. Para tal, inicialmente foram levantados os materiais, os conhecimentos e os instrumentos acessíveis e disponíveis à população ribeirinha, além

dos conhecimentos que seriam necessários para executar os encaixes de vedação e da subestrutura da vedação comumente utilizados pela prototipagem rápida.

No Brasil, os tipos de madeira utilizados na estruturação habitação ribeirinha são de alta qualidade, dureza e durabilidade, como Maçaranduba, Jacareúba ou Itaúba. Para os vedos, normalmente são usadas madeiras mais leves e moles, como a Marupá, o Cedro, o Algelim, o Louro-canela e o Louro-vermelho. Já na cobertura, usa-se madeiras de alta densidade, como o Jatobá. Nos flutuantes, as toras usadas para apoiar a habitação costumam ser feitas em Açacu, enquanto no caso das palafitas, os esteios são de: a Maçaranduba, a Piranheira, ou a Quariquara. Outras madeiras encontradas na Amazônia e comumente utilizadas na construção de habitações são: Pitanheira, Mulateiro, Tachi, Ingá, Espinheira, Muiratinga, Castanheira, Pau-brasil, Samaúma, Faveira, Ipê, Tarumã, Turimã, Acapurana, Abiurana, Cupiúba, Guariuba, Itaubarana, Paracuíba, Seringueira, Taperebá e Ucuúba. Muitas vezes as madeiras utilizadas para a construção das habitações ribeirinhas da Amazônia são retiradas diretamente da natureza, sem tratamento, influencia na sua durabilidade (MEIRELLES, 2015).

O desgaste do material se intensifica pelo contato com a água na cheia dos rios, bem como devido ao posicionamento das tábuas de vedação, que ocorre majoritariamente na vertical como resultado dos menores custos em sua instalação em contraponto do posicionamento horizontal destas. Nota-se que devido ao maior custo relacionado com a instalação horizontal das tábuas de vedação, elas tornam-se sinônimo de alto status social dentro da população ribeirinha, por vezes sendo usadas apenas na fachada como elemento decorativo (Fig. 3).



Fig. 3 - Habitação ribeirinha com vedações executadas a partir de tábuas verticais e horizontais, respectivamente.

Fonte: MEIRELLES, 2015, p. 67.

A fixação dos componentes estruturais e de vedação comumente é realizada a partir de pregos e encaixes, sendo os instrumentos disponíveis para corte das peças escassos e simples, como a serra tico-tico e a serra circular. Assim, buscou-se uma solução de vedação e de subestrutura que pudesse ser reproduzida apenas com o auxílio

das ferramentas disponíveis, sendo utilizado como base para o sistema de painéis de vedação, as vedações de um edifício residencial e de escritórios projetado por um grupo de arquitetos liderados por Alexander Reichel e construído em 1999 em Kassel, na Alemanha. Nele, foram utilizados perfis de madeira cortados de maneira escalonada a fim de apoiar tábuas de madeira que funcionam como vedação (STAIB, 2008).

A partir da análise desse sistema de painéis de vedação de Kassel, foi projetado um painel (Fig.4) que funciona em uma lógica similar, adaptando-o para que pudesse ser facilmente reproduzido pela comunidade ribeirinha da Amazônia, bem como por meio de fabricação digital com o auxílio de máquinas *CNC*.

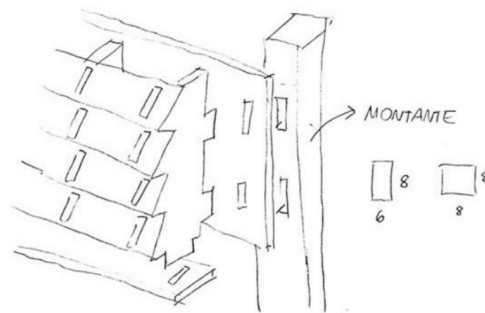


Fig. 4 – Projeto inicial para Modelos de encaixe e subestrutura da vedação. Fonte: das autoras.

Visando uma economia dos materiais e a racionalização da construção, foi proposta a execução de um perfil com apoios inclinados nos quais fosse possível pregar tábuas posicionadas horizontalmente. Esse perfil também trabalha como montante, assim assegurando a estabilidade da vedação ao mesmo em que apoia as tábuas horizontais. Assim, pode-se dizer que essa peça ocupa uma posição dupla: tanto como montante estrutural, quanto como subestrutura de vedação, ocasionando em uma maior facilidade na construção, menor tempo de execução, quantidade de mão de obra e menor quantidade de material. Há também uma maior durabilidade do material, tendo em vista o posicionamento horizontal das placas e à inclinação dos apoios do perfil, que fazem com que as tábuas fiquem levemente rotacionadas, naturalmente fazendo com que a água proveniente da chuva seja rapidamente escoada para fora da residência, garantindo que a vedação fique em contato direto com a água durante um tempo menor.

Para melhor estudar essa solução, foram realizados modelos em papel-cartão na escala 1:10 utilizando o software digital de desenho técnico AutoCAD para que pudessem ser executados pela máquina de corte à laser Glorylaser GLC 1080 do Laboratório de Prototipagem Rápida da UPM (Fig. 5).

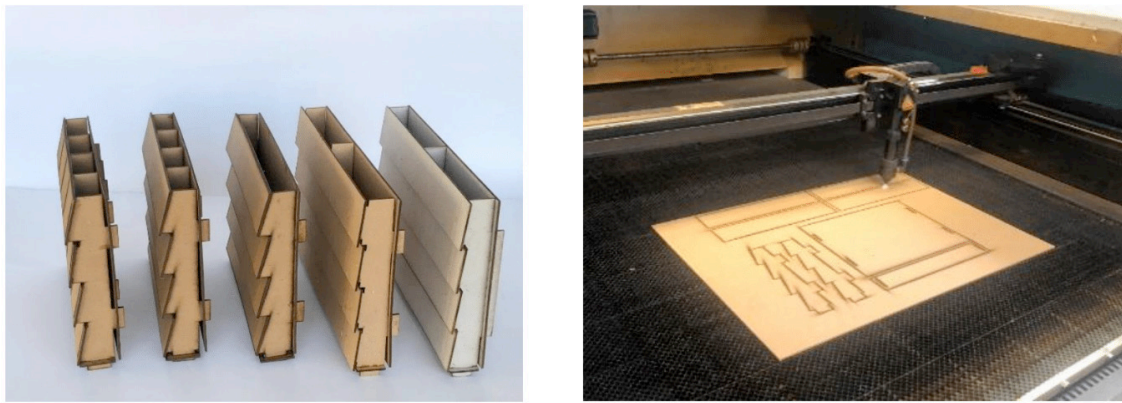


Fig. 5 – Modelos de encaixe de vedação e subestrutura da vedação em papel-cartão escala 1:10 e Máquina de corte à laser Glorylaser GLC 1080 os executando.

Fonte: das autoras.

Visando analisar as diferenças entre os modelos executados, foi elaborada uma tabela (Tabela 1) com as características de cada um deles, a fim de chegar nas melhores condições de reprodutibilidade e eficiência no modelo final.

Modelo	Perfil	Características
		<p>Modelo 1</p> <p>Tábuas horizontais de 2 metros apoiadas em 5 montantes espaçados a cada 0,5m. Presença de encaixes na própria vedação.</p>
		<p>Modelo 2</p> <p>Tábuas horizontais de 2 metros apoiadas em 5 montantes espaçados a cada 0,5m.</p>
		<p>Modelo 3</p> <p>Tábuas horizontais de 2 metros apoiadas em 2 montantes.</p>

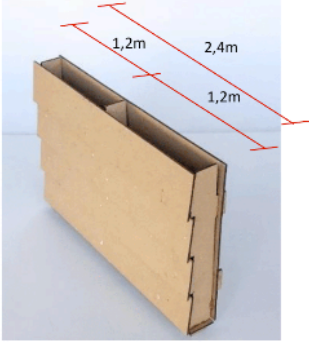

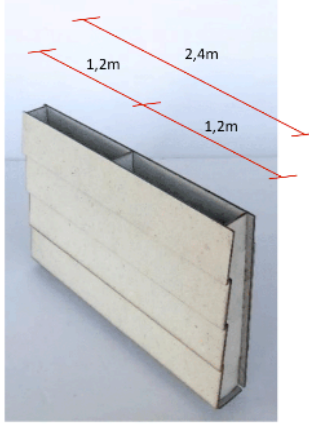

		<p>Modelo 4</p> <p>Tábuas horizontais de 2,4 metros apoiadas em 3 montantes espaçados a cada 1,2 metros. Menor inclinação nos apoios. Existência de relevo responsável por afastar tábuas dos perfis.</p>
		<p>Modelo 5</p> <p>Tábuas horizontais de 2,4 metros apoiadas em 3 montantes espaçados a cada 1,2 metros. Ausência de relevo responsável por afastar tábuas dos perfis. Aumento do comprimento do encaixe traseiro do montante.</p>

Tabela 1 – Análise dos modelos de vedação e subestrutura da vedação.

Fonte: das autoras.

Para os três primeiros modelos executados, foram consideradas tábuas de vedação de dois metros, bem como a inclinação de 15° nos apoios dos perfis. Nos modelos 1 e 2, existem cinco montantes distribuídos ao longo dos dois metros. Nota-se que nesses dois modelos há maior estabilidade na fixação da vedação, enquanto no modelo 3 (sem montante central) as tábuas estão mais propensas a fletir. A inclinação dos encaixes se demonstrou excessiva, tendo em vista a formação de um pequeno vão sob cada dente do apoio, permitindo a passagem de água para dentro da residência, bem como da entrada de pequenos animais. Além disso, no modelo 1 foi proposta a execução de pequenos encaixes retangulares nas próprias tábuas e de um relevo nos perfis que atravessassem as tábuas, fixando-as. Esses encaixes se demonstraram de difícil execução no modelo, conseqüentemente representando uma complexidade excessiva para a reprodução destes na escala real (1:1), sobretudo considerando-se a escassez de instrumentos disponíveis à população ribeirinha. Em uma possível reprodução desse encaixe em escala real utilização uma máquina fresadora *CNC*, também haveria problemas, tendo em vista à dificuldade que as máquinas têm de cortar ângulos de 90°. Assim, optou-se por excluir esse encaixe da tábua no montante, optando-se por pregos.

Na execução do modelo 4, foram utilizadas tábuas de 2,4 metros, respeitando a padronização de modulação do corte de madeira mais comumente utilizada Brasil. Para apoiar essas tábuas, foram inseridos três montantes, tendo em vista que os cinco

montantes utilizados nos modelos 1 e 2 parecem excessivos e os dois montantes utilizados no modelo 3 não garantiram estabilidade suficiente para a parede de vedação. Além disso, houve a diminuição da inclinação dos apoios dos perfis para 3°, fazendo com que não houvesse mais um vão sob cada dente do apoio devido a esse espaço ser preenchido pela espessura da própria tábuas. No modelo 4 também houve a experimentação de adicionar um encaixe ao perfil responsável por afastar tábuas dos corpos dos perfis, gerando menor tensão superficial e evitando maior contato com a água, no entanto, novamente esse relevo se demonstrou de difícil execução.

A partir dessas características observadas, no modelo final, foi mantida a modulação das tábuas de 2,4 metros, a presença dos três montantes distribuídos ao longo da tábuas, bem como a inclinação dos apoios dos perfis em 3°. No entanto, foi excluído o relevo ao perfil responsável por afastar tábuas dos corpos dos perfis, garantindo a facilidade na execução do encaixe com as ferramentas disponíveis para a população ribeirinha, como a serra tico-tico e a serra circular.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa investigação teórica e da experimentação prática realizada por meio da confecção de modelos em papel-cartão cortados pela máquina de corte à laser foi possível desenvolver uma solução de encaixe de vedação que consegue manter as tábuas em um posicionamento horizontal diminuindo o custo e facilitando a pré-fabricação do montante. Devido ao fato de as tábuas serem mantidas na horizontal e com uma leve inclinação, evita-se os custos com manutenção ao longo da vida da construção, bem como o desperdício de material e de mão-de-obra, tendo em vista que após a vedação ser parcialmente danificada pelas cheias dos rios, pode ter apenas suas peças inferiores facilmente substituídas, dessa forma, acaba por ser mais durável e por respeitar o ciclo do material. Além da maior durabilidade, as características do sistema proposto garantem maior qualidade construtiva devido à precisão durante sua fabricação e conforto interno nas residências, ocasionando em uma melhor qualidade de vida da população ribeirinha da Amazônia.

Ademais, a consideração na reprodutibilidade do desenvolvimento desse sistema encaixe da vedação fez com que este possa ser executado utilizando o maquinário de prototipagem rápida, fazendo-se valer da maior disponibilidade dessas tecnologias, sobretudo das máquinas de corte *CNC*, como também podendo ser produzido com o auxílio dos instrumentos locais disponíveis pela população ribeirinha, garantindo facilidade em sua confecção.

É importante ressaltar que por meio dessa investigação há também a fortificação do debate desse assunto na área acadêmica, visando uma maior inclusão da arquitetura

ribeirinha como área de estudo de aplicação das tecnologias digitais, além de causar um rebatimento na construção ribeirinha da Amazônia.

APOIO

PIVIC Mackenzie.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575: Edifícios habitacionais de até cinco pavimentos: Desempenho**. Rio de Janeiro, p. 63. 2013.

BENOIT, Yves; PARADIS, Thierry. **Construction de maisons à ossature bois**. 2. ed. Paris: Eyrolles, 1992. 334 p.

BRUGNERA, Ana Carolina. **Meio Ambiente cultural da Amazônia Brasileira dos modos de vida a moradia do caboclo ribeirinho**, 2015 268 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

CHING, Francis D. K. **Técnicas de Construção Ilustradas**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017. 482 p.

FABLAB LIVRE SÃO PAULO (São Paulo). Prefeitura de São Paulo. **Tecnologia de Fabricação Digital**. 2018. Disponível em: <<http://fablablivresp.art.br/nossas-maquinas>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

FUNDAÇÃO JOSÉ PINHEIRO (Minas Gerais). Governo de Minas Gerais. **Fundação João Pinheiro divulga primeiros resultados do Déficit Habitacional no Brasil relativos a 2015**. 2017. Disponível em: <<http://fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/3930-fundacao-joao-pinheiro-divulga-primeiros-resultados-do-deficit-habitacional-no-brasil-relativos-a-2015>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MEIRELLES, Celia Regina Moretti et al. **Processo construtivo de habitação em madeira: Interfaces e rebatimentos nas populações ribeirinhas do Amazonas**. São Paulo: Adelpa Repositório Digital Mackenzie, 2015. 322 p.

MEIRELLES, Célia Regina Moretti et al. **Tecnologia das construções em madeira: Adequação dos sistemas de fechamento e vedação**. São Paulo: Mackpesquisa, 2011. 290 p.

MOLITERNO, ANTONIO. **Caderno de projetos de telhados em estruturas de madeira**. 4. Ed. São Paulo: Blucher, 2010. 419p.

NUNEZ, Joseph Gabriel. **Prefab the FabLab: Rethinking the habitability of a fabrication lab by including fixture-based components**. 2010. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura, Massachusetts Institute Of Technology, Massachusetts, 2010.

OLIVEIRA JUNIOR, Jair Antonio. **Arquitetura Ribeirinha dobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos**. 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SASS, Lawrence; BOTHA, Marcel. **The Instant House: A Model of Design Production with Digital Fabrication**. In: International Journal of Architectural Computing, vol. 4, nº 4, p. 109-123, 2006.

SEELY, Jennifer C. K. **DIGITAL FABRICATION IN THE ARCHITECTURAL DESIGN PROCESS**. 2004. 77 f. TCC, Master of Science in Architecture Studies, *Massachusetts Institute Of Technology*, Massachusetts, 2004.

STAIB, Gerald; DÖRRHÖFER, Andreas; ROSENTHAL, Markus. **Components and Systems: Modular Construction, Design Structure, New Technologies**. Munique: Detail, 2008. 239 p.

A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O CASO DO ESPAÇO HAROLDO DE CAMPOS DE POESIA E LITERATURA (SP)

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 27/04/2020

Letícia Cassiano dos Santos

Universidade Estadual Paulista

Primavera – SP

<http://lattes.cnpq.br/7013733719467132>

Juliana Maria Vaz Pimentel

Universidade Federal de Grande Dourados

Primavera – SP

<http://lattes.cnpq.br/8046038647041375>

RESUMO: O presente artigo possui como finalidade discutir sobre a importância da educação patrimonial por meio da mediação sociocultural e a forma como um objeto mediado pode interferir diretamente no interesse do público, em apreender de maneira desinteressada, elementos que constituem na valoração do patrimônio cultural por meio do turismo cultural. No caso da presente pesquisa trabalharemos a partir da metodologia pautada em referenciais teóricos e de caráter exploratório, pautando-se na observação participativa no espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura, mais conhecido como Casa das Rosas (SP) que desde 2006 se tornou

patrimônio histórico da cidade de São Paulo. Portanto a mediação sociocultural é uma das formas de se exercer a educação patrimonial por meio do turismo cultural, pois é ela quem será a responsável por dar mais ludicidade ao conteúdo passado pelo mediador no patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial, Turismo Cultural, Patrimônio Cultural, Casa das Rosas.

THE ENHANCEMENT OF THE HISTORICAL HERITAGE THROUGH HERITAGE EDUCATION: CASE STUDY OF “CASA DAS ROSAS”

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the importance of heritage education through socio-cultural mediation and the way in which it is mediated object can directly interfere with the public's interest in apprehending disinterestedly the elements that constitute the valuation of cultural heritage through tourism. In the case of this research we will work from the methodology based on theoretical and exploratory references, based on participatory observation in the Haroldo Campos Field of Poetry and Literature, better known as Casa

das Rosas (SP) which since 2006 has become a heritage site. historical city of Sao Paulo. Therefore, socio-cultural mediation is one of the ways to exercise heritage education through cultural tourism, because it is responsible for giving more playfulness to the content passed by the mediator in cultural heritage.

KEYWORDS: Heritage Education, Cultural Tourism, Cultural Heritage, Casa das Rosas.

1 | INTRODUÇÃO

O turismo cultural é uma atividade que proporciona o intercâmbio de culturas, a troca de experiências, se tornando algo enriquecedor tanto para a comunidade local quanto para o turista, pois como afirma MacCannell apud Costa (2009, p.44):

um gênero de turismo [...] baseado na busca e na participação em experiências culturais novas e profundas, quer estéticas, intelectuais, emocionais ou psicológicas. Muitas formas culturais como museus, galerias, festivais, arquitetura, ruínas históricas, performances artísticas e sítios patrimoniais rotineiramente atraem visitantes. As formas são expressões ou contém expressões de uma ou mais artes de elite, populares ou folclóricas, ou um ou mais estilos de vida - folclórico, histórico ou moderno.

Ao reforçar essa ideia do turismo cultural ser uma importante atividade na busca de conhecer novas culturas, podemos conceber o turismo como sendo uma “atividade ideal para auxiliar na preservação dos bens do patrimônio cultural” (COSTA, 2009, p. 35), podendo se apropriar da educação patrimonial. Afinal a educação patrimonial provém de uma discussão sobre uma percepção de mundo, onde há a valorização do patrimônio cultural (GEDEON, 2014).

Sendo um instrumento que pode ser utilizado no turismo cultural, a educação patrimonial traz consigo diversas formas de ser aplicada, uma delas é por meio da animação cultural definida para Trilla (1997, p. 22,)

El conjunto de acciones realizadas por individuos, grupos o instituciones sobre una comunidad (o un sector de la misma) y en el marco de un territorio concreto, con el propósito de promover en sus miembros una actitud de participación activa en el proceso de su propio desarrollo tanto social como cultural.

É por meio da animação cultural que é desenvolvido o método de mediação sociocultural, instrumento que serve de pauta para a animação cultural (MELO, 2006). A mediação sociocultural é por Oliveira et al. (2005) uma ferramenta fundamental no enriquecer do conhecimento de um indivíduo. São três os tipos existentes de mediação sociocultural, a mediação por imersão, a diretiva e a construtivista (DARRAS, 2009, p.39).

A valorização e difusão do patrimônio cultural é importante, pois é a herança que temos de nosso passado e o que somos hoje e a partir desta noção de valorização que surgiram os seguintes questionamentos: como a educação patrimonial e os recursos interpretativos auxiliam na preservação e valorização patrimonial? De forma empírica, qual a eficácia da educação patrimonial e dos recursos interpretativos para a preservação e a valoração patrimonial?

São com esses questionamentos relacionados a educação patrimonial, que abordamos o objeto deste projeto como sendo o Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura, mas conhecido como Casa das Rosas, localizado na Av. Paulista Nº 37, arquitetado por Francisco de Paula Ramos de Azevedo e construído em 1935, o mesmo possui uma arquitetura clássica francesa e um lindo jardim na parte da frente da casa que atrai diversos visitantes todos os dias (CASA DAS ROSAS, 20--). Essa realidade também nos leva a questionar se os visitantes compreendem o espaço Casa das Rosas como um patrimônio ou só como um espaço de lazer?

A Casa das Rosas é um patrimônio histórico tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, arqueológico, artístico e turístico do estado de São Paulo (CONDEPHAAT) que desenvolve suas atividades utilizando alguns tipos de mediações, contudo segundo a definição de patrimônio material, pode ser considerado também um patrimônio cultural de acordo com o Livro do Tombo e a Constituição Federal de 1988 (artigos 215 e 216) que abrangeu a noção de patrimônio cultural. (CASA DAS ROSAS, [20--]; IPHAN, 2014).

Podemos observá-la na imagem:



Imagem 1 – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura.

Fonte: PUBLISHNEWS, REDAÇÃO, 2017.

Deste modo o enfoque desta pesquisa será a educação patrimonial por meio do turismo cultural e suas possíveis técnicas de realização, auxiliando na difusão e na valoração do patrimônio cultural, sendo o seu objetivo geral confrontar se os tipos de mediações podem contribuir para a educação patrimonial, além de verificar se é um meio de difusão da valoração do patrimônio histórico, em específico do Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura. Dentre esse aspecto, num primeiro momento busca-se realizar um inventário teórico sobre a educação patrimonial. A seguir identificar quais são os recursos interpretativos existentes no local e quais são os recursos de mediações que são aplicados no local. Por fim identificar a relação entre visitante e espaço patrimonial e como essa colabora para a sua valoração.

2 | DISCUSSÃO TEÓRICA

Patrimônio Cultural

Em um breve recorte da linha temporal temos a transição de patrimônio histórico para patrimônio cultural. Com os resultados catastróficos da Segunda Guerra mundial (1939-1945) estudiosos começaram a se preocupar com a restauração desses monumentos e notou-se que esses locais eram cobertos de experiências e vivências humanas e de materiais culturais, fazendo-os pensar que a definição de patrimônio histórico “*representado pelas edificações*” (CHOAY, 2011), era muito mais complexa, pois os monumentos históricos andavam juntos com as vivências humanas que se passam no espaço (FUNARI, 2006).

Portanto, assim como o próprio sentido de patrimônio, o patrimônio cultural também teve seu conceito alterado no decorrer dos anos, pois como afirma Dias (2006, p.67):

o significado da palavra *patrimônio* passou de tesouro artístico, destinado à contemplação por uma minoria de privilegiados, para monumento histórico-cultural, de interesses dos Estados-nação, representativo da identidade nacional que desejava consolidar; posteriormente, passou a representar culturas e, como tal, a ser instrumento de educação universal.

Portanto a partir da sua conceituação atual é possível constatar que o patrimônio cultural é um instrumento para a educação de todos, deixando bem claro a sua importância no presente.

A UNESCO (1972) define patrimônio cultural como monumentos, conjunto de edificações e sítios que trazem consigo “relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências”. Por mais que a UNESCO em 1972 não traga em sua definição a menção do patrimônio cultural imaterial, como a definição de Dias (2006), ela acaba por conceituar bem importância que o patrimônio cultural tem para a humanidade. Contudo nos pautaremos na definição de patrimônio cultural de Dias (2006) por considerarmos mais adequada para a discussão da presente pesquisa.

O patrimônio cultural traz consigo uma enorme riqueza que deve ser explorada e preservada, para que assim ocorra sua valorização e a difusão por meio de ferramentas como o Turismo Cultural, que para Costa (2009, p.39) significa: “tipo de turismo que se estrutura a partir da visitação ou conhecimento, in loco, de recursos de origem cultural” e a educação patrimonial que “constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural” (BRASÍLIA, 2014).

Existem vários órgãos responsáveis por zelar por esses patrimônios no Brasil e no mundo. No Brasil o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi fundado em 13 de janeiro de 1937, mediante a Lei nº 378. Essa lei serviu de extrema relevância para o tombamento e conservação do patrimônio material e imaterial no Brasil. Seu artigo 46 determina que o “serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade

de promover, em todo o país e do modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.”

Assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, os conceitos que orientam a atuação do Instituto têm evoluído, mantendo sempre relação com os marcos legais. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Portanto, o IPHAN surge para proteger e definir ou firmar o significado de patrimônio cultural sendo ele elementos que estão presentes no nosso dia a dia, não necessariamente algo físico.

O IPHAN realiza vários projetos dentre eles o de educação patrimonial que é definida pelo órgão como uma aprendizagem que pode ser formal ou não formal tendo como foco o patrimônio cultural, baseando-se na “construção coletiva e democrática do conhecimento” IPHAN (20--), esta forma de educação faz com que a sociedade aprenda a valorizar cada vez mais o patrimônio cultural que deve ser preservado.

O órgão que protege o objeto de estudo desse projeto - Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura - é o Conselho de Defesa ao Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAT). Esse órgão realiza a mesma função do IPHAN, porém em escala estadual, atuando somente no estado de São Paulo, desde 1968 o órgão já tombou mais de 500 bens, que são importantes para a preservação da cultura do estado de São Paulo. Em seu site é possível realizar a coleta de dados sobre cada bem tombado por eles.

Portanto a importância de ter um órgão com a função de proteger e valorizar o patrimônio cultural é de extrema importância para que se preserve a história do passado para as próximas gerações e para servir de estudo e pesquisa.

Turismo Cultural

O turismo moderno fez com que as razões dos deslocamentos se tornassem as mais variadas, esses foram determinantes para as segmentações do turismo (COSTA, 2009, p.37). Esse fenômeno da globalização facilitou o intercâmbio entre diferentes culturas, que em sua etapa final pode provocar o encontro dessas por meio do turismo e ainda sim, promovendo-o. Este fenômeno também provocou a necessidade de se identificar e reforçar a identidade cultural de cada país (DIAS, 2006, p.35).

Consolida-se assim, umas das segmentações: o Turismo Cultural que é definido por Dias (2006, p.39):

uma segmentação do mercado turístico que incorpora uma variedade de formas culturais, em que se incluem museus, galerias, eventos culturais, festivais, festas, arquitetura,

sítios históricos, apresentações artísticas e outras, que identificadas com uma cultura em particular, fazem parte de um conjunto que identifica uma comunidade e que atraem os visitantes interessados em conhecer características singulares de outros povos.

Portanto, o turismo cultural faz com que a cultura singular de cada indivíduo seja uma espécie de moeda de troca onde todos saem ganhando. O turismo cultural é dado como fundamental pois ele trata de herança cultural e de patrimônio que pode ser visto como fonte de renda para a comunidade local e como experiências novas culturais, intelectuais etc., para a comunidade externa, ou seja, os turistas (DIAS, 2006).

Barreto (2007, p.87) define turismo cultural como sendo toda a segmentação do turismo que não foca na natureza, mas sim na “cultura humana, que pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer dos aspectos abrangidos pelo conceito de cultura.” A autora define de maneira bastante sucinta o conceito de turismo cultural diferente de Dias, que aborda além dos pontos citados por Barreto, a singularidade de cada cultura, motivo pelo qual se atraem muitos turistas a conhecer uma nova cultura.

Educação patrimonial

Como já citado neste projeto, Dias (2006) afirma que fenômeno da globalização fez com que surgisse a necessidade de firmar as identidades culturais, afinal com o mundo mais conectado há uma perda na autenticidade, acontecendo a mistura e a sobreposição de culturas, resultando um esquecimento do passado (BISPO, 2016). Em contrapartida vem a educação patrimonial que segundo Porta (2012, p.81):

visa promover tanto a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural como a utilização desse patrimônio como fonte de conhecimento e aprendizado. Instrumento importante de sensibilização da sociedade, busca estimular e qualificar sua participação na preservação do patrimônio cultural.

Portanto, é por meio da educação patrimonial que o resgate ao patrimônio cultural e a sua valorização acontecem e são resultados da educação patrimonial a “alfabetização cultural” fazendo com que o indivíduo possa interpretar o mundo ao seu redor levando em conta a cultura e a linha do tempo histórica que faz parte (HORTA et al., 2015).

A educação patrimonial pode ser realizada de diversas formas, assim como afirma Horta et al. (2015), independente da forma como ela é aplicada o seu objetivo principal é “provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural [...], que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva.” Uma das formas de se aplicar a educação patrimonial é por meio da Animação Cultural que segundo Choay (2011):

Geralmente do interior do edifício que ela se propõe tirar de sua inércia para torná-lo mais consumível, considerando insuficiente a apropriação pessoal. Seu método é a mediação: Facilitar o acesso às obras por intermediários, humanos ou não. Uma hierarquia complexa conduz da mediação com efeitos especiais aos comentários audiovisuais, passando pela reconstituição de cenas históricas imaginárias, recorrendo-se a atores, manequins, marionetes ou imagens digitais.

É na mesma linha de raciocínio que Oliveira et al. (2005) vem definindo mediação sociocultural como “uma estratégia abrangente” e ainda afirma que “é fundamental na perspectiva do reforço do diálogo intercultural e da coesão social”. Ambos os autores conseguem trazer a mediação como meio enriquecedor de conhecimento para se exercer a educação patrimonial. Portanto, é importante frisar os três tipos de ser praticar a mediação sociocultural, sendo eles o método imersivo, o diretivo e o construtivista que por Darras (2009, p.39) é definido sucintamente como:

imersão:(o processo de mediação se faz de maneira não-formal no meio cultural;

diretivo: a mediação é um dispositivo formal de transmissão de conhecimentos “eruditos”, portanto que descendem “daqueles que sabem” para “aqueles que não sabem); e

construtivistas: as mediações são negociações que implicam interativamente os parceiros de troca.

Logo a mediação por imersão se dá sem a presença de um mediador, contudo é realizada com auxílio de placas e panfletos informativos por exemplo; já a mediação diretiva se dá com a presença de um mediador e é mais conhecida por ser o método mais tradicional, onde o apenas o mediador dispõem do conhecimento, entretanto em sua forma mais rica pode tanto o mediador quanto o público já trazerem um conhecimento e trabalharem assim em conjunto (DARRAS, 2009) e por último, a mediação construtivista se dá por meio da construção do conhecimento entre o público e o mediador.

Todas as formas de mediação agregam conhecimento e enriquecem o indivíduo, tanto na presença, quanto na ausência de um mediador, profissional responsável por atuar “como uma ponte entre margens opostas, como um elo de ligação entre narrativas forjadas em contextos diferenciados.” (OLIVEIRA et al., 2005).

3 | METODOLOGIA

Para a escrita deste artigo foi utilizado como método de pesquisa, a pesquisa bibliográfica por meio de sites, livros e artigos, que segundo Gil (2010, p.29) é:

elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet.

Esta, serviu para compreender melhor a ligação entre turismo cultural, patrimônio cultural e educação patrimonial.

Foi realizada também de caráter exploratório, a observação participativa, essa técnica de pesquisa “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar os fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (MARCONI; LAKATOS, 2001, p.107). Essa foi realizada em três partes:

uma enquanto visitante sem a presença de um mediador; outra como visitante na presença de um mediador e, por fim, passando a exercer a função de mediador, momento que houve a oportunidade de constatar as diferentes visões e formas que o Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura permite a partir da mediação. Cabe ressaltar que na última etapa do trabalho de campo aplicamos a mediação diretiva diferenciada.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados preliminares demonstram que a partir das três visitas com o intuito de apreender as visões e percepções dos visitantes do local utilizando a metodologia da observação participante que: na primeira observação (sendo visitante sem a presença de um mediador) foi possível observar que as informações sobre a história do local, são apresentadas em placas diminutas, com letras pequenas que não facilitam a leitura do visitante. De uma forma geral o público que ali frequenta o espaço vai com o objetivo de tirar fotos, apreciar a vista do local e sua arquitetura, não acontecendo a valorização do patrimônio e não há nenhum incentivo presente que mostre por meio dessas placas presentes a educação patrimonial.

Na segunda etapa da observação participante havia a presença de um mediador e notou-se que o uso da mediação diretiva, onde apenas o mediador tem o conhecimento, ocorreu de forma lúdica. Neste momento é perceptível que a educação patrimonial está sendo realizada, pois a todo o momento o mediador relata que ali é um patrimônio que precisa ser preservado e valorizado, explicando até quais são os órgãos responsáveis por preservar o espaço. Durante essa observação foi perceptível notar que quando o público já traz consigo uma bagagem cultural, o entendimento sobre o local fica mais acessível, embora a presença do mediador possibilite agregar maiores informações ao público durante o roteiro dentro da Casa das Rosas e a valoração desse patrimônio cultural.

Na terceira e última etapa, pudemos exercer o papel de mediador, realizamos a aplicação da mediação diretiva diferenciada, momento em que o público pode apreender de maneira desinteressada em seu tempo de lazer curiosidades sobre a história do local ou, até mesmo, sobre as rosas presentes no local e que dão referência à Casa das Rosas, acontecendo dessa forma, a educação patrimonial e como resultado a valoração do patrimônio cultural.

Para essa mediação foram emitidas dicas em formato de poemas recitadas pelo grupo mediador. Nesse momento da mediação diretiva diferenciada, a partir do uso de histórias e informações presentes nos poemas e nos cômodos da casa, o público buscava adivinhar qual espaço iriam visitar. Com isso, pudemos verificar, que quanto mais lúdica é a mediação, mais o público fica instigado a adquirir informações sobre o local da visita. Dar atenção aos detalhes e trabalhar com os sentidos dos visitantes fez com que tudo se

tornasse mais prazeroso, inclusive a questão do aprender no tempo livre.

Essa experiência possibilitou verificar que a mediação diretiva diferenciada por ser realizada de forma lúdica se torna mais interessante e recreativa já que o público espera uma mediação tradicional, como geralmente ocorre em outros espaços, como por exemplo, visitaç o em museus.

Todas as etapas da observa o foram importantes para demonstrar o que o p blico espera aproveitar do espa o, e que est o dispostos a absorver de forma interativa as informa es presentes nos espa os por meio da educa o patrimonial realizada a partir da media o diretiva diferenciada que comp em a Casa das Rosas. Nesse sentido, os resultados alcan ados demonstram que quando o p blico j  traz uma bagagem cultural ao realizar uma media o diretiva diferenciada conseguem aprender muito mais sobre o local, e a mesma, quando realizada de forma criativa, faz com que tudo se torne ainda mais prazeroso auxiliando ainda mais na fixa o do que foi passado durante a media o.



Imagem 2: Aplica o da media o diretiva diferenciada.

Org.: SANTOS, Leticia Cassiano, 2016.



Imagem 3: Final da mediação diretiva diferenciada no Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura.

Org.: SANTOS, Leticia Cassiano, 2016.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados da observação participativa e referências bibliográficas verificou-se que por meio da mediação diretiva diferenciada é possível adquirir conhecimento de forma desinteressada, ocorrendo de maneira bem-sucedida a valorização do patrimônio por meio da educação patrimonial. O mediador é a elo entre o conhecimento, público e objeto mediado, é nessa intermediação que se encontra a importância da sua função, pois quando uma mediação é realizada com eficácia o indivíduo pode desenvolver ainda mais seu senso crítico a partir de questionamentos e estímulos realizados durante a visita mediada.

O Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura, mais conhecido como Casa das Rosas, tornou-se um patrimônio histórico cultural de São Paulo e serviu como objeto de estudo para a escrita desse artigo, pois traz consigo grande valor a ser agregado ao público que o visita, tanto pela sua arquitetura, quanto pelo seu valor histórico, sendo um

dos únicos casarões restantes da Avenida Paulista (SP). Ademais é um local que tem ainda muito o que melhorar com seus métodos de se realizar a educação patrimonial, já que recebe milhares de turistas durante o dia.

A forma como é realizada a interação entre o espaço e o público se realiza por meio da mediação diretiva tradicional, (aquela onde apenas o mediador possui o conhecimento sobre o local por meio da educação patrimonial), isto é, quando solicitado uma visita técnica ou para turistas também, quando não, o público realiza por si a mediação, ou seja, acontece uma mediação por imersão, consultando apenas informações presentes no espaço, que pouco leva o público a compreender e descobrir curiosidades sobre o espaço, sendo esta uma prática da educação patrimonial não tão eficiente, fazendo com que os visitantes não extraiam todo o potencial cultural e histórico existente na casa. Devido a essa realidade, surge a importância do desenvolvimento da mediação diretiva diferenciada que pelo uso de poemas e métodos recreativos o público descobre de forma lúdica aspectos históricos e cultural do local.

Independentemente de ser diretiva, a mediação acaba por se tornar prazerosa, abrindo a imaginação do público que acaba voltando a momentos históricos que estão presentes na casa. Ao final da mediação, o público assiste a uma apresentação musical executada pelos mediadores, cujo nome da banda é: "Boa Pessoa - A banda mais bonita da cidade" - as letras das músicas contam a história da Casa das Rosas.

Dessa forma, a observação participativa nos possibilitou verificar a diferença entre a mediação diretiva tradicional e a mediação diretiva diferenciada, em que esta possibilita maior envolvimento do público com o espaço e com o mediador. A mediação diretiva diferenciada pode ser realizada pelo bacharel em turismo e técnico em lazer que possui conhecimento sobre o amplo caminho existente nas diferentes formas educação patrimonial. Dessa forma, os estudos na área da educação patrimonial ainda necessitam ser mais explorados no âmbito acadêmico, para que assim, possa haver a valorização do patrimônio, como forma de conhecermos nossa história e a história de outros povos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarita. **Cultura e Turismo: Discussões Contemporâneas**. Campinas, SP: Papyrus editora, 2007.

BISPO, Luana Maria Cavalcanti. A educação patrimonial e suas práticas de incentivo às culturas locais. **Revista Simbiótica**, Espírito Santo, v. 3, n. 1, p.76-99, 16 fev. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/viewFile/14619/10256>. Acesso em: 01 jun. 2019.

CASA DAS ROSAS. **Institucional**. Apresenta informações sobre o histórico do local. São Paulo: Casa das Rosas, [20--]. Disponível em: <https://www.casadasrosas.org.br/institucional/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: Interpretação e qualificação**. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação da Liberdade/ Editora Unesp, 2011. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=Im-D_C&oi=fnd&pg=PA11&dq=patrim%C3%B4nio+hist%C3%B3rico&ots=80SwwdDxKK&sig=wCFZBSFmDcK1nFsbm_ZiLOLzn9A#v=onepage&q=patrim%C3%B4nio%20cultural&f=false. Acesso em: 02 jun. 2019.

DARRAS, Bernard. **As várias concepções da cultura e seus efeitos sobre os processos de mediação cultural**. In: BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane (Org.). *Arte/educação como mediação cultural e social*. São Paulo: UNESP, 2009, p.23-52.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: Recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **TIPOS DE OBSERVAÇÃO SEGUNDO CRITÉRIOS ESPECÍFICOS**: A técnica de observação se classifica em tipos distintos, segundo critérios específicos advindos da própria atuação do pesquisador. 20--. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/regras-abnt/tipos-observacao-segundo-criterios-especificos.htm>. Acesso em: 06 jun. 2019.

FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=KwzuluPDH_DoC&oi=fnd&pg=PA7&dq=patrim%C3%B4nio+hist%C3%B3rico&ots=QKQ4WciXYk&sig=GNcB-ws9z7PMRIMW_WH0z_9iR7k#v=onepage&q=patrim%C3%B4nio%20hist%C3%B3rico&f=false. Acesso em: 02 jun. 2019.

GEDEON, Leonardo. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PAULO FREIRE**: Análise das contribuições epistemológicas da concepção pedagógica libertadora a partir das experiências educativas no Sul do Brasil. 2014. 4 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Florianópolis, 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1602-0.pdf. Acesso em: 03 jun. 2019.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et al. **Guia básico da educação patrimonial**. Brasil: Iphan, 2015. 58 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 01 jun. 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (iphan). Ministério da Cidadania. **Educação Patrimonial**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 02 jun. 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (iphan). Ministério da Cidadania. **Patrimônio Material**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em: 02 jun. 2019.

LEITE, Teodora. As metodologias da animação e mediação sociocultural na reeducação e reintegração social de menores. **Mulemba**, [S.l.], n. 59, p.161-184, 1 maio 2015. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/mulemba.390>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/390>. Acesso em: 03 jun. 2019.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MELO, Victor Andrade. *A animação cultural: conceitos e propostas*. Campinas: Papirus, 2006.

OLIVEIRA, Ana et al. **A mediação sócio-cultural**: Um puzzle em construção. Lisboa: Alto-comissariado Para A Imigração e Minorias Étnicas (acime), 2005. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Estudo+14.pdf/526ae9d4-de4b-4a7f-be41-224ded16e9cb>. Acesso em: 01 jun. 2019.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: Diretrizes, linhas de ação e resultados. Brasília: Iphan/monumenta, 2012.

POZZER, Márcio Rogério Olivato. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Revista Historiador**, Porto Alegre, v. 10, n. 10, p.165-177, 10 mar. 2018. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador/dez/11marcio.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

TURISMO MOVIMENTA RODA DA ECONOMIA NO BRASIL E NO MUNDO. Londrina, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/turismo-movimenta-roda-da-economia-no-brasil-e-no-mundo-1028761.html>. Acesso em: 02 jun. 2019.

TRILLA, Jaume. **Concepto, discurso y universo da animación sociocultural**. In: TRILLA, Jaume. *Animación sociocultural: teorías, programas y âmbitos*. Barcelona: Ariel, 1997. p. 13-39.

ANDROID-GYNE: PERFORMANCE, GÊNERO E LIMINARIDADE

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 27/05/2020

Ana Beatriz Barreira Leite

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Tocantins
Gurupi – TO

<http://lattes.cnpq.br/9219206078114499>

Romário Cosme da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Tocantins
Gurupi – TO

<http://lattes.cnpq.br/3641770432539424>

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir e relativizar as questões de gênero e sexualidade. O tratamento das discussões que geraram a performance “Android-Gyne”. Enquanto discussão teórica, visamos relacionar os limites entre as representações de gênero na liminaridade, conceito cunhado por Victor Turner (2005, 2008). Compreendemos estas relações dinâmicas, onde “o que é de fato” neste momento, se transforma, se liquefaz, se extingue, como no título de Marshall Berman - Tudo que é sólido desmancha no ar (2007). Os pensamentos e as verdades absolutas se “desmancham” na liquidez da contemporaneidade. Partindo deste

princípio de liquefação conceitual às próprias amarras das noções de gênero sexuais são rompidas e reordenadas. A discussão segue apropriando-se de uma linguagem performática que foi, desde sua gênese, política e revolucionária, o movimento transformista, conhecido como movimento *Queer* bem como o movimento *Camp*. A crescente onda do pensamento conservador se choca de frente com a gradativa apropriação do espaço do “antigo/novo” movimento Drag Brasileiro. Novamente as relações fluídas de gênero estão sob os holofotes e desmontam as próprias compreensões do que é ser/ser, parecer/ser ou até mesmo vestir/ser. É deste emaranhando de liminaridades que surge, no âmbito do curso de Licenciatura em Artes Cênicas do IFTO – Campus Gurupi, as movimentações teóricas para a criação da performance ora apresentada. Movidos por estas discussões, construímos este experimento, apresentado nas dependências do campus, a fim de que gerássemos discussões acerca da pluralidade e fluidez das noções modernas de gênero. Em suma pretendemos nos questionar sobre o fato de que: se vivemos numa contemporaneidade fluída, o que ainda nos condiciona enquanto sociedade a vivenciarmos tantas situações onde o gênero é utilizado como ferramenta de

avaliação e opressão.

PALAVRAS - CHAVE: Sexualidade; Gênero, Performance e Liminalidade.

ABSTRACT: The present work aims to discuss and relativize gender and sexuality issues, deals with the discussions that generated the performance “Android-Gyne”. As a theoretical discussion, we aim to relate the limits between gender representations in liminality, a concept coined by Victor Turner (2005, 2008). We understand these dynamic relationships, where “what is in fact” at this moment, transforms, liquefies, extinguishes, as in the title of Marshall Berman - Everything that is solid breaks in the air (2007). Absolute thoughts and truths are “falling apart” in the liquidity of contemporaneity. Starting from this principle of conceptual liquefaction to the very ties of sexual notions of gender are broken and reordered. The discussion continues to appropriate a performative language that has been, since its genesis, political and revolutionary, the transformist movement, known as the Queer movement and the Camp movement. The growing wave of conservative thinking clashes head-on with the gradual appropriation of the space of the “old/new” Brazilian Drag movement. Again, the fluid relations of gender are under the spotlight and dismantle the very understandings of what it is to be/be, seem/be or even dress/be. Moved by these discussions, we built this experiment, presented on campus premises, so that we could generate discussions about the plurality and fluidity of modern notions of gender. In short, we intend to ask ourselves about the fact that: if we live in a fluid contemporaneity, which still conditions us as a society to experience so many situations where gender is used as a tool for evaluation and oppression.

KEYWORDS: Sexuality; Gender, Performance and Liminality.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada a partir de uma experiência prática de performance que discute questões de gênero, sexo e sexualidade, usando como base bibliográfica estudos acerca da Teoria *Queer* e o papel das *Drag Queens* e *Kings* no movimento LGBTQ.

A pesquisa aborda a criação de uma identidade *Drag*, o fazer artístico, a importância da *Drag* dentro dos meios midiáticos, seu papel como porta voz da comunidade LGBTQ, bem como a visão que a sociedade contemporânea tem sobre o assunto e os dilemas e queixas sociais que as *Queens* levam à sociedade através de sua arte.

LIMINARIDADE

Victor Turner foi um antropólogo britânico que dedicou sua vida à estudar as simbologias presentes em rituais. A partir de tais estudos ele pôde elaborar uma noção de liminaridade. O termo *limiar* deriva-se do latim “*limen*”, e foi escolhido por Van Gennep para designar um estado subjetivo que se encontra entre dois pontos diferentes da existência.

Para SARTIN (2011), em relação à liminaridade idealizada por Van Gennep (2009):

O antropólogo alemão chamava atenção para a generalidade de uma estrutura processual nos ritos de passagem: eles se compunham de rituais de separação, de margem e de agregação. A margem, segundo Van Gennep, desenvolvia uma complexidade independente e tendia a se autonomizar em relação às outras duas fases, desenvolvendo um simbolismo próprio que ele denominou de liminar. Durante os períodos liminares, os indivíduos que participavam do ritual se encontravam como que fora das estruturas da sociedade, entre as quais se movimentavam – e esta movimentação é o sentido do rito de passagem. Esses indivíduos liminares eram os neófitos, os adolescentes, os noivos, a parturiente etc.

Em um dos artigos de Turner, publicado na revista *Mediações* em 2012, o autor ressalta que essa passagem de um status para outro é seguida de um movimento que pode fazer com que o indivíduo passe essa liminaridade e se associe a duas áreas distintas, ao sujeito pré-ritual e o sujeito pós-ritual.

Dando continuidade, TUNNER (2012), diz que,

A liminaridade certamente é um estado ambíguo de estrutura social, enquanto inibe toda satisfação social, provê uma medida de finitude e segurança; a liminaridade é, muitas vezes, o auge da insegurança, o avanço do caos no cosmos, da desordem na ordem, mais do que o meio de criatividade inter-humana ou satisfações e realizações transumanas. A liminaridade pode ser o reflexo da doença, do desespero, da morte, do suicídio, da quebra sem reposição compensatória da norma, e dos vínculos e laços sociais bem definidos.

Assim, podemos pensar na liminaridade como um sistema que tem como foco o descentramento, uma vez que a mesma perambula entre: a trivialidade da estrutura para uma invasão da anti-estrutura, que inverte as ordens fixas da sociedade, e a vulgaridade da própria liminaridade e da resistência dos símbolos.

Em seus estudos Turner, de acordo com SARTIN (2011) “se preocupa em analisar o material etnográfico e estabelecer as suas teses sobre a liminaridade, desenvolvendo os conceitos de *communitas* e anti-estrutura”. O termo *Communitas* está relacionado com o estado em que o indivíduo se encontra dentro da liminaridade do rito.

Para SANTINS (2011),

Na *communitas*, as regras sociais baseadas numa série de oposições (muitas delas binárias) identificadas pela antropologia estrutural, como as estruturas de parentesco, perdem toda a razão de ser, e o indivíduo se encontra num entre-lugar, ou, segundo o termo empregado por Turner, *betwixt and between*, ou quaisquer posições assinaláveis no jogo diferencial da estrutura. Enquanto na sociedade predomina a diferença individualizante, na *communitas* prevalecem os laços totalizantes e indiferenciados.

Esse distanciamento durante a liminaridade possibilita uma semelhança com o sistema ao qual o indivíduo está relacionado. Isso significa que precisamos compreender o sistema social a partir da liminaridade, uma vez que a mesma faz com que os sistemas se fundamentem mutuamente.

Para Turner os ditos “fenômenos liminares” afronta pesquisadores, pois suas representações refletem as suas experiências enquanto grupo, o que muitas vezes pode soar tanto positivamente como ser considerada como profana.

Na liminaridade, essas relações profanas desconstituem antigos direitos e desobedecem a ordens sociais impostas pelo sistema. As pessoas que Turner nomeia como “liminares” fazem uso de elementos que são cotidianos e familiares, tira-os do seu contexto e os desfamiliarizam, fazendo, assim, com que surja algo novo.

SARTIN (2011) ainda afirma que “a liminaridade torna o ‘estranho’ familiar, e vice-versa – ela revela, sobretudo, o que são o ‘estranhável’ e o ‘familiarizável’”, pois ela combina os conceitos e elementos presentes nos meios sociais de uma forma lúdica, e as pessoas liminares se uniformizam ao máximo para atingir uma espécie de androginia estrutural.

Levando em consideração que a história de vida de cada ser humano é constituída universalmente por questões sociais, psicológicas, biológicas e conceituais, entende-se que dentro do cenário LGBTQ, a liminaridade está diretamente ligado aos ritos de passagem que cada um passa durante seus processos de adaptação ao mundo.

Seguindo essa linha de raciocínio e contrapondo afirmações popularmente conhecidas de certo e errado, dentro do universo sexual, surgiu – na intenção de explorar outros campos, até então marginalizados – o movimento *Queer*.

A TEORIA DO MOVIMENTO QUEER

Em meados do século XVIII, a sociedade passou a difundir o assunto sexo. De acordo com PIRAJÁ (2011) baseando-se em FOUCAULT (1988) “Não se fala menos do sexo, pelo contrário, fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos”. Isso fez com que os estudos acerca do assunto se tornassem mais comuns e assim pudessem esclarecer os mitos que rondavam o tema e desmistificar as leis naturais que a princípio regiam o mundo sexual.

É justamente nesse caminho que surge dois termos de extrema importância na tentativa de entender o mundo a partir da orientação sexual, que são: heterossexualidade e homossexualidade.

Segundo PIRAJÁ (2011), antes de começarem a usar tais termos, a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo era visto como uma prática pecadora e os envolvidos eram chamados de sodomitas.

Para PIRAJÁ (2011) parafraseando FOUCAULT (1988),

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico, não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que há estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

Para romper com as barreiras do moralmente aceito, surge, então, a perspectiva *Queer*, que visa não somente o debate entre o essencialismo e o construtivismo, mas nos

faz pensar, na desconstrução e reconstrução do ser em si.

A expressão “Teoria Queer” foi usado pela primeira vez em 1991 pela autora Theresa De Lauretis na revista *Differences*. O termo teria sido usado para intitular um estudo que foi feito com o objetivo de distanciar a heterossexualidade de seu lugar de privilégios e puxar atenção para aqueles que foram anormalizados durante toda história, assim como afirma BENETTI (2013) em relação ao termo *Queer*, que pejorativamente significa bicha, viado ou estranho.

Quando se deu início ao estudo da teoria no Brasil, o termo não pôde ser traduzido fielmente, uma vez que, não há, na língua portuguesa, uma palavra tão pejorativa e difamatória quanto o “*Queer*” na língua inglesa. Mas, para MASIELLO (2000), nos dias atuais o termo “tem sido muito usado como forma de afirmar positivamente a identidade homossexual, em contraposição a uma construção cultural negativa.

A teoria *Queer*, de fato, surgiu apenas no final da década de 1980, nos Estados Unidos, para se opor aos estudos sociais acerca das minorias sexuais e de gênero da época. De acordo com BENETTI (2013), para se cogitar a ideia dessa teoria, “é necessário compreender que sexo, gênero e sexualidade são conceitos diferentes, construídos de maneiras diferentes durante o curso da história, e que sua pluralidade é possível.”

A partir disso, entendemos as diferenças entre tais conceitos da seguinte forma: o sexo está dividido binariamente entre “homem” e “mulher”, gênero entre “feminino” e “masculino” e sexualidade como uma identificação social pessoal que pode variar entre heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, não binário entre várias outras. De acordo com o autor citado logo mais acima, se entendermos que há essa diferenciação, podemos compreender que quando se tem uma sexualidade homossexual por exemplo, a mesma não se correlaciona com os conceitos de sexo ou gênero.

A Teoria *Queer* contesta a heterossexualidade na tentativa de desconstruir o binarismo e a heteronormatividade, criando uma enorme cadeia de discursos que visam quebrar as práticas que normatizam determinadas relações e outras não, a sexualidade e as regras de conduta. Segundo BENETTI (2013) “é graças a esta construção social voltada à normalidade, que se legitimaram as patologias sexuais e forjaram-se os termos ‘heterossexualidade’ e ‘homossexualidade’”, em que uma é a supostamente certa e a outra errada, bem como ignorando diversas outras orientações sexuais.

QUEER COMO GÊNERO, ARTE E O MOVIMENTO CAMP

O gênero não é algo relacionado a sexo ou algo natural, é, segundo PIRAJÁ (2011) “a representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição conceitual e rígida dos dois sexos biológicos”. Desta forma, podemos entender que gênero é algo que materializamos e construímos em nossos corpos de acordo com nossas histórias de vida. Negligenciar esse momento de

construção é se perder naquilo que somos e nos prender naquilo que não exala nossa essência.

Para CAMARGO (2017) apud BUTLER (2015) “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. E continua, dizendo que “as pessoas do gênero *queer* possuem identidades que ficam fora do binário sexual amplamente aceito.

Pessoas transgêneros também podem se identificar como *queer*, o que, de acordo com CAMARGO (2017) apud DITMORE (2006) “desafiam ambos os regimes de gênero e sexualidade e veem a identidade de gênero e a orientação sexual como sobrepostas e interligadas.”

Em se tratando da identidade *queer*, PIRAJÁ (2011) apud GALLINA (2006), afirma que “as identificações *queers* são autoconstruídas, mutáveis e se opõem à padronização e ao essencialismo de uma única identidade – vistos como uma forma de dominação cultural que tenta impor um padrão à diversidade das experiências afetivas e sexuais”, desta forma, não se trata de um assunto que se opõe a identidade, mas sim, dedica-se a uma política de identidade que são reconstruídas na contemporaneidade.

Podemos entender que o movimento *Queer* busca não somente a igualdade e a tolerância, mas desafia as formas de entender o mundo, trata-se de entender que existem outras formas de sexualidade e prazer e aprender como a cultura e a sociedade os definem.

Mas apesar de todas as barreiras encontradas ao longo do caminho, a Teoria *Queer* ultrapassou décadas, e nos dias de hoje, é possível observarmos reflexos de todo esse estudo nos artistas que são caracterizados pela mídia como sendo *Queers*, levantando debates e discussões sobre suas próprias sexualidade e gêneros por meio de suas performances artísticas.

Com essa “separação” dos artistas *Queers*, surge então uma questão: podemos classificar as obras de tais artistas como fazendo parte uma mesma “Arte *Queer*”?

Para CAMARGO (2017) apud LORD e MEYER (2013), “escrever sobre a cultura *Queer* na história da arte significa redesenhar os limites do que conta a arte, significa procurar rachaduras na partição que separa a ‘arte alta’ da ‘arte baixa’ e na divisão entre realização pública e vida privada”, seguindo, diz que,

Há o risco da criação de uma categoria de “arte *queer*” ser apenas uma saída fácil e cômoda para jogar todo tipo de arte estranha aos cânones, nesta categoria. Outro risco é classificar artistas transgêneros, travestis e *queer* sempre como “artistas *queer*” e não simplesmente “artistas”, como acontece com as artistas mulheres feministas que produzem sempre “arte feminista” ou ainda “arte feminina”.

Por isso que, ao falarmos em Arte *Queer* precisamos nos precaver, pois estamos abordando um assunto cheio de problemáticas e uma categoria instável e que não pode ser definida, visto que, o que classificamos hoje como *Queer*, em outros momentos da

história já foi chamado de Andrógeno, Estranho, Imoral, Pornográfico, Traveco, entre outras denominações.

Apesar de toda problematização quanto ao assunto, não podemos negar que, o termo *Queer* está cada vez mais presente no cotidiano, ocupando espaços que antes não se era permitido e principalmente, dando voz àqueles que são marginalizados, afim de construir uma resistência política.

Seguindo a linha no movimento *Queer*, surge também o *Camp* que, de acordo com PIRAJÁ (2017) se relaciona com uma predileção pelo exagero, artifício e extravagância. Com esse movimento se resgata a estética que revoluciona a questão do valor entre o que é a cópia e o que é o original ao qual se apropriam de uma lógica cultural soberana.

Podemos afirmar, com base em PIRAJÁ (2011) apud SONTAG (1987), que o *Camp* “tem a ver com uma capacidade de desconstruir a dualidade entre natureza e cultura e trazer à tona a artificialidade das categorias sociais.”

Além dos exageros, o *Camp* pode ser associado à outras questões referentes ao gênero – como por exemplo a Androginia, onde se busca um corpo indefinido, para contestar as delimitações de identidade.

De acordo com PIRAJÁ (2011) apud LOPES (2002), “o *Camp* está vinculado a uma sensibilidade gay, mas não necessariamente à pessoas gays”, afinal, “não é difícil de ser percebido se pensarmos no ideal do gay discreto e bem vestido em contraponto à sempre discriminada gay afeminada.

Mas apesar de uma certa objeção por parte dos homossexuais, o *Camp* faz frente à resistência política e se torna cada vez mais presente no ativismo gay, o movimento faz com que os assuntos pertinentes às minorias cheguem nas esferas públicas através da cultura, do uso de exageros, alegorias e teatralidade para que se pense na importância de sua luta não somente dentro da comunidade LGBTQ, como afirma PIRAJÁ (2011), em relação ao *Camp*, que ele “pode ser utilizado como uma estratégia de exposição do caráter performativo do gênero e da sexualidade.”

ANDROID-GYNE

A performance Android-Gyne é baseada nas vivências dos performances, cada uma das Drags trazem, consigo, uma carga de características únicas e que as definem sem a necessidade de uma apresentação prévia. A montagem artística faz uso de três das quatro linguagens da arte (música, dança e o teatro) para passar ao público uma mensagem repleta de símbolos.

As performances, geralmente, são repletas de dramas sociais que são advindos dos processos de socialização humana, assim, tais dramas tornam-se, de acordo com TURNER (2012) “a unidade empírica do processo social de onde derivaram e continuam

a derivar os variados gêneros da performance cultural”.

Dessa forma, devido à grande inspiração dos performances em suas realidades na montagem do trabalho, Android-Gyne se torna uma performance marcada por momentos de altas e baixas tensões, uma vez que a mesma tem como foco principal o cotidiano das minorias (gays, negros e mulheres). As letras das músicas escolhidas ressaltam o empoderamento feminino, bem como a sexualidade e as vivências cotidianas da comunidade LGBTQ no cenário social.

CONCLUSÃO

Com o fim desse estudo podemos concluir que, a liminaridade é subjetiva, por ser ao mesmo tempo o estado de limite extremo, bem como a posição exata entre dois estados opostos, justamente por estarmos em constante movimento e transformação, logo, a cada vez que cruzamos um estado liminar, nos tornamos outra pessoa.

Conclui-se também que a Teoria Queer não tem a intenção de se tornar institucional, pois ela surge para indagar o lugar dos conhecimentos normatizados e institucionalizados e quebrar os paradigmas que rondam a sociedade atual em questões de gênero e sexualidade, lidando com a binaridade de uma forma não convencional e apresentando outras formas de identidade pessoal. Sendo assim, podemos considerar a identidade *Queer* como sendo um fenômeno mutável e flexível.

REFERÊNCIAS

- BENETTI, Fernando José. **A BICHA LOUCA ESTÁ FERVENDO: UMA REFLEXÃO SOBRE A EMERGÊNCIA DA TEORIA QUEER NO BRASIL** (1980 – 2013). Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de História do Centro de Ciências Humanas da Educação, na Universidade do Estado de Santa Catarina. 2013.
- BRAGANÇA, Lucas. **Fragmentos da babadeirai história drag brasileira**. *Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde*. 2019 jul.-set.;13(3):525-39.
- CAMARGO, Clara Nobre de. **Arte queer no Brasil – 31ª e 32ª Bienais de São Paulo** / Clara Nobre de Camargo. – 2017. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2017.
- CHIDIAC, Maria Teresa Vargas. **OLTRAMARI, Leandro Castro**. Ser e estar *drag queen*1: um estudo sobre a configuração da identidade queer. *Estudos de Psicologia* 2004, 9(3), 471-478.
- PIRAJÁ, Tess Chamusca. **Das calçadas à tela da tv : representações de travestis em séries da Rede Globo** / Tess Chamusca Pirajá. - 2011. 179 f. Orientador: Prof. Dr. Leandro Colling. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2011.

BANCA PERMANENTE DE CONCILIAÇÃO: INSTRUMENTO PARA PREVENIR E COMPOR CONFLITOS JUDICIAIS E OS REFLEXOS PÓS- COVID-19

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 25/05/2020

Tatiane Oliveira Martins

Universidade Federal de Jataí

Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais
Aplicadas
Jataí- Goiás

Jéssica Daiane Filgueiras Sampaio

Universidade Federal de Jataí

Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais
Aplicadas
Jataí- Goiás

Joseline Mangabeira da Silva

Universidade Federal de Jataí

Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais
Aplicadas
Jataí- Goiás

Alexandre Ernesto de Almeida Pereira

Universidade Federal de Jataí

Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais
Aplicadas
Rio Verde - Goiás

<http://lattes.cnpq.br/3284736162808727>

Liliane Vieira Martins Leal

Universidade Federal de Jataí

Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais
Aplicadas
Rio Verde - Goiás

<http://lattes.cnpq.br/9920628268407485>

RESUMO: A Banca Permanente de Conciliação trata-se de um projeto de extensão desenvolvido no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Federal de Jataí, que objetiva prevenir e compor conflitos, por meio dos instrumentos consensuais de solução de controvérsias. Atua, prioritariamente, nas demandas da área de família. Propicia uma nova e diferenciada perspectiva aos estudantes de direitos sobre as possibilidades de enfrentamento dos conflitos, a partir da compreensão das técnicas autocompositivas. Viabiliza uma reflexão crítica e mais apropriada para a composição genuinamente pacificadora do conflito, em contraposição às vias adjudicatórias que podem fomentar mais crises entre os jurisdicionados. Para a consecução dos propósitos, o projeto desenvolve-se em etapas, perpassando desde a capacitação dos extensionistas, ao atendimento dos interessados até a realização das bancas de conciliação. Realizaram-se curso, palestras e reuniões, para consolidar os estudos teóricos e discussões sobre os interesses e conflitos das partes, sob uma perspectiva da teoria geral do conflito. Sequencialmente, aos extensionistas, oportunizaram-se articular os estudos teóricos com a práxis jurídica, por meio das entrevistas, elaboração de peças e instalação da Banca

de Conciliação. Constatou-se a efetividade das ações do projeto, especialmente, quanto aos atendimentos realizados aos hipossuficientes, propiciando o acesso à justiça, de forma célere, desburocratizada e sem custos. Considerando os reflexos da crise socioeconômica decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), previsível e inevitável os inúmeros conflitos jurídicos. Nesse interim, as soluções alternativas de resolução de conflitos ganham evidência, como um corolário da boa-fé objetiva e do princípio da solidariedade social, em que o conflito antes de ser judicializado pelas partes perpassa pela composição amigável, na tentativa de se preservar o cumprimento do contrato.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos. Autocomposição. Banca. Conciliação.

PERMANENT CONCILIATION BOARD: INSTRUMENT TO PREVENT AND COMPOSE JUDICIAL CONFLICTS AND THE EFFECTS POST-COVID-19

ABSTRACT: The Permanent Conciliation Board is an extension project developed within the Legal Practice Nucleus of the Federal University of Jataí, which aims to prevent and compose conflicts, through consensual dispute resolution instruments. It acts, primarily, in the demands of the family area. It provides students with rights a new and different perspective on the possibilities of coping with conflicts, based on the understanding of self-composing techniques. It makes possible a critical and more appropriate reflection for the genuinely pacifying composition of the conflict, as opposed to the adjudicative ways that can foment more crises between the jurisdicted ones. To achieve the purposes, the project is developed in stages, ranging from the training of extension workers, to the service of interested parties to the completion of conciliation boards. A course, lectures and meetings were held to consolidate theoretical studies and discussions on the parties' interests and conflicts, from the perspective of the general conflict theory. Sequentially, the extension workers were given the opportunity to combine theoretical studies with legal practice, through interviews, preparation of pieces and installation of the Conciliation Board. The effectiveness of the project's actions was verified, especially regarding the assistance provided to the underprivileged, providing access to justice, in a quick, unbureaucratic and free of charge. Considering the reflexes of the socioeconomic crisis resulting from measures to deal with the pandemic of the new coronavirus (Covid-19), the numerous legal conflicts are predictable and inevitable. In the meantime, alternative solutions to conflict resolution gain evidence, as a corollary of objective good faith and the principle of social solidarity, in which the conflict before being judicialized by the parties goes through the friendly composition, in an attempt to preserve compliance the contract.

KEYWORDS: Conflicts. Self-composition. Board. Conciliation.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, consolidou-se a cultura da judicialização dos conflitos, ou seja, as demandas

dos cidadãos acerca dos diversos ramos jurídicos são levadas ao Poder Judiciário, do qual se espera a palavra final, para solucionar a lide. Todavia, a judicialização excessiva de conflitos potencializa a sobrecarga dos magistrados e, conseqüentemente, resulta na morosidade na solução das dissidências. A par dessas considerações, em 2004, houve a primeira medida para minimizar os impactos da problemática supracitada, a Reforma do Poder Judiciário, por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004.

Nessa alteração legislativa, foi inserido alguns mecanismos, visando a eficiência da prestação jurisdicional, como a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a instituição das súmulas vinculantes e o requisito da repercussão geral nos recursos extraordinários (MENDES, 2009). A reforma constitucional não foi suficiente para resultar na celeridade e eficiência na solução de litígios.

Desse modo, o advento do Código de Processo Civil de 2015 foi imprescindível para a consolidação dos métodos autocompositivos. Apesar disso, esses fizeram parte da história do direito brasileiro, ao perpassar pelas Ordenações Filipinas, pelas Constituições do Brasil de 1937 e 1946, além de prática constante na Justiça do Trabalho, desde a sua criação (SILVA, 2015).

O novel diploma processual vigente vislumbra o estímulo aos meios adequados de solução de conflitos, pelo próprio Poder Judiciário, para reduzir o quantitativo de processos em curso e de novas judicializações, além de obter maior eficácia nos resultados. A fundamentação dada para a implementação desses mecanismos é a pacificação social, pois há o reflexo na redução de números de processos no Poder Judiciário, além de promover uma satisfação efetiva das partes, quando a solução do conflito é por elas criada e não imposta pelo juiz (THEODORO JÚNIOR, 2016).

No ano de 2010, com a finalidade de estabelecer os meios consensuais de resolução de conflitos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu a Resolução nº 125. Assim, atribuiu-se ao Poder Judiciário o papel de impulsionar os meios de autocomposição de conflitos para evitar a instauração das lides, de forma célere, desburocratizada e com maior satisfação dos interesses das partes envolvidas. Para tanto, a Resolução determinou a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc's), instituições responsáveis pela conciliação processual e pré-processual (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2010).

Diante da nova perspectiva de substituição das demandas judiciais por métodos autocompositivos e disseminação da pacificação social em detrimento da cultura da judicialização dos conflitos, o curso de Direito, da Universidade Federal de Jataí, por meio do Núcleo de Prática Jurídica, desenvolve o projeto de extensão da Banca Permanente de Conciliação.

O projeto tem a finalidade de estimular a composição amigável dos conflitos, promover o fácil acesso à justiça dos hipossuficientes, diminuir consideravelmente os processos judiciais e instituir um modelo estrutural menos formalista, sem custos, em que

os próprios interessados participam ativamente do processo de resolução de disputas.

Os propósitos mencionados corroboram com as diretrizes do Código de Processo Civil que estimula a autocomposição dos conflitos, como o disposto no art. 3º, § 2º (BRASIL, 2015). Desse modo, percebe-se a alteração substancial de um cenário, em que as demandas judiciais consubstanciadas em um modelo positivado puramente técnico e formal objetivam a pacificação social (WATANABE, 2005).

Ademais, há de se considerar, hodiernamente, uma situação episódica, excepcional e temporária, caracterizada pela pandemia decorrente do novo coronavírus que atinge o país e o mundo. Trata-se de uma situação de emergência na saúde pública de importância internacional ocasionada pela Covid-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A disseminação da doença transcende os aspectos da saúde pública, incluindo outros contextos, como o social, econômico e jurídico. Especificamente, no âmbito jurídico, visualizam-se reflexos da pandemia nos contratos de locação, financiamentos bancários, pensões alimentícias, impossibilidade do cumprimento da obrigação, revisão ou resolução dos contratos.

Nesse cenário caótico, os métodos de soluções pacíficas de conflito apresentam-se como instrumentos eficazes, ao propor uma solução célere ao caso, em detrimento das vias adjudicatórias, que podem perdurar por anos a fio em busca de uma decisão meritória final. A solução pacífica do conflito, consubstanciada no dever de cooperação e solidariedade entre as partes, baluartes da boa-fé objetiva, desafoga o Judiciário, evitando que as lides causem maiores ônus aos litigantes, de natureza financeira e morosa.

2 | MEIOS ADEQUADOS E EFICAZES DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS

Diante das crescentes demandas judiciais, principalmente, a partir do ano de 2009, agrava-se a sobrecarga somada à morosidade dos processos no Judiciário brasileiro. Sendo assim, os dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça apontam que, no ano de 2018, o Poder Judiciário recebeu 28,1 milhões de processos, finalizando o ano com 78,7 milhões de processos em curso que aguardavam decisão definitiva (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019). Esse fato revela a proeminência da cultura da litigiosidade arraigada na sociedade brasileira.

Trata-se de um dado alarmante que agrava as estatísticas do Poder Judiciário brasileiro, pois vivenciamos um paradoxo, em que o número de processos baixados quase sempre equivale ao número de novos casos. Contudo, no ano de 2018,

[...] pela primeira vez na última década, houve de fato redução no volume de casos pendentes, com queda de quase um milhão de processos judiciais. A variação acumulada nesses dois últimos anos foi na ordem de -1,4%. Esse resultado deriva do crescente aumento do total de processos baixados, que atingiu o maior valor da série histórica no ano de 2018, e da redução da entrada de novos processos no Poder Judiciário [...]. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019, p. 39).

O problema da morosidade configura flagrante violação ao princípio da duração razoável do processo, previsto na Carta Magna, no art. 5º, inciso LXXVIII (BRASIL, 1988). É certo e incontroverso que a *Lex Mater* e o Código de Processo Civil trazem em seu bojo princípios contrários à morosidade da justiça. Contudo, não há exigências mais concretas que vinculam o Judiciário, como a estipulação de prazos para os juízes. Compreende-se que a estipulação poderia dificultar a qualidade das decisões judiciais, mas a falta de normatividade e mecanismos de concretização da duração razoável do processo, por serem tão escassos, refletem mazelas à sociedade.

As inúmeras demandas instauradas são prejudicadas pela morosidade, que viola os arts. 4º e 5º do Código de Processo Civil, ocasionando, conseqüentemente, danos irreparáveis aos jurisdicionados (BRASIL, 2015). Nesse cenário, emergem as reflexões sobre os métodos adequados de solução de conflitos, constituindo ferramentas essenciais e eficazes para composição amigável do litígio e propiciar a redução do número de processos judiciais (TARTUCE; BORTOLAI, 2015). Dentre esses instrumentos, destacam-se a conciliação, a mediação e a arbitragem que possuem metodologias específicas para a solução dos conflitos.

A conciliação é um procedimento realizado por um terceiro imparcial, objetivando facilitar o diálogo entre as partes. O conciliador realiza algumas interferências e se torna, de certo modo, uma autoridade, que toma iniciativas, apresenta sugestões e recomendações, visando a obtenção do acordo (VASCONCELOS, 2008).

A mediação, segundo Fiorelli, Fiorelli e Malhadas Junior (2008, p. 58), “[...] constitui um processo de transformar antagonismos em convergências, não obrigatoriamente em concordâncias, por meio da intervenção de um terceiro escolhido pelas partes”.

Em relação à arbitragem, trata-se de um procedimento que envolve direitos disponíveis, realizada por um árbitro, que decidirá sobre a lide, ao qual é concedido poderes, por meio de uma convenção arbitral, e sua decisão possui status de sentença judicial (SAMPAIO; BRAGA NETO, 2007). A arbitragem está regulada pela Lei nº 9.307/96.

3 | OS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS E A CRISE DECORRENTE DA COVID-19

O novo coronavírus (Covid-19) transformou-se em uma pandemia, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de repercussões inimagináveis, inclusive com impactos sociais, econômicos e jurídicos. Como medidas de enfrentamento, alguns países, incluindo o Brasil, decretaram o isolamento social e o fechamento de alguns setores da economia, permanecendo somente os serviços considerados essenciais. O isolamento social, conquanto necessário, propiciou reflexos nas relações do direito privado e público, além das restrições adotadas pela Administração Pública – *fato do príncipe* (expressão consagrada na tradição publicista) - com a finalidade de minimizar os efeitos deletérios decorrentes da pandemia.

O que se põe, nesse novo panorama, de estagnação, ou mesmo de recessão econômica, é que o poder de compra das pessoas está comprometido, pois não há circulação de bens e produtos e as relações do trabalho sofrem significativas modificações.

Desse modo, é previsível e inevitável que o Poder Judiciário será alvo de inúmeras demandas no período pós-pandemia e que, provavelmente, perdurarão por décadas. Impossibilidade de cumprimento da obrigação por caso fortuito ou força maior, resolução ou revisão contratual por onerosidade excessiva, revisional de alimentos, execuções de contratos de financiamentos, cobrança de aluguéis, contratos escolares e de seguros, enfim, um rol infindável de situações que comprometem o equilíbrio contratual e as relações socioeconômicas.

A propósito, convém registrar a importância das soluções alternativas para preservar o cumprimento dos contratos, antes de qualquer pleito judicial, ainda mais, nesse momento, em que o Judiciário não se encontra em pleno funcionamento e, sendo assim, deve ser acionado somente em casos urgentes.

A judicialização dos conflitos é remédio extremo que as partes devem adotar somente após infrutífera a tentativa de conciliação, em virtude do imperativo do princípio da boa-fé objetiva, estampado no art. 422 do Código Civil, e seus deveres anexos da mútua cooperação, colaboração e lealdade, além do princípio da solidariedade social, previsto no art. 3º, inciso I, da Constituição Federal (SCHREIBER, 2020).

Colhe-se da doutrina de Schreiber (2020) que:

A pandemia já está exigindo de todos nós - e promete exigir ainda mais - sacrifícios pessoais e econômicos. É hora de suportarmos todos, na medida das nossas forças, esses sacrifícios. À ciência jurídica compete servir de instrumento para soluções que preservem, tanto quanto possível, os direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros e as bases econômicas necessárias para que esses direitos sejam exercidos em sua máxima intensidade. Para isso, é importantíssimo preservar tanto quanto possível os contratos já celebrados, evitando o risco real de que, em um cenário de crise, os instrumentos jurídicos sejam manipulados de modo oportunista por aqueles que não têm real necessidade de aplicá-los.

Registra-se, por oportuno, que, no âmbito judicial, por mais que ocorram as audiências de conciliação ou mediação, conforme preconiza o art. 334 do Código de Processo Civil, a demanda já foi judicializada, movendo toda a máquina do Poder Judiciário, além de contabilizar para a expressividade numérica dos processos. A partir desse esboço, são lúdicas a mediação e a conciliação como instrumentos de resolução dos conflitos pré-processuais e processuais. O diploma de regência processual trouxe uma seção inteira destinada à regulamentação das atividades dos conciliadores e dos mediadores processuais (arts. 165 a 175), além de apresentar a distinção entre a mediação e conciliação (BRASIL, 2015).

Bem esclarece Neves (2018, p. 62):

Ainda que por razões óbvias tal seção se limite a regulamentar a mediação ou conciliação quando já instaurado o processo, quando o ideal seria que elas justamente evitassem

sua existência, o diploma processual é inovador e sai da abstração do 'conciliar é legal' para a criação de uma estrutura e de um procedimento que realmente possa incrementar a conciliação e a mediação como forma de solução do conflito e, por consequência, a extinção do processo por sentença homologatória da autocomposição.

Esta é a gênese verdadeira perseguida para a solução dos conflitos: a conciliação e a mediação fortalecidas antes da instauração de um processo, o que evitaria a redução do número de processos no Judiciário, notadamente, no cenário pós-pandemia. Por via oblíqua, importante registrar que os métodos pacíficos de solução de conflitos devem ser utilizados com cautela, pois, em algumas relações jurídicas, uma das partes, pode se encontrar em situação de vulnerabilidade, como ocorre nas relações consumeristas. De fato, Neves (2018, p. 62-63), ao notar um maior espectro na compressão dessa problemática, expõe:

O que me causa extremo desconforto é notar que a valorização da conciliação (a mediação é ainda embrionária entre nós) leve-nos a ver com naturalidade o famoso ditado de que vale mais um acordo ruim do que um processo bom. Ao se concretizar tal estado de coisas, estaremos definitivamente renunciando ao respeito do direito material e decretando a falência do Poder Judiciário.

No direito consumerista, a distância econômica entre o fornecedor e o consumidor (litigante eventual) gera, por vezes, conciliações ou transações absolutamente injustas e que transcendem a tão difundida pacificação social (NEVES, 2018). Entretanto, diante da cautela, indubitavelmente, que a resolução dos conflitos fora da jurisdição contribuirá com a celeridade do Judiciário.

4 | OBJETIVOS

A Banca Permanente de Conciliação objetiva promover o direcionamento e transformação nas relações processuais estabelecidas entre as partes, em um processo de construção recíproca e contínua na solução das controvérsias. Visa contribuir para o alcance de uma justiça célere, flexível, informalizada e menos onerosa, que seja capaz de efetivar o acesso à justiça, principalmente, à população carente do município de Jataí, que não possui condições de arcar com as despesas do processo e os honorários advocatícios.

5 | METODOLOGIA

Na consecução dos propósitos elucidados anteriormente, o projeto de extensão da Banca de Conciliação priorizou alguns procedimentos metodológicos, consubstanciados, sinteticamente, nas seguintes etapas:

a) capacitação dos extensionistas, a partir de curso e palestra, o que viabilizou a troca de saberes, experiências e debates sobre os meios pacíficos de solução de conflitos;

- b) análise das fichas de atendimento dos interessados que procuraram o Núcleo de Prática Jurídica para a solução do conflito;
- c) seleção dos casos, conforme a viabilidade e possibilidade da solução pacífica do conflito;
- d) agendamento em dia e horário previamente designados para a entrevista com os interessados;
- e) estudos teóricos, práticos e análise do caso;
- f) elaboração do pré-processo, contendo a peça processual, procuração, documentos pessoais dos interessados, declaração de hipossuficiência e demais documentos necessários;
- g) designação e realização da Banca de Conciliação; e
- h) diante do acordo entre os interessados, a peça é protocolizada para a devida homologação judicial; e, no caso do dissenso, a demanda é judicializada.

Cabe ressaltar que, durante a entrevista, constatada a impossibilidade, por diversos motivos, da solução do litígio, no âmbito do projeto, os interessados são orientados e/ou encaminhados aos órgãos de defesa dos direitos individuais ou coletivos, conforme o caso. Ademais, houve a divulgação do projeto em mídias sociais (*Instagram* e *Facebook*), cujas páginas foram alimentadas pelos extensionistas. Nesse expediente, publicaram-se textos e *folders* digitais com informações sobre a Banca de Conciliação e as vantagens e benefícios dos meios autocompositivos.

6 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados apresentados correspondem ao período de vigência do projeto de extensão do mês de julho de 2018 a julho de 2019. *Primus*, conforme as etapas descritas, realizaram-se a seleção e capacitação dos extensionistas para atuarem como conciliadores e colaboradores. No processo de capacitação, foram ministrados um curso e duas palestras sobre os meios adequados de solução de conflitos, especialmente, a conciliação e a mediação.

O curso foi ministrado pela professora orientadora do projeto e as palestras por um juiz de direito, que atua na conciliação de conflitos pelo Tribunal de Justiça de Goiás, e uma promotora, com expertise em mediação na área de família. As atividades lograram êxito, considerando as avaliações quantitativas e qualitativas. Nas palestras, participaram 250 pessoas, sendo que 98% delas, manifestaram pela excelente qualidade, inclusive, solicitando que outras sejam realizadas com a temática em questão.

Com vistas à realização das Bancas de Conciliação, a professora orientadora distribuiu 107 fichas de atendimento entre os extensionistas do projeto, durante o período mencionado. Na sequência, os extensionistas analisaram as fichas de atendimento

e selecionaram os casos passíveis de solução pela Banca. Assim, convidaram os interessados para comparecerem em dia e horário previamente designados para a realização de uma entrevista e análise mais detalhada do caso, além de verificar o interesse e a possibilidade da solução amigável da controvérsia.

Nessa etapa, verificou-se um número representativo de demandas que não puderam ser objeto de conciliação pela Banca, principalmente, pelos seguintes fatores: impossibilidade do contato telefônico¹ com os interessados; o conflito foi solucionado; desistência do interessado que procurou o NPJ; judicialização do conflito; a condição socioeconômica dos interessados incompatíveis com as normas do NPJ e da Lei nº 1.060/1950, entre outros. Apresentam-se no Quadro 1 os dados referentes às ações do projeto de extensão:

Período			
Julho/2018 a dezembro/2018		Janeiro/2019 a julho/2019	
Situação	Quantidade	Situação	Quantidade
Fichas de atendimento distribuídas entre os extensionistas	53	Fichas de atendimento distribuídas entre os extensionistas	54
Impossibilidade de contato com o interessado	18	Impossibilidade de contato com o interessado	26
Interessados que não atenderam os requisitos da Lei nº 1.060/1950 ²	05	Interessados que não atenderam aos requisitos da Lei nº 1.060/1950 ³	05
Desistência do interessado	14	Desistência do interessado	03
Impossibilidade de contato com a parte adversa	07	Impossibilidade de contato com a parte adversa	02
Casos submetidos à Banca de Conciliação	06	Casos submetidos à Banca de Conciliação	03
Fichas que aguardavam documentação (ainda em andamento)	03	Interessados que não compareceram ao agendamento marcado	02
-	-	Acordo que já havia sido realizado no âmbito do NPJ	01
-	-	Demandas solucionadas pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc)	03
-	-	Atendimento por outra instituição de ensino	02
-	-	Casos solucionados pelos próprios interessados	06
-	-	Judicialização do conflito	01

Quadro 1 - Dados referentes às ações do projeto de extensão da Banca de Conciliação - 2018-2019

Fonte: Relatório do projeto de extensão (2019).

Observa-se uma quantidade significativa de fichas de atendimento, em que os extensionistas não conseguiram obter contato com os interessados, ou seja, tentativas telefônicas infrutíferas. No período de julho a dezembro de 2018, essa variável correspondeu a 33,96% do total das fichas de atendimento que foram distribuídas entre os extensionistas. Enquanto que, do mês de janeiro a julho de 2019, o percentual atingiu 48,14% do total das fichas de atendimento. É fato que essa constatação evidencia, ao

1 O contato telefônico infrutífero ocorreu pelos seguintes motivos: número inexistente; telefone pertencente a outra pessoa; e chamadas não atendidas.

2 Estabelece as normas para a concessão da assistência judiciária.

3 Ibidem.

menos, uma circunstância, a falta de interesse na solução da demanda, a *contrario sensu*, o interessado atualizaria os dados cadastrais no NPJ, o que não ocorreu nos casos.

Não obstante, considera-se, também, a hipótese da resolução do conflito ou a desistência da demanda, por motivos diversos. Sendo assim, o interessado não atualizou os dados e, tampouco, retornou ao NPJ para verificar o andamento do caso, pois, se assim o fizesse, certamente, sua ficha cadastral teria sido atualizada, como procedimento de praxe realizado pela secretaria do departamento.

Do total das fichas de atendimento distribuídas entre os extensionistas (107), no período de análise, realizaram-se atendimentos no NPJ aos interessados em 58,87% dos casos, em que 09 deles foram submetidos à Banca de Conciliação. Assim, é possível corroborar a efetividade das ações do projeto no que se refere aos atendimentos aos hipossuficientes que procuraram o NPJ para a solução dos conflitos. Constata a impossibilidade da resolução da demanda por não atender os pressupostos legais da assistência judiciária, realizaram-se a orientação jurídica e o encaminhamento, conforme o caso, para os órgãos de defesa dos direitos individuais e coletivos.

Importante destacar outro fator que incidiu para a não composição consensual do conflito, trata-se do lapso temporal entre a procura pelo interessado ao NPJ e ao agendamento da entrevista. Algumas fichas de atendimento datavam do ano de 2017. Assim, verificaram-se as seguintes circunstâncias: o interessado desistiu da demanda, separações se converteram em conciliações, o conflito foi judicializado.

É certo - e nisso não se põe dúvidas - que o projeto é relativamente novo e lida com certas dificuldades. Soma-se a isso, o fato de que o NPJ não dispõe de uma assistente social para a realização das triagens, o que contribuiria para otimizar a etapa das entrevistas com os interessados. Acredita-se que a disseminação mais ampla da cultura da pacificação contribuirá para que a população carente tome conhecimento dos benefícios da autocomposição e opte por esse caminho, em vez da judicialização das controvérsias.

Por oportuno, releva anotar a produção intelectual do projeto, cuja divulgação dos resultados foi publicada no Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conepe) da Universidade Federal de Jataí, edições 2018 e 2019, e no X Seminário Regional de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste (Serex). Em ambos eventos, os trabalhos foram apresentados pelos extensionistas e publicados nos Anais.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos teóricos demonstraram que, na sociedade contemporânea, predomina a cultura da judicialização dos conflitos, notadamente, a partir da *Lex Fundamentallis* de 1988, oportunidade em que assegurou um rol extenso de direitos fundamentais. Esse fato contribuiu para desencadear uma crise em virtude da explosão da litigiosidade, que se

traduziu em um acúmulo imensurável de processos instaurados no Judiciário.

Nesse interregno, surgiu a iniciativa do projeto de extensão da Banca Permanente de Conciliação, desenvolvido no Núcleo de Prática Jurídica, da Universidade Federal de Jataí, como instrumento para prevenir e compor conflitos, de forma célere, informalizada e sem custos aos interessados. Entretanto, o principal propósito consiste na mútua cooperação e participação dos interessados na solução pacífica do conflito, sob a égide do imperativo da solidariedade social prevista na *Lex Legum* de 1988.

Em relação aos resultados do projeto, concluiu-se pela efetividade das ações, principalmente, no que se refere à divulgação da cultura da pacificação social, ao curso e palestras ministrados, aos atendimentos e orientações aos interessados, análises e estudos teóricos e as conciliações realizadas pela Banca.

Nesse sentido, infere-se que os métodos adotados alcançaram a solução célere, isenta de trâmites burocráticos, sem onerosidade ao vulnerável, a partir da construção ativa dos conflitantes pela solução pacífica da demanda. As ações implementadas no projeto reduziram a judicialização das demandas, além de permitir que os extensionistas vislumbrassem um campo de atuação diverso da cultura da judicialização e litigiosidade, ao concluírem que a pacificação social por intermédio da autocomposição tem um melhor êxito.

Trazendo à baila a crise socioeconômica atual decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (Covid-19) instituídas pelo Estado brasileiro, é nítido e previsível os inúmeros conflitos no âmbito jurídico, especialmente, no direito dos contratos e nas relações de trabalho. Citam-se, a título exemplificativo, os contratos de aluguéis, financiamentos, escolares, seguros etc. Os impactos são inimagináveis, o que levará, sem dúvida, a uma judicialização dos conflitos no período pós-pandemia. É, nesse contexto, que se inserem os meios autocompositivos extraprocessuais como instrumentos eficazes para a solução dos conflitos, a fim de evitar a proeminência de uma crise no Poder Judiciário.

Transcendendo alguns paradoxos, infere-se o dever dos contratantes de propor antes de uma judicialização a autocomposição do conflito, em obediência ao princípio da boa-fé objetiva e, por óbvio, reduzirá as demandas no Judiciário, além de ser menos custoso para as partes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 6 set. 2019.

_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 mar. 2015a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a

Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. **Atos Administrativos**: CNJ, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2019**: ano-base 2018. Brasília, DF: CNJ, 2019. 236 p.

FIORELLI, José Osmir; FIORELLI, Maria Rosa; MALHADAS JÚNIOR, Marcos Júlio Olivé. **Mediação e solução de conflitos: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, Gilmar. A reforma do sistema judiciário no Brasil: elemento fundamental para garantir segurança jurídica ao investimento estrangeiro no País. **Supremo Tribunal Federal** [site]. Brasília, DF, 18 maio, 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=108332&sigServico=noticiaArtigoDiscurso&caixaBusca=N>>. Acesso em: 16 maio 2020.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**: volume único. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; BRAGA NETO, Adolfo. **O que é mediação de conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SCHREIBER, Anderson. Devagar com o andor: coronavírus e contratos - importância da boa-fé e do dever de renegociar antes de cogitar de qualquer medida terminativa ou revisional. **Migalhas Contratuais**, [s.l.], 23 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-contratuais/322357/devagar-com-o-andor-coronavirus-e-contratos-importancia-da-boa-fe-e-do-dever-de-renegociar-antes-de-cogitar-de-qualquer-medida-terminativa-ou-revisional>>. Acesso em 16 maio 2020.

SILVA, Iann Moura de Oliveira da. Análise histórica da autocomposição no Brasil e sua perspectiva com o advento do novo Código de Processo Civil. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, DF, 23 jul. 2015. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/44872/analise-historica-da-autocomposicao-no-brasil-e-sua-perspectiva-com-o-advento-do-novo-codigo-de-processo-civil>>. Acesso em: 16 maio 2020.

TARTUCE, Fernanda; BORTOLAI, Luís Henrique. Mediação de conflitos, inclusão social e linguagem jurídica: potencialidades e superações. **Civil Procedure Review**, [s.l.], v. 6, p. 107-129, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**: procedimentos especiais. v. 2. 50. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. São Paulo: Método, 2008.

WATANABE, Kazuo. Cultura da sentença e cultura da pacificação. In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de (Coord.). **Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover**. São Paulo: DPJ, 2005.

ESTUDO SOBRE ASPECTOS DA FORMAÇÃO E DO PAPEL DO INTERVENIENTE NA CLÍNICA DA ATIVIDADE: EM SITUAÇÃO DE AUTOCONFRONTAÇÃO

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 20/05/2020

Dalvane Althaus

Universidade Tecnológica Federal do Paraná,
Departamento de Educação
Pato Branco – Paraná
orcid.org/0000-0002-2985-9287
lattes.cnpq.br/4812017870312183

RESUMO: Este texto traz alguns resultados de um estudo, que pesquisou a formação e o papel do interveniente em Clínica da Atividade (CA). A CA é uma abordagem teórica-metodológica que visa a transformação de situações de trabalho por meios indiretos. Neste trabalho será apresentado este estudo em sete seções que correspondem aos capítulos desenvolvidos na tese. No material estudado a pesquisadora examinou oito autoconfrontações em que uma interveniente em formação iniciou sua atuação observando outro interveniente e intervindo quando se sentia apta, e, foi, pouco a pouco, tornando-se a principal condutora de autoconfrontação e formadora de outra. Além disso, esse texto aprofunda questões sobre o “real da atividade” de interveniente, que foram

tratadas superficialmente na tese.

PALAVRAS-CHAVE: Clínica da Atividade, autoconfrontação, formação do interveniente.

STUDY ON ASPECTS OF TRAINING AND
THE ROLE OF THE INTERVENING PARTY
IN THE ACTIVITY CLINIC: IN SITUATION OF
SELF-COMFRONTATION

ABSTRACT: The purpose of this of paper is to present some results of a study, which investigated the formation and the role of the intervenient in Clinical Activity (CA). AC is a theoretical-methodological approaching which aims to transform work situations through indirect means. In this work, the study is presented in seven sections which are related to the chapters developed in the thesis. In the material studied, the researcher evaluated eight self-confrontations in which one intervening trainee began her performance by observing another intervening and intervening when she felt fit, and, little by little, became the main conductor of self-confrontation and the formation of another. In addition, this text explores into questions about the “real activity” of the intervener, which were treated superficially in the thesis.

KEYWORDS: Clinic of Activity, self-

confrontation, training of the intervener.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho em pauta teve por objetivo “pesquisar aspectos do papel e da formação do interveniente em situação de autoconfrontação na Clínica da Atividade (CA), bem como sua inserção nesse *métier*” (ALTHAUS, 2019, p. 15)¹.

O interesse da pedagoga-pesquisadora deste trabalho, em estudar a formação e o papel do interveniente em CA, surgiu a partir de suas atividades com docentes do ensino superior. Inicialmente, com formação docente continuada, na posição de especialista na atividade que é dos professores. Essa postura, frequentemente, é criticada e rejeitada pelos professores por se distanciar da realidade do *métier* que é deles (ALTHAUS, 2013). Até que surgiu a oportunidade de transformar a atuação pedagógica por meio da CA, e, assim, passar para a atividade de organizadora do meio pedagógico para que o desenvolvimento de práticas docentes se realize com o protagonismo dos docentes (ALTHAUS, 2013; 2019). No item dois, apresentar-se-á mais informações sobre essa trajetória e suas implicações.

A CA foi criada na França por Yves Clot e seus colaboradores, principalmente Daniel Faïta, vinculada a Psicologia do Trabalho, e, de maneira geral, trata-se de uma abordagem teórica-metodológica que busca instigar e estudar mudanças nas situações de trabalho (CLOT, 2010). Para isso, desenvolveu dispositivos metodológicos, dentre eles a autoconfrontação. Este, parte do meio laboral e usa imagens consentidas do trabalhador em ação para, de modo geral, leva-lo a auto-observação e a tomada consciência de como age e de como pode realizar sua atividade de maneira diferente. Esse dispositivo é conduzido por um especialista em CA, denominado, nesta pesquisa, de interveniente (CLOT, 2010). Na CA francesa é utilizado o termo *intervenant*, que em português frequentemente é traduzido por interventor. Contudo, este termo traz uma ideia negativa. Por isso, na referida tese, após uma intensa investigação em dicionários brasileiros e franceses, optou-se pela tradução “interveniente” (ALTHAUS, 2019, p. 15). No item três, tratar-se-á mais especificamente da CA, suas origens, principais conceitos e procedimentos.

Praticar a CA envolve um complexo movimento psico-dialógico, que precisa ser aprendido pelo interveniente pela via de uma formação adequada. No item quatro, será abordado sobre o dispositivo de formação de interveniente, descrição dos dados e elementos de direcionamento para as análises.

No percurso da interveniente em formação (IF) estudada analisou-se alguns aspectos

1 O referido trabalho foi realizado com a orientação da Professora Doutora Luci Banks-Leite, no âmbito do Grupo de Pesquisa Pensamento e Linguagem (GPPL) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/Unicamp). E, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, por meio do Acordo CAPES/FA 13/2014.

sobre seus diferentes modos de atuação, sobre suas mudanças de uma sessão para outra, sobre seus acertos e deslizes, sobre os conhecimentos projetados em seu discurso e sobre suas semelhanças e diferenças com os intervenientes interlocutores, bem como o que fez de diferente deles. No item cinco, abordar-se-á sobre os principais resultados das análises.

Por fim, apresentar-se-á as considerações finais a que se chegou neste estudo sobre a formação e o papel do interveniente em situação de autoconfrontação na CA, bem como se trará um elemento novo sobre a análise do “real da atividade” do interveniente.

2 | TRAJETÓRIA E TENSÕES NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PEDAGOGA

Esta seção, aborda a temática do primeiro capítulo da tese², o percurso e as tensões enfrentadas no exercício do cargo de pedagoga no ensino superior, que foi organizado em três partes (ALTHAUS, 2019, p. 19-29).

A primeira parte traz registros das experiências iniciais desta pedagoga em Colégios Estaduais do Paraná e, na sequência, em uma Universidade Federal. Na Educação Básica da Rede Estadual do Paraná, a pedagoga ingressou através de concurso público em 2006 e ficou no cargo por dois anos. No Estado, as atividades e atribuições do pedagogo são inúmeras, das quais destacam-se: “atividades de gestão e organização do espaço escolar [...] de formação docente continuada para professores [...] de orientação educacional” (ALTHAUS, 2019, p. 19-20). No Ensino Superior, o ingresso também se deu por concurso em 2006, com atuação até o momento. Porém, diferente dos Colégios Estaduais, na Universidade houve a indicação no termo de posse que a atividade de pedagoga seria voltada à “supervisão educacional”, bem como a orientação dos superiores hierárquicos se deu na direção da formação docente continuada.

Para compreender melhor tal condição, na segunda parte do capítulo um, apresentou-se os embasamentos e as implicações da função denominada “supervisão escolar”, com as respectivas tensões que envolvem essa atividade. A “supervisão escolar” era uma das habilitações dentre outras, tais como: orientação educacional, administração escolar, etc. Tal função é uma herança do curso de Pedagogia com habilitações, que esteve vigente de 1969 a 2006. Após esse período o Curso foi reconfigurado para formar um pedagogo que atenda todas as funções, tal qual o faz na Rede de Educação do Paraná (SANTOS, 2018).

Contudo, na ocasião do ingresso na Universidade ainda se vivia as expectativas das habilitações e, desse modo, o direcionamento para a função de “supervisão” e das atividades de formação docente continuada, com organização de cursos e palestras, coloca o pedagogo no papel de especialista na atividade do professor, especialista em “boas práticas”, o que gera muitas tensões na profissão porque usurpa o lugar do professor

2 O leitor que desejar informações mais abrangentes, tanto deste capítulo, quando dos próximos, poderá consultar a tese completa em http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/335042/1/Althaus_Dalvane_D.pdf

como protagonista do trabalho docente (CLOT, 2007; ALTHAUS, 2013; 2019; Santos, 2018). Na tentativa de superar o desgaste causado por esse posicionamento, buscou-se uma alternativa na concepção de “professor reflexivo” (SCHÖN, 1992), entretanto, não houve adesão dos professores.

Uma, terceira possibilidade surgiu com a oportunidade de conhecer e atuar com CA (ALTHAUS, 2013). Essa perspectiva se diferencia das anteriores, pois pressupõem promover o desenvolvimento de práticas docentes com o protagonismo dos professores enquanto especialista no que fazem, até mesmo em suas dificuldades (LIMA A, 2016a).

3 | CLÍNICA DA ATIVIDADE: ORIGEM E QUADRO TEÓRICO

Esta seção retrata um pouco o que é apresentado no capítulo dois da tese em questão (ALTHAUS, 2019, p. 30-52). Este foi tratado em duas partes. Na primeira, aborda as origens e filiações da CA, que se desenvolveu no final do Séc. XX, em três tópicos.

Um dos tópicos versa sobre a filiação da CA ao campo da Psicologia do Trabalho e a perspectiva clínica (CLOT, 2017). Desse modo, buscou-se contextualizar como o campo da Psicologia do Trabalho se constitui lutando por um espaço científico e priorizando a saúde dos trabalhadores (CONCEIÇÃO; ROSA; OSORIO, 2017). Por isso, deu-se atenção à perspectiva clínica, que leva em conta a relação entre subjetividade, saúde mental e trabalho, bem como a singularidade de cada caso e *in loco*. Portanto, não se volta para estatísticas e questionários fechados, a generalização só é possível com estudos que apontem traços em comum entre diferentes situações (CLOT; LEPLAT, 2005; ALTHAUS; BANKS-LEITE, 2017). Em CA, privilegia-se a *démarche* clínica, que, de modo geral, diz respeito a uma postura clínica em que o interveniente age por meio do diálogo que trava com o trabalhador, a fim de os apoiar na análise e na modificação de suas atividades (FAÏTA, 2017). No caso da CA, tem-se como “objetivo provocar transformações nas situações de trabalho, por meio do desenvolvimento do poder de agir dos profissionais porque cuidando do trabalho cuida-se também da saúde do trabalhador” (ALTHAUS, 2019, p. 30).

Outro tópico, é o fato de a CA ser uma das Clínicas do Trabalho (CTs). Para tanto, trouxe-se uma breve descrição de pontos em comum em torno dos quais elas se agregam e apontamentos dos diferenciais (BENDASSOLLI; GONDIM, 2014). Nas CTs, de modo geral, pode-se afirmar que o interveniente:

não deve se colocar para os trabalhadores como um especialista que representa um conhecimento direcionado de maneira vertical [...] assume-se que o conhecimento se constrói na interação subjetiva dos sujeitos, clínico e trabalhador, em que cada um contribui com o seu saber (ALTHAUS, 2019, p. 36).

No terceiro tópico, considerou-se as origens da CA em psicopatologia do trabalho, da qual traz as preocupações com a saúde do trabalhador, e em ergonomia francófona,

de onde retêm a orientação da importância de que a análise da atividade seja de cada caso e com base no meio em que as situações ocorrem. Além disso, é também a partir da ergonomia francesa que, amparada em conceitos de “trabalho prescrito” e “trabalho realizado”, a CA cria o conceito de “real da atividade” (CLOT, 2010). Além disso, apontou-se algumas diferenças entre a CA e essas abordagens. No caso da ergonomia, esta propõem “compreender para transformar” e ao final da intervenção fazer recomendações aos gestores do que precisa mudar, enquanto que na CA é o inverso, pois se acredita que a compreensão só ocorre estudando o processo de transformação e que a mudança está vinculada ao desenvolvimento do poder de agir dos trabalhadores (CLOT, 2010). Em relação a psicopatologia do trabalho, a diferença está tanto nos embasamentos teóricos, quanto metodológicos; destaca-se que em psicodinâmica a observação é dispensável, o consenso é buscado e se acredita na normalidade, para a CA a observação é um instrumento para levar o trabalhador a se observar, o conflito é considerado fonte de regeneração do poder de agir e se busca a promoção da saúde, e não da normalidade (CLOT, 2017).

A segunda parte do capítulo dois é voltada para as principais especificidades teóricas-metodológicas da CA. Para isso, estruturou-se quatro itens. O item um, apresenta a CA como uma *démarche* clínica. Seu maior diferencial está na ancoragem vigotskiana de desenvolvimento humano e baktiniana de linguagem (CLOT, 2010), são nesses estudos que a CA encontra “a ideia-chave de que o social está nos sujeitos como energia vital e fonte de conflito, como o motor que impulsiona as transformações” (ALTHAUS, 2019, p. 38).

O item dois, abordou um importante conceito em CA, o “real da atividade”, que é a distância entre o “prescrito” – regras e regulamentos do trabalho – e a “atividade realizada” – aquilo que de fato se fez e que pode ser registrado. De maneira geral, são as infinitas possibilidades de se fazer algo, mas que no momento da ação só uma é possível de ser efetivada. As demais continuam existindo e agindo sobre os sujeitos, podendo, ao mesmo tempo, ser causa de adoecimento quando se desejaria fazer diferente do que se fez, ou de reestabelecimento do poder de agir quando o sujeito percebe que pode realizar sua atividade de outro modo, recriar-se (CLOT, 2010; 2011; LIMA M; BATISTA, 2016).

A redescoberta da atividade em outra possibilidade de realização caracteriza uma “tomada de consciência” do sujeito a partir da análise de sua atividade realizada. Em CA, a “tomada de consciência” é provocada e acessada por meio da linguagem, é um movimento psicológico, que indica um desenvolvimento subjetivo (ALTHAUS, 2019, p. 44).

O item três, referiu-se a outro conceito, de igual relevância, os “gêneros de atividade”, que são “tipos relativamente estáveis de atividades socialmente organizadas por um meio profissional” (CLOT, 2010, p. 124). Este foi desenvolvido com base no conceito de gêneros do discurso, “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2011,

p. 262). Nesse sentido, disponibiliza um repertório de modos de agir em determinado contexto com o mesmo alcance normativo que os gêneros do discurso ao disponibilizar tipos de enunciados. Ressalta-se que, tais gêneros têm dois lados: o relativo e o estável. A estabilidade, significa que não é preciso inventar as ações/enunciados toda vez que for utiliza-los. A relatividade, possibilita a recriação, a estilização (CLOT, 2010; LIMA A, 2016b). Saliencia-se que o “gênero de atividade” é composto por quatro dimensões: a transpessoal, como uma “senha” conhecida por quem deveras faz o trabalho e, portanto, não sendo de arbítrio de especialista “externo” à atividade do autoconfrontado; a impessoal, que é institucional; a interpessoal, que representa as relações interlocutivas com diferentes destinatários; e, a pessoal, que se refere ao modo como trabalhador se apropria e desenvolve o que é de conhecimento coletivo. Portanto, o gênero de atividade é um recurso para agir, pensar e falar de modo aceitável no trabalho e também fonte de revitalização. Em CA, a autoconfrontação é um dos dispositivos com poder de provocar a recriação do gênero (CLOT, 2010).

No item quatro, discorreu-se sobre questões gerais de procedimentos e de conceitos envolvidos no dispositivo metodológico de autoconfrontação. Cada edição é realizada com uma dupla de agentes da atividade, que no caso estudado, a princípio, foram de professores analisando a atividade docente e, mais tarde, de alunos, analisando a atividade discente, ambos da Educação Superior, em análises complementares uma a outra. Os procedimentos comportam três fases, com várias etapas cada.

A primeira fase antecede as autoconfrontações. Esta inicia com uma reunião solicitada pelo coletivo para disparar a busca pela solução de um problema, assim sendo uma dupla de trabalhadores se voluntaria para participar de procedimentos de filmagens em ação e em autoconfrontação. Em seguida, os intervenientes observam o trabalhador em atividade e iniciam com eles a problematização das questões a serem tratadas (CLOT, 2010).

“Nessa primeira fase dois aspectos destacam-se: 1) o coletivo é o ponto de partida da intervenção; e 2) a observação é instaurada como instrumento de desenvolvimento” (ALTHAUS, 2019, p. 48). A observação realizada pelos intervenientes – “interpsicológica”, social –, leva os sujeitos observados a se observarem – “intrapicológica”, da pessoa consigo mesma –, e com isso perceberem como estão realizando seus atos (VIGOTSKI, 2007; CLOT, 2010).

Na segunda fase ocorre as autoconfrontações. Para isso, os participantes são filmados em ação. Um trecho dessas imagens é escolhido para realização, primeiramente, da autoconfrontação simples (ACS), em que o sujeito se visualiza trabalhando e é convidado a explicar para os intervenientes – seus destinatários imediatos – o que aparece fazendo, e, com isso esclarecem para si mesmo – subdestinatário – bem como para os sobredinatários, que embora não estejam presentes fisicamente fazem parte do ofício e agem psicologicamente sobre o sujeito. Em seguida, o mesmo trecho é objeto da

autoconfrontação cruzada (ACC), momento que a dupla assiste e explica a atividade do outro, na presença dele, e são levados pelos intervenientes a discutirem sobre o trabalho (CLOT, 2010). A ACS e a ACC também são filmadas.

Com a filmagem da ação, espera-se que o sujeito amplie seu processo psicológico de auto-observação. Na ACS, o sujeito se torna um observador externo de si mesmo, ele tem acesso ao “excedente de visão” (BAKHTIN, 2011). Ao explicar seus atos para os intervenientes, a pessoa autoconfrontada se depara com o “difícil de dizer”, quando lhe faltam palavras para descrever seu trabalho, com a condução dos intervenientes se espera que ela supere isso e possa identificar o que poderia ter feito e não fez, o “real da atividade” (CLOT, 2010). Na ACC, cada um observa na ação do outro a sua própria, mas sem se reconhecer por completo. As diferenças de ponto de vista são exploradas pelos intervenientes, a fim de que uma controvérsia seja instaurada e assim cheguem a um terceiro ponto de vista mais amplo e possível de se propor uma solução para o problema inicial (CLOT, 2010). Esses momentos, embora aqui estejam sendo descritos brevemente, na prática são altamente complexos e difíceis de serem conduzidos porque o diálogo, que é a mola propulsora das transformações almejadas, não é predefinido antes, tal qual um questionário, as questões na autoconfrontação são feitas pelos intervenientes a partir do que os profissionais lhes dizem.

A terceira fase, após as autoconfrontações, envolve a elaboração de um vídeodocumentário das filmagens para realização de reunião de retorno ao coletivo, com a finalidade de compartilhar o material com os demais profissionais e junto com eles tomar decisões que visem a solução dos problemas levantados. A partir disso, novos rumos se abrem para que os trabalhadores se apropriem do dispositivo de se auto-observarem e para que os intervenientes realizarem pesquisas sobre os dados produzidos, a fim de contribuírem com a melhoria da CA.

4 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: ASPECTOS PRAGMÁTICOS E CONCEITUAIS

Nesta seção, retrata-se o capítulo três da tese aqui apresentada, e como o título sugere foi trabalhado dois aspectos: pragmáticos e conceituais (ALTHAUS, 2019, p. 53-69).

Nas questões pragmáticas foi apresentado o contexto da pesquisa, objetivos, etapas e descrição dos dados³. A pesquisa trata, em especial, da formação do interveniente e, por conseguinte, sua inserção nesse *métier*. Uma afirmação que guiou a formação do sujeito pesquisado e também o estudo em si é a seguinte:

Ele [o interveniente] deve trabalhar com *instrumentos*, entre os quais os *conceitos* são tão importantes quanto o *coletivo de trabalho*, no qual ele pode colocar em discussão suas “maneiras de fazer”. Isso supõe *experiência*, “*métier*” (CLOT, 2008, p. 68, grifos em itálico e tradução da pesquisadora).

3 Os dados eram pré-existentes à realização desta pesquisa.

Diante disso e com base no conceito vigotskiano de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), – em que aquilo que não se consegue fazer sozinho em determinado momento é possível de ser realizado com a ajuda de outro até que se alcance a autonomia (VIGOTSKI, 2007) –, foi que se criou um dispositivo de formação de intervenientes na Clínica da Atividade Docente (CAD) e no Grupo de Pesquisa Linguagem, Atividade e Desenvolvimento Humano (GP LAD’Humano), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Pato Branco (UTFPR-PB). Neste dispositivo de formação, os instrumentos “conceituais” são objeto de ensino/aprendizagem/desenvolvimento com a interlocução dos membros do GP LAD’Humano e com atividades constantes de: leituras de textos do Clot e de outros pesquisadores da CA, bem como de Bakhtin e de Vigotski; análise de dados pré-existentes no grupo; realização de pesquisas acadêmicas sobre as intervenções realizadas; discussão com o GP sobre as intervenções em andamento e dos demais materiais de estudo. No que concerne aos instrumentos “experimentais”, estes são vivenciados pelo IF na CAD em três momentos: primeiro, observando e transcrevendo vídeos de sessões anteriores; segundo, observando e acompanhando um par mais experiente durante a realização da autoconfrontação; terceiro, realizando os procedimentos da CA como interveniente responsável pela condução dos procedimentos metodológicos e pela formação de outros.

Neste caso, em cada autoconfrontação, há uma dupla composta por IP [interveniente principal] e por interveniente auxiliar (IA), que está iniciando sua experiência nesse campo. Não se trata, porém, de uma rigorosa hierarquia de funções, mas sim da constituição de uma interlocução em que ambos intervêm. No curso das intervenções, o papel de IP é o de coordenar as autoconfrontações, ao mesmo tempo em que serve de apoio para a formação de IA. Esta, por sua vez, tem a oportunidade de observar a atuação de IP junto aos professores, podendo intervir em ocasiões que ela se sente encorajada para atuar (ALTHAUS, 2019, p. 54).

Cabe esclarecer que IF participa de todas as fases e etapas do dispositivo metodológico de autoconfrontação descritas no item anterior. Além disso, a intervenção também tem o real da atividade. Para acessá-lo, após cada etapa efetuada com os autoconfrontados, os intervenientes realizam uma análise do que fizeram, como fizeram e o que e como poderia ter sido diferente. Esses momentos não foram gravados em áudio ou vídeo, mas podem ser resgatados pelo contexto das intervenções analisadas.

Nesta pesquisa, elencou-se oito sessões de autoconfrontação para estudar como alguém se torna interveniente. Nas primeiras quatro, a IF participou das autoconfrontações como IA, mais observando e intervindo quando se sentia apta, tendo um par mais experiente como IP e, portanto, responsável pela condução da sessão e da formação dela. Nas demais, a interveniente estudada passou para a posição de principal condutora da autoconfrontação e formadora de outra. Os sujeitos autoconfrontados nas quatro primeiras sessões foram professores de uma Universidade Federal e, nas seguintes, alunos de alguns deles.

Salienta-se que na ocasião da constituição da CAD o professor-pesquisador Anselmo P. Lima, mais experiente em CA, realizou autoconfrontações com a participação da pedagoga da instituição e pesquisadora deste trabalho, que estava em processo de formação como interveniente. Posteriormente, ela passou a atuar na formação de outra interveniente, sujeito desta pesquisa. A IF desse estudo e a próxima eram alunas de iniciação científica, por isso não se dispuseram a intervir com professores do ensino superior e sugeriram fazer as autoconfrontações com alunos dos professores participantes, a fim de analisar a atividade discente de modo a complementar a análise da atividade dos docentes (ARIATI, 2018).

A segunda parte do capítulo três discorreu sobre o aparato teórico-metodológico que direcionou as análises. Primeiramente, sobre aspectos mais técnicos. Os dados produzidos durante as autoconfrontações foram gravados em áudio e vídeo, transcritos de acordo com as normas do Projeto de Estudos Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo (NURC-SP) (PRETI, 2001)⁴ e analisados com base nos estudos da linguagem bakhtinianos (VOLÓCHINOV, 2017; LIMA A, 2016b; BAKHTIN, 2011), da psicologia histórico-cultural (VIGOTSKI, 2007; 2009), das especificidades da CA (CLOT, 2010), da análise dialógica do discurso (BRAIT, 2006) e dos elementos da análise da conversação (PRETI, 2001). Assim sendo, considerou-se os enunciados da IF na relação interlocutiva com os autoconfrontados, consigo mesma, com outros intervenientes e com os conhecimentos de CA e os que fizeram parte de sua formação por meio de estudos desenvolvidos no GP, tais como “atividade reguladora” (LIMA A, 2010) “reformulação do pensamento” (ARIATI, 2018), “acaloramento” do desejo de falar (DEMARCO, 2017), “sobredestinatório” (CLOT, 2010; DESTRI; LIMA A; ALTHAUS, 2015) e “digressão” como atividade segunda para regular a atividade primeira (TOLDO, 2017). Tais conceitos estão mais explicitados na referida tese. Além disso, analisou-se o modo como os desenvolveu, as semelhanças e diferenças que poderiam ter com os enunciados dos formadores, ainda o que trouxe de novo em relação aos seus antecessores e, especialmente, como lidou com a principal diretriz da CA de não se colocar no lugar de especialista na atividade do agente. Diante disso, foi mobilizado alguns conceitos e ideias. Uma, é de que para “Vigotski [2007] e seus colaboradores, a alavanca da aprendizagem e desenvolvimento está associada às interações sociais mediadas pelo pensamento e pela linguagem” (ALTHAUS, 2019, p. 64). Portanto, os enunciados produzidos em CA são apreendidos socialmente, na interação com outros intervenientes, e fazem parte de um gênero, pois

a clínica da atividade é um instrumento de desenvolvimento do pensamento, origem potencial de um desenvolvimento da experiência. Mas ela necessita de uma aprendizagem: a apropriação de um gênero de atividades [...] que é como um “processo de interação formativa” [...] Trata-se de uma apropriação das obrigações dialógicas, fixadas pelo dispositivo, através da aparelhagem técnica e discursiva que permite acioná-lo (CLOT, 2010, p. 246).

4 As normas adotadas para transcrição são as seguintes: “()”, palavras não compreendidas; “(x)”, hipótese do que se ouve; “/”, truncamentos na fala; “XXX”, entonação na fala; “:”, prolongamento; “-”, silabação; “...”, pausa; “((x))”, comentários do transcritor; “-- x --”, digressão na sequência temática; “[”], sobreposição de vozes; “””, citações literais (PRETI, 2001).

Por isso, foram muitas as idas e vindas da teoria aos dados e vice-versa com a clareza que a última palavra nunca é dita (BAKHTIN, 2011); que a CA envolve um gênero de discurso que precisa ser apreendido para chegar a um estado de “habilidade genérica” (LIMA, A, 2016b); que as “vozes alheias” permeiam os enunciados do falante e podem ser estilizadas por ele (VOLÓCHINOV, 2017). Para tanto, a análise dos dados necessitou de um olhar imbuído do conceito de “análise dialógica do discurso” (BRAIT, 2006).

5 | ANÁLISE DE DADOS

Esta seção se refere ao capítulo quatro da tese aqui discutida, este foi desenvolvido em três tópicos (ALTHAUS, 2019, p. 70-119). No primeiro apresentou-se os dados por ordem cronológica, acompanhados de uma breve análise. No segundo, discutiu-se aspectos de acertos e deslizes da IF tendo por base as especificidades da CA. E, por fim, uma síntese.

A primeira participação da IF ocorreu como IA, em uma ACS realizada com o Professor Boaventura⁵ (PB), de Ciências contábeis (ALTHAUS, 2019, p. 70-74). Dessa ACS, selecionou-se dois trechos em que a IF lança questões ao PB.

No trecho um, onde o professor se analisa no vídeo fazendo uma correção de exercício no quadro e explica sobre isso, a IF pergunta sobre a importância de fazer no quadro ao invés de projetar uma planilha:

assim uma coisa que eu:: [...] é assim -- é claro que eu não estou muito inserida no contexto de Contábeis né? eu sou de Letras e a gen/ por ma/ -- falando em plani::lhas e Excel a correção do exercício em sala ocorreu no quadro né? qual é a importância de:: fazer essa correção no quadro ao invés DE projetar por exemplo uma planilha né? (ALTHAUS, 2019, p. 71).

Dessa maneira, a interveniente resgata o “já dito” pelo professor e ao mesmo tempo mantém a análise do que está sendo feito por ele no vídeo, isso o levou a revelar que há um problema com o coletivo que usa projeções de planilha. Chamou a atenção, também, o modo indireto que IF busca sua inserção, ela se sobrepôs a voz de IP como se “colasse” na outra como ponto de apoio, além disso, antes de fazer efetivamente a pergunta, a IF faz uma digressão explicando para si e para o professor que ela não é especialista na área de contábeis.

No trecho dois, IF questiona sobre a relação entre algo que o professor fez no vídeo (correção do exercício passo a passo) e algo que ele disse no início da sessão (sobre desenvolver o senso crítico do futuro Contador):

5 Nos dados da tese foram usados nomes fictícios para os professores, os alunos e também para os intervenientes, uma vez que esses últimos mudam de posição: ora são IA, ora são IP; além disso, na totalidade dos dados há mais de uma IA e mais de uma IP. Assim, o leitor que desejar consultar a tese verificará que a IF estudada é denominada de Interveniente Suzane (IS). Porém, aqui nesse material, tendo em vista uma apresentação breve, será usado apenas IF.

eh:: bem no começo você falou sobre:: essa nova exigência do mercado de um con/ de um de um de um:: contador com esse senso crítico... [...] isso ajudaria nessa evolução do senso crítico... esse passo a pa::sso esse exercício que foi contextualiza::do?... ou não você não vê relação?... (ALTHAUS, 2019, p. 71).

Nessa situação, sua pergunta apresenta uma estrutura semelhante aos enunciados emitidos anteriormente por seus formadores, investigando a “relação” entre dois eventos e usando o verbo no futuro do pretérito, que questiona sobre eventuais possibilidades, sem afirmá-las (ALTHAUS, 2019).

A segunda atuação de IF também foi em uma ACS e no papel de IA, com outro Professor de Contábeis, o Professor Cândido (PC), que fez dupla com PB (ALTHAUS, 2019, p. 74-78). Nesta, escolheu-se um excerto em que diante de um problema revelado pelo professor (sobre manter a atenção dos alunos por cinco aulas seguidas) a IF o questionou de modo direto e incisivo sobre ter “estratégias extras”: “é:: tem alguma estratégia que você utiliza para MANTER a atenção dos alunos CINCO aulas seguidas? por que realmente é MUITO cansativo né? independente da matéria” (ALTHAUS, 2019, p. 75). Apesar de IF ter lançado a questão, a continuidade da intervenção coube a IP. Em todo caso, essa situação conduziu PC a demonstrar em enunciados como estava afetado e desrealizado em sua atividade (com repetições de palavras, truncamentos, pausas, sobreposição de voz e o uso no diminutivo para descrever algumas estratégias suas durante as aulas). O afetamento surge da “defasagem conflitual entre o vivido e o vivendo” (CLOT, 2016, p. 93), e é manifestado por meio de emoções. É considerado a força motriz para as transformações no trabalho. E, ainda, no enunciado de IF foi possível identificar “vozes alheias” (BAKHITIN, 2011; VOLÓCHINOV, 2017), “voz do interveniente que provoca, voz do ‘expert’ que avalia o trabalho do professor e voz do coletivo que sente o cansaço quando são cinco aulas seguidas da mesma matéria” (ALTHAUS, 2019, p. 78). Notou-se, também, que a IP foi influenciada pelo modo mais valorativo que a IF se colocou, pois, IP passou de uma condição mais neutra para menos (ALTHAUS, 2019).

A terceira participação, deu-se como IA em uma ACC, com PB e PC analisando a aula de PC (ALTHAUS, 2019, p. 78-79). Nesta, o modo de IF agir foi apenas observando a sessão, presencialmente e em silêncio.

A quarta, foi ainda como IA em uma ACS com o Professor Dermeval (PD) de Matemática (ALTHAUS, 2019, p. 79-81). Nesta, a IF entrevistou com uma participação bem maior que em sessões anteriores e de modo diferente. Emitiu vários enunciados de complemento, tanto a IP, quanto ao PD. Para analisar isso, optou-se por um excerto que inicia com o PD se visualizando no momento em que pergunta aos alunos “entenderam?” e ninguém responde, em sua análise se interroga sobre a validade desse tipo de questão. Então, IP inicia uma questão que busca explorar o “real da atividade” e IF sutilmente se lança em sobreposição a voz de IP, inicialmente de modo inaudível, e, continua até que toma a palavra para si e finaliza a questão de IP. Com isso, compreende-se que foi um

esforço de IF para se tornar interveniente apoiada na IP. Mediante a resposta do professor, IF passa a complementar a fala dele.

Na quinta sessão analisada, IF passa para o papel de IP (ALTHAUS, 2019, p. 81-84). Trata-se de uma ACS com o Aluno Breno (AB), do curso de Engenharia Mecânica, em aula de Equações Diferenciais Ordinárias, ministrada por um Professor do Departamento de Matemática, que participou de procedimentos do dispositivo. No trecho de aula AB aparece debruçado sobre a carteira e ergue o tronco no momento em que seu professor circula entre as carteiras, ao explicar sua atividade reconhece que estava dormindo. Na condução da autoconfrontação, a IF, no papel de IP, “oscila” entre ser interveniente e ser par de *expertise* do participante. A “oscilação” é um movimento de “atividade reguladora”, uma atividade segunda para regular a atividade primeira (LIMA A, 2010). A oscilação da interveniente, pode ter interferido na reação do participante, que apesar de ter demonstrando afetamento com a situação que viu de si mesmo no vídeo não verbalizou sobre seu real da atividade de discente, possivelmente, porque a interveniente o deixou à vontade para isso e, nessa ocasião, não explorou o “difícil de dizer”.

Na sexta atuação de IF em autoconfrontação, e segunda como IP, foi outra ACS, com a Aluna Aline (AA) em aula com o PD (ALTHAUS, 2019, p. 84-87). No vídeo, AA foi convidada por PD a ir ao quadro e resolver um exercício. Para analisar a atuação de IF nessa sessão, foram extraídos vários trechos que demonstram sua persistência em intervir. Inicialmente, AA disse que se sente constrangida em ir ao quadro e que não considera produtiva essa prática em sala de aula, pouco a pouco – com IF regulando melhor sua “oscilação” entre ser interveniente e ser especialista na atividade do participante –, houve uma reformulação no discurso de AA, que demonstra um movimento de seu pensamento e passa a verbalizar que para o coletivo – sobredestinatário – era bom ter a oportunidade de exercitar os cálculos indo ao quadro para os resolver durante a aula. Portanto, o reposicionamento de IF como interveniente indica que levou AA a repensar a atividade discente também.

A sétima participação de IF, ocorreu como IP em uma ACC com AB analisando a participação de AA, a respeito do momento em que ela foi ao quadro, junto com ela (ALTHAUS, 2019, p. 87-89). Desta sessão, optou-se por um trecho que representa a luta do interveniente para colocar o dispositivo em funcionamento. Inicialmente, AB foi convidado a assistir e explicar a atividade da colega, porém ele se engaja com AA em comentar a atividade do professor. Então, a interveniente os chama de volta para análise da atividade discente gravada em vídeo e tenta instaurar uma controvérsia ao pedir o ponto de vista de AB e resgatar o que AA havia colocado na ACS. AB diz que se fosse ele, no lugar de AA, não ficaria constrangido de ir ao quadro porque a turma é relativamente estável, diferente da turma dele em que os alunos são oriundos de vários cursos. Entretanto, nessa nova sessão e interlocução AA muda seu posicionamento, anteriormente, havia dito que para ela foi constrangedor e, nessa situação, passa a dizer que foi tranquilo, trazendo novos

argumentos para se colocar contra a ação de o aluno ir ao quadro. Nessa sessão, ainda se constata “oscilações” da IF quando, depois de perguntas assertivas do ponto de vista da CA, faz complementos que indicam a posição de especialistas na atividade analisada.

A oitava sessão analisada também foi uma ACC, com AA e AB, onde os papéis dos autoconfrontados se inverteram: AA foi convidada a assistir e explicar o vídeo de AB, que se encontrava debruçado dormindo sobre a carteira, na presença dele, para os dois serem levados pelos intervenientes a dialogarem (ALTHAUS, 2019, p. 89-93). Contudo, AB que na ACS havia ficado afetado, mas não assumiu o real da atividade, assim que o vídeo rodou, e antes que AA fizesse algum comentário, ele tomou a palavra e fez uma ressalva afirmando que naquele momento da aula não era conteúdo de prova. Em seguida começa a usar o celular para evitar o confronto com a colega, que tinha outra postura em sala de aula. A IF deu continuidade a sessão fazendo questões para AA sobre a atividade registrada no vídeo. AA, em suas respostas, tentou diversas vezes proteger o AB. À medida que a intervenção foi ocorrendo AB foi aos poucos deixando o celular e entrando na roda de diálogo até que a controvérsia se instaurou. Quanto à oscilação da interveniente, nessa sessão, parece ter diminuído.

Na segunda parte das análises, discutiu-se os dados de um ponto de vista mais teórico e transversal (ALTHAUS, 2019, p. 93-114). Com isso, onze pontos da atividade do interveniente foram levantados e debatidos, conforme segue descrição. A importância do papel da imitação na aprendizagem (VIGOTSKI, 2009) da função de interveniente. O risco de incorrer em recomendações na intervenção. A atuação do interveniente para levar o autoconfrontado a fazer reformulações. A emissão de juízos de valor – elogios/críticas – de maneira mais ou menos explícita. A perda da oportunidade de intervir quando necessário ou adequado. Situações em que, no lugar de permanecer neutra, agiu como *expert*. Situações em que a interveniente se coloca em relação simétrica com o participante em relação à área de análise. Situações criadas pela interveniente para que o sujeito da autoconfrontação acesse o seu real da atividade. Situações que afetam/emocionam os sujeitos. Ocorrências de situações de controvérsia. Situações em que IF traz o participante da autoconfrontação de volta à análise, quando ele se distancia de questões centrais.

Na terceira parte, fez-se uma síntese das análises (ALTHAUS, 2019, p. 114-119). Destacou-se que nas experiências de IF como auxiliar, ela buscou se inserir como interveniente de diferentes modos: ora “colando” sua fala a de IP como ponto de ancoragem; ora sobrepondo a voz de IP; ora por alternância de turno; ora por complemento a fala do outro; ora observando em silêncio. De todo modo, foi possível afirmar que:

Ela inicia com entradas indiretas e tímidas e vai alternando para posições mais incisivas [...] Desse modo, vislumbra-se um processo de transformação que se insere de forma tênue e vai criando consistência, marcando a passagem do papel de auxiliar para o de principal condutora do dispositivo (ALTHAUS, 2019, p. 116).

A partir da quinta participação da IF em autoconfrontação, ela passa a atuar como

IP e formadora de outra menos experiente que ela. Portanto, seu ponto de apoio não esteve mais presente e coube a ela assumir o trabalho como principal responsável pela condução das sessões. Nessa nova posição, pois não é uma mera continuidade, e sim uma nova relação interlocutiva, “há marcas discursivas do cuidado para não se colocar como *expert*” (ALTHAUS, 2019, p. 115), bem como, há ocorrências de “oscilações” entre se colocar como especialista na atividade do autoconfrontado e ser de fato interveniente em CA. Cabe ressaltar que:

o papel do interveniente é servir de suporte para instigar o sujeito que participa da autoconfrontação a entrar no processo de observar-se, de analisar e interpretar suas próprias ações e de identificar o real da atividade com o seu coletivo (ALTHAUS, 2019, p. 126).

As “oscilações” de IF demonstra a complexidade que é para se tornar interveniente. A “oscilação” é um fenômeno denominado por Lima A (2010) como “atividade reguladora”, que corresponde a um movimento em que o sujeito falante oscila entre opostos contraditórios de sua ação/atividade. Essas oscilações se apresentaram em proporção maior na primeira experiência da IF como IP, e foram, gradativamente, diminuindo conforme foi ampliando suas experiências de prática em autoconfrontação e de retomadas de estudos teóricos e de análises dos dados já produzidos, entre as sessões, portanto de desenvolvimento de seu próprio “real da atividade”. Além disso, evidenciou-se que a IF conseguiu mobilizar junto aos participantes da autoconfrontação conceitos da CA – como real da atividade, afetamento, tomada de consciência, controvérsia –, e de estudos do GP – reformulação, acaloramento, sobredestinatário, digressão como atividade reguladora. E, ainda, chamou a atenção que IF estruturou e usou com uma grande frequência o enunciado “como você vê?”, com o verbo ver conjugado no presente, portanto, no “vivendo”, para convocar o sujeito a verbalizar “como está vendo/observando” sua atividade. Isso remete a questão de que, com base em Canguilhem, Clot afirma o seguinte: “em uma perspectiva desenvolvimental, a clínica não deve ter o vivido como finalidade, mas como meio para viver outra coisa [...] lhe conferir o estatuto de meio para permanecer vivendo” (2016, p. 92).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ponto, retomou-se os objetivos da pesquisa, as temáticas desenvolvidas em cada capítulo e os resultados das análises e, especialmente, as especificidades da formação da interveniente e os modos de aprendizagem dessa função (ALTHAUS, 2019, p. 120-126).

Destacou-se que, entre acertos e deslizos da IF, houve desenvolvimento, que possibilitou se tornar interveniente, alguns indícios podem ser apontados, por exemplo: aceitar o desafio de passar de IA para IP; a regulação da “oscilação” entre a atividade de interveniente e a de *expert*; os resultados clínicos que obteve levando os autoconfrontados

a fazer reformulações, demonstrar o afetamento, identificar o real da atividade. Isso pode ser melhor compreendido pela análise realizada sobre o juízo de valor emitido nos enunciados de IF, pois em algumas situações fez questões mais valorativas e os sujeitos ficaram na defensiva, em outras, foi pouco valorativa e não obteve êxito, já em momentos que regulou essa condição alcançou efeitos desejados em CA. Portanto, concluiu-se que “é preciso balizar/regular/balancear o juízo de valor para que ele tenha um alcance provocativo, o que só pode ser feito considerando cada relação interlocutiva, e sem ser impositivo ao sujeito da autoconfrontação” (ALTHAUS, 2019, p. 124).

Um aspecto, constatado na formação de interveniente é a necessidade de uma passagem suave e segura entre ser IA e IP, com um par mais experiente considerando o conceito de ZDP (VYGOTSKI, 2007). No caso estudado, a IF participou de uma etapa em que foi IA com um par mais experiente e outra em que foi IP e formadora de outra interveniente. Em suma, para a formação ideal:

na primeira etapa a mais experiente seria IP e a iniciante IA, na segunda etapa os papéis inverter-se-iam, de modo que IF conduzisse a autoconfrontação com o suporte da mais experiente presente. Na terceira etapa, a IF, já com um arcabouço ampliado de experiência, iria ser IP com uma iniciante no papel de IA (ALTHAUS, 2019, p. 123).

Outro aspecto é que o dispositivo de formação levou em conta o apontamento de Clot (2008) de que é preciso “instrumentos” para ser interveniente, dentre eles os “conceitos” e a “experiência”. No caso estudado, os dois instrumentos foram viabilizados, como já apontado na sessão quatro, e notou-se a importância de a formação de interveniente estar vinculada à formação acadêmica/científica.

Além disso, há o aspecto de que a tese contribuiu para o desenvolvimento da atividade pedagógica da autora, que mudou a posição de atuação junto aos professores. Deixando de ser a especialista na atividade docente, que promove formação docente continuada, para a de interveniente em CA, que oportuniza aos professores o desenvolvimento de suas práticas docentes.

E, ainda, um aspecto que não foi explorado na ocasião da escrita da tese é sobre o “real da atividade” do interveniente. Considerou-se que, embora tenha havido momentos, após cada etapa da intervenção, em que os intervenientes da ação se reuniam para discutir o que tinha sido feito e o que poderia ser diferente, bem como se reuniam com GP para compartilhar e discutir o andamento da intervenção, esses momentos não foram gravados em áudio e nem vídeo, e por isso não fizeram parte de dados analisados diretamente. Contudo, este trabalho de apresentação da tese permite vislumbrar que o “real da atividade” do interveniente pode ser acessado indiretamente nos dados das sessões analisadas. Antes de retomar alguns exemplos cabe lembrar o conceito de real de atividade:

o que não se faz, o que se tenta fazer sem ser bem-sucedido – o drama dos fracassos – o que se desejaria ou poderia ter feito e o que se pensa ser capaz de fazer noutro lugar. E convém acrescentar – paradoxo frequente – o que se faz para evitar fazer o que deve

É importante recordar que esse conceito de “real da atividade” foi desenvolvido a partir dos conceitos ergonômicos de “trabalho prescrito” e “trabalho realizado”. A “prescrição” é da ordem das regras e regulamentações, o “realizado” é o que se faz de fato e que fica gravado no vídeo. No entanto, há um distanciamento entre a prescrição e a atividade realizada, pois existem diferentes modos de fazer algo, que é o “real da atividade” (CLOT, 2010). No caso estudado, têm-se as orientações, “prescrições”, da CA sobre os procedimentos a serem realizados na intervenção e nas autoconfrontações realizadas, gravadas, transcritas e analisadas têm-se os registros do que de fato foi “realizado”. Sendo, portanto, possível analisar o distanciamento entre as orientações e o realizado pela IF.

Além disso, o conceito de “real de atividade” foi desenvolvido ancorado na afirmação de que “cada minuto do homem está cheio de possibilidades não realizadas” (VIGOTSKI, 1996, p. 69), assim a CA considera que o vivido – atividade realizada – é apenas uma das infinitas possibilidades de realizar uma atividade.

Sem perder de vista que o ideal seria que fosse gravado a IF sendo autoconfrontada com sua ação, mesmo assim sendo está pesquisadora um par de IF e com base na “leitura transversal” (ALTHAUS, 2019, p. 93-114) dos dados em relação às especificidades da CA, é possível identificar algumas possibilidades não realizadas nas intervenções estudadas e citar alguns exemplos de acesso indireto ao real da atividade da interveniente por meio dos dados apresentados, tais como:

1º) a realização de autoconfrontações com os alunos dos professores que participaram dos procedimentos clínicos porque as intervenientes em formação, alunas de iniciação científica, não se sentiam à vontade para conduzir as sessões com os professores de graduação (ARIATI, 2018; ALTHAUS, 2019). Isso remete a ideia do que “se faz para evitar o que deve ser feito” (CLOT, 2010, p. 104);

2º) os deslizos para a posição de *expertise* ao invés de ser interveniente denotam (ALTHAUS, 2019, p. 93-114) “o que não se faz, o que se tenta fazer sem ser bem-sucedido” (CLOT, 2010, p. 103);

3º) os modos diferentes de intervir de uma sessão para outra (ALTHAUS, 2019, p. 70-93), indicam que entre uma autoconfrontação e outra houve reformulações na formação da interveniente do que se “desejaria ou poderia ter feito e o que se pensa ser capaz de fazer em outro lugar” (CLOT, 2010, p. 104);

4º) as especificidades da CA em paralelo com o que de fato foi realizado pelas intervenientes, tal como analisado no item 4.2 da tese (ALTHAUS, 2019, p. 93-114), onde se discutiu os dados transversalmente, permitem acessar o que foi de fato realizado e também “o que não se fez [...] o que deve ser feito” (CLOT, 2010, p. 103-104).

Por fim, concluiu-se que:

Para ser interveniente é necessário passar por uma formação adequada, esse estudo de caso permite afirmar que uma maneira é com leituras da área, transcrições e análises de sessões anteriores e iniciar a prática de intervenção como auxiliar de um par mais experiente até se tornar a principal condutora do dispositivo clínico (ALTHAUS, 2019, p. 126).

REFERÊNCIAS

ALTHAUS, Dalvane. **Complexidade e Relevância de um Gesto Profissional Docente Aparentemente Simples**. 2013, 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2013. Disponível em < http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/755/1/PB_PPGDR_M_Althaus%2c%20Dalvane_2013.pdf > Acesso em 31 de jan de 2020.

_____. **Aspectos da formação e do papel do interveniente na Clínica da Atividade**: um estudo de caso em situação de autoconfrontação. 1 recurso online 2019, (163 p.). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2019. Disponível em < http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/335042/1/Althaus_Dalvane_D.pdf > Acesso em 31 de jan de 2020.

_____; Banks-Leite, Luci. *O interveniente em clínica da atividade: considerações sobre seu papel e sua formação*. **Horizontes**, V. 35, n. 3, p. 121-132, 2017.

ARIATI, Solange. **A reformulação dialógica de enunciados em situação de autoconfrontação**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português-Inglês) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BENDASSOLLI, Pedro F.; GONDIM, Sonia M. G. Projeto de cientificidade das clínicas do trabalho e seus desafios no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho. In: _____. (orgs.). **Métodos de pesquisa e intervenção em Psicologia do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2014, p. 3-31.

BRAIT, Beth. Análise e Teoria do Discurso. In: Brait, B. (Org.). **Bakhtin: Outros Conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 9-31.

CLOT, Yves. De l'analyse des pratiques au développement des métiers, **Éducation et didactique** [En ligne], vol 1 - n°1, avril, 2007. Disponível em <<http://journals.openedition.org/educationdidactique/106>>. Acesso em 08 mai 2018.

_____. La recherche fondamentale de terrain: une troisième voie. **Education Permanente**, vol 4, n. 177, p. 67-79, 2008.

_____. **Trabalho e poder de agir**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

_____. Clínica do Trabalho e clínica da atividade. In: Bendassolli, Pedro F.; Soboll, Lis A. (orgs.). **Clínicas do Trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011, p. 71-83.

_____. A interfuncionalidade dos afetos, das emoções e dos sentimentos: o poder de ser afetado e o poder de agir. Trad. Luci Banks-Leite. In: Banks-Leite, Luci; Smolka, Ana L. e Anjos, Daniela D. (org.) **Diálogos na perspectiva histórico-cultural**: interlocuções com a clínica da atividade. Campinas: Mercado das Letras, 2016, p. 87-95.

_____. Clínica da Atividade. Tradução Suélen Maria Rocha e Emily Carolina da Silva. **Horizontes**. v. 35, n. 3, p. 18-22, set./dez, 2017. Disponível em <<http://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/526/239>> Acesso em 16 ago. 2018.

CLOT, Y.; LEPLAT, J. La méthode clinique em ergonomie et em psychologie du travail. **Le travail humain**. Paris: Presses Universitaires de France, vol. 68, n. 4, p. 289-316, 2005.

CONCEIÇÃO, Cristiane L. da; ROSA, Roberta P. F. da; OSÓRIO, Claudia. A clínica da atividade no Brasil: por uma outra psicologia do trabalho. **Horizontes**. v. 35, n. 3, p. 23-37, set./dez, 2017.

DEMARCO, Teresa Raquel Conte. **Funções Linguístico-Psicológicas do Assalto ao Turno em Situação de Autoconfrontação Cruzada**: o trabalho docente em foco. 2017 Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2017.

DESTRI, Alana; LIMA, Anselmo; ALTHAUS, Dalvane. Elementos sobre o destinatário de emergência em situação de autoconfrontação. **Querubim**, Ano 11, Nº 26, vol. Esp, p. 4-10, 2015.

FAÏTA, Daniel. Entrevista: De l'enseignement de la linguistique générale à l'analyse du travail enseignant. Entrevistadoras: Daniela Anjos e Ermelinda Barricelli. **Horizontes**, V. 35, n. 3, p. 8-17, 2017.

LIMA, Anselmo P. **Visitas Técnicas**: interação escola-empresa. Curitiba: CRV, 2010.

_____. Clínica da Atividade Docente. **Blog Clínica da Atividade Docente**. 2016a. Disponível em: <<http://formacoesaudeprofessor.com/2016/03/28/clinica-da-atividade-docente-uma-proposta-de-formacao-continuada-e-de-promocao-da-saude-do-professor-no-trabalho>> Acesso em 07 de fev de 2017.

_____. Da inabilidade à habilidade genérica: um processo gradual de formação e domínio de gêneros do discurso. In: LOUSADA, Eliane; et al. (org.). **Diálogos brasileiros no estudo de gêneros textuais/discursivos**. Araraquara: Letraria, 2016b, p. 255-266.

LIMA, Maria Elizabeth A.; BATISTA, Matilde Agero. O papel do *expert/especialista* versus *Clínico/intervenante* em clínica da atividade – afinal quem analisa a atividade de trabalho? In: BANKS-LEITE, Luci; SMOLKA, Ana L. e ANJOS, Daniela D. (org.) **Diálogos na perspectiva histórico-cultural**: interlocuções com a clínica da atividade. Campinas: Mercado das Letras, 2016, p. 113-129.

PRETI, Dino. (org.). **Análise de textos orais**. 5.ed. São Paulo: Humanitas, 2001.

SANTOS, Clarice D. da S. **Práticas pedagógicas**: um olhar a partir da clínica da atividade. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2018.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: Nóvoa, Antônio (coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p. 79-92.

TOLDO, Letícia Cristina. **A função reguladora do fenômeno da digressão em situação de autoconfrontação simples**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Letras Português-Inglês) - Departamento Acadêmico de Letras, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2017.

VIGOTSKI, Lev. S. **Teoria e método em psicologia**. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **A formação social da mente**. Trad. José Cipolla Neto et al. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VOLOCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO CAMPO DE PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS

Data de aceite: 30/07/2020

Stella Maris Flores Cucatti

Centro Universitário Salesiano de São Paulo
(UNISAL)
Americana, SP

RESUMO: Entendendo que há muito a ser percorrido no processo de democratização do Brasil e em direção a uma sociedade justa e equânime; e que, do mesmo modo, o modelo de justiça preponderante atualmente passa por um processo de desconstrução, questionamento e reflexão, abrem-se concomitantemente, oportunidades para novos modos de pensar, compreender, relacionar-se e viver em sociedade. O presente artigo vislumbra a aproximação entre educação e justiça, compreendendo educação em seu sentido amplo, ultrapassando a educação escolar, com base na obra de Brandão (2007), considerando educação como um sistema que ajuda a pensar e criar tipos de homens, crenças, ideias, qualificações e especialidades que envolvem trocas de símbolos, bens e poderes, ou seja, educação como parte do processo de construção de tipos de sociedades. Ao mesmo tempo este artigo dá ênfase ao sistema

restaurativo de justiça, ou Justiça Restaurativa, tendo como seu principal aporte teórico Zher (2015), abordando seus aspectos coerentes com o campo das práticas socioeducativas de acordo com os conceitos discutidos em Groppo (2013) e com a educação não formal através dos estudos de Garcia (2007). Pode-se afirmar que a justiça restaurativa vai além de um instrumental para soluções de conflitos, mas possui potencial transformador da realidade se assim desejarem os sujeitos envolvidos, pois se seguidos seus princípios específicos; implica numa escolha pelo fortalecimento da democracia, defesa de direitos fundamentais, ampliação da organização comunitária e justiça social.

PALAVRAS – CHAVE: Justiça Restaurativa. Educação. Cultura.

ABSTRACT: Understanding that there is much to be done in the process of democratization in Brazil and towards a fair and equitable society; and that, likewise, the prevailing justice model currently undergoes a process of deconstruction, questioning and reflection, opening up, simultaneously, opportunities for new ways of thinking, understanding, relating and living in society. This article looks at the approximation between education and justice, comprising education in its broad sense, going

beyond school education, based on the work of Brandão (2007), considering education as a system that helps to think and create types of men, beliefs, ideas, qualifications and specialties that involve exchanging symbols, goods and powers, that is, education as part of the process of building types of societies. At the same time, this article emphasizes the restorative justice system, or Restorative Justice, having Zher (2015) as its main theoretical contribution, addressing its aspects consistent with the field of socio-educational practices according to the concepts discussed in Groppo (2013) and with non-formal education through the studies of Garcia (2007). It can be said that restorative justice goes beyond an instrument for conflict resolution, but it has the potential to transform reality if the subjects involved so wish, because if they follow their specific principles; it implies a choice to strengthen democracy, defend fundamental rights, expand community organization and social justice.

KEYWORDS: Restorative Justice, Education, Culture.

INTRODUÇÃO

O sistema jurídico ocidental ou, mais especificamente, a justiça criminal, tem importantes qualidades, porém, são crescentes os questionamentos quanto as suas limitações e carências, já que não raro as vítimas, ofensores e membros da comunidade sentem que o sistema deixa de atender adequadamente às suas necessidades. Da mesma forma, profissionais da área jurídica sentem-se frustrados diante do atual sistema.

Prevalece, nos dias atuais, em nossa sociedade, o sistema retributivo de justiça, que reforça a punição, a busca pelo culpado por determinado crime ou ofensa e a consequente aplicação de uma sanção prevista em lei. O processo judicial, entendido como a formalização do acesso à justiça, é também visto por muitos como agravador das chagas e dos conflitos sociais ao invés de contribuir para seu saneamento, e por isso, vem reconhecendo outras formas de resolução de conflitos, tais como a mediação e conciliação.

Nesse cenário, a Justiça Restaurativa procura tratar de algumas dessas necessidades e limitações e sugere a quebra de paradigmas contemporâneos, indicando caminhos para formas de solução de conflitos em que se reconheçam as diferenças e interesses comuns, valorizando o diálogo, a participação e a corresponsabilização. A justiça restaurativa vai além de um mero conjunto de técnicas de resolução de conflitos e pode ocorrer em qualquer ambiente e situação em que haja vontade das partes: no ambiente escolar; no judiciário; numa comunidade; associação, ONGs, presídios, igrejas, etc.

Pari passu, pensando em educação como um conceito amplo, para além da educação escolar, a justiça restaurativa pode ainda, ser compreendida como parte do campo das práticas socioeducativa pela forma como se organiza em comunidade, por se constituir num movimento social e pelo seu potencial transformador, visto que procura alcançar, em cada caso, as causas mais profundas dos conflitos, deparando-se com violências

profundamente arraigadas nas estruturas sociais vigentes. Além disso, é possível traçar pontos de interseção entre justiça restaurativa e educação não formal visto que esta se caracteriza por ser uma área bastante diversa, em processo de construção, sendo possível que a educação não formal possa vir a constituir sua identidade a partir de algumas características do movimento de justiça restaurativa, bem como também poderá criticar e rejeitar alguns de seus aspectos.

CONTEXTUALIZANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA

Desde os anos 1970 vem surgindo vários programas e praticas de justiça restaurativa em centenas de comunidades de vários países do mundo. Com frequência são oferecidos como alternativas paralelas ou mesmo no âmbito do sistema jurídico vigente.

Justiça Restaurativa é uma abordagem que visa promover justiça e que envolve, tanto quanto possível, todos aqueles que têm interesse numa ofensa ou dano específico, num processo que coletivamente identifica e trata os danos, necessidades e obrigações decorrentes da ofensa, a fim de restabelecer as relações na medida do possível (ZHER, 2015, p.54).

Sua inspiração vem de modelos ancestrais de justiça, dentre eles as práticas das comunidades Maori, da Nova Zelândia, com prevalência dos interesses coletivos sobre os interesses individuais, consistente nas conferências familiares, com participação do jovem infrator, vítima e suas respectivas famílias. A partir de 1989, a Nova Zelândia fez da justiça restaurativa o centro de todo o seu sistema penal para a infância e juventude (ZHER, 2015).

Ademais, as comunidades indígenas do Canadá são outra importante referência, concernente a adoção de processos circulares, com participação da comunidade e das pessoas envolvidas no conflito, modelo que pode ser usado para trabalhar, resolver e transformar os conflitos em geral, podendo ser considerado uma modalidade de democracia participativa.

A terceira referência na constituição de modelos reside na mediação vítima-infrator e, em especial, é a mais usual nas práticas da justiça restaurativa, e envolve a participação de um mediador na resolução dos conflitos.

Esses são os três modelos restaurativos mais difundidos e adotados pelos sistemas jurídicos internacionais (MARTINS, 2016). É possível notar nas sociedades indígenas, donde surge a idéia da justiça restaurativa, que em lugar de isolar e punir o infrator, a meta da justiça deve ser o dialogo, envolvendo a família e comunidade na busca de harmonia e reconciliação, promovendo acordo entre as partes (ZHER, 2015).

Interessante notar a valorização de saberes frequentemente não considerados pela sociedade como legítimos ou importantes, como a forma que sociedades e nações

indígenas tradicionalmente desenvolviam seu sistema de justiça e a aplicavam para solução de seus conflitos.

Nas sociedades onde o sistema jurídico ocidental substituiu ou suprimiu processos tradicionais de justiça e resolução de conflitos, a Justiça Restaurativa oferece uma estrutura apta a reexaminar e, por vezes, reativar tais tradições. Às vezes vejo a Justiça Restaurativa como uma amálgama de elementos-chave da percepção moderna sobre direitos humanos com abordagens tradicionais em relação ao dano ou conflito (ZHER, H. 2015, p.13).

Há atualmente relevantes marcos normativos acerca da justiça restaurativa, destacando-se a Resolução n. 12/2002 do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) ao dispor sobre princípios básicos para utilização do modelo restaurativo, conceitua a justiça restaurativa como um “processo através do qual todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias decorrentes desse ato e suas implicações para o futuro”.

As práticas restaurativas, nos moldes referenciados pela ONU, têm sido utilizadas no Brasil em procedimentos que versam sobre crianças e adolescentes como forma de responsabilização, restauração e reintegração do adolescente em conflito com a lei (MARTINS, 2016). No Brasil, a introdução da justiça restaurativa no sistema judiciário ocorreu em 2005, a partir de projetos desenvolvidos nos Juizados Especiais Criminais do Núcleo Bandeirante, na 3ª Vara da Infância de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e na Vara da Infância de São Caetano do Sul, em São Paulo.

Mais recentemente, o legislador brasileiro, ao regulamentar a execução das medidas socioeducativas – Lei n. 12.594 de 2012, estabeleceu dentre seus princípios, a excepcionalidade da intervenção judicial, privilegiando os meios de autocomposição de conflitos e a prioridade de práticas ou medidas restaurativas, a fim de também atender às necessidades das vítimas.

Dessa maneira, podem ser destacados três pilares ou conceitos centrais da justiça restaurativa: danos e necessidades; obrigações e engajamento (ZHER, 2015, p.38). A justiça restaurativa vê o crime como um dano causado a pessoas e comunidades, ou seja, coloca o foco no dano, o que faz surgir uma preocupação inerente com as necessidades da vítima e o seu papel no processo. Diferente do sistema de justiça vigente que mantém o foco em regras e leis, sendo o Estado a vítima, preocupado em dar aos ofensores o que eles merecem e considerando as vítimas uma preocupação secundária do processo penal. O foco no dano, conforme a justiça restaurativa abre as portas para uma abordagem centrada na vítima, oferecendo a estes a oportunidade de definirem suas necessidades, ao invés de tê-las determinadas por outros ou pelo sistema. Deve haver também a preocupação com o dano vivenciado pelo ofensor e pelas comunidades, o que leva a contemplar as causas que deram origem ao crime.

Consequentemente, os males ou danos, resultam em obrigações, por isso, a justiça restaurativa enfatiza a imputação e a responsabilização daqueles que causaram danos.

Não se trata de mera punição, mas implica em responsabilização, ou seja, o ofensor deve ser estimulado a compreender o dano que causou e entender as consequências de seu comportamento. Além disso, deve assumir a responsabilidade de corrigir a situação na medida do possível, tanto concreta como simbolicamente em face das pessoas que foram prejudicadas. Há que se observar que a obrigação recai não só sobre o responsável diretamente pelo dano, mas também a comunidade e a sociedade assumem obrigações.

Por fim, o princípio do engajamento sugere que as partes afetadas desempenhem papéis significativos no processo judicial, ampliando o círculo de sujeitos envolvidos, quando comparado ao processo de justiça tradicional.

Tais “detentores de interesses” precisam receber informações uns sobre os outros e envolver-se na decisão do que é necessário para que se faça justiça em cada caso específico. Em alguns casos, isto pode significar diálogo direto entre as partes, como ocorre nos encontros entre vítima e ofensor. Eles partilham seus relatos e chegam a um consenso sobre o que pode ser feito. Em outros casos, o processo envolve trocas indiretas, por intermédio de representantes, ou ainda outras formas de envolvimento (ZHER, H. 2015, p.40).

Ademais, podem ser citados como outros princípios que regem as práticas, principalmente os círculos restaurativos: voluntariedade, consensualidade, confidencialidade, celeridade, urbanidade, adaptabilidade, imparcialidade.

Por conseguinte, esses princípios que cercam a justiça restaurativa demonstram os valores que devem ser respeitados e praticados, em resumo: participação, respeito, honestidade, humildade, interconexão, responsabilidade, empoderamento.

JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO CAMPO DE PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS

O cenário da origem do campo de práticas socioeducativas no Brasil é dos anos 90, década que marca uma crise da educação escolar, formal e institucionalizada que passou a ser enfaticamente questionada quanto a seus objetivos, eficácia e qualidade (GROPPO, 2013).

A partir de então, no Brasil, tornou-se afamado o termo educação não formal, desejando se referir a práticas educacionais que se distinguiam em seu modo de ser e objetivos em relação ao que seria a educação formal ou escolar (GROPPO, 2013, p.130).

Atualmente há um conjunto de práticas educativas que vem se consolidando como área específica do fenômeno educacional, a qual tem recebido inúmeras denominações, tais como educação não formal, educação social, educação comunitária, educação sociocomunitária, pedagogia social, etc, demonstrando, com isso, que o campo educacional chamado de práticas socioeducativas está em processo de legitimação, caracterizando-se pela interseção entre o social e o educativo.

Grosso (2013) utiliza a noção de campo social de Bourdieu para criar um esboço do campo das práticas socioeducativas no Brasil. Segundo seus estudos, os agentes

dessas práticas socioeducativas, em seus saberes e práticas, visam compor um *doxa* (seus valores particulares, conjunto de “verdades” aceitas pelos agentes) e um *nomos* (princípios regulativos, leis gerais que governam o campo) que têm composição complexa e origens múltiplas. Nesse sentido seria possível dizer que as práticas restaurativas de justiça compõem um *doxa* com um conjunto de valores reconhecidos pelos agentes como: participação, respeito, responsabilidade, entre outros e também constitui um *nomos* com princípios regulativos como o diálogo entre as partes envolvidas com foco em seus três pilares, já explicitados anteriormente.

As práticas socioeducativas têm em comum propostas e práticas de intervenção educativa com objetivos sociais, ou seja, destinadas a pessoas e grupos específicos, sujeitos a problemas de caráter social. Deve-se ter claro também que o campo social é local onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos.

É preciso considerar que os agentes são dotados de disposições, tomam decisões e lutam por seus interesses, fazendo uso de poderes (diferentes formas de capital) que acumularam. Porém a origem das disposições dos agentes e a própria formação de seus interesses também são sociais, por meio da inculcação de valores, hábitos, expectativas, modos de ser e pensar socialmente transmitidos e que se corporifica no que se chama de *habitus* (BOURDIEU *apud* GROPPPO, 2013, p.61).

O capital citado por Bourdieu representa um poder sobre o campo, e os capitais constituem-se de poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado. Pode-se destacar o capital econômico, o capital cultural, o capital social e o simbólico, pois o espaço social é multidimensional e é lugar não apenas de lutas materiais, mas também de lutas simbólicas. Além disso, vale ressaltar que a autonomia de um campo se dá quando ele conquista sua legitimação, ou seja, quando é capaz de impedir que outro campo interfira no seu modo de agir (GROPPPO, 2013, p.63).

Importante destacar que o conceito de educação que se está considerando ao pensar em práticas socioeducativas é o conceito amplo que vai muito além da mera educação escolar e entende que educação se mistura com a vida cotidiana e que há várias educações possíveis.

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante (BRANDÃO, 2007, p.9).

Em consonância com essa teoria é possível vislumbrar a justiça restaurativa como campo de práticas socioeducativas que luta para se tornar autônoma. Socioeducativa porque se dá a partir da vontade, intenção e organização da comunidade ou grupo de pessoas, abre possibilidade para os sujeitos envolvidos pensarem autonomamente sobre como fazer justiça em cada caso, sobre quais são os danos, necessidades e urgências a serem considerados, propiciando a transformação de formas de pensar e de viver, em direção a mais participação, corresponsabilização, dignidade, equanimidade, honestidade.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Dentro do campo das práticas socioeducativas a justiça restaurativa pode se aproximar da educação não formal visto que esta não é estática, é uma atividade aberta que ainda está em construção, é bastante diversa e se constitui no Brasil dialogando com ações de diferentes origens como a assistência social, a filantropia, a educação popular, os movimentos sociais, a arte-educação, a educação para o trabalho, ações vinculadas ao terceiro setor, entre outras (GARCIA, 2007).

A expressão educação não formal começa a aparecer na década de sessenta tornando-se popular em 1967 com a *International Conference on World Crisis in Education* ocorrida em Williamsburg, Virginia, Estados Unidos. Foi elaborado um documento base do congresso sob responsabilidade do Instituto Internacional de Planejamento da Unesco, sob a coordenação de P.H. Coombs, apontando a necessidade de desenvolver meios educativos que não se restrinjam somente aos escolares (GARCIA, 2008, p.2). A educação não formal surge, portanto, relacionada ao campo pedagógico conjuntamente a uma série de críticas ao sistema formalizado de ensino em um momento histórico em que diferentes setores da sociedade viam a escola e a família inaptos a responder a todas as demandas sociais que lhes são impostas: de educação, cuidado, formação, atendimento, proteção e socialização dos indivíduos. Razões econômicas, como a transformações nas relações de trabalho sem dúvidas foram fundamentais para detonar essa crise em relação a educação formal, dando visibilidade a outros fazeres educacionais fora do contexto tradicional da escola, tendo em vista a impossibilidade da escola dar conta da educação de uma maneira ampla e genérica. Ademais, houve a divulgação do conceito de educação permanente que passou a legitimar e valorizar outras maneiras de educar e educar-se e, levando, por fim à compreensão e aceitação de que o meio também educa (GARCIA, 2008, p.2).

Portanto, o conceito de educação não formal não está no conceito de educação formal, mas diz respeito a um outro acontecimento que transita em outro plano, tem sua origem em diferentes preocupações com a formação integral do ser humano, no sentido de considerar contribuições vindas de experiências que não são priorizadas na educação formal (GARCIA, 2008, p13).

Surge a partir de mudanças que fazem com que a sociedade se re-estruture (ao considerarmos as necessidades e propostas sociais que têm preocupações diversas daquelas da educação formal), ou por considerar propostas diferentes daquelas oferecidas pelo sistema formal, ou por se propor a atender aqueles que a escola formal tem dificuldade de integrar no seu cotidiano (crianças/jovens/adultos/idosos com necessidades especiais, praticantes de atos infracionais, aqueles que passam o dia ou vivem nas ruas e outros) (GARCIA, 2008, p.13).

Nesse artigo é sugerida a aproximação entre o sistema de justiça restaurativo e a educação não formal considerando a justiça restaurativa como um movimento social que vem questionando o modo de entender e de fazer justiça, pois justiça também é um

fenômeno construído e aprendido histórica e socialmente. Não há a intenção de denominar a justiça restaurativa como educação não formal e nem de afirmar que ela possui todas as características dessa especificidade da educação, mas a intenção é apresentar algumas características afins de ambos os universos em questão.

Enquanto movimento social que se aproxima da educação não formal, a justiça restaurativa apresenta características gerais dos movimentos sociais. Estes se caracterizam por conceber a educação como uma área importante na formação dos indivíduos que vai além do informar, abrangendo cultura, arte, formação política, etc., muitas vezes pode apresentar uma ideia salvífica de educação como uma ferramenta para resolver problemas sociais (GARCIA, 2007).

Ocorre que esses problemas sociais culminam em conflitos que chegam ao judiciário podendo ter um tratamento legalista, ou seja, buscando encaixar o fato ocorrido num determinado crime tipificado pela lei penal e aplicar uma sanção correspondente. Ou pode receber um tratamento sob as lentes da justiça restaurativa, se houver vontade das partes envolvidas, levando a um processo de diálogo e abordagem do conflito que leva a descortinar as suas causas mais profundas, inclusive aquelas provenientes da estrutura social em que vivemos. Daí a impossibilidade de encarar os problemas sociais apenas como de responsabilidade da educação já que estão imbricados no contexto de um conflito diversos aspectos tais como desigualdade econômica, discriminações de gênero, raça, etnia, não acesso a serviços públicos de qualidade; negação de direitos fundamentais, etc.

Zher (2015) utiliza a metáfora de um rio para expressar como tem sido o movimento da justiça restaurativa: começou como um fio d'água nos anos 1970, nasceu da prática e da experimentação e não de abstrações, pois teoria e conceito, vieram posteriormente. Mas ao mesmo tempo em que as fontes imediatas do rio atual da justiça restaurativa são recentes, tanto o conceito quanto a prática recebem aportes de tradições primevas tão antigas como a história da humanidade, e tão abrangentes como a comunidade mundial. Por algum tempo o riacho da justiça restaurativa foi mantido no subterrâneo pelos modernos sistemas judiciais. Mas nas últimas décadas esse riacho reapareceu e cresceu tornando-se um rio cada vez maior. Hoje a justiça restaurativa é reconhecida mundialmente por governos e comunidades preocupados com o crime. Milhares de pessoas em todo o planeta trazem sua experiência e conhecimentos para esse rio. O rio está sendo alimentado também por várias tradições indígenas e formas contemporâneas baseadas nessas tradições: as conferências de grupos familiares adaptadas das tradições maori da Nova Zelândia, por exemplo; os círculos de sentenciamento das comunidades aborígenes do norte do Canadá; os tribunais de construção de paz dos navajos; a lei consuetudinária africana; ou a prática afegã chamada *jirga*. O campo da mediação e resolução de conflitos também alimenta esse caudal, da mesma forma os movimentos pelos direitos das vítimas e os movimentos por penas alternativas que vimos surgir nas

ultimas décadas. Igualmente, uma ampla gama de tradições religiosas verte suas águas nesse rio. Entretanto, nenhum modelo deve ser copiado ou simplesmente implantado em outra comunidade ou sociedade, ao contrário, devem ser vistos enquanto exemplos de como diferentes comunidades encontraram no seu contexto particular uma forma apropriada de fazer justiça. Essa abordagem de justiça voltada para o contexto leva em consideração que a justiça nasce do diálogo e leva em conta as tradições e culturas locais. Esse é um dos motivos por que também se deve ter muita cautela quanto a estratégias impostas de cima para baixo na implantação da justiça restaurativa. Há de procedimentos pseudorestaurativos ou não restaurativos, ações e programas que têm sido rotulados de restaurativos sem de fato o serem. A forma de identifica-los é verificando se estão realmente alinhados com os princípios restaurativos.

A justiça restaurativa enquanto movimento social carrega um potencial transformador na medida em que busca através do diálogo organizado voluntariamente pela comunidade ou membros de um grupo, atingir o cerne da causa que gerou o conflito e refletir sobre ele de forma crítica, multifacetada, objetivando atingir a conscientização a respeito das responsabilidades individuais e coletivas; sanar danos; propor ações futuras e transformar relações. Nesse aspecto ela se aproxima da educação não formal já que esta tem mais possibilidade de se colocar aberta a ações transformadoras, tem aberturas para conviver com o caos (GARCIA, 2005). A educação não formal pode aproveitar e criar a partir do caos, dando oportunidades de que os envolvidos nesse processo educacional desenvolvam experiências de criação e experimentem essa relação com o que não é preestabelecido, aprendendo a conviver livremente com o processo criativo (GARCIA, 2005, p38).

Dessa forma, justiça restaurativa e práticas socioeducativas se aproximam por permitirem e potencializarem a organização comunitária livre e criativa, em comparação aos modos institucionalizados na sociedade atual, de se fazer a educação e a justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de justiça, o fazer justiça e como lidar com crimes ou ofensas que são atos reconhecidos coletivamente como ameaçadores à vida, são fenômenos construídos historicamente pelas sociedades em suas relações cotidianas e transmitidas ao longo de gerações, assemelhando-se ao processo de aprendizagem. Da mesma forma que se aprende através da cultura e das relações sociais a falar, a se alimentar, a se comportar, a assear-se, também se aprende sobre justiça e injustiça.

É notório o processo delicado que o Brasil vem passando marcado por crises na política, na economia, na educação e também do sistema judiciário, colocando em xeque as formas de se compreender e fazer justiça atualmente.

Com este enfoque, o presente artigo propôs, com base no estudo bibliográfico, como relevante a aproximação entre educação e justiça, especificamente o campo das práticas

socioeducativas, com ênfase na educação não formal e a justiça restaurativa, sugerindo que estes dois universos se correspondem por se caracterizarem como experiências em construção; abarcando diversidade de práticas, sujeitos e ações transformadoras.

O campo educacional, assim como o campo da justiça restaurativa, traz consigo a contradição entre a transformação e a reprodução. Nesses processos é possível observar tanto atitudes e propostas de cunho transformador, como ações no sentido de garantir a manutenção e reprodução, sendo ingênuo procurar por propostas que possam ser consideradas exclusivamente transformadoras ou apenas reprodutoras.

Importante ressaltar que ambos campos possuem em comum a valorização do diálogo, a relação com o que muitas vezes é encarado inicialmente como oposto, pois ambos valorizam a contribuição que o outro possa dar, a relação com o outro é valorizada em si mesma, tendo em vista que é através dessa interação que as transformações humanas podem ocorrer.

Há muito que se avançar nas pesquisas a respeito de educação e justiça, mais ainda quando se tratam de experiências diferentes das formais, institucionalizadas e legitimadas socialmente. Contudo, espera-se que esse artigo possa contribuir para a sugestão de aproximação entre esses campos.

REFERÊNCIAS

- BIANCHINI, Edgar Hrycylo. **Justiça Restaurativa: um desafio à práxis jurídica**. Campinas: Servanda, 2012.
- BITENCOURT, C. R. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BRANDÃO, Carlos. **O que é educação**. Coleção Primeiros Passos, 20. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- GARCIA, Valéria Aroeira. Um sobrevôo: o conceito de educação não formal. In: FERNANDES, Renata S. e PARK, Margareth Brandini (orgs.). **Educação não formal: contextos, percursos e sujeitos**. Campinas, SP, UNICAMP/CMU; Holambra, SP: Editora Setembro, 2005. P.19-43.
- GARCIA, Valéria Aroeira. Educação não-formal: um mosaico, in: PARK, Margareth B., FERNANDES, Renata S. e CARNICEL, Amarildo. **Palavras-chave em Educação não formal**, Holambra, Campinas: ed. CMU/ Setembro, 2007, p.31-54.
- GARCIA, Valéria Aroeira. **O papel do social e da educação não formal nas discussões e ações educacionais**. Campinas/SP, 2008.
- GROPPO, Luís Antonio. **Um esboço sobre a gênese do campo das práticas socioeducativas no Brasil: aplicação da noção de campo social de Bourdieu**, In: Série Estudos – Periódico do Programa de Pós Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande – MS, n.35, p. 59-78, jan/jun 2013.
- GROPPO, Luís Antonio e COUTINHO, Suzana Costa. **A educação popular e o campo das práticas socioeducativas: considerações sobre a história da educação popular e de seus desafios atuais**. Eccos. Revista Científica.

MARTINS, Paulo F.M; MARQUES, Julianne F.; GUIMARÃES, Halyny M. **Educação e Justiça Restaurativa: os desafios na resolução de conflitos no ambiente escolar.** Revista Esmat, Tocantins, ano 8, n.11, 2016.

MARTÍNEZ, Sérgio Rodrigo. **Reflexões sobre o ensino jurídico: aplicação da obra de Paulo Freire aos cursos de Direito.** *Jus Navegandi*, Teresina, ano 9, n.654, 2005.

ZHER, Howard. **Justiça Restaurativa.** Tradução de Tônia Van Acker – São Paulo: Palas Athena, 2015.

ZHER, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça.** Tradução de Tônia Van Acker – São Paulo: Palas Athena, 2008.

ENTRE “MORTADELAS” E “COXINHAS”: O DISCURSO POLÍTICO DOS YOUTUBERS BRASILEIROS

Data de aceite: 30/07/2020

Amanda Cristine Zanoto Fouani
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é compreender o fenômeno do sucesso crescente dos youtubers com ênfase em seus discursos políticos relacionados aos casos polêmicos de exposições artísticas com conteúdo LGBT. Para isso foram escolhidos criadores de conteúdo com diferentes ideologias e estudando seus vídeos com a metodologia de análise de conteúdo e discurso. Pode-se notar o uso de linguagem popular, com gírias e palavrões, além de muita gesticulação em todas as análises, resultando em uma identificação entre esses atores e seus espectadores; levando esse indivíduo a consolidar ou mudar seu ponto de vista baseado nas informações argumentativas do vídeo aliadas ao carisma. Assim, conclui-se que o discurso presente em vídeos no YouTube não se resume apenas em entretenimento e comicidade; porém, pelo lado positivo, democratizam e disseminam o interesse político, principalmente no público mais jovem.

PALAVRAS-CHAVE: Youtuber; Discurso;

LGBT; Política; Arte.

ABSTRACT: This paper aims to comprehend the phenomenon of the growing success of youtubers with emphasis upon their political discourses related to the controversial cases involving art exhibitions with LGBT content. For this purpose content creators with different ideologies were chosen to study their videos using methodologies of analysis of content and discourse. It is noticeable in every analysis the use of popular language, with slangs and swearing, gesticulation as well, resulting in a identification between these actors and their viewers; inducing these individuals to consolidate or change their point of view based on the argumentative informations used in the video allied with the charisma of the youtuber. Therefore, it is apparent that through the discourse existent at YouTube videos are not only comic or entertainment related; however, considering all of this, on the positive side, these videos democratize and disseminate political interest, specially among young public.

KEYWORDS: Youtuber; Discourse; LGBT; Politics; Art.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é produzido a partir de monografia homônima e de mesma autoria, porém, de forma mais sucinta para viabilizar o entendimento sobre o tema e a participação da pesquisa em eventos científicos. Como abordado na mesma, há diversos estudos dissertando sobre a relação entre youtubers e consumo, empoderamento de minorias sociais, potencial da plataforma como incentivo à leitura e possível ferramenta de ensino, além de outra infinidade de temas, “ainda há poucos artigos que explorem os youtubers como atores formadores e reprodutores de discursos políticos - aqui, entende-se política não como apenas relacionada às eleições, partidos e seus atores [...]; mas sim, como mensagens ideológicas que mantêm ou destroem o *status quo*” (FOUANI, 2018, p. 11)

A relevância do tema se dá principalmente quando acessamos os dados do YouTube Insights de 2017 -os mais recentes- e percebemos que a plataforma atinge 98 milhões de brasileiros, 95% da população online, e tendo praticamente todo seu público (96%) de jovens entre 18 a 35 anos. Apesar da televisão ainda dominar a audiência nacional, nesse mesmo recorte etário, é comum o comportamento de estar usando o celular enquanto diante da tela tradicional (EL PAÍS, 2017). 63% dos consumidores do YouTube afirmam que não conseguiriam viver sem a plataforma e 46% decidem assistir vídeos que lhes parece relevante para as mais diversas atividades –desde *DIY (Do It Yourself)*, tutoriais ensinando artesanatos, consertos, “gambiarras” e outras tarefas manuais) até conteúdos para estudar e se informar (de aulas preparatórias para ENEM, capacitação para o Pacote Office, até notícias e outras fontes de informações, verdadeiras e falsas) filtrados unicamente pelo e para o usuário. E a tendência é só aumentar. (YOUTUBE INSIGHTS, 2017)

Não é à toa que o slogan da plataforma seja “*Broadcast Yourself*” –algo como “Expresse-se”, em tradução livre- já que para um mesmo usuário é dado o poder de postar diferentes conteúdos em seus vídeos, comentar, compartilhar e reagir -com *like* (gostei) e *dislike* (não gostei) –incitando debates dentro e fora da própria esfera, perpassando outras redes sociais e até mesmo as interações off-line. “Esse tipo de cultura participativa, onde se produz e consome ao mesmo tempo, deu origem ao termo *prosumers* (fusão dos perfis de consumidor e produtor, visto que não há mais uma separação desses, ambos produzem e consomem simultaneamente) e a forma na qual esse grupo age ciberneticamente. ” (FOUANI, 2018, p.18) Assim, o *hype* do YouTube pode ser compreendido quando ele é visto como um sistema cultural a partir dessas colaborações, “a comunidade do YouTube forma uma rede de prática criativa”. (BURGESS e GREEN, 2009, p. 88).

Muito além dos indivíduos, o próprio Estado viu tal potencial resultando em investimentos massivos em propagandas não somente publicitárias (que aparecem pouco antes dos vídeos escolhidos pelo usuário), mas também políticas, “porém, de uma forma mais informal e menos invasiva como o horário político obrigatório na televisão ou na

rádio, tornando-se mais atrativo ao público jovem. ” (FOUANI, 2018, p. 13) Como, por exemplo, a “viagem” superdivertida e cultural do youtuber FunforLouis para a Coreia do Norte –onde qualquer passeio turístico precisa ter um agente do governo- e a campanha milionária do Ministério da Educação (MEC) durante o governo Temer para youtubers populares publicarem em seus canais argumentos favoráveis sobre a reforma no ensino médio, com a justificativa de que a plataforma é uma das melhores formas para atingir o público-alvo que enfrentará essas mudanças (G1, 2017).)

A partir desses fatos, é possível notar que os youtubers são a ferramenta perfeita para a propaganda política e discursos ideológicos. Não apenas por causa do seu alcance estatístico dentro da plataforma, mas sim porque, como Joseph Goebbels - ministro da Propaganda de Hitler na Alemanha Nazista - dizia: “Propaganda funciona melhor quando aqueles que estão sendo manipulados estão confiantes de que eles estão agindo com seu livre arbítrio”. (FOUANI, 2018, p. 14)

A identificação quase que automática entre atores e espectadores que há na plataforma é o que torna o valor comercial e político dela tão mais acessível; a exteriorização do *self* real com o virtual e o dinamismo de diversas vozes ressoantes através dessas novas identidades, diferente da que há em um debate na esfera real. É a partir disso que vêm a sensação de que basta uma câmera, uma boa história e disposição para fazer sucesso, quando, na realidade, há uma infinidade de engrenagens de marketing e publicidade no mundo das webcelebridades.

A maior diferença entre os meios de comunicação tradicionais e o YouTube é justamente isso, pois enquanto na televisão e no rádio a participação do espectador era secundária (com pouca participação e quando ocorria era por pouco tempo, normalmente via ligações ou cartas) e passiva, visto que não havia maiores dinâmicas e interações para o público. Enquanto no rádio, o radialista era romantizado por ser apenas uma voz, entidade sem rosto que poderia ser imaginado como quer que fosse e na TV, o apresentador já tinha rosto e poderia passar uma figura de galã ou mais afetiva, parecendo alguém mais velho, que fosse entender os problemas. Em ambos casos, ocorria um “endeusamento” dessas figuras por não parecerem próximas ao público, aonde Gil Gomes e Silvio Santos estavam em patamares próximos ou até mesmo superiores de cantores e atores da época. Com o YouTube, o público consegue interagir das mais diversas formas com alguém que parece tão comum e acessível quanto eles. Esse dinamismo e acolhimento entre espectador, criador de conteúdo e a falta de barreiras rígidas entre esses papéis é o que faz o YouTube o fenômeno que é. (FOUANI, 2018, p. 20)

A liquidez dessas barreiras sociais na plataforma –principalmente nos formatos de *vlogs*- levam a uma construção de emocionalidade e subjetividade que considera o conteúdo dos vídeos em tomadas de decisões ou como parte de argumentos em certas reflexões. “A experiência emocional e vinculativa entre espectador e youtuber leva à conclusão de que os youtubers não são meros criadores de conteúdo, mas sim, formadores de opinião. Principalmente quando são vistos com intimidade e têm seus pontos de vista e conselhos somados ao caráter e ações de um indivíduo. ” (AGUIAR, 2016, p. 81). De um simples site de compartilhamento de vídeos pessoais ao império de criação e distribuição dos mais variados conteúdos, hoje, o YouTube tem sido um foco de discussão sobre discussões trabalhistas -“criar vídeos para o YouTube é trabalho formal?”-

e políticas (aonde Olavo de Carvalho mais expõe suas opiniões e recebe feedbacks de seus mais distintos seguidores, muitos deles fazendo parte do atual governo; aonde, também, Eduardo Bolsonaro estuda para a sabatina no Senado para assumir o cargo de diplomata. (FÓRUM, 2019)), a plataforma se tornou exclusivamente fonte de informação de 59% de seu público (podendo ser diretamente relacionado ao fenômeno do *media bias* -“Esta convicção de que há ‘tendenciosidade’, como se diz popularmente, é o que um bom montante de literatura internacional sobre os efeitos da comunicação chama de percepção ou convicção de ‘media bias’ ou ‘news bias’, é a sensação de que os meios de comunicação distorcem os fatos. ” (GOMES apud FOUANI, 2018, p. 60) - ou seja, desconfiança que a mídia tradicional favoreça o lado oposto de sua opinião; levando à dualidade intelectual bastante propagada do controle midiático ser “comunista” e “petista” ou “fascista”); O elemento partidário das eleições deixa de ser uma esfera exclusivamente militante ou acadêmica para se popularizar na internet, com jargões, memes e disputas constantes que levam o binarismo coxinha *versus* mortadela para muito além dos protestos, mas chegando com um ativismo passivo distante apenas de um clique.

Arthur do Val conseguiu notoriedade por seus vídeos de conteúdo liberal com viés ideológico de direita, depois tornou-se militante do MBL, o que fez com que seus engajamentos no canal aumentassem a ponto de ser visto como alguém que “vai mudar a politicagem tradicional”; candidatou-se juntamente com Kim Kataguirí (um dos fundadores e líder do movimento social supracitado) pelo DEM. Arthur (que em sua campanha colocou “Mamãefalei” junto a seu nome para ser reconhecido) venceu como o segundo mais votado deputado estadual de São Paulo, enquanto Kataguirí foi o quarto mais votado pelo mesmo estado no cargo de deputado federal. Suas vitórias demonstram as mídias sociais, e, principalmente nesse caso, o YouTube, como potências no âmbito político-ideológico que precisam com urgência de mais estudos para compreender suas dinâmicas, disputas, discursos e consequências.

2 | DESENVOLVIMENTO

O tópico escolhido para estudo foi resultante de pesquisa onde os youtubers escolhidos dissertassem sobre um mesmo ocorrido relevante em 2017, quando comecei a pesquisa; no estudo, essa convergência ocorreu em debates sobre o Queermuseu e o espetáculo La Bête (já que nas narrativas, ambos se misturam e são lidos como um fenômeno só, sendo esse último lido como uma influência ou resultante do primeiro). Os critérios para escolha dos youtubers a serem analisados foram:

[...] formato de *vlog*, notoriedade por ter boa parte dos vídeos com críticas políticas e posição política sempre reafirmada - sendo dois de direita (Nando Moura e Arthur do Val), um de centro (Pirula) e dois de esquerda (PC Siqueira e Cauê Moura) - sendo também levado em consideração o próprio posicionamento político destes nos próprios vídeos ou em outras redes sociais [...]. (FOUANI, 2018, p.62)

Os vídeos selecionados foram:

- **Nando Moura (canal homônimo):** “SANTANDER - O Banco do DIABO!” (1), este vídeo foi excluído do canal antes da pesquisa, porém já estava analisado e baixado em arquivo pessoal. O número de visualizações, *likes* e *dislikes* contabilizados na tabela constam com data de última análise. (FOUANI, 2018, p. 64); “Por que ARTE MODERNA é uma MERDA???” (2); “Criança + Homem + Pinto Murcho = ARTE.” (3); “Em Defesa da “ARTE” com Crianças...” (4) e “ENCONTROS - Expostos a uma ROLA.” (5);
- **Arthur do Val (“MamãeFalei”):** “MBL censura Exposição Queermuseu do Santander” (6); “Contra censura do MBL à exposição Queermuseu - Santander - Porto Alegre” (7); “Pedofilia no Museu de Arte Moderna MAM / SP” (8); “Dona Regina vs Artistas” (9) e “Vai ter exposição SIM!!! - Santander DE NOVO!!!” (10);
- **Pirula (“Canal do Pirula”):** “Santander e a exposição fechada (#Pirula 224.1)” (11); “PIRULA ISENTÃO ALIVIA PRA TODOS NO CASO SANTANDER/QUEERMUSEU? (#Pirula 224.2)” (12) e “A exposição do MAM: nudez, arte e educação (#Pirula 224.3)” (13);
- **PC Siqueira (“maspoxavida”):** “Cura Gay” (trecho de 5:44 à 8:40) (14) e “Rick e Morty, Tiroteio e o Peladão” (trecho de 2:46 à 7:00) (15);
- **Cauê Moura (canal homônimo, antigo “Desce a Letra”):** “OK, VAMOS TER UM DIÁLOGO” (trecho de 1:07 à 3:56) (16); “TÁ ACABANDO” (trecho de 5:34 à 8:21) (17) e “TACARAM FOGO NO LUGAR ERRADO” (trecho de 3:36 à 6:36) (18).

Os youtubers mais influentes do país -Kéfera, Julio Coliello, Felipe Neto, Whindersson Nunes, Jout Jout e Luba- não se pronunciam sobre assuntos políticos de forma tão direta pelos seus vídeos (pelo menos não nas chamadas, ou seja, títulos, onde fiz triagem escolhendo os que relacionavam o ocorrido escolhido com as seguintes palavras-chave: MAM, *queer*, museu, arte, nu, pelado), mas acabam sendo muito ativos politicamente no Twitter (como é possível ver por Felipe Neto e Jout Jout, principalmente).

Para a análise dos 18 vídeos selecionados foi feito um livro de códigos com os seguintes elementos: uso de vídeo outros canais ou links externos relacionados ao tema; cor da roupa; cenário; número de visualizações nos vídeos; número de inscritos no canal; imagens ou música de fundo; tom de voz mais usado (se raiva, sinceridade ou ironia, por exemplo); palavras mais usadas; quantidade de *likes* e *dislikes* no vídeo; expressão corporal e gestual.

Durante a análise, algumas hipóteses iniciais não se concretizaram: de “uso de músicas e imagens de fundo para maior comoção e engajamento dos espectadores, tal como a roupa poderia ter alguma propaganda política (por exemplo, camiseta de algum partido ou com alguma campanha, por exemplo #LulaLivre; camiseta da seleção brasileira em alusão aos protestos a favor do impeachment da presidenta Dilma). ” (FOUANI, 2018, p. 63) A análise na íntegra está na tabela e nas nuvens de palavras de cada um dos vídeos (feitas pelo programa NVivo para condensar as palavras mais utilizadas de forma precisa) que inicia na página 65 da monografia em questão, devido a sua extensão preferi

não utilizá-la nesse artigo, optando por mostrar apenas os seus resultados:

Pode-se ver que três *youtubers* se posicionaram a favor do queermuseu (PC Siqueira, Pirula e Cauê Moura) e que dois foram contra essa (Nando Moura e Mamãe Falei). Em relação à exposição “La Bête”, no MAM, ocorreu o mesmo, dois foram a favor (PC Siqueira e Cauê Moura) enquanto os outros três foram contra. Em quase todas as nuvens de palavras houve a ocorrência dos termos “criança”, “exposição” e “pedofilia”. Os vídeos conflitam entre os discursos da defesa da inocência das crianças e privá-las de assuntos e imagens polêmicas ou consideradas inadequadas (como nudez, sexo, entre outras) por incentivá-las ou confundi-las a tais ações ou expô-las a tais tópicos para não amenizar a realidade, iniciar desde cedo uma reflexão sobre temas tabus e como lidar com eles. (FOUANI, 2018, p. 84)

Além disso, é possível notar no conteúdo dos vídeos que ainda há uma superestima da plataforma como uma contra-mídia para debates e deliberações políticas, “porque as redes sociais dão a (falsa) impressão de serem uma mídia independente de influências governamentais e do mercado financeiro, devido aos algoritmos dessas redes, o conteúdo nos é filtrado pelo que pesquisamos e demonstramos mais interesse”, o que pode ser bastante perigoso no sentido de desconsiderar -ou até mesmo se opor piamente- ao livre discurso na esfera off-line. E até mesmo os próprios criadores de conteúdo fomentam tal visão (FOUANI, 2018, p. 60), como é possível ver pelos trechos a seguir:

“Pedofilia no Museu de Arte Moderna MAM/SP”, do canal Mamãe Falei, aos 4:31 quando diz que “internet trouxe à luz toda essa bosta que vocês fazem travestida [...] de cultura” e aos 5:20 onde diz “Hoje, felizmente, a gente não depende mais dessa mídia bosta, essa mídia de esquerda aí, cheia de galera que apoia esse tipo de porcaria. [...] Hoje, nós temos a internet para dá voz aos bons. ” e, no vídeo “Vai ter exposição SIM!!! -Santander DE NOVO!!!”, questiona a neutralidade do Ministério Público, por ter maior parte dos seus membros com ideologias de esquerda dos minutos 6:27 à 7:04; Já no vídeo “Por que ARTE MODERNA é uma MERDA???” de Nando Moura, aos 4:27 ele diz aos amigos -referindo-se aos seus espectadores- a ficarem atentos com “toda essa maldade subversiva, toda essa propaganda política, toda essa agenda maldosa que eles têm”, contrapondo a mídia tradicional como “esquerdistas”, “maus”, “eles” à “nós”, “bons”, “defensores dos valores da sociedade”; enquanto no vídeo “SANTANDER- O banco do DIABO” faz a mesma crítica utilizando-se de paródias de outros canais [...]. No vídeo “ENCONTROS - Expostos a uma ROLA”, refere-se à Rede Globo como “Rede Goebbels”, fazendo um trocadilho para apontar tal veículo de comunicação como nazista (o youtuber em outros vídeos afirma que o nazismo foi de esquerda, o que justifica o trocadilho erroneamente empregado). (FOUANI, 2018, p. 60 e 61)

O fato de tanto os criadores de conteúdo quanto os espectadores possuírem essa percepção quase messiânica de si mesmos –como detentores vanguardistas da verdade, pessoas que saíram da *matrix*- leva à construção de grupos de inclusão e, conseqüentemente, exclusão (“nós” *versus* “eles”), através da linguagem e discursos. Assim, as (re)misturas satíricas constantes de conteúdos –links interligando assuntos, trechos de outros vídeos, indicações e utilização de certos artistas e outros canais, como forma de concretizar ou fortalecer o seu próprio argumento (mesmo que para isso seja necessário ridicularizar o argumento do outro, ou até mesmo a pessoa do “outro” em si)- como é possível notar principalmente nos vídeos de Nando Moura (com muitos trechos de vídeos de diferentes autoria) e Pirula (ao referenciar suas falas na descrição dos vídeos

com links redirecionando o espectador interessado a sites científicos) funcionam “como formas de expor as fragilidades dos políticos e do sistema político, seguindo a longa tradição dos satiristas, contrariando as mensagens criadas no contexto da comunicação política institucional. A remistura implica a exposição tanto das estratégias destes atores políticos, como do funcionamento interno dos media e das relações entre ambos.” (SILVA apud FOUANI, 2018, p. 88) Por outro lado, os espectadores estão constantemente (re) pensando a vida social, suas interações e significados e suas convicções pessoais que resultaram a partir destas; negociando, mantendo ou revertendo um ponto de vista através do que lhe é apresentado, não sendo anulados ou passivos na equação desses debates.

As disputas de poder e legitimação no mundo online também seguem a mesma lógica estrutural teorizada por Bourdieu, baseada em uma desigualdade de (principalmente) capital social, cultural e simbólico entre os agentes; portanto, de forma mais complexa, para compreender o discurso em sua totalidade é “necessário vê-los com sua especificidade - delimitação “de quem as está pronunciando, de onde o está fazendo e qual o seu interesse ao fazê-lo.” (SIMIONI apud FOUANI, 2018, p. 85)

Os hábitos das pessoas, assim como o lugar que ocupam na sociedade, são diferenciados e diferenciadores, na medida em que identificam a posição de cada um no campo. Hábitos ou gostos, “é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas.” (BOURDIEU apud FOUANI, 2018, p.86)

A disputa pelo poder simbólico no campo é orientadora de práticas sociais –qualquer um que seja minimamente ativo nas redes sociais já ouviu algo como “ditadura dos likes” referindo-se a alguma ação ou personalidade para ilustrar a busca constante de visibilidade nesses sites, mesmo sem conhecimento de origem ou real interesse detrás dessa- porém, é nesse mesmo cenário em que “as singularidades são tão importantes, visto que as atividades simbólicas dão mais informações sobre os discursos e suas representações do que uma ‘estrutura social’ onipresente” (FOUANI, 2018, p. 86). Além disso, o autor põe a própria linguagem como uma ferramenta ideológica a ser considerada quando afirma que “a língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. [...] O que fala nunca é a palavra, o discurso, mas toda a pessoa social” (BOURDIEU apud FOUANI, 2018, p.87). Nesse ponto, é muito possível aproximar o pensamento de Bakhtin a análise, já que em sua teoria coloca a linguagem como fato social, um signo de caráter ideológico indissociável inserido em seus contextos sociais. O autor também chama a atenção para a ideia de que não existe discurso sem assimilar o outro: a alteridade (interdependência entre os sujeitos) é essencial à construção dos sentidos (BAKHTIN apud FOUANI, 2018, p. 87). Portanto, para ambos os autores apresentados, os sujeitos são constituídos da esfera macro para a micro; isto é, qualquer opinião formada “não é um produto de um determinismo mecânico da estrutura, mas também não é uma individualidade autoconsciente e livre de coerções” (GRILLO

apud FOUANI, 2018, p.87). Nessa mesma lógica, mantêm-se a coerência em levar o mesmo raciocínio à Academia e noticiários; ou seja, mesmo que se tente informar da maneira mais neutra possível, ainda há todo o processo descrito entre receptor e emissor, dialogando com a arena de disputas ideológicas e de posição de cada um desses atores.

As discussões de poder são essenciais para a compreensão dos discursos de ódio tendo em vista que tais discursos representam na verdade uma intensa disputa de poder e de manutenção dos espaços já conquistados. Impede-se a fala, especialmente de grupos minoritários, que habitualmente se encontram fora dos espaços de poder e assim devem permanecer. Discursos de ódio são, em última análise, uma luta para a manutenção da estrutura tradicional do campo. “Entre as censuras mais radicais, mais seguras e melhor escondidas, estão aquelas que excluem certos indivíduos da comunicação.” (BOURDIEU apud FOUANI, 2018, p. 89).

“Por isso segundo José Otacílio da Silva, afirmar que certo discurso político não representa a verdade, não o torna menos legítimo ou dominante” (FOUANI, 2018, p.89); No caso desta pesquisa, por mais que os discursos que defendiam a visão de que as exposições estimulavam práticas criminosas como zoofilia e pedofilia fossem refutadas pelas declarações de artistas e especialistas, elas não deixaram de ter relevância no debate em esfera pública por manter um discurso conservador que prioriza “a defesa da inocência das crianças e jovens”, mantendo o tradicional tabu sobre assuntos como nudez, religião e diversidade sexual (FOUANI, 2018, p.90). Ironicamente, este mesmo público conservador (ou reacionário) em defesa da moral e dos bons costumes é o que mais fez discurso de ódio através dos comentários:

[...] defendem a criminalização e execução de comunistas (ou “petistas”, que nacionalmente virou seu sinônimo atual) e, nos casos estudados, artistas das exposições Queermuseu e La Bête sofreram ameaças de violência real [...] devido à discursos que os colocaram como apoiadores de crimes sexuais contra crianças e animais e por heresia. Pode-se presumir que muitos desses ataques também tiveram motivações financeiras, no sentido de que um dos discursos utilizados contra às amostras de arte foi que havia dinheiro público proveniente da Lei Rouanet as financiando (como é possível ver nos vídeos de Arthur do Val e Nando Moura, que culpam o governo de esquerda pela má gestão de dinheiro público para coagir a população a aceitar e gostar do que lhes é considerado “cultura”). (FOUANI, 2018, p. 92)

Portanto, a plataforma possui muitas facetas –seja a de ringue, comício ou teatro- e a visibilidade do youtuber conta muito para a solidificação, isto é, o “eco”, de algum discurso nela:

[...] o youtuber possui uma liberdade de tratar o tema sem o rigor profissional de um repórter. Esse é um dos pontos que os tornam muito mais do que apenas agentes reativos ou produtores, o youtuber é um híbrido entre eles, podendo ao mesmo tempo reagir, agendar ou repensar o enquadramento sobre certos tópicos e polêmicas utilizando-se do humor e, como foi analisado, violência simbólica através de certas frases e como são ditas; são agentes de alto impacto que começam a adentrar com grande força o imaginário do público que atingem, e mostrando –principalmente após essas eleições- o quanto conseguem mobilizar-se, se aliar e ocupar cargos de poder por meio de um canal de sucesso. (FOUANI, 2018, p.93 e 94)

A credibilidade de um canal tende a ser proporcional a sua relevância numérica

(número de seguidores, *likes*, comentários) chamada de engajamento, apesar de não ser tudo; um conteúdo original, no final das contas, é o que chama a atenção do público a ponto de romper a barreira dentre os mundos *on* e *off-line*.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se nesse estudo que o YouTube e seus criadores de conteúdo expressam um campo de disputa simbólica e política de grande importância, dada às suas proporções como fonte de lazer e informação de uma parcela considerável da população brasileira; através de suas (re)misturas satíricas e simplicidade de interação, devido à possibilidade de mesclar oralidade e escrita –e muitas vezes, nenhuma delas, utilizando apenas os botões de *like* e *dislike* para se expressar-, o agente pode escolher a que domina para então pronunciar-se. Apesar da simplicidade, não devemos esquecer toda a engrenagem por trás de um canal bem-sucedido, inclusive investimentos em programas de tratamento de vídeo e imagem, além de trabalhadores especializados para fazer edições que não pareçam profissionais.

Além disso, com base nos vídeos selecionados, é possível perceber a alta carga ideológica em seu conteúdo apesar da apresentação mais descontraída (com gírias, palavrões e bastante informalidade) e a crença na internet e, principalmente, o YouTube como uma contra-mídia de vanguarda, dando a entender que “percebem a mídia tradicional como capaz de enviesar os fatos e, conseqüentemente, manipular a opinião de indivíduos neutros (com pouco ou nenhum conhecimento sobre o tema) por conta de seu grande alcance” (VALLONE, ROSS e LEPPER apud FOUANI, 2018, p. 61), superestimando a plataforma, e a internet em geral, esquecendo que o conteúdo é filtrado segundo pesquisas recentes moldado ao gosto individual de cada usuário. Em vista disso, é possível perceber porque certos discursos de ódio (conteúdos discriminantes e ofensivos) encontram maior espaço de propagação e aceitação nesses endereços virtuais que em outros.

Ouso dizer que os discursos políticos no YouTube vão além disso: além de produtores de poder e violência simbólica, vontades de se aventurar no mundo dos *vlogs* e aprofundar-se sobre política, eles vendem seus produtos e suas visões. O medo e o receio de ter sua ideologia ou candidato “perdendo” no campo da comunicação é tanto que leva alguns indivíduos a buscar informação já enviesada, no ponto de vista que lhe convém. Vendem suas provas –sendo reais ou ao menos *parecendo* reais- para adquirir um número cada vez maior de pessoas que as tomem como convicção; principalmente no momento atual, em que a desconfiança com o governo e a mídia estão tão grandes que a disseminação de notícias falsas em diversas plataformas digitais para desqualificar partidários independente de ideologia, tornou-se uma discussão generalizada em todo o mundo.(FOUANI, 2018, p.94)

Mais do que nunca é possível notar os mais diversos desdobramentos que certas agendas têm no YouTube e como a interconectividade entre as redes sociais estão refletindo na esfera política; afinal, praticamente todo dia há algum membro da gestão Bolsonaro compartilhando vídeos da plataforma em alguma outra rede social (mas mais comumente

via *twitter*), como quando recém-eleito Jair Bolsonaro indicou youtubers como fonte de informação (THE INTERCEPT BRASIL, 2018) e, mais recentemente, com a polêmica de Eduardo Bolsonaro republicar vídeo em que um youtuber chama o presidente francês Emmanuel Macron de “idiota”(FOLHA DE S. PAULO, 2019), intensificando um clima já tenso entre a diplomacia de ambas nações. Assim, o estudo dessa rede social além de buscar compreensão da ascensão ideológica (principalmente do viés mais conservador, à direita), tem o peso de desmistificar cada vez mais o pensamento de que “Internet é terra de ninguém” e, cientificamente analisar e mostrar quem são os inúmeros “alguéns” por detrás dessas telas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lucas Lopez de. **UM AMIGO VIRTUAL QUE NÃO TE CONHECE**: A relação dos adolescentes com seus youtubers favoritos. 2016. 85 f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **Youtube e a revolução digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009

EL PAÍS BRASIL. **A geração que não assiste mais TV e corre atrás dos ‘youtubers’**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/13/tecnologia/1502578288_835104.html. Acesso em: 25 ago. 2018.

FOLHA DE S. PAULO. **Eduardo Bolsonaro republica vídeo em que youtuber diz que ‘Macron é um idiota’**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/eduardo-bolsonaro-republica-video-em-que-youtuber-diz-que-macron-e-um-idiota.shtml>. Acesso em: 26 ago. 2019.

FÓRUM. **Eduardo Bolsonaro estuda História do Brasil em canal olavista no Youtube para ser diplomata**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/eduardo-bolsonaro-estuda-historia-do-brasil-em-canal-olavista-no-youtube-para-ser-diplomata/>. Acesso em: 28 ago. 2019.

FOUANI, Amanda Cristine Zanoto. **ENTRE “MORTADELAS” E “COXINHAS”**: O discurso político dos youtubers brasileiros. 2018. 105 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais)—Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

G1. **Mec paga R\$ 295 mil para vídeos de youtubers sobre a reforma do ensino médio**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/mec-desloca-r-295-mil-para-propaganda-de-youtubers-sobre-a-reforma-do-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **Quem são os youtubers recomendados por Jair Bolsonaro**. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/11/17/youtubers-bolsonaro-nando-moura-diego-rox-bernardo-kuster-fake-news/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

YOUTUBE INSIGHTS. **De play em play**. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/youtubeinsights/2017/de-play-em-play/>. Acessado em: 25 ago. 2018.

MARIA JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO: UMA HISTÓRIA DE VIDA

Data de aceite: 30/07/2020

Data de submissão: 01/06/2020

Stephanie Jully Santos de Oliveira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro - RJ

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9845793714794522>

Michelle Marques Manhães

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro - RJ

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7333138715473513>

Rayssa da Cruz Ramos Silva

Faculdade Bezerra de Araújo

Rio de Janeiro - RJ

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1008-1302>

Priscila da Silva Magalhães

Faculdade Bezerra de Araújo

Rio de Janeiro - RJ

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6074018651175364>

RESUMO: A pesquisa apresentada tem por objetivo proporcionar conhecimento sobre a trajetória acadêmica e profissional da Doutora Professora Maria José Bezerra de Araújo. Trata-se de uma pesquisa descritiva realizada através de trabalho de campo e levantamento documental, com abordagem qualitativa, a coleta de depoimento gravado foi transcrito

posteriormente. O artigo narra a história de vida da reitora da faculdade Bezerra de Araújo localizada no Rio de Janeiro, mostra as limitações para se tornar enfermeira e construir uma trajetória acadêmica e profissional motivadora onde é perceptível que o estudo contínuo e discussões científicas são bases para um futuro profissional e atual exercente, caminharem rumo ao sucesso.

PALAVRAS-CHAVE: Entrevista, História da Enfermagem, Profissional, Biografia.

MARIA JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO: A STORY OF LIFE

ABSTRACT: The research presented aims to provide knowledge about the academic and professional trajectory of Professor Maria José Bezerra de Araújo. It is a descriptive research carried out through fieldwork and documentary survey, with a qualitative approach, the collection of recorded testimony was later transcribed. The article narrates the life story of the Dean of Bezerra de Araújo College located in Rio de Janeiro, shows the limitations to become a nurse and build a motivating academic and professional trajectory where it is noticeable that continuous study and scientific discussions are bases for a future professional and current

practitioner, move towards success.

KEYWORDS: Interview, History of Nursing, Professional, Biography.

1 | INTRODUÇÃO

O ponto de partida da pesquisa foi à análise da história de grandes mulheres que fizeram a diferença na enfermagem, a partir deste levantamento inicial teve-se por objetivo a história oral de vida de Maria José Bezerra de Araújo reitora da faculdade Bezerra de Araújo do Rio de Janeiro foi feita a coleta de depoimento gravado que posteriormente foi transcritos.

A coleta e sistematização de dados a partir dos depoimentos coletados devem ser consideradas, nesse contexto, como fator de grande contribuição para o estudo da história de mulheres que fizeram a diferença na enfermagem, pois trabalha com a história vivenciada.

Os depoimentos foram coletados a partir de uma gama de considerações feitas acerca da trajetória profissional da nossa Reitora Maria José Bezerra de Araújo.

O projeto da pesquisa foi submetido à aprovação da Mestra responsável, e foi aprovado sob seu consentimento. A entrevistada foi procurada em seu local de trabalho, e por meio de telefonemas e seguiu o aguardo até que esta concordasse em participar da pesquisa. O instrumento de coleta de dados foi entrevista semiestruturada e aplicada com apoio de um formulário contendo perguntas previamente formuladas. A participante foi devidamente informada dos objetivos da pesquisa e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A metodologia adotada nesta pesquisa é baseada na história oral que consiste basicamente na coleta de depoimentos de pessoas que tenham informações ou vivências relevantes sobre fatos, situações, lugares e instituições além de inúmeras outras probabilidades de vivência (CAPELLE,2010).

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Grandes mulheres que fizeram história na enfermagem

As primeiras práticas de saúde associadas à enfermagem foram pautadas em modelos religiosos. Devido à falta de informação acerca dos processos fisiopatológicos, as doenças eram associadas ao castigo divino e os cuidados eram baseados na caridade, executada, sobretudo, ao trabalho feminino e praticadas de maneira empírica (CAVALCANTI,2014) .

Nos primórdios da enfermagem enquanto ciência, os escravos tiveram papel

relevante, pois auxiliavam os religiosos no cuidado aos doentes. A partir da idade moderna, com o avanço tecnológico que o cuidado se aprimora favorecendo assim o nascimento da enfermagem enquanto ciência, concomitante a este processo surge às primeiras escolas de enfermagem, porém, pautadas no saber médico (LOW,2013).

Pode-se considerar que o prelúdio da enfermagem, tem o início com a precursora Florence Nightingale, quando recebeu o chamado juntamente com 38 voluntárias para atuar na guerra da Criméia. Por ser considerada uma mulher além de seu tempo, devido o seu olhar para além da doença física, que suas atividades culminaram com o que hoje denominamos de “teoria do ambiente” ao compreender que a higiene do ambiente contribuía de sobremaneira para a recuperação dos feridos (CAVALCANTI, 2014; FURUNKAWA,2009).

Além disso, associado a seus atos pode-se considerar que Florence seja a primeira enfermeira intensivista da história, uma vez que, a mesma segregava os pacientes a partir do grau de complexidade, e os pacientes mais graves ela intitulou uma vigilância continua nas vinte e quatro horas, devido os dados estatísticos comprovarem que o maior índice de óbito eram a noite. Paralelo a este fato, ela pode ser considerada também, como a primeira enfermeira de comissão de infecção hospitalar uma vez que preconizou higienização, ventilação adequada e um serviço de caldeira para lavagem das roupas as quais os soldados e feridos utilizavam (FURUNKAWA, 2009).

Florence é considerada o ícone maior de nossa profissão, todavia, vale apenas destacar o trabalho de Mary Seacole, enfermeira negra, nascida na Jamaica em 1805, filha de mãe negra e pai branco escocês, oficial do exército britânico. Mary Seacole tinha direitos políticos limitados por ser considerada crioula. Ao tomar conhecimento da seleção de voluntárias para ida à guerra da Criméia, ela se candidatou, porém não foi chamada, inconformada com a recusa de Florence Nightingale e, determinada a cuidar dos soldados, conseguiu angariar fundos para custear sua viagem. Era conhecida entre os soldados feridos da guerra como mãe Seacole e tinha herdado de sua mãe grande conhecimento sobre ervas medicinais e adquirido habilidades na atuação em epidemias de febre amarela e cólera que ajudou a combater em seu país. Importante personagem da história que ficou nas sombras devido ao racismo enraizado da época, que vale destacar em toda pesquisa que se vislumbre resgatar a história da enfermagem. Hoje, no museu de Florence, existe um busto de bronze em reconhecimento do trabalho de Mary Seacole (LOW,2013; SOUZA,2016).

No Brasil, a enfermagem tem início no período colonial, com prestação de cuidados aos doentes, realizado, na sua maioria, por escravos. Desde o princípio da colonização foi incluída a abertura das Casas de Misericórdia, que tiveram origem em Portugal. Dentre suas importantes figuras, vale destacar o nome de Anna Nery, que casou-se com um médico militar, teve dois filhos e, após ficar viúva, seus filhos, um médico militar e um oficial do exército, são convocados a servir a Pátria durante a Guerra do Paraguai

(1864 – 1870). Anna Nery não resiste à separação da família e escreve ao Presidente da Província, colocando-se a disposição de sua Pátria. Não mede esforços no atendimento aos feridos da guerra e, após 5 anos, retorna ao Brasil, onde é recebida com louvor, recebe medalhas humanitárias e de campanha e a primeira escola de enfermagem fundada no Brasil recebeu seu nome, sendo fundada em 19 de fevereiro de 1923, com um corpo docente e administrativo totalmente composto por profissionais da enfermagem (CAVALCANTI,2014; COUTINHO, 2011; FURUKAWA,2009).

2.2 Abordagem Sobre a Trajetória Acadêmica e Profissional da Professora Maria José Bezerra de Araújo

Como a maioria dos espíritos empreendedores, a atuação profissional de Maria José Bezerra de Araújo iniciou-se ainda muito jovem, antes dos 18 anos, na sua terra natal, Timon, no interior do Maranhão, nordeste do Brasil. Filha mais velha entre as mulheres de uma família de 12 irmãos, Maria José já ajudava no sustento da casa trabalhando na pequena escola que seu pai mantinha na cidade.

“Na minha época fazer enfermagem para quem morava no norte, lá no Maranhão, era um sonho difícil de realizar, mas desde pequena sempre gostei muito de ciência, e isso foi ao longo do meu tempo de primeiro e segundo grau. Ainda não sabia com eu ia me localizar ali, pensei em ser dentista, pensei em tudo, mas eu batia nessa tecla. Um dia eu encontrei umas ex professoras minha que havia chegado do Rio de Janeiro da escola Anna Nery, eu perguntei: — Vocês estão onde?

E elas disseram: — Agora somos enfermeiras formadas pela Universidade do Brasil.

Eu falei: — como é que chega lá?

Elas responderam: — É tão difícil. Mas eu pensei... deve haver algum jeito de chegar lá.

E eu já sabia que ia ser professora lá onde meus pais moravam no interior, e dizia pra mim mesma e aos meus pais: — eu não vou não! E meu pai dizia: — você vai! Você já está para ser nomeada. Eu pensava: Não quero isso pra mim não.

2.3 A trajetória no curso de Enfermagem

Com a certeza de que deveria abrir horizontes e aprender mais para poder ajudar seus irmãos, enviou uma carta ao presidente Getúlio Vargas que atendeu seu pedido por uma bolsa de estudos para cursar enfermagem no Rio de Janeiro.

Foi quando resolvi fazer uma carta ao presidente da república, fiz a mão numa folha de caderno, botei no envelope e mandei. Enquanto aguardava comecei a dar aulas mas com o pensamento em vir para o Rio de Janeiro, graças a Deus ele me respondeu dizendo que meu pedido tinha sido encaminhado para o ministério da educação e saúde, que naquela época eram juntos e que eu aguardasse. Mas era grande a minha ansiedade.

Até que um dia eu recebi da Universidade do Brasil um pacote, um envelope pardo

com todas as fichas de inscrição, para o vestibular, ficha pedindo os documentos, no mesmo dia eu fiz botei no correio e mandei, passei um telegrama dizendo que enviei a documentação e aguardo resposta.

Um belo dia recebi uma comunicação que dizia que a minha passagem de avião já tinha chegado e que era para eu ir para o Rio de Janeiro fazer o vestibular para enfermagem, dois dias depois eu estava chegando ao Rio de Janeiro, mandaram passagem, mandaram tudo, e foi ai que começou toda a minha trajetória, tomei conhecimento que eu era bolsista integral, em que eu recebia um valor em dinheiro, e todas a minha despesas eram por conta do ministério.

Quando cheguei para fazer o vestibular eu não me preparei como todo mundo, e eu cheguei ao Rio de noite e a menina da diretoria acadêmica disse: amanhã de manhã é o vestibular, e eu disse: minha Nossa Senhora, como é que eu vou fazer? Porque eu não sei nem para onde eu vou. E ela disse: não se preocupe, você é bolsista e vai ficar no internato da Universidade, tem ônibus pra você, tem tudo, não se preocupe! E realmente foi. No dia seguinte, muito cedo, fui à praia vermelha, fazer o vestibular. Fiz o vestibular preocupada com nota, e quando veio a soma passei a primeira etapa, passei a segunda etapa. O diretor acadêmico disse: agora Maria José, o problema é saber se você vai ser colocada dentro das oitenta vagas, porque naquela época só tinha a escola da Universidade do Brasil, Escola De Enfermagem Anna Nery, e tinha a Escola Alfredo Pinto, que era do Ministério da Educação, conclusão: eu passei em terceiro lugar, ai começou a minha trajetória na faculdade.

Naquela época, fazíamos primeiro a matéria básica e depois as matérias específicas. Quando eu estava saindo do básico, que era uma etapa muito dura em minha opinião, eu estudava estudando a matéria de anatomia que era estudada na Santa Casa, eu peguei uma pneumonia, e fiquei internada na enfermaria da Universidade, fiquei algum tempo me tratando com penicilina que era o remédio que tratava dessa doença na época, e quando eu tive alta, recebi a noticia que tinha perdido o grupo, ai eu perguntei o porque, e me responderam que meu grupo já tinha terminado anatomia, e quem perde anatomia básica não entra para outro grupo, fiquei muito preocupada, e perguntei se tinha perdido minha bolsa, e me responderam, não se sabe, só a reitoria vai dizer isso pra você, chegando a reitoria que já sabia minha situação, me responderam que já haviam encaminhado a situação para o Conselho Federal de Educação, porque você é bolsista e perdeu a bolsa, perguntei como é que vou fazer? Ela respondeu calma que o Ministério da Educação está vendo isso. E eu disse: mas estou perdendo aula e não vou assistir? Ela me respondeu que não adiantava mais eu ir porque eu já tinha perdido o período. O Rio era pequeno, não era como hoje, essa multidão de gente, ai veio um enviado do Ministério da Educação e falou com a pró-reitora acadêmica e disse que eu havia perdido um semestre, portanto tinha que esperar um novo vestibular, mas como eu era bolsista integral isso não poderia acontecer, porem como foi por motivo de doença eles estavam vendo onde poderiam me

coloca, para que eu não perdesse a matéria, para que eu pudesse fazer anatomia. Nessa época a PUC tinha enfermagem, eles conseguiram se comunicar com a diretoria e fizeram toda a negociação, então o Ministério pagava tudo que eles cobravam, me transferiram, chegando lá fiz a matéria de anatomia completa, pensei... Muito bem, terminei! E naquela época quem era bom aluno tinha emprego imediato, quer dizer, logicamente todos brigavam para chegar em primeiro, mas eu não fazia outra coisa a não ser estudar, porque a média da Universidade era sete, e do bolsista oito, ou seja, tinha que tirar sempre uma nota a mais, e eu vivia para estudar, isso foi bom, pois me ajudou muito na hora da minha saída, na época das férias eu não saía, eu fazia requerimento a Universidade, e pedia para ficar, porque meus pais não tinham dinheiro para mandar me buscar, então eu fazia estágio extra curricular, e eles contavam porque era supervisão da própria Universidade e dentro da Universidade, no hospital universitário, e quando eu terminei o curso até pensei que poderia estar devendo carga horária no estágio, me disseram que eu tinha excesso de horas, enfim terminei o curso, graças a Deus.

2.4 Sua experiência no mercado de trabalho

Com desempenho acima da média entre os alunos, logo que se formou, recebeu uma indicação do diretor da faculdade e foi trabalhar no Ministério da Saúde. Seu primeiro trabalho foi no Pará, estado da região norte do Brasil, também muito carente de serviços de saúde.

Logo depois Reitor me chamou, e disse que eu ia receber uma carta de saída, e me disse que valeu a pena, pois eu fui uma ótima aluna, que só vivia estudando, me perguntou se valeu a pena, e eu disse que valeu sim, pois pelo menos eu havia me formado não estava devendo nada a faculdade, nem estágio, nem nota, e ele falou, pois é por causa disso você ganhou um emprego, você vai agora com essa carta diretamente ao Ministério da Saúde porque você já vai trabalhar, e antes disso eu já estava muito preocupada pensando como eu iria arranjar emprego, chegando no Ministério da Saúde eles já sabiam de mim, pois já tinham recebido uma comunicação, e naquela época o governo brasileiro tinha um convênio com o governo americano, e esse convênio dava uma ajuda de equipamento, e eu fiquei em Santarém, no Pará, então eu recebia um salário, se fosse hoje, iria equivaler a dez mil reais, mas, trabalhava o dia inteiro em horário integral, se precisasse eles iam buscar em casa a noite, porque eu era a única enfermeira do local, era apenas eu e o médico, ele morava em uma casa dentro da área do hospital e eu morava próximo, com uma médica que trabalhava em outro centro de saúde, as vezes eu chegava à casa, tomava banho e a caminhonete do ministério chegava dizendo que Dr. Laércio mandou você voltar para o hospital, porque acaba de chegar dois pacientes que precisavam urgente ir para a sala de operação, eu ia, mas foi valido, até mesmo pelo que eu ganhava compensava, fiquei um ano nesse projeto, porém Pará é muito quente, e como só tinha eu de enfermeira, dormia pouco, me alimentava mal, não por não ter

comida e sim porque trabalhava muito e quase não tinha tempo. Quando chegou a época das férias, eles queriam me dar os dias para eu visitar meus pais, e eu disse não quero, pois vou embora, vi que iria acabar ficando doente. De volta ao Rio, quando cheguei ao Ministério a Dr. Maria Rosa disse que já estava sabendo da minha proposta de não voltar, falei com ela, porque ela tinha sido minha professora na faculdade, que não tinha condições, e ela disse que já sabia, estava com todos os relatórios em mãos, mas que já estavam providenciando outra enfermeira pra fazer par com você, eu disse que não dava mais e que estava muito cansada, ela me perguntou se eu queria ir para o programa da Paraíba, eu disse que sendo franca, já tinha recebido um convite pra ir para São Paulo, ganhando a mesma coisa, ela lamentou, eu disse que realmente não dava mais pra mim, e que eu preferia sair do Ministério, ela já sabia qual era o programa, uma junção do Governo Federal com a cidade de São Paulo, e eu soube pela faculdade que era uma das selecionadas para ir, aceitei, lá tinha de tudo, até residência; ela me disse que tudo bem, eu poderia ir, mas que não pedisse demissão, pois eu continuaria fazendo parte do Ministério da Saúde, então fui embora para São Paulo, e continuei a exercer.

Talvez as pessoas pensem: Mas como você chegou a esse ponto onde esta hoje? Foi trabalhando muito e com muita responsabilidade, ate porque eu sempre estive em cargo de chefia, porque naquela época não tinha a quantidade de enfermeira que existe hoje e as enfermeiras que se sobressaiam, todos queriam para trabalhar, chovia emprego, eu nunca tive falta de emprego.

2.5 O nascimento da escritora

Com esse trabalho junto ao Ministério da Saúde, onde trabalhava treinando novas enfermeiras nasce uma escritora.

Quando comecei a fazer treinamento não podia indicar os livros da faculdade, porque eles ainda não tinham conhecimento para estudar esses livros. Foi quando eu comecei a fazer apostilas para elas. Fazia meus planos de aula e as apostilas; as pessoas começaram a comprar esses materiais. Um dia, um amigo meu que tinha uma gráfica falou assim: Professora, você não quer transformar isso em um volume só? Eu falei: É... Até seria bom. Ele falou: Vou tirar um retrato do seu rosto. Foi quando ele me deu um volume com o retrato do meu rosto na frente, eu vendia tanto esse material; até que um dia eu fui eleita a presidente da Associação Brasileira de Enfermagem e as meninas diziam para que eu fizesse um livro; comecei a fazer meu primeiro livro. Depois fui presidente do Conselho de Enfermagem e cada vez que eu ia mudando de cargo as pessoas me cobravam um livro. Foi quando eu comecei a fazer outros e eu tenho hoje 160 indicações para concurso público. Agora mesmo já estou juntando material para realizar mais um livro.

2.6 O nascimento do curso

De volta ao Rio de Janeiro foi chamada para treinar a mão-de-obra de um dos principais hospitais da época, o Gafreé Guinle, com quatro empregos ao mesmo tempo, com uma natureza de líder e focada na administração e ênfase sem logística do conhecimento para poder conseguir disseminar as informações da sua área, ela começa sua trajetória como empresária e monta seu primeiro curso, fundou em 1973 o Colégio Bezerra de Araújo, que oferece cursos profissionalizantes de nível médio.

Saiu concurso para o Ministério da Guerra, Banco do Brasil, Estado, Município e Ministério da Justiça, passei em todos, então eu podia escolher para onde ir, meu cargo sempre era de chefia, porque eu tinha um bom currículo com as melhores notas da Universidade, quer dizer, tudo isso pesou muito na minha vida, e como eu tinha uma responsabilidade enorme em ajudar a minha família, isso também pesava, porque eu precisava ganhar dinheiro, chegou uma época que eu estava com quatro empregos, em dois eu fazia assessoria, um eu trabalhava para o Ministério da Guerra e trabalhava para o Dr. Olívio na parte de planejamento, no outro, eu fazia assessoria para o instituto de aposentadoria, e no ministério da saúde eu trabalhava à noite, pela manhã eu era superintendente no hospital da força e à tarde eu trabalhava no município. Então, eu digo sempre, o que vale é a competência da gente. Até que um dia eu resolvi montar um curso técnico em 1973, eu tinha ido ao Rio Grande do Sul dar um treinamento e quando eu voltei, nesta época eu já era casada, eu pensei: Aí meu Deus, Milton vai brigar comigo porque eu não paro de viajar, Milton era meu marido. Aí eu pensei: Acho que vou parar de dar treinamento e vou montar um curso técnico pra mim. Foi então que realmente montei meu curso e o curso foi crescendo porque naquela época não tinha curso nenhum. Tinha uma escola Anna Nery que já estava fechando. Hoje temos 1.600 alunos aqui no nível médio. Então tudo isso soma como experiência, soma segurança, porque experiência lhe dá segurança. Se você entra numa prova que você estudou, você entra seguro, você não entra pensando: Aí meu Deus o que eu vou fazer? Pega a prova e fica pensando. Não! Você entra e vai resolvendo.

O laboratório de semiologia Irmã Matilde Nina da Faculdade Bezerra de Araújo é uma homenagem em forma de agradecimento a ela.

Ela foi à primeira diretora da faculdade PUC, foi por ela que a PUC criou o curso superior de enfermagem. E ela era uma mulher inteligente, dinâmica, muito segura e muito disciplinada. Eu digo sempre que quem foi aluna naquela época teve sucesso porque ela era muito disciplinada. E eu não sei se era pela circunstância em que eu estava, porque eu precisava da bolsa e meus pais não tinham recurso, eu tinha que depender daquele dinheiro que a bolsa me dava, que além de receber o estudo eu ganhava um valor X e esse dinheiro eu mandava para meus pais, e por isso eu me dedicava muito ao estudo. E querendo ou não, se você é boa aluna, se você se dedica a instituição fica

de olho em você. E ela sempre me tratava bem, tinha uma diferença comigo. Qualquer coisa que tivesse que representar ela dizia: Você vai Maria José e isso foi criando uma referência profissional para mim. Digo sempre que ela foi uma referência pra mim que eu não esqueço nunca. Uma vez ela disse que eu estava de férias. Eu disse: Não posso sair de férias, porque eu sou do Maranhão e a minha passagem é cara eu posso requerer estagiar nesse período? Então todos os quatro anos de curso eu sempre estagiava. E isso me valeu muito, tinha férias que eu ficava na enfermagem, outras em centro cirúrgico. As dificuldades na vida do homem às vezes são muito boas, porque ela te ensina. Pra mim, a dificuldade foi uma lição. E sempre digo: Se tivesse que voltar e escolher outra profissão faria enfermagem novamente. Na minha época nasceu a faculdade de medicina em Teresópolis, eles chamaram as enfermeiras formadas para entrar na faculdade no segundo ano e eu não fui, quis continuar como enfermeira.

Com a faculdade consolidada com seus quatro cursos: Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia e Farmácia; o passo seguinte foi chegar à pós-graduação. O binômio educação e saúde se aprofundavam cada vez mais para Maria José.

Fomos avaliados pelo MEC e tiramos a maior nota, quatro. Isso tudo é o que eu quero. Quero que a gente tenha reconhecimento pela sociedade, por vocês alunos hoje e amanhã profissionais. Porque isso vai dar a vocês, no mercado de trabalho, chances de emprego. Porque se você vem de uma origem de formação boa, você tem vez.

Como enfermeiros, nosso objetivo é o doente, e nós só podemos chegar ao doente se tivermos assistência e não podemos desvirtuar essa atenção. No momento em que você está num serviço burocrático e que você esteja trabalhando em função do doente o mais importante é a gente sentir o doente perto da gente, você sentir que o doente tem confiança naquilo que você está fazendo. Tanto que quando você chega perto de um doente parece que ele tem uma alma nova como se tivesse um alívio que agora será cuidado e a gente não perder a transmissão dessa segurança.

2.7 Orientação da dona Maria José

Ao ser perguntada qual a área promissora da enfermagem dona Maria José nos dá uma visão ampla.

No momento em que você está no mercado de trabalho, você tem necessidade de pesquisa. Um enfermeiro é um eterno educador e você tem que estar preparada pra ensinar, você terá que ensinar as pessoas que estarão em seu comando, então você terá que estar se atualizando e ter uma visão de conhecimento abrangente para que você possa atender as solicitações que vêm automática pra você. Se surgiu um material novo, você vai ter que mostrar como se utiliza esse material, como você poderá ter o aproveitamento total do material, se tiver uma técnica nova a primeira a ter que saber é você enfermeiro. Enfermeiro é o centro das atenções, não podemos deixar o técnico tomar nossa vez e se nós não estivermos preparados ele toma nossa vez, porque hoje eles também são

muito sábios e eles vão em frente, e se a escola orienta bem, eles chegam lá fora com segurança.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bases dos estudos que resultaram nos textos acima, a ampliação de conhecimento das transformações ocorridas na enfermagem desde a década de 30 até os tempos atuais e que a história da trajetória acadêmica e profissional da Professora Maria José Bezerra de Araújo, uma figura viva desse tempo, é uma fonte motivacional de referência para a conscientização do quão é importante à dedicação ao estudo e aprimoramento profissional.

A questão mostra que partindo do princípio em que todos são adultos e investem em uma carreira para o seu crescimento profissional e melhoria da economia familiar, é imprescindível que a profissão escolhida antes de qualquer hipótese, seja algo amado, desejada, algo que se possa exercer com gosto e dedicação. Seja qual for a área escolhida dentro da profissão, que possa dedicar integralmente, e ter a consciência de que será inserido nesse campo profissional por vontade própria, e nunca esquecer de que, alguém sempre clama por socorro, e que perante à Deus, e aos mestres foi ou será feito um juramento no qual será dedicado à vida do profissional a serviço da humanidade.

A realização desta pesquisa deixa a certeza que a busca para a realização enquanto profissionais deve estar dentro de cada um, e que o conhecimento deve ser buscado diariamente e independente das dificuldades, que certamente irão aparecer nesta caminhada acadêmica e profissional.

REFERÊNCIAS

CAVALANTI, Maria Conceição Sousa; et. al. **A evolução da enfermagem: um recorte histórico, político e cultural**. CBCEnf 17,2014, Belém. Cbcenf 17, 2014. V. 17.

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves; BORGES, Ceyça Lia Palerosi; MIRANDA, Adílio Rene Almeida. Um Exemplo do Uso da História Oral como Técnica Complementar de Pesquisa em Administração. **Anais do Encontro de Estudos Organizacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**,6.,2010 Florianópolis, SC, BRASIL.

COUTINHO, Grasielle Gonçalves. **História de vida de professora: da escola normal ao curso de pedagogia e ao percurso profissional**. 2011. 96f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2011.

FURUKAWA, Patrícia de Oliveira. **Comparativo de personagens da historia da enfermagem brasileira**. Esc Anna Nery Rev Enferm, v.13, n.2, p. 402-405, 2009.

LOW, Lily. **Enfermeiras negras na revolução constitucionalista de 1932**. 2013. 98f. Monografia (Graduação em Enfermagem) – Universidade de São Paulo Escola de Enfermagem, São Paulo, SP, 2013.

SOUZA, Jorge Luiz Moreira de. **Mary Seacole: A outra face da enfermagem na guerra da Crimeia**. 2016. 57f. Monografia (Graduação em Enfermagem) – Faculdade do Médio Parnaíba, Teresina, PI, 2016.

AVALIAÇÃO DO GRAU DE EMPREENDEDORISMO DE EMPREENDEDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM

Data de aceite: 30/07/2020

Daiane Oliveira Medeiros

<http://lattes.cnpq.br/0777510837264742>

Ana Flávia Monteiro Diógenes

<http://lattes.cnpq.br/1222789295507636>

Paula Maria Pedrosa Vieira

<http://lattes.cnpq.br/2252802397957814>

RESUMO: Este artigo objetiva definir o grau de empreendedorismo de empreendedores do município de São Gabriel da Cachoeira, para tal foi adotado o índice elaborado por Joann e James Carland, definido pelo resultado da aplicação do Questionário CEI (*Carland Entrepreneurship Index*). Este questionário foi aplicado a cinquenta proprietários de estabelecimentos da região, que possuem características de quem abre um negócio por necessidade. Para analisar o perfil empreendedor do público alvo foi calculado o grau de empreendedorismo de cada empreendedor e feito um paralelo com o perfil dos líderes. Além disso, também foram agrupadas as repostas de acordo com as características empreendedoras para se definir quais são as mais marcantes em cada perfil. Apesar de não terem apresentado elevado

grau de empreendedorismo, os entrevistados apresentaram o nível mediano, o que nos leva a crer que estas pessoas têm razoável potencial empreendedor. Verificou-se também que apesar de São Gabriel da Cachoeira ser um dos municípios com maior predominância de indígenas no Brasil, 90% dos empreendedores entrevistados são oriundos de outros estados e não indígenas. Espera-se que esses dados possam servir como subsídios para órgãos públicos visando à melhoria das condições de vida da população e o acesso a informações, fazendo com que sirva de embasamento para posteriores estudos na área de abrangência da pesquisa, como também na formulação e implementação de políticas públicas que objetivem o desenvolvimento e crescimento econômico e social da cidade de São Gabriel da Cachoeira e comunidades vizinhas.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo; Gestão; São Gabriel da Cachoeira/AM.

ABSTRACT: This article aims to define the degree of entrepreneurship of entrepreneurs in the municipality of São Gabriel da Cachoeira, for the index prepared by Joann and James Carland, the result of the application of the CEI Questionnaire (*Carland Entrepreneurship Index*). This questionnaire was applied to the fifty

region application, which has the resources of those who open a business out of necessity. To analyze the profile of the target public entrepreneur, the degree of entrepreneurship of each entrepreneur was calculated and paralleled with the profile of leaders. In addition, they were also grouped as responses according to business resources to define which are the most striking in each profile. Despite not having a high level of entrepreneurship, the interviewees had a medium level, or that they believe that these people have a reasonable entrepreneurial potential. It was also found that although São Gabriel da Cachoeira is one of the municipalities with the greatest predominance of indigenous people in Brazil, 90% of the entrepreneurs interviewed are from other states and non-indigenous. It is hoped, if these data can serve as subsidies for public agencies authorized to improve the living conditions of the population and access information, make it serve as a basis for further studies in the area of research scope, as well as in the use and execution of public policies aimed at the development and economic and social growth of the city of São Gabriel da Cachoeira and neighboring communities.

KEYWORDS: Entrepreneurship; Management; São Gabriel da Cachoeira / AM.

INTRODUÇÃO

Na literatura tradicional, o termo empreendedorismo tem compreensão relativamente pacífica como agente do processo de desenvolvimento econômico das sociedades. Nestes estudos, demonstra-se que quanto maior a parcela de uma população com características empreendedoras, maiores são as chances daquela sociedade se desenvolver e gerar riquezas (Sela, Sela, & Franzini, 2006; Teixeira & Borges, 2012; Fontenele, Souza, & Lima, 2011; Barros, Pereira, & Araújo, 2008); Tal relação já era apontada por Schumpeter (1984), quando indicou a prática empreendedora como força motriz do crescimento econômico e fonte de geração de riqueza, renda e desenvolvimento. Logo, percebe-se para que a empresa seja empreendedora, é preciso ser gerenciada por uma liderança empreendedora. É papel do líder incentivar esse status à empresa. Com base neste entendimento, faz-se essencial entender as características de um indivíduo empreendedor (MEIRA *et al*, 2009).

No caso de São Gabriel da Cachoeira, destaca-se a presença de vários estabelecimentos comerciais, principalmente de pessoas que vieram de outros estados, posto que mais de 90% do território é demarcação indígena, distribuídas em 750 comunidades espalhadas pelos 109 mil km², englobando 23 etnias (IBGE, 2014). São Gabriel da Cachoeira pode ser considerado um espaço amazônico singular, com grande riqueza cultural indígena e linguística. O município está localizado na região denominada Cabeça de Cachorro, em alusão ao formato do lado brasileiro da localidade, no extremo noroeste brasileiro, a 852 km de Manaus. Neste contexto, o empreendedor ganha relevância, pois os mesmos trazem para o nível de ator social a capacidade de mover recursos e mudar o cenário econômico da região. Esses estabelecimentos trabalham

em sua maioria com venda de produtos alimentícios, vestuário ou venda de móveis e eletrodomésticos. Por outro lado, embora seja possível afirmar que há uma influência dos empreendedores na região, não se pode dizer qual o grau de envolvimento destes, nem como as decisões dos empreendedores concorrem para a coesão de seu perfil empreendedor, motivo pela qual se levanta como questão básica a seguinte pergunta de pesquisa: Qual o grau de empreendedorismo dos empreendedores do município de São Gabriel da Cachoeira?

REFERENCIAL TEÓRICO

O empreendedorismo tem sido muito discutido no meio científico como fenômeno indispensável para o desenvolvimento econômico e social das nações, uma vez que o fenômeno modifica as condições correntes do mercado através da introdução de algo novo e diferente em resposta às necessidades percebidas. Diante da dinâmica social e econômica do mundo atual, é de grande importância entender o empreendedorismo como um elemento útil à compreensão e modificação do desenvolvimento econômico (FILLION, 1999).

A visão empreendedora concentrou-se inicialmente nas atividades primárias de um negócio e de crescimento do mesmo, bem como buscam reconhecer os recursos iniciais que são investidos para se iniciar o empreendimento (BRUSH; GREENE; HART, 2002).

Schumpeter (1982) descreve "ato empreendedor" como o processo de introdução de uma inovação no sistema econômico pelo "empresário empreendedor", dentre os conceitos desenvolvidos pelo economista há relação da figura do empreendedor à inovação, o que resulta no desenvolvimento econômico e social, a definição de Schumpeter definiu inicialmente os estudos sobre empreendedorismo e desenvolvimento.

No contexto brasileiro, o tempo empreendedorismo é bem diferente da literatura tradicional, dados apontam que no Brasil, dos negócios abertos em 2007, 39% dos empreendimentos foram abertos por necessidade (GEM, 2007). Esse número já foi maior em edições anteriores desta pesquisa. Enquanto que na literatura tradicional, na maior parte dos estudos existentes sobre o assunto, o empreendedorismo está ligado à visão, à oportunidade e à inovação.

O empreendedorismo, infelizmente, também é uma alternativa à falta de emprego, uma vez que há uma crescente desigualdade social no Brasil. Britto e Wever (2004), apontam que independentemente da motivação para empreender, o importante é que o negócio tem que dar certo e, para isto, é preciso que se disponha de coragem e persistência para garantir a sobrevivência e a continuidade de uma empresa. Neste contexto, faz-se necessário um melhor entendimento do perfil do empreendedor por necessidade, uma vez que este profissional faz parte da realidade do país e, independentemente da causa de formação da sua empresa, precisa torná-la durável garantindo, assim, a sua própria

sobrevivência.

A atuação de empreendedores pressupõe a ação de indivíduos com um conjunto de atributos que o qualifica a realização de determinados objetivos em determinados espaços de atuação.

Drucker (1996) destaca que “o empreendedor vê a mudança como sendo uma norma e como sendo sadia”. Para o autor, o empreendedor é aquela pessoa que procura sempre a inovação, que corre riscos de forma calculada, ou seja, “suas bases são o conceito e a teoria, e não a intuição”. Autores como Fillion (1999), Veit (2007) e Carland; Carland (1996), afirmam que apesar de várias pesquisas, ainda é difícil determinar um perfil psicológico absolutamente científico ao empreendedor, uma vez que são muitas as vertentes lógicas e metodológicas adotadas para estudar o fenômeno.

A vertente adotada nesta pesquisa é a visão de Carland e Carland (1996) que atribuem ao empreendedor à existência de quatro elementos: (1) traços de personalidade (necessidade de realização e criatividade); propensão (2) à inovação e (3) ao risco; e (4) ter postura estratégica. Gimenez e Júnior (2004) acreditam que a maior ou menor presença desses elementos em um indivíduo, leva a classificá-lo como micro empreendedor, empreendedor ou macroempreendedor.

O instrumento utilizado por esses autores engloba quatro construtos: Traços de Personalidade, Propensão à Inovação, Propensão ao Risco e Postura Estratégica, em uma ferramenta que contém 33 (trinta e três) pares de questões. A dimensão Traços de Personalidade (TP) refere-se à necessidade de realização (NR) e criatividade. É a dimensão em que o empreendedor busca realizar atividades complexas e metas difíceis de serem atingidas. A propensão à inovação busca identificar o empreendedor inovador, aquele que está constantemente buscando algo novo ou significativamente melhorado para seu empreendimento.

Já a dimensão Propensão ao Risco (PR), se relaciona com os desafios enfrentados pelo empreendedor na busca dos objetivos. No que diz respeito à postura estratégica, essa diz respeito à busca de oportunidades disponíveis no mercado em relação ao negócio. (CARLAND; CARLAND, 1996).

No modelo *Carland Entrepreneurship Index* - CEI, a classificação dos empreendedores baseia-se nos objetivos esperados para o negócio. A escala está fundamentada na mensuração do potencial empreendedor dos entrevistados, salienta-se que todos entrevistados são empreendedores, a escala servirá apenas para mensurar a intensidade que poderá ser classificada de três formas microempreendedor, empreendedor e macro empreendedor.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é classificada como exploratória (GIL, 1999), uma vez que se buscará na literatura autores que classifiquem “perfil empreendedor” como os indivíduos que têm motivação empreendedora na necessidade de gerar sua própria renda, esse tipo de pesquisa é indicado quando existe uma necessidade de aprofundamento de um tema antes da proposição de problemas de pesquisas mais específicos. (COOPER E SCHINDLER, 2003). Tem natureza descritiva, uma vez que serão pontuados os aspectos característicos dos empreendedores escolhidos (RICHARDSON, 1999).

A coleta de dados ocorreu através da amostra não probabilística, caracterizando-se como sendo do tipo por conveniência (MALHOTRA, 2006). A amostra foi composta por cinquenta proprietários de estabelecimentos do município de São Gabriel da Cachoeira, os empreendimentos são dos mais diversos setores, sendo eles de alimentos, vestuário e móveis, dentre outros.

A coleta foi realizada através de dados primários coletados em um questionário estruturado, formulado por Carland e Carland (1996), validado pelos próprios autores – o questionário CEI (*Carland Entrepreneurship Index*); Tal questionário foi estruturado com o objetivo de obter uma graduação do potencial empreendedor de uma pessoa. Assim sendo, os autores desenvolveram esta ferramenta, na qual o respondente escolhe, para cada uma das 33 alternativas, uma das duas opções disponíveis (KORNIJEZNIK, 2004 apud CARLAND, 1992).

Categoria	Pontuação	Características Gerais
Micro- Empreendedor	De 0 a 15 pontos	Um Micro-Empreendedor possui um negócio que não visa o crescimento direto, mas que pode se tornar uma referência em sua cidade ou comunidade. Esse tipo de empreendedor vê seu negócio como a fonte primária para a renda familiar ou para estabelecer emprego familiar. Considera sua empresa como aspecto importante da sua vida, mas não será “consumido” por ela e irá buscar a sua satisfação pessoal através de alguma atividade externa ao seu negócio. O sucesso, para o micro-empresendedor, pode ser medido pelo seu grau de liberdade e pela estabilidade de seu negócio, o que proporcionará condições de aproveitar a vida.
Empreendedor	De 16 a 25 pontos	O Empreendedor, nessa escala, concentra seus esforços para o lucro e crescimento do seu negócio. Seus objetivos são mais ousados que os do micro-empresendedor, mas ao atingir o seu padrão desejado de sucesso, possivelmente o seu foco também mudará para outros interesses externos ao seu negócio. Esse tipo busca a inovação, normalmente procurando melhorias para os produtos, serviços e procedimentos já estabelecidos, ao invés de engendram algo totalmente novo, pois essas melhorias possuem menos probabilidade de desestabilizar o caminho para o sucesso que é tão importante para o empreendedor. O sucesso para as pessoas que se enquadram nessa categoria pode ser simbolizado pelo reconhecimento e riqueza.
Macro-Empreendedor	De 26 a 33 pontos	O Macro-Empreendedor acredita que o seu próprio envolvimento com seu negócio é o caminho para a auto-realização. Costuma associar o seu sucesso ao crescimento e lucro de seu negócio, mas o seu interesse não é monetário, mas sim, como um placar, para medir o seu sucesso pessoal, pois o que realmente deseja é dominar o seu mercado. Esse tipo é considerado inovador e criativo e está constantemente em busca de novos caminhos para transformar seus sonhos em novos produtos, mercados, indústrias e desafios. Um Macro-Empreendedor verá seu negócio como um meio de mudar a Indústria e tornar-se uma força dominante. Seus esforços giram em torno do seu empreendimento com força e determinação.

Quadro 01 – Classificação do CEI - Micro Empreendedor, Empreendedor e Macro Empreendedor.

Fonte: Kornijeznik (2004)

O resultado indicou maior ou menor grau de empreendedorismo na personalidade do respondente. As respostas do questionário apontam o quão empreendedor é o respondente, conforme apresentado por Kornijeznk (2004).

A análise de dado se iniciou com base nas variáveis: idade, sexo, grau de escolaridade e tempo do negócio. Logo em seguida, os questionários respondidos e validados foram tabulados e as informações resultantes lançadas na planilha eletrônica *Excel for Windows* para análise com técnicas de estatística descritiva. Foi calculado o grau de empreendedorismo de cada empreendedor e feito um paralelo com o perfil.

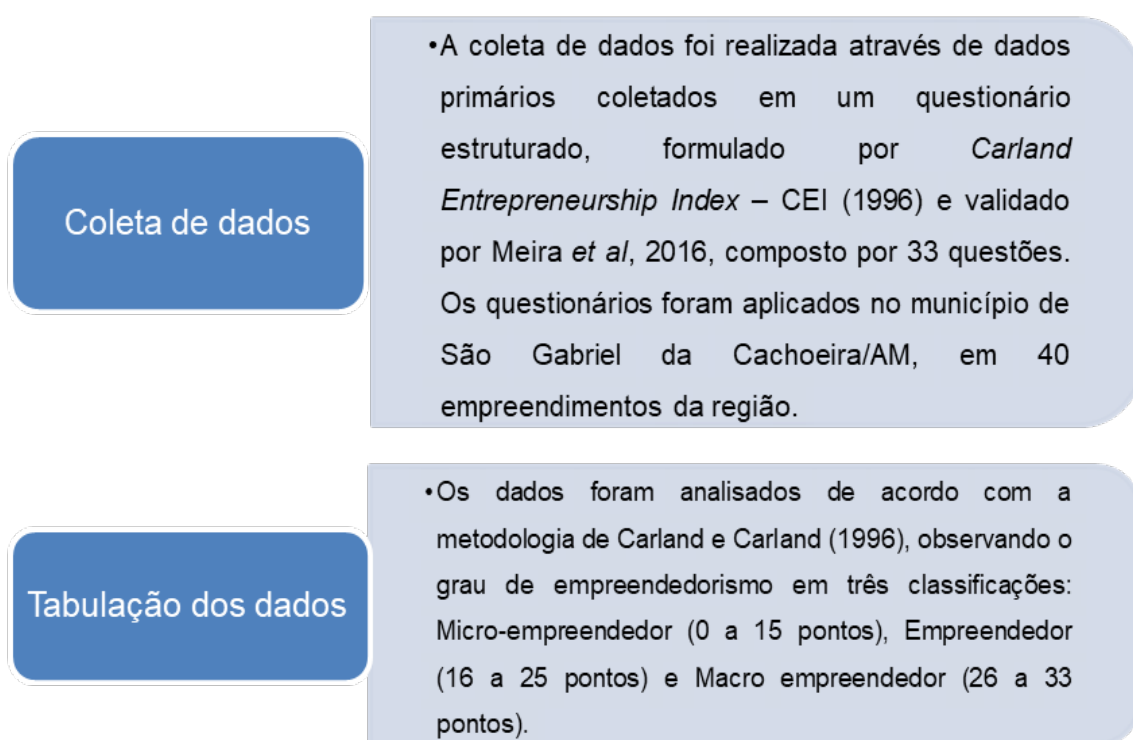


Figura 1 – Etapas da pesquisa

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Os quatro principais elementos do CEI dos quais o empreendedorismo é uma função estão distribuídos entre as 33 questões conforme o quadro 5, de acordo com Inácio Jr (2002).

Elementos	Número das questões
Traços de personalidade	2, 3, 6, 7, 10, 13, 14, 15, 16, 18, 29 e 32
Postura estratégica	1, 4, 5, 8, 9, 11, 12, 20, 21, 23, 24, 27 e 28
Propensão ao Risco	26, 30 e 31
Propensão à Inovação	17, 19, 22, 25 e 33

Tabela 1 – Elementos

Fonte: Adaptado de Inácio Jr (2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere à amostra, observou-se que 73% dos empreendedores pesquisados eram homens e 27% mulheres. O que pode estar relacionado com a cultura local, já que na cultura indígena é muito mais comum os homens trabalharem fora e as mulheres terem seus afazeres voltados à família.

Dos 40 questionários preenchidos, o menor índice *Carland Entrepreneurship Index* - CEI observado foi 08 e o maior foi 23. Todos os valores ficaram compreendidos numa faixa entre 08 e 23.

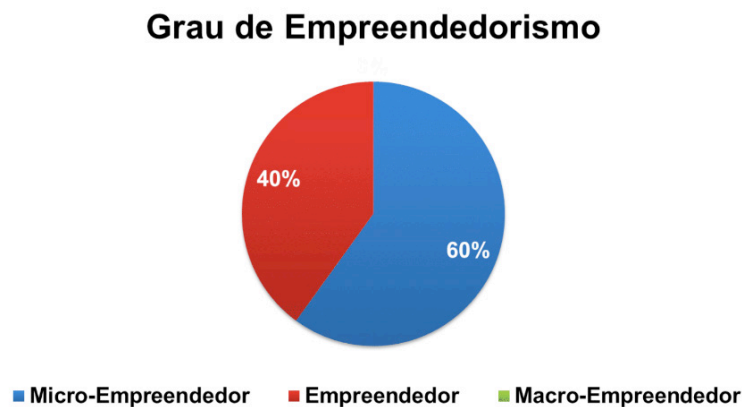


Figura 02 – Grau de empreendedorismo

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Através da figura 3, podem-se observar as questões mais pontuadas e as questões menos pontuadas no CEI pelos entrevistados, bem como o elemento a que cada questão se refere.

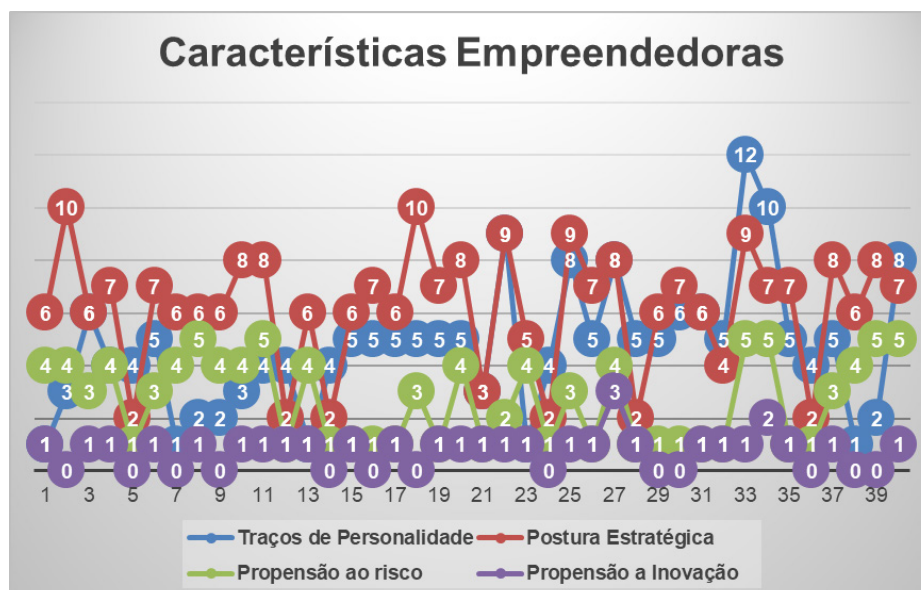


Figura 3 – Grau de empreendedorismo

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

As duas questões mais pontuadas tratam da postura estratégica e traços de personalidade, enquanto que as duas questões menos pontuadas tratam de propensão ao risco e propensão à inovação.

Segundo Carland e Carland (1996), a Postura Estratégica, está relacionada diretamente a como o indivíduo utiliza sua percepção e intuição para solucionar problemas. Desta forma, o indivíduo que toma decisões, enxerga oportunidades de negócios e movimenta seu negócio, é um indivíduo que possui postura estratégica, tal característica pode ser evidenciada nesses empreendedores, uma vez que todos apostaram em uma ideia de negócio em uma região de difícil logística e com outras peculiaridades como é o município de São Gabriel da Cachoeira.

Já os traços de personalidade estão relacionados ao desejo de realizar tarefas difíceis. É aquele empreendedor ousado e que busca manter certo padrão de desempenho. Apenas um empreendedor marcou todas as afirmativas para essa postura estratégica.

As questões menos escolhidas pelos empreendedores, estão relacionada diretamente ao risco e à inovação. A atuação de empreendedores na região já demonstra a ser propenso ao risco, no entanto, não há mais nada relacionado a essa característica que seja evidência de que esses empreendedores arriscam de alguma forma em seus empreendimentos. Já no que diz respeito à inovação, fazer algo novo ou significativamente melhorado não é ponto forte dos empreendedores da região, cuja característica central é ser um agente movedor de recursos, mas esses empreendedores não costumam investir em inovações em seus estabelecimentos.

CONCLUSÃO

Com estes resultados, foram revelados os índices CEI para os empreendedores de São Gabriel da Cachoeira, onde 60% dos empresários foram classificados como empreendedores e 40% como microempreendedores, nenhum foi classificado como macro empreendedor. Destaca-se que o CEI ainda não deve ser usado como palavra final, mas como uma ferramenta, um forte indicador que pode auxiliar o indivíduo a alcançar uma postura empreendedora.

Por fim, essa pesquisa reforça a importância de caracterizar empreendedores para definição de sucesso em seus empreendimentos e análise de suas decisões. Todavia, é preciso ter em mente que, a região de São Gabriel da Cachoeira é uma região diferenciada por ser uma região indígena, assim como a maioria de seus moradores, não se pode afirmar que as características não existentes ou com pontuação baixa sejam atributos de fracasso, pode ser mera escolha. O fato de o empreendedor não apresentar nenhuma característica de inovação, pode ser simplesmente porque o mercado em que ele está inserido não absorve tal investimento. De qualquer forma, percebemos que tais

empreendedores possuem sim graus de empreendedorismo e fazem a diferença na região em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

- BARROS, A., Pereira, A. d., & Araújo, C. M. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. *Revista de Administração Contemporânea*, 975-993, ano 2008.
- BRITTO, F., WEVER, L. Empreendedores Brasileiros II: a experiência e as lições de quem faz acontecer. Rio de Janeiro: Elsevier, ano 2004.
- BRUSH, C. G.; GREENE, P. G.; HART, M. M. Empreendedorismo e construção da base de recursos. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 20-35, jan./mar, ano 2002.
- CARLAND, J.A.; CARLAND, J.W. The Theoretical Bases and Dimensionality of the Carland Entrepreneurship Index. In: *PROCEEDINGS OF THE RISE CONFERENCE*, University of Jyväskylä, Finlândia, p.1-24, ano 1996.
- COOPER, D. R., SCHINDLER, P. S. *Métodos de Pesquisa em Administração*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, ano 2003.
- DRUCKER, P. F. *Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, ano 1996.
- FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração*. v.34, n.2, p.05-28, abril/junho, ano 1999.
- FONTENELE, R. E., Souza, P. F., & Lima, A. O. XXXV Encontro da Anpad. Fonte: Anpad: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ESO2080.pdf>, ano 2011.
- INACIO JUNIOR, E. Empreendedorismo e liderança criativa: Um estudo com os proprietários-gerentes de empresas incubadas no Estado do Paraná. Maringá, 2002. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maringá/PR.
- GEM – Global Entrepreneurship Monitor. Empreendedorismo no Brasil: 2007. Curitiba: IBQP, 2008.
- GIMENEZ, F. A. P.; JÚNIOR, E. I. Potencial Empreendedor: um instrumento para mensuração. *Revista de Negócios*. Blumenau. v. 9, n. 2, p. 107-116, abril/junho, ano 2004.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas. 202 p., ano 1999.
- IBGE, I. B. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Fonte: IBGE: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>, ano 2014.
- KORNIJEZUK, F.B.S. Características Empreendedoras de Pequenos Empresários de Brasília. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação – FACE, Programa de Pós Graduação em Administração – PPGA, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- MEIRA, A. E. C. P.; ROCHA, F. B.; COSTA, L. S.; SILVA, W. V. Avaliação do grau de empreendedorismo de empreendedores por necessidade. *Diálogo e Interação*, v. 2, 2009.
- SELA, V. M., SELA, F. E., & Franzini, D. Q. Ensino do Empreendedorismo na Educação Básica, voltado para o Desenvolvimento. *Anais do Enanpad*, 1-12, 2006.

SCHUMPETER, J. A. (1984). *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo : Nova Cultura

TEIXEIRA, A. M., & Borges, C. XXXVI Encontro da Anpad. Fonte: Anpad: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_GCT2248.pdf

GONÇALVES Filho, C., Veit, M. R., & Gonçalves, C. A. Mensuração do Perfil do Potencial Empreendedor e seu impacto no desempenho das pequenas empresas. *Revista de Negócios*, 12(3), 29-44, ano 2007.

MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA CESTA BÁSICA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM

Data de aceite: 30/07/2020

Daiane Oliveira Medeiros

<http://lattes.cnpq.br/0777510837264742>

Ana Flávia Monteiro Diógenes

<http://lattes.cnpq.br/1222789295507636>

Renan Gonçalves Gabriel

<http://lattes.cnpq.br/1687079151718799>

RESUMO: A cesta básica é o nome dado a um conjunto de bens necessários para cada família mensalmente. Este conjunto de bens é formado por itens de primeira necessidade, essenciais para a sobrevivência humana. Esses itens deveriam ser acessíveis a todos, no entanto é notável que uma parcela da população não consegue ter acesso a eles, por conta do elevado preço, logística e principalmente questões econômicas. Sabendo que existem vários fatores que influenciam no preço dos produtos da cesta básica, esta pesquisa objetivou fazer um levantamento acerca dos preços dos produtos alimentícios que compõem essa cesta no município de São Gabriel da Cachoeira/AM, uma vez que neste município a logística de produtos desta natureza é um desafio e os preços dos produtos que compõem a cesta básica, a cada mês, tendem a variar, por

questões climáticas ou por questões habituais. Neste contexto, a pesquisa se propôs a verificar como se comportam os preços dos produtos que compõem a cesta básica através de visitas a seis estabelecimentos comerciais da região. A metodologia utilizada para o referido trabalho seguiu os procedimentos do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos o qual efetua os cálculos nas capitais dos estados brasileiros.

PALAVRAS - CHAVE: Alto Rio Negro, Cesta básica, Economia.

ABSTRACT: The basic basket is the name given to a set of goods necessary for each family on a monthly basis. This set of goods is made up of essential items, essential for human survival. These items should be accessible to everyone, however it is notable that a portion of the population is unable to access them, due to the high price, logistics and mainly economic issues. Knowing that there are several factors that influence the price of the products in the basic basket, this research aimed to survey the prices of the food products that make up this basket in the municipality of São Gabriel da Cachoeira/AM, since in this municipality the logistics of products of this nature is a challenge and the prices of the products that make up the

basic basket, each month, tend to vary, due to climatic or usual issues. In this context, the research aimed to verify how the prices of the products that make up the basic basket behave through visits to six commercial establishments in the region. The methodology used for this work followed the procedures of DIEESE - Inter-Union Department of Statistics and Studies which performs the calculations in the capitals of the Brazilian states.

KEYWORDS: Alto Rio Negro, Basic food basket. Economy.

INTRODUÇÃO

O município de São Gabriel da Cachoeira, fica localizado na região do Alto Rio Negro, noroeste da Amazônia e é território de 23 povos indígenas. Isso faz dela a região com a maior diversidade linguística do Brasil e do continente americano, com uma população total é de 37.896 habitantes (IBGE, 2010). Fica distante cerca de 900 km de Manaus e o transporte até lá é realizado através de via fluvial ou aérea. O município abrange a bacia do Rio Negro que tem o clima mais chuvoso da Bacia Amazônica. Todo ano, com o degelo na Cordilheira dos Andes e o aumento do período das chuvas na região Amazônica, o nível do rio sobe vários metros, alcançando sua máxima entre os meses de junho e julho. O pico coincide com o “verão amazônico”. O nível do rio abaixa até meados de novembro, quando novamente inicia o ciclo da cheia (ZEIDEMANN, 2016).

Segundo a Agência Nacional de Águas, esta região desempenha alta função social de abastecimento e comunicação entre as comunidades ribeirinhas. A importância do transporte aquaviário, tanto para o deslocamento de passageiros, como também para cargas diversas, é realidade na região do Alto Rio Negro (BUENO *et al*, 2014). A navegação fluvial na região amazônica apresenta características próprias em função dos períodos de cheia e estiagem, o que pode dificultar o transporte dos produtos da cesta básica vendidos no comércio local.

Outro fator determinante para o acesso à cesta básica no município tem relação com os fatores econômicos da região, uma vez que a renda local é proveniente dos programas assistenciais do Governo e da renda dos militares que compõem as sete unidades do 2ª Batalhão de Infantaria e Selva no município, com 2549 militares. A renda militar representa 40% da economia local e movimenta muito a economia local (MPM, 2014). Outra fonte de renda na região é o comércio, que representa outra grande parcela do Produto interno bruto da região. O comércio local fica bastante movimentado em datas de pagamento do funcionalismo público e do pagamento de benefícios assistenciais, nessas datas é quase impossível conseguir sacar dinheiro nos dois únicos bancos do município. Diante do contexto apresentado e considerando a importância de mensurar o gasto do cidadão *gabrielense* com alimentos básicos de primeira necessidade o objetivo desta pesquisa é apresentar dados de um levantamento realizado entre os meses de agosto de 2018 e março de 2019 acerca do preço da cesta básica no município de São Gabriel da

Cachoeira/AM e os fatores determinantes para o aumento constante do preço dos itens que compõem a cesta básica regional, buscando entender melhor a realidade local.

REFERENCIAL TEÓRICO

Contexto local

O município de São Gabriel da Cachoeira surgiu no ano de 1761 através da fundação de um povoado e do Forte de São Gabriel da Cachoeira pelo português José da Silva Delgado. Essa região passou por várias transformações de âmbito político, já foi uma comarca integrada a outro município e já se chamou *Uapés* (tribo de índios na língua indígena). Apenas em 1966 com a instalação da lei estadual 526 de 06 de dezembro passou a ser denominada Cidade de São Gabriel da Cachoeira.

Na região, nove de cada dez habitantes são indígenas. É o município com maior número de indígenas no país, sendo o primeiro município brasileiro a escolher prefeito e vice-prefeito indígenas. Outra característica especial é que a cidade é a única no país é o reconhecimento como línguas oficiais, além do português, mais três idiomas que foram aprovados por lei municipal: o *Nheengatu*, o *Tukano* e o *Baniwa*, línguas tradicionais faladas pela maioria dos 85% dos habitantes indígenas da região. (TADEI *et al.*, 2012).

Nos anos 70, incentivados por programas governamentais que buscavam integrar geopoliticamente a região, através do Plano de Integração Nacional (PIN), alguns moradores deixaram suas comunidades e passaram a morar na cidade. Essa migração trouxe o desemprego, uma vez que estes moradores saíram de seus sítios, onde estavam acostumados a caçar, pescar e cultivar seus alimentos, para um local todos os alimentos têm custo elevado.

O acesso ao alimento é vital à sobrevivência de qualquer ser humano e para a aquisição deste item tão importante é necessário renda para adquiri-lo. A renda pode ser proveniente do salário mínimo, instituído no Brasil pelo decreto-lei nº. 2.162 de 1º de maio de 1940 onde o presidente Getúlio Vargas instituiu o Salário mínimo no Brasil. Segundo o decreto o salário mínimo seria fixado a partir da realidade econômica de cada região, haveria um acréscimo para atividades insalubres, e o trabalhador menor de 18 anos teria direito a metade do valor do salário mínimo.

A instituição do salário mínimo foi um grande marco e conquista à classe trabalhadora que vigora até os dias de hoje. Esse salário é reajustado anualmente para manter o poder de compra da população, o reajuste ocorre de acordo com a inflação. Para assegurar esse direito foi elaborada a Lei n.º 185, regulamentada em abril de 1938 pelo Decreto Lei n.º 399, no qual foram estabelecidos os alimentos e as respectivas quantidades tomadas como essenciais para o sustento de um trabalhador que recebe um salário mínimo.

Os itens básicos pesquisados foram definidos pelo decreto citado acima. Tal decreto

determinou que a cesta de alimentos fosse composta por 13 produtos alimentícios em quantidades suficientes para garantir, durante um mês, o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta. Os bens e quantidades estipuladas foram diferenciados por região, de acordo com os hábitos alimentares locais.

Cesta básica

A cesta básica é definida como um conjunto de componentes que são fundamentais para a sobrevivência mensal do ser humano. A cesta abrange os componentes alimentícios e geralmente esses itens são estabelecidos pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, raríssimas vezes a composição da cesta envolve, além disso, componentes de higiene e limpeza.

O objeto de estudo desta pesquisa é a cesta básica definida de acordo com os critérios do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, ou seja, envolverá apenas alguns produtos que são considerados essenciais para o ser humano e suas respectivas quantidades de acordo com a região em que este vive. O DIEESE (2018) foi criado em 1955 com o intuito de criar argumentos que favorecessem os questionamentos dos trabalhadores por meio de pesquisas. Estas pesquisas têm direcionamentos, que o DIEESE (2018) intitula de “eixos temáticos”, que são eles: Emprego, Renda, Negociação Coletiva, Desenvolvimento e Políticas Públicas, as pesquisas realizadas pelo departamento têm como base esses eixos. Os dados buscam contribuir estudos relacionados aos determinados eixos.

De acordo com Estima *et al.* (2009) existem quatro fatores que determinam o consumo alimentar: O biológico, o econômico, a oferta/disponibilidade e o social. No biológico destacam-se as “características sensoriais, com ênfase principalmente no sabor, que é um dos principais fatores”. No econômico encaixam-se aquelas compras com base no preço dos alimentos e na renda familiar, visando minimizar os custos. Na oferta e disponibilidade são aquelas com mais facilidade ou dificuldade de encontrar ou consumir. Um exemplo seria o consumo de frutas e verduras, onde a população consegue encontrar facilmente e com um preço acessível. O fator social trata dos costumes que cada família apresenta em relação ao seu consumo diário de alimentos.

Barreto e Cyrillo (2001) afirmam que o consumo de produtos *in natura* tem diminuído nos últimos anos. Ainda segundo esses autores a redução dos preços desses tipos de produtos não é tão adequada com o aumento da renda da população.

Logística

A logística da Amazônia é de elevada complexidade, na região o transporte é realizado através de via fluvial ou aérea. Via fluvial há várias dificuldades a serem superadas, essas

dificuldades variam desde o tempo de navegação, pois essa modalidade possui baixa velocidade de deslocamento, armazenamento da carga, custos de manutenção e outros.

A logística dos produtos que chegam ao município de São Gabriel da Cachoeira começa em São Paulo, onde carretas, de lá, mensalmente, saem carregadas de produtos em direção à região norte do país. O trajeto é feito até Belém, no Pará por via terrestre, e dura em média cinco dias. Os caminhões seguem de balsa até Manaus, onde parte da carga passa a ser transportada em balsas em trajetos que duram de cinco a oito dias até a cidade de São Gabriel da Cachoeira. Por conta do difícil acesso, os preços dos produtos chegam à cidade com preços exorbitantes.

Há várias balsas de comerciantes ou fretadas para este fim que fazem o transporte dos produtos que abastecem o comércio local, os preços dos produtos que compõem a cesta básica, a cada mês, tendem a variar, por questões climáticas ou por questões habituais. Há um constante aumento nos preços dos produtos da região, aumento esse que é justificado na maioria das vezes pelos comerciantes, pela seca do rio negro, uma vez que neste período as balsas levam um tempo maior para o transporte dos produtos vendidos pelos supermercados da região.

Preços

Os preços são parâmetros que fazem com que o consumidor avalie a sua capacidade de consumo de acordo com a sua renda ou seja, seu poder aquisitivo. Através dos preços é possível mensurar o poder aquisitivo de cada indivíduo. Para isso é necessário considerar a inflação que é a medida pelo aumento do nível de preços em um determinado momento.

No século XX houve mudanças significativas na economia brasileira, de forma que a renda da população cresceu. Esse período, entre as décadas de 1960 e 1970 ou ainda agora no início do século XXI, foi o período denominado de “milagre econômico”, pois houve uma diferença significativa na faixa de renda entre diversos grupos econômicos e regiões brasileiras (Vasconcellos e Garcia, 2004). Essas mudanças trouxeram uma nova realidade, tudo isso devido aos países desenvolvidos que aumentaram rapidamente a produção de bens e serviços, essa produção ultrapassou o crescimento populacional. Com isso o poder de compra da população desses países aumentou significativamente.

Esse aumento do consumo e da produção de um país pode ser medido através da produção de bens e serviços anual. É através desse crescimento que os economistas conseguem mensurar o quanto o país cresceu durante determinado período.

Se em determinada região há muito volume de produção, mas não há poder de compra por parte da população, não há crescimento econômico. Além desses, outros fatores devem ser considerados, como renda e emprego, pois assim possibilita a distribuição de riquezas do país, quando se gera apenas maior volume de produção não significa que todos estão melhorando suas condições (VASCONCELLOS e GARCIA, 2004).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa classifica-se como exploratória (GIL, 1999), uma vez que se buscou entender e se familiarizar com o assunto em questão. Quanto à concepção metodológica, classifica-se como estudo descritivo de natureza quantitativa visto que a mesma permitiu analisar, por meio de um conjunto limitado de questões, as relações de um grupo relativamente grande de informações, facilitando a comparação e o tratamento estatístico dos dados (MILAN & TREZ, 2005).

Para esta pesquisa foram selecionado seis maiores estabelecimentos comerciais do município que aqui serão denominados amostra da pesquisa, após a seleção se procedeu-se seguintes etapas:

Etapa 01: Primeiramente se fez a revisão bibliográfica (GIL, 2008), constituída principalmente de livros e artigos científicos que tratavam do tema em questão. Logo após a revisão bibliográfica, deu-se início a coleta de dados, onde os valores utilizados para o cálculo do valor da cesta básica foram coletados pelos autores.

Etapa 02: O levantamento dos dados, ocorreu através da busca de preços que foi realizada no primeiro sábado de cada mês. A metodologia utilizada seguiu os procedimentos do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos, e levou em consideração a alimentação de um indivíduo adulto no período de um mês. As etapas descritas são apresentadas no quadro a seguir



Figura 1 – Etapas do processo de obtenção dos dados.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

A coleta de dados foi realizada nos meses de agosto/2018 a junho/2019 e a tabela utilizada pelo pesquisador retratava a composição da cesta básica amazonense que está descrita na tabela a seguir:

Item	Quantidade
Arroz Agulhinha Pacote de 1Kg Caçarola	3Kg
Feijão Cariquinha Marca Ótimo	4Kg
Lata de óleo Marca Concórdia ou Liza	1Lt
Farinha de mandioca Sem Marca	1Kg
Café Maratá	250 Kg
Açúcar Itamarati	3 Kg
Sal Caiçara	1 Kg
Trigo Trigolar	1 Kg
Macarrão Marca Favorita	500 Kg
Margarina Deline	250 Kg
Cebola	1 Kg
Batata	1 Kg
Tomate	1 Kg

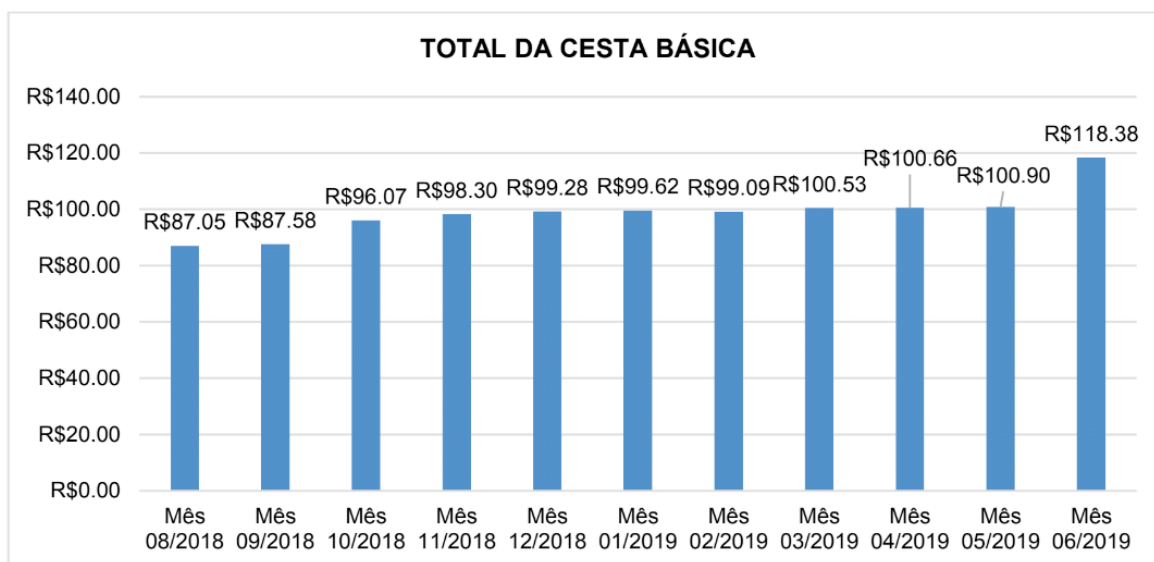
Tabela 1 – Itens da cesta básica amazonense.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

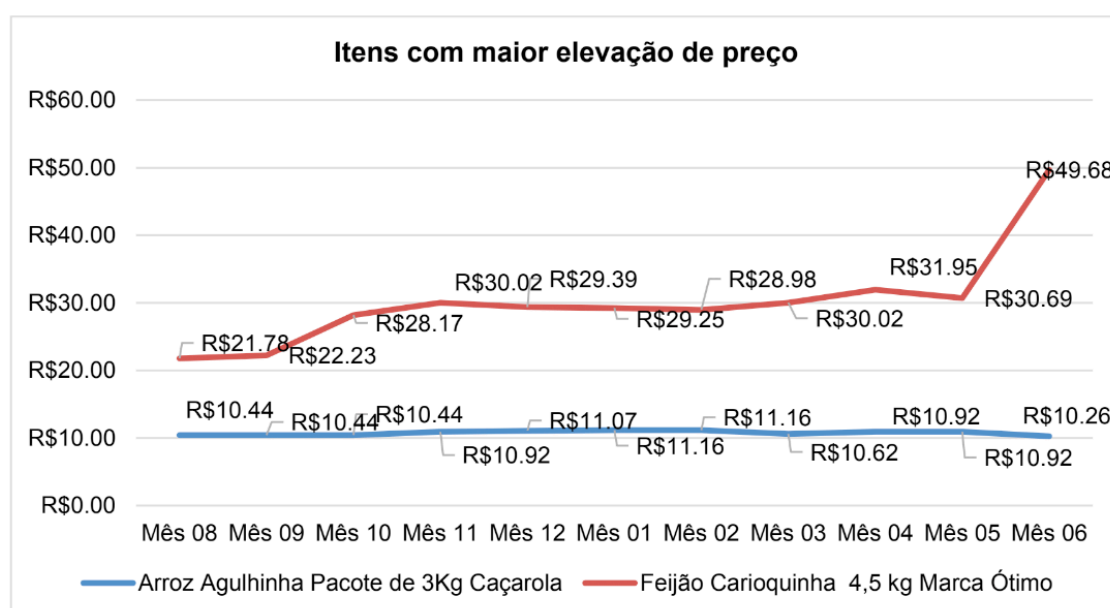
Após a coleta, os dados foram tabulados e suas principais características e variações analisadas, os dados foram tabulados nas planilhas construídas para o cálculo do custo da cesta básica. O preço de cada produto foi multiplicado por sua respectiva quantidade na composição da cesta. Somando-se os preços médios de todos os produtos (já ponderados por marca e multiplicados por suas respectivas quantidades), se obteve o preço da cesta básica para o município de São Gabriel da Cachoeira naquele período. Após a obtenção do preço total da cesta básica, calculou-se a participação percentual de cada produto no total, bem como a variação no preço de cada produto com relação ao mês anterior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O período da seca na região do Alto Rio Negro compreende os meses de outubro a junho (SALES, 2010). Destaca-se que o ano de 2018 foi um ano atípico na região, onde o período da seca não foi tão latente como nos anos anteriores, quando o transporte se tornava inviável e os alimentos chegavam na região via transporte aéreo. Nos meses de dezembro/2018 a maio/2019 o preço se manteve estável, tendo uma alteração considerável no mês de junho/2019.



Destaca-se que o mês de junho/2019 foi o mês que teve o preço mais elevado e o Feijão foi o produto que mais teve aumento de preço, seguido do arroz. Isto pode estar relacionado diretamente ao consumo, uma vez que são itens de primeira necessidade, sendo caracterizado como um consumo econômico, uma vez que a procura por esses produtos é baseada na renda da família.



Diante de todas as variações registradas verifica-se que a cesta básica de São Gabriel da Cachoeira/AM apresentou uma variação de 35,99%, saindo de R\$87,05, registrado em agosto de 2018 chegando, no fim de 11 meses, ao valor de R\$ 118,38, registrado em junho de 2019.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a análise das variações dos preços, pode ser fator essencial tanto para os consumidores quanto para os fornecedores de São Gabriel da Cachoeira. Verifica-se que há uma alteração no preço dos produtos e que essa alteração compreende os

meses de seca da região, comprovando assim a influência do fator climático nos preços dos produtos pesquisados.

Após a análise dos dados, percebeu - se que o valor da cesta básica durante alguns períodos do ano pesquisado sofreu variações. Destaca-se ainda, que existe uma diferença significativa no preço de alguns itens da Cesta Básica no período das chuvas e no período da estiagem e que interferem diretamente no valor final da cesta. Isso é uma evidência que mostra que devido a fatores climáticos (sazonais) o valor da cesta pode sofrer muita alteração.

Espera-se com essa pesquisa, obter dados que possam servir como subsídios para órgãos públicos visando à melhoria das condições de vida da população e o acesso a informações acerca do preço de produtos fundamentais à sobrevivência, fazendo com que sirva de embasamento para posteriores estudos na área de abrangência da pesquisa, como também na formulação e implementação de políticas públicas que visem o desenvolvimento e crescimento econômico e social da cidade de São Gabriel da Cachoeira e comunidades vizinhas.

REFERÊNCIAS

BARRETO, S. A. J. & CYRILLO, D. C. Análise da composição dos gastos com alimentação no Município de São Paulo (Brasil) na década de 1990. *Revista de Saúde Pública*, ano 2001.

BUENO, M. J. C., SILVA, G. G. R., STETTINER C. F., MARCELLOS, L. N., SARDEIRO, F. G. Modal fluvial na Amazônia: desafios e oportunidades. *A Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências Exatas e da Terra. Produção/construção e tecnologia*, v. 3, n. 5, 2014. Acesso em: 19 de junho de 2018.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/materialinstitucional/quemSomos.html>> Acesso em: 18 de junho de 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. [url: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>, acesso em: 18 de junho de 2018.

DIEESE. **Cesta básica**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. São Paulo, 2009. Acesso em: 18 de junho de 2018.

ESTIMA, Camilla de Chermont Prochnik. PHILIPPI, Sonia Tucunduva. ALVARENGA, Marle dos Santos. Fatores determinantes de consumo alimentar: por que os indivíduos comem o que comem?. *Revista brasileira de nutrição clínica*, Porto Alegre, v. 24, n. 4, p. 263-268, ano 2009.

FERNANDES, Leandro; DIAS, Guilherme. **Fatores determinantes do custo da cesta básica de alimentos no município de Divinópolis no período de 2009 – 2010**. Minas Gerais: Meditare, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. <http://www.mpm.mp.br/civ-promotores-visitam-sao-gabriel-da-cachoeira-e-yauarete/>. Acesso em 20 de abril de 2019.

SALES, Nadir. et al. **As maiores “cheias” e “secas” no Amazonas e as influências dos fenômenos “El Niño”, “La Niña”, “ODP” e “OMA”**. CONGRESSO BRASILEIRO DE METEOROLOGIA. 16, 2010, Belém-PA. Anais eletrônicos. SBMET.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de Economia. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, ano 2004.

ZEIDEMANN, VIVIAN KARINA. O Rio das Águas Negras. In: DALY, Douglas A. et al. Florestas do Rio Negro. Disponível em: <http://ecologia.ib.usp.br/guiaigapo/florestas.html>. Acesso em 13 de junho de 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em serviço social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013) e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Atualmente é assistente social do Centro de Socioeducação de Ponta. Atua principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, assistência social, políticas públicas, cidadania e família.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise fatorial 131, 132, 134, 135, 136, 138, 143

Apl 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Arquitetura ribeirinha 157, 160, 168, 169

Arte 3, 43, 45, 95, 98, 99, 106, 174, 182, 185, 188, 189, 190, 191, 228, 229, 233, 237, 238, 240

Autocomposição 193, 194, 195, 198, 201, 202, 203, 225

Autoconfrontação 204, 205, 206, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

B

Barreiras 2, 3, 6, 11, 12, 17, 187, 189, 235

C

Características socioeconômicas 2

Casa das rosas 171, 173, 181

Clínica da atividade 204, 207, 212, 220, 221

Conciliação 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 223

Conflitos 2, 4, 46, 48, 50, 51, 52, 102, 115, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 222, 223, 224, 225, 229, 232

Cracolândia 107, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117

D

Dependência química 107, 108, 114, 116, 117

Discurso 67, 85, 133, 183, 187, 206, 208, 209, 212, 213, 215, 220, 221, 233, 238, 239, 240, 242

Disney world 43, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54

E

Ebit 30, 31, 32, 35, 37, 38, 39, 40

Educação 3, 4, 5, 6, 7, 6, 10, 82, 96, 102, 105, 106, 112, 121, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 141, 145, 146, 147, 150, 155, 156, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 191, 204, 205, 206, 209, 220, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 235, 237, 246, 247, 251, 261

Educação patrimonial 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182

Empreendedorismo feminino 1, 2, 3, 5, 7, 8, 11, 12, 13

Endividamento 11, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

Ensino superior 7, 9, 11, 15, 97, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 205, 206, 212

Estado da arte 43, 45, 98, 99, 106

Estratégia competitiva 55, 56, 59

Eventos sustentáveis 65, 73, 75

Exclusão social 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109

F

Fabricação digital 157, 159, 165, 169

G

Gênero 6, 7, 8, 9, 86, 97, 104, 172, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 209, 212, 213, 229

Gestão de pessoas 43, 44, 45, 46, 48, 51, 52

Gestão de projetos 46

H

História da enfermagem 245

I

Impactos sustentáveis 65, 68

Incubadora 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28

Indústria de eventos 65, 68, 73

Indústria têxtil 55

J

Justiça restaurativa 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

L

Lgbt 233

Liminaridade 184, 185, 186, 187, 191

Liquidez 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 135, 184, 235

M

Mapeamento 81, 85, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 118

Marketing 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 57, 64, 71, 72, 74, 75, 82, 83, 144, 235, 262

Modelagem de equações estruturais 131, 132, 138, 139, 141, 143

Mudanças sociais 82, 119, 120, 121, 122, 127

P

Pedagogia jurídica 119

Performance 49, 50, 56, 76, 184, 185, 190, 191, 204

Pessoas em situação de rua 101, 107, 108, 111, 112

Política 84, 88, 91, 94, 101, 102, 103, 105, 108, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 126, 135, 136, 182, 184, 189, 190, 203, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241

Prototipagem rápida 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 168

R

Rádio 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 235

Rentabilidade 30, 31, 32, 33, 35, 36, 39, 40, 41

S

See now buy now 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64

Sexualidade 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191

Sobrevivência 21, 25, 29, 57, 73, 145, 149, 151, 153, 155, 156, 255, 256, 263, 265, 266, 271

Socialização 87, 88, 89, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 190, 228

Startup 14, 15, 19

Sustentabilidade 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

T

Turismo cultural 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

V

Variável latente 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143

Y

Youtuber 233, 235, 238, 240, 242

Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas: Avanços, Recuos e Contradições

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020